



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UESB)
Mestrado em Geografia



MARCOS PAULO ALVES MONÇÃO

TERRITÓRIO DE MEMÓRIAS: O PASSADO PRESENTE E O PRESENTE
PASSADO NO QUILOMBO BOQUEIRÃO, EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
2023

MARCOS PAULO ALVES MONÇÃO

**TERRITÓRIO DE MEMÓRIAS: O PASSADO PRESENTE E O PRESENTE
PASSADO NO QUILOMBO BOQUEIRÃO, EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico

Linha de Pesquisa: Dinâmicas da Natureza e do Território

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Miriam Cléa Coelho Almeida

**VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
2023**

M747t

Monção, Marcos Paulo Alves.

Território de memórias: o passado presente e o presente passado no Quilombo Boqueirão, em Vitória da Conquista - Ba. / Marcos Paulo Alves Monção, 2023.

214f.; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr^a. Miriam Cléa Coelho Almeida.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2023.

Inclui referência F. 189 – 202.

1. Território e memória - Quilombola. 2. Quilombo. 3. Estado. I. Almeida, Miriam Cléa Coelho. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

CDD: 305.80960

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia



FOLHA DE APROVAÇÃO

**“TERRITÓRIO DE MEMÓRIAS: O PASSADO PRESENTE E O PRESENTE
PASSADO NO QUILOMBO BOQUEIRÃO, EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA”**

MARCOS PAULO ALVES MONÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: 23 de maio de 2023

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Miriam Cléa Coelho Almeida
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Fernanda Viana de Alcântara
(Examinadora Interna)

Prof.^a Dra. Ana Elizabeth Santos Alves
(Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

Gratidão ao Senhor, Autor e Consumador da minha fé, pela oportunidade de realizar o Programa de Mestrado em Geografia; por estar comigo nas muitas madrugadas de solidão, de esgotamento e às vezes de tristeza; dando-me a sabedoria e a motivação necessária, para concluir o desafio com responsabilidade e zelo. “Porque Dele, e por Ele, e para Ele, são todas as coisas” (Romanos 11:36). A Ele, toda honra e toda glória!

Agradeço à minha família, Juliana e Geovanna Monção, por cada momento de amor e carinho investidos; sempre serão as minhas meninas. Reconhecimento pela paciência e por sonharem, orarem e chorarem comigo nesses últimos tempos. Amores da minha vida!

A minha gratidão ao meu pai, Geraldo R. Monção e a minha mãe, Marileide Monção, juntamente, com a minha avó Rosita, raiz viva, nossa ascendência e referência. Meu apreço, aos pastores Rubem e Wilma, por nos cobrirem com as suas orações. Aos meus irmãos, Vinicius, Day e Mércia (*in memoriam*), riquezas incomparáveis. A todos, por dedicarem parte das suas vidas a mim, pelos conselhos, pelos ensinamentos, pela criação amorosa e por serem testemunhas do meu crescimento humano e profissional.

Obrigado as colegas Ivana, Lucineide e Solange por compartilharem conhecimentos, amizade e por estarem à disposição sempre que necessitei.

Consideração aos funcionários da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista por concederem seu tempo na busca de fontes históricas e entrevistas, e especialmente gratidão às famílias do território do Boqueirão, pela confiança e pelas memórias compartilhadas, que tanto contribuíram para compreender um pouco da formação territorial do quilombo.

À minha orientadora, a professora Dr^a. Miriam Cléa Coelho Almeida, pelo cuidado, paciência, dedicação e amizade compartilhada ao longo desses dois anos. Por me possibilitar uma maior compreensão quanto aos estudos sobre o Território e sobre a Memória social; campos tão complexos e profundos. A minha gratidão e respeito.

Por fim, aos professores do Programa e em especial, às professoras Dr^a. Fernanda Viana de Alcantara e Dr^a. Ana Elizabeth Santos Alves, que se dispuseram e aceitaram compor a banca examinadora; o meu apreço e estima.

Obrigado a todos.

*A sociedade capitalista
não será superada, a menos
que a classe trabalhadora possa
se organizar politicamente,
a começar pelo campo
da memória
(LUXEMBURGO, 2017).*

RESUMO

A presente dissertação resulta da pesquisa sobre o território quilombola do Boqueirão, localizado no Sudoeste da Bahia, a aproximadamente 40km do centro urbano de Vitória da Conquista, cujas terras foram ocupadas há décadas. Território, onde os remanescentes usam para a garantia de sua sobrevivência. Esse esforço científico tem como objetivo principal, compreender como se deu o processo de formação do território quilombola, como também, analisar a constituição dos vínculos territoriais dos remanescentes com a terra e entre seus pares. Para o alcance dessa finalidade, consideraram-se necessárias problematizações secundárias, com a intenção de conhecer as características sociais dos trabalhadores e os seus meios de sobrevivência; entender como ocorreu a participação do Estado no processo de constituição e consolidação do território; avaliar a existência de conflitos e de disputas no processo de definição espacial e, neste contexto, refletir sobre o que as memórias dos remanescentes do Boqueirão revelam quanto ao processo de luta e de resistência. Para tanto, utilizou-se das contribuições teóricas de Rafesttin (1993); Souza (1995); Oliveira (1996); Saquet (2003, 2007, 2011); Fernandes (2008, 2015), Pollak (1989); Nora (1993); Le Goff (1990, 2003); Moura (1987,1981); Gomes (2015); Treccani (2006); Arruti (2008); Leite (2000); Canclini (2006); Thompson (1987), entre outros. Em vista disso, ao privilegiar a análise dialética, o estudo gerou oportunidade de trazer para o centro da pesquisa, discussões sobre as categorias Território, Memória e Quilombo, uma vez que, contribuem para a compreensão do objeto e estimulam uma análise mais crítica da realidade concreta. Para contemplar os objetivos propostos, foram realizadas(os): revisão bibliográfica para aprofundamento teórico, estudo cartográfico, trabalho de campo para levantamento de dados primários, em que foram feitas entrevistas semiestruturadas com moradores do Boqueirão, com lideranças locais e com representantes de secretarias e coordenação ligadas à prefeitura municipal. Contudo, ao analisar os resultados do estudo, nota-se que no território não foram estabelecidas, ao longo dos últimos anos, transformações sociais significativas, com fins de melhoria das condições de vida da população. De modo contrário, verificou-se que as políticas estatais de reparação social, implementadas por meio de programas e projetos, que deveriam contribuir para além do reconhecimento identitário, têm se mostrado insuficientes para assegurar condições mínimas de existência aos quilombolas e permitir uma reparação dos danos históricos sofridos pelo passado colonial escravagista. Portanto, infere-se que, no 'presente', ainda predominam as ameaças de ruptura e os mecanismos políticos de rompimento, de violação de direitos e de tentativas (in)diretas de descontinuidade do território que marcaram a história do processo de formação territorial do Boqueirão. Ademais, com a imperatividade de uma história oficial pré-estabelecida e da imposição da acumulação capitalista, num cenário de segmentação e desatenção social, as memórias do território do Boqueirão revelam que a resistência das famílias em permanecer e dar continuidade a sua historiografia, não se mostra diferente da trajetória de luta de muitos remanescentes de quilombos espalhados pelo país. Esses trabalhadores e trabalhadoras, envoltos pelas contradições do capital - trabalho, empreendem, cotidianamente, mecanismos de luta e de resistência para o fortalecimento dos vínculos territoriais que os ligam à terra e viabilizam a sua existência.

Palavras chave: Território. Memória. Quilombo. Estado.

ABSTRACT

This dissertation results from a research on the quilombola territory of Boqueirão, located in the Southwest of Bahia, approximately 40km from the urban center of Vitória da Conquista, whose lands have been occupied for decades. Territory on which the remnants make use to ensure their survival. This scientific effort has as its main objective, to understand how the process of the quilombola territory formation took place, as well as to analyze the constitution of the territorial links of the remnants with the land and among their peers. To achieve this purpose, secondary problematizations were considered necessary, with the intention of knowing the social characteristics of workers and their means of survival; understand how the participation of the State occurred in the process of constitution and consolidation of the territory; to evaluate the existence of conflicts and disputes in the process of spatial definition and, in this context, to reflect on what the memories of the remnants of Boqueirão reveal regarding the process of struggle and resistance. To this end, we used the theoretical contributions of Rafesttin (1993); Souza (1995); Oliveira (1996); Saquet (2003, 2007, 2011); Fernandes (2008, 2015), Pollak (1989); Nora (1993); Le Goff (1990, 2003); Moura (1987,1981); Gomes (2015); Treccani (2006); Arruti (2008); Leite (2000); Canclini (2006); Thompson (1987), among others. In view of this, by privileging the dialectical analysis, the study generated an opportunity to bring to the center of the research, discussions about the categories Territory, Memory and Quilombo, since they contribute to the understanding of the object and stimulate a more critical analysis of concrete reality. To contemplate the proposed objectives, the following were carried out: bibliographic review for theoretical deepening, cartographic study, fieldwork for primary data collection, in which semi-structured interviews were conducted with residents of Boqueirão, with local leaders and with representatives of secretariats and coordination linked to the municipal government. However, when analyzing the results of the study, it is noted that in the territory have not been established, over the last few years, significant social transformations, in order to improve population living conditions. On the contrary, it was found that the state policies of social reparation, implemented through programs and projects, which should contribute beyond identity recognition, have proved insufficient to ensure minimum conditions of existence for the quilombolas and allow a reparation of the historical damages suffered by the slave colonial past. Therefore, it is inferred that, in the 'present', the threats of rupture and the political mechanisms of rupture, violation of rights and (in)direct attempts to discontinue the territory that marked the history of the process of territorial formation of Boqueirão still predominate. Moreover, with the imperativeness of a pre-established official history and the imposition of capitalist accumulation, in a scenario of segmentation and social inattention, the memories of the territory of Boqueirão reveal that the resistance of families to remain and continue their historiography is no different from the trajectory of struggle of many remnants of quilombos scattered throughout the country. These workers, enveloped by the contradictions of capital - labor, undertake, on a daily basis, mechanisms of struggle and resistance to strengthen the territorial bonds that bind them to the land and enable their existence.

Keywords: Territory. Memory. Quilombo. State.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- Mapa mental do território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA. Composição do agente comunitário de saúde, 2008.....	84
FIGURA 2 - Adaptação do mapa produzido pelo agente comunitário saúde do território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.....	86
FIGURA 3 - Área do território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.....	86
FIGURA 4 - Posto de saúde municipal do território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.....	87
FIGURA 5 - Escola municipal do território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.....	88
FIGURA 6 - Banco de dados do Observatório Terra Quilombolas / Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2022.	89
FIGURA 7 - Trecho que dá acesso ao território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.	92
FIGURA 8 - Membros do território tapando crateras em trecho de acesso ao território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.....	93
FIGURA 9 - Alagamento em área rural, próxima ao distrito de José Gonçalves, Vitória da Conquista-BA, 2021.	94
FIGURA 10 - Paisagem de caatinga, vegetação predominante no território quilombola do Boqueirão, em Vitória da Conquista-BA, 2022.....	95
FIGURA 11 - Erosão nas margens da estrada de acesso ao território quilombola do Boqueirão, no município de Vitória da Conquista-BA, 2022.....	98
FIGURA 12 - Sulcos no solo, em via de acesso no território quilombola do Boqueirão, município de Vitória da Conquista-BA, 2022.....	99
FIGURA 13 - Processo erosivo no solo no território quilombola do Boqueirão, município de Vitória da Conquista-BA, 2022.....	100
FIGURA 14 - Local de descarte de lixo no território quilombola do Boqueirão, município de Vitória da Conquista-BA, 2022.....	100
FIGURA 15 - Moradia com estrutura externa inacabada no território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.....	105
FIGURA 16 - Criação de porcos no território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.	114

FIGURA 17 - Casa de farinha do território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.	114
FIGURA 18 - Plantação de milho no território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.	117
FIGURA 19 - Representantes Comunitários do Território Boqueirão, o sr. J.B.S (Presidente da Associação à esquerda) e o sr. I.N.S. (Agente comunitário de saúde à direita), Vitória da Conquista-BA, 2022.....	156
FIGURA 20 - Reunião da Associação de Agricultores do Território Boqueirão, em 28 de maio. Vitória da Conquista-BA, 2022.....	158
FIGURA 21 - Reunião de moradores da região de José Gonçalves em festa junina, em 23 de junho 2018. Vitória da Conquista-BA, 2022.....	166

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Localização do território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.....	90
MAPA 2 - Localização do território quilombola do Boqueirão, na Unidade Geomorfológica do Patamares Médio Rio de Contas, em Vitória da Conquista, 2004.....	96
MAPA 3 - Localização da área do território quilombola do Boqueirão em Mapa de Solos do município de Vitória da Conquista-BA, 2004.....	97
MAPA 4 - Limites do município de Vitória da Conquista-BA, com destaque para a localização do território quilombola do Boqueirão, dentro da área de litígio, que envolve o município de Anagé-BA, 2022.....	124
MAPA 5 - Mapa de cotas altimétricas do território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.....	179

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Estado civil do responsável pela família no território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.....	102
GRÁFICO 2 - Auto definição em relação a cor e/ou raça do responsável pela família no território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.....	102
GRÁFICO 3 - Número de membros que residem na mesma casa no território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.....	103
GRÁFICO 4 - Material predominante na construção das paredes do domicílio no território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.....	104
GRÁFICO 5 - Grau de escolaridade do responsável pela família no território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.....	106
GRÁFICO 6 - Renda média da família por mês no território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.....	109
GRÁFICO 7 - Inserção da família no programa de governo Auxílio Brasil no território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA,2022.....	110
GRÁFICO 8 - Principal fonte de renda da família, no território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.	113
GRÁFICO 9 - Aquisição de crédito para o custeio de atividade agrícola no território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.....	120
GRÁFICO 10 - Razões da família não possuir linha de crédito junto aos bancos no território quilombola do Boqueirão Vitória da Conquista-BA, 2022.....	120

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Áreas territoriais dos municípios que fazem limites com Vitória da Conquista-BA, IBGE: 1991 e 2000.....	126
TABELA 2 - Síntese de perdas e ganhos de áreas territoriais, que fazem limites com Vitória da Conquista-BA, 2014.....	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA - Associação brasileira de Antropologia
ACN - Associação Cultural do Negro
ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AGU - Advocacia Geral da União
BR-116 - Rodovia Rio Bahia
CadÚnico - Cadastro Único para programas Sociais
CECRQ - Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombo
CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento de Desastres Naturais
CEMM - Centro Educacional Moisés Meira
CNAPIR - Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CF Constituição Federal
CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
Covid-19 - Corona Vírus/ 2019 (ano de referência dos primeiros casos)
Crqs - Comunidades Remanescentes de Quilombos Certificadas
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FCP - Fundação Cultural Palmares
FIG. - Figura
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária
IPHAN - Instituto Patrimonial Artístico Nacional
IFSP - Instituto Federal de São Paulo
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDH - Ministério dos Direitos Humanos
MNU - Movimento Negro Unificado
PBQ - Programa Brasil Quilombola
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNHR - Programa Nacional Habitação Rural

PNPIR - Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PPGREC - Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROUNI - Programa Universidade para todos
PSF - Programa Saúde da Família
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEC - Século
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPPIR - Secretaria Especial e Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPU - Secretaria do Patrimônio da União
T-D-R - Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFS - Universidade Federal do Sergipe
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
UNB - Universidade de Brasília
UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
2. TERRITÓRIO E MEMÓRIA: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	27
2.1 As bases fundantes do território e da memória	27
2.1.1 Território para além da base física.....	36
2.1.1.1 A (i)materialidade no e do território.....	47
2.1.2 Memória como constructo social eivado de contradições e conflitos: a memória para além das lembranças.....	55
2.2 Das memórias do quilombo ao território quilombola	65
2.3 Território quilombola: lugar de resistência	77
3. O REAL CONCRETO: O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO BOQUEIRÃO	82
3.1 Em busca do real concreto: da memória ao território real	83
3.2 As referências geoambientais do quilombo Boqueirão	91
3.3 As condições materiais de existência dos quilombolas do Boqueirão: a vulnerabilidade, a dependência e a desigualdade social vividas no campo	101
3.4 As expressões do trabalho na terra: o roçado, a molhação de canteiros e a casa de farinha, onde as memórias se renovam, os vínculos territoriais se fortalecem e os desafios são enfrentados	112
3.5 A disputa territorial para além da fronteira: quando o território não se encaixa no limite administrativo-jurídico	123
3.6 A participação do Estado na constituição e consolidação do quilombo Boqueirão	130
4. O PASSADO PRESENTE E O PRESENTE PASSADO: ENTRE MEMÓRIAS, ESQUECIMENTOS E SILÊNCIOS	144
4.1 O processo de formação territorial do Boqueirão: entre memórias, esquecimentos e silêncios	145
4.2 As memórias dos movimentos de luta dos remanescentes	150
4.3 O que as memórias revelam sobre as práticas sociais, os saberes e o conhecimento popular: a construção do território (i)material	160
4.4 A sobrevivência do quilombo entre permanências e rupturas	170
4.4.1 As ameaças de ruptura.....	170
4.4.2 As permanências que impulsionam a resistência	174
CONCLUSÃO	181
REFERÊNCIAS	189
APÊNDICES	203
ANEXOS	213

INTRODUÇÃO

Os territórios quilombolas vêm sendo objeto de estudos nas últimas décadas, em diferentes campos, a exemplo da Sociologia, Antropologia, Filosofia, Linguística, Genética, Saúde Coletiva, História, Geografia, entre outras ciências. No entanto, destaca-se, que só a partir do mês de agosto do ano de 2022, que o censo demográfico¹ no Brasil, começou a levantar informações detalhadas sobre as áreas remanescentes de quilombo espalhados em território nacional. A iniciativa foi implementada de forma inédita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com parcerias entre o Ministério dos Direitos Humanos (MDH), por meio da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); a Fundação Cultural Palmares (FCP), juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Embora atrasada, a inserção de novas referências sobre a realidade dos territórios quilombolas, foi assertiva e somará ao banco de dados do órgão, ao revelar, com detalhamento, como atualmente vivem as famílias nos territórios quilombolas e indígenas do país; produzindo assim, informações fundamentais com vista, ao planejamento, a construção de políticas públicas, a tomada de decisões e, igualmente, contribuirá para o aprofundamento de pesquisas futuras.

Para mais, outro estudo², também recente, feito pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e embasado em levantamento realizado pelo IBGE em 2020 (sobre o enfrentamento da Covid-19), aponta para a existência de mais de 3.400 territórios remanescentes de quilombos certificados no Brasil, mas, apenas 150 áreas de terra, foram tituladas. Existem, portanto, territórios quilombolas em quase todos os estados, exceto no Acre e Roraima, e os que possuem o maior número de territórios remanescentes são: Bahia (1.046), Maranhão (866), Pernambuco (389), Minas Gerais (1.021), Rio Grande do Sul (83) e Pará (516).

Observa-se, que o reconhecimento oficial dos territórios representa um avanço e, de certa forma, tem estimulado várias instituições envolverem-se em estudos sobre a temática, inclusive, algumas muito conceituadas, como a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) já desenvolvem em programas de pós-

¹Portal gov.br: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2022/08/ibge-inicia-censo-inedito-das-comunidades-quilombolas>

²Fonte: IBGE- Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19 (p.17) https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/9eab8499f5479b9751d5a6ef03b8c38f.pdf

graduação, linhas de pesquisa relacionadas a Relações Étnicas e Contemporaneidade; associadas com as categorias Memória e Educação. Destacam-se, vários estudos³ comprometidos em entender a origem e distribuição dos territórios quilombos, com aprofundamentos sobre os modos de vida, sobre as práticas sociais dos grupos, como também, para analisar as políticas de governo, adotadas nos últimos anos, avaliando os seus efeitos e alcances.

Tais elementos, reforçam o interesse por esse tipo de pesquisa e sinalizam para o fato que os espaços quilombolas, sempre constituíram campo favorável à realização de novos estudos, pois ainda há muito o que se aprender sobre os quilombos, em especial, os menores ou pouco conhecidos. É importante que se conheça aspectos, nem sempre presentes nas histórias contadas por terceiros; visto que, muitas são baseadas em generalizações, seguindo apenas os registros oficiais ou as memórias do colonizador. Tudo isso, vem compondo um terreno fértil para a pesquisa acadêmica e com essa perspectiva, o presente estudo se mostra rico em reflexões, ao ter como objeto de análise, um território pertencente a uma população negra rural, formada por trabalhadores que apresentam uma trajetória de lutas, de resistências e de desafios para sobreviver, como também, de relatos, que não podem ser perdidos.

Em estudo realizado pelas professoras Ana Elizabeth Santos Alves e Lia Tiriba (2018), sobre trabalho-educação, economia e cultura em comunidades tradicionais, discute-se a relação que existe entre a reprodução ampliada da vida e a reprodução ampliada do capital. Para as pesquisadoras, nesses territórios cooperativos existem fortes indicativos de submissão das relações ao modelo de produção capitalista, conforme ressaltam:

É no ambiente das comunidades tradicionais onde queremos refletir sobre as relações trabalho-educação, entendidas como unidade dialética. Tendo em conta que o trabalho de produção da vida social é em si educativo, nosso propósito é trazer à superfície evidências empíricas de práticas econômicas e culturais que, embora atravessadas por mediações do capital, são calcadas nos valores de solidariedade e cooperação. Essas evidências estão fundadas em modos de vida construídos em torno de relações sociais reproduzidas no interior das comunidades tradicionais, em que pesem a subordinação dessas relações ao modo de produção capitalista (ALVES; TIRIBA, 2018, p.137).

³Fontes: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/30504>; <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31305>; <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/16942/TESE%20%20Doutorado%20Andr%C3%A9ia%20Rosalina%20Silva%20PPGE%20-%20Quilombolas%20na%20P%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o%20%2016%20ago%202022.pdf?sequence=3>; [https://repositorio.usp.br/result.php?filter\[\]=about:%22QUILOMBOS%22](https://repositorio.usp.br/result.php?filter[]=about:%22QUILOMBOS%22); <https://www.observatorioevamario.ufscar.br/projetos/pesquisa> .

Com a mesma compreensão, interpreta-se que territórios quilombolas, como o do Boqueirão, é constituído por moradores, na condição de classe trabalhadora, que vêm sendo expropriados de suas terras e tendo os seus vínculos territoriais e práticas sociais ameaçados pelo modo de produção capitalista, que utiliza de mecanismos para ampliar a sua perversa lógica de domínio e expansão.

Em razão disso, e com o propósito de conhecê-los, foi-se ao encontro do quilombo Boqueirão, localizado no Sudoeste da Bahia, a aproximadamente 40km do centro urbano de Vitória da Conquista, no entorno do distrito de José Gonçalves; cujas terras foram ocupadas há décadas. Território, onde os remanescentes atualmente fazem uso para se manterem e garantirem a reprodução física, social, econômica e cultural. Um espaço herdado, ainda assim, assegurado por um processo histórico de luta e de resistência ancestral, mas, essencialmente, conquistado pela necessidade de continuidade e sobrevivência. Não havendo alternativas para os ascendentes e descendentes do território, coube-lhes, lutar/relutar e permanecer numa sociedade ainda desigual. Logo, compreende-se que para as famílias do Boqueirão, a ideia de continuidade tem significado ainda maior, passa a ter sentido de existência.

Todavia, mesmo com este cenário de (in)diferenças sociais, é importante lembrar, que as características identitárias e de territorialidade, particularizaram os grupos quilombolas e desse modo, desde 1988, foram reconhecidos oficialmente na Constituição Federal (no Artigo 68), bem como, reiterados por decretos e outras normas legais. Assim sendo, o território também constitui um espaço concreto, legítimo, conhecido como povoado ou comunidade de remanescentes quilombolas do Boqueirão, onde a pesquisa foi realizada.

Diante do exposto, é pertinente que se registre na pesquisa, como formou o interesse pelo território do Boqueirão, visto que o primeiro contato, ocorreu no dia primeiro de março de 2005, tempo que esse pesquisador, na condição de professor, se apresentou à unidade de ensino municipal, conhecida como Centro Educacional Moisés Meira (CEMM), tradicional escola do campo, somando mais de meio século de atividades pedagógicas desenvolvidas com os estudantes do distrito e do entorno.

Nos últimos quinze anos, ao ministrar aulas de Geografia para as turmas das séries finais, o educador agregou experiências, que também lhe oportunizaram conhecer um pouco da área remanescente de quilombo do local, pensar uma pedagogia para o campo e, especialmente, perceber a necessidade de inserção e valorização do discente quilombola que ali estuda.

Com o passar dos anos e um olhar mais afetivo, foi despertada certa atenção, para um grupo de estudantes que, de acordo a idade e a série, foram distribuídos nas várias turmas da

unidade escolar (CEMM). Sem a intenção de estereotipá-los, percebeu-se que os discentes se destacavam, pelo comportamento atípico, ao apresentarem-se menos interativos, sempre vergonhosos, revelando sotaques discretos e timidez ao se comunicarem, como também, dificuldade de aprendizagem; o que não é incomum, nessa faixa etária, inclusive entre os estudantes que não compõem a área remanescente de quilombo local. Outro aspecto observado, é que quase sempre, as meninas vinham para a escola, adornadas, com pulseiras, brincos, tranças e maquiagens; vestidas com roupas coloridas, e sorrisos marcantes; transparecendo um pouco da vaidade feminina a florada. Já os meninos, mais discretos, porém, sempre interessados nas atividades esportivas, relacionadas com os jogos de equipe, envolvendo especialmente a bola.

É importante esclarecer que as percepções iniciais não devem ser compreendidas como rótulos sociais, impostos a uma realidade empírica. Longe disso, refletem, apenas, as expressões e a beleza dos costumes e comportamentos da mocidade na época. Pois, no conjunto, registra-se que os estudantes dentro do espaço escolar se sentiram à vontade para demonstrar a juventude e a espontaneidade de viverem no campo.

Uma particularidade a se considerar, é que em meio as muitas conversas com a coordenação, com a direção e especialmente com os colegas educadores, que convivem a mais tempo com a população do território quilombola local, atentou-se para além das questões de aprendizagem, ao também se notar as dificuldades socioeconômicas que acometem muitos trabalhadores do distrito e do entorno. Tais circunstâncias, reforçaram o nosso olhar, tornando-o mais sensível à condição de vulnerabilidade em que vivem os estudantes e suas famílias. Observa-se, para além, que no grupo de discentes quilombolas, como em outros, que as privações existem, e tanto podem ter sido geradas pela dificuldade de sobrevivência, decorrente da falta de recursos financeiros, quanto pela insuficiente assistência do estado. Ademais, por viverem em territórios rurais, relativamente distantes da sede, os estudantes quilombolas conviviam com o conflito de sentirem-se despertencidos e confrontados pela difícil integração a vida urbana.

Outro aspecto a se destacar, é que são anualmente matriculados novos estudantes, que possuem idades, entre seis e quinze anos e quando concluem a etapa, afastam-se dos domínios da escola municipal, finalizando um ciclo. Nota-se, contudo, que nesta mobilidade, não demora muito a aparecer uma descendência, ou seja, os filhos dos filhos, sucedem os jovens pais quilombolas que concluíram, apresentando as mesmas características culturais, dificuldades de aprendizagem e infelizmente, como em outros territórios vizinhos, mantendo-se nas mesmas condições socioeconômicas de sua ascendência.

Ao refletir sobre a situação, sentiu-se a necessidade de conhecer as razões do contexto social recorrente, que tanto podem estar relacionadas a origem do grupo; às dificuldades de sobrevivência; às implicações conflituosas do passado, atreladas ao processo de formação territorial; quanto ao isolamento e a ausência de políticas eficazes de estado e de governo. Desse modo, o envolvimento do educador no contexto, motivou o desejo de conhecê-los melhor; compreender a dinâmica produtiva dentro do território, como também, perceber as relações e o dia a dia das famílias; se possível, contribuir para a reflexão da sua história. Por todas essas questões, o território de remanescentes quilombolas do Boqueirão firma-se como objeto de estudo desta pesquisa.

Embora, a diversidade de questões e possibilidades de investigação para os limites desse estudo, buscou-se resposta(s) para a questão central: como se deu o processo de formação do território quilombola do Boqueirão, no município de Vitória da Conquista-BA e a constituição dos vínculos territoriais?

No entanto, para responder à pergunta ou aprofundar na questão principal, foram necessárias problematizações secundárias, tais como: como se dá a participação do Estado no processo de constituição e consolidação do território quilombola do Boqueirão? Houve conflitos e disputas no processo de definição do território do quilombo Boqueirão? O que as memórias do território do Boqueirão revelam sobre os processos de luta e resistência?

Tais questões se entrelaçam, favorecem a compreensão da história dos remanescentes e colaboram para o entendimento da formação territorial, como também, trazem para o centro da pesquisa, discussões sobre o Território, sobre a Memória e sobre o Quilombo. Em vista disso, tornou-se imperativo revisitar as contribuições de teóricos que estudam o território tais como: Rafesttin (1993); Souza (1995); Oliveira (1996); Saquet (2003, 2007, 2011); Fernandes (2008a.b.;2015), entre outros; bem como, os que se dedicam ao estudo da memória, a exemplo de Pollak (1989); Nora (1993) e Le Goff (1990). Ademais, também, foram basilares as contribuições de Moura (1987,1981); Gomes (2015); Treccani (2006); Arruti (2008); Flavio (2013), Leite (2000), Canclini (2006), Thompson (1987), Almeida (2002,1999,1996), entre outros, ao trazerem elementos para a compreensão quanto ao modelo capitalista, classe social e o conceito Quilombo.

É oportuno esclarecer, que embora as categorias modo de vida e comunidade apareçam no texto, não se tem a pretensão de discutir tais conceitos, haja vista, assumirem uma pluralidade de significados, dificultando a compreensão nas diferentes interpretações que os envolvem, conforme reforçam Braga, Fiúza e Remoaldo (2017), “O conceito de modo de vida apesar de amplamente discutido na literatura internacional, carece de uma maior precisão em

termos da sua definição” (p.371) e acrescenta Schmidt (2013), ao afirmar que: “[...] a elasticidade do termo comunidade é tamanha, que este tem sido utilizado tanto em projetos conservadores como em revolucionários, democráticos e totalitários, de esquerda e de direita. Assim, abrange controversos pontos de vista e dissonantes discursos” (p.4). Reconhece-se, porém, que tais categorias são importantes e somam ao tema, todavia, o propósito da pesquisa se assentará nas categorias Território, Memória e Quilombo.

Quanto aos objetivos da pesquisa, tem-se como principal: analisar o processo de formação do território quilombola do Boqueirão e a constituição dos vínculos territoriais, mas, para isso, buscou-se também: entender o que as memórias do território do Boqueirão revelam sobre os processos de luta e de resistência; conhecer as características sociais dos trabalhadores e os meios de sobrevivência no território Boqueirão; identificar as dificuldades vividas pelas famílias e as estratégias de resistência para permanecer no território Boqueirão; verificar a existência de conflitos e disputas no processo de definição territorial; compreender a participação do estado no processo de constituição e consolidação do território Boqueirão e entender as relações de solidariedade estabelecidas entre os moradores, ao dividirem o mesmo território.

Desse modo, ao desnudar as relações internas e ao rememorar a história territorial construída pelos remanescentes até aqui, compreende-se que a avaliação dos vínculos territoriais, seja com a terra ou entre os seus pares, foi fundamental para se entender as razões pelas quais o território se firma ou se constitui. Destaca-se, ainda, que não houve a intenção de descrever a história linear do quilombo (com início, meio e ‘fim’) e nem seria possível reconstruí-la desse modo, haja vista, se tratar de um processo histórico coletivo; ademais, muitos registros não existem e os moradores mais antigos já estão falecidos. Contudo, a todo tempo, teve-se o cuidado em preservar as compreensões e espontaneidades dos relatos, além do respeito a privacidade das pessoas, sobretudo, por lidar com ‘fragmentos’ das memórias de uma descendência.

Sobre este último ponto, esclarece-se que o entendimento quanto aos vínculos territoriais, o qual a pesquisa aborda, assenta-se nas contribuições dos geógrafos⁴ Álvaro Luiz

⁴Álvaro Luiz Heidrich, professor Titular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desenvolve pesquisa e orientação em Geografia Social, com ênfase no estudo dos vínculos territoriais, territorialidades humanas, apropriação do espaço e práticas espaciais e Orlando Albani de Carvalho, professor-adjunto do Curso de Geografia na ULBRA/RS (Universidade Luterana do Brasil) nas modalidades presencial e EAD. É autor de material pedagógico (livros-textos) no curso de Geografia/ EAD da ULBRA com destaque para Geografia Política e Organização do Espaço Geográfico Mundial e Dinâmica Territorial do Brasil.

Heidrich e Orlando Albani de Carvalho (2001), por se aproximarem da ideia, de relação entre o território quilombola e os três níveis de inclusão: apropriação, valorização e consciência, apontados pelos pesquisadores. Os autores esclarecem:

[...] vínculos territoriais consistem fundamentalmente em três expressões: apropriação, valorização e consciência. A apropriação do espaço consiste na criação dos territórios em seu duplo sentido de posse e adequação. A valorização do espaço, na prática humana, social, da transformação do espaço, na criação de estruturas e lugares ligados à sobrevivência, no trabalho, na habitação, etc. A imaginação do espaço refere-se a uma consciência e um sentimento de pertencimento a um lugar ou território, consiste no campo da identidade e relaciona-se com a intencionalidade com a qual se faz a representação de nossas ligações, constroem-se os mitos e se definem os agrupamentos humanos (HEIDRICH; CARVALHO, 2001, p.75).

Heidrich (2001), defende que o estabelecimento e a manutenção de um território estão diretamente relacionados aos vínculos territoriais de determinada territorialidade. Acredita-se, portanto, que não é diferente com o Boqueirão, visto que os vínculos da população com o território, são meios de humanização do espaço e igualmente uma forma de resistência. Assim, também se concorda com os pesquisadores, que ações de apropriação, transformação, afetividade e consciência do espaço: “Constituem um caminho de construção da desalienação, de participação consciente na integração política-econômica-cultural, de condução da vida. O sujeito social se completa nessas dimensões. Nela, tem a sua existência circunscrita” (HEIDRICH; CARVALHO, 2001, p.80). Conforme Heidrich e Carvalho (2001), os vínculos territoriais confirmam que na condição humana, existir, pressupõe não somente ter acesso a um espaço para realizar transformações, mudanças; contudo, implica em relacionar-se, envolver-se, e ainda assim, ter a consciência disso.

Quanto ao método, o estudo privilegia a análise dialética; por aprofundar a interpretação da realidade social; por compreender as famílias quilombolas do campo, como trabalhadores rurais; por entender que o sistema capitalista promove um desenvolvimento desigual e combinado, que gera situações de injustiça social e por permitir entender as contradições inerentes ao objeto de pesquisa, além de articulá-lo com a totalidade; e mesmo que a nossa existência partilhe um espaço amplo, que abarque a todos, vivemos de fato, numa sociedade desigual. Dessa forma, faz-se uma abordagem qualitativa, ao considerar que os fatos não podem ser lidos fora do contexto histórico, político, econômico e social, sem, no entanto, desprezar a quantificação, todavia, analisando-a para além da naturalização e da absolutização dos dados.

No que se refere ao percurso metodológico da pesquisa, foi pensado de modo a, num primeiro momento, priorizar a revisão bibliográfica e o aprofundamento teórico, além da realização de estudos e pesquisas locais e curadoria de obras e autores. Após submissão e aprovação pelo Conselho de Ética da UESB, foram realizados estudos cartográficos, para se chegar a demarcação aproximada do território e reconhecimento físico da área. Registra-se aqui, o enorme esforço empreendido para tal ação, tendo em vista, a distância do território, as dificuldades de acesso, a inexistência de material cartográfico oficial e a falta de registros e/ou documentos sobre o território.

Em campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a população do Boqueirão, juntamente com um líder comunitário e com o representante da Associação de moradores. A aplicação de questionário, com os responsáveis de cada família, se deu numa amostragem de 10%, das duzentas e vinte cinco famílias que residem no território, todavia, com moradores residentes em trechos separados. Os questionários foram aplicados presencialmente, por meio do *software Google Forms*⁵.

Ressalta-se que ao dar visibilidade aos relatos, conservou-se a originalidade das expressões usadas, sem alteração na grafia e o modo de falar dos entrevistados, por compreender que apresentam considerações pessoais. Em respeito aos participantes, foi inserido no corpo da dissertação, o vocabulário original, por expressarem a identidade do grupo, gerado das manifestações espontâneas, portanto, devem ser examinados de modo contextualizado e com respeito às diferenças.

Considera-se, que por meio da observação, da análise da realidade concreta, respaldados nas narrativas dos moradores, em especial, dos depoimentos dos líderes comunitários e à luz dos alicerces teóricos, pode-se ter a compreensão quanto a formação, quanto ao envolvimento e a consciência da população negra, acerca de sua origem e de sua trajetória de sobrevivência, igualmente, quanto ao seu engajamento na luta por direitos e conquistas.

A propósito, Thompson (1987), em sua obra “A Formação da Classe Operária Inglesa”, afirma que a consciência de classe “[...] é a forma como as experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (p.10). O historiador compreende a ideia de classe social pelo homem histórico, inserido no processo de formação social e cultural num determinado tempo. O autor esclarece:

⁵ Google Forms é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google. Os usuários podem usá-lo para pesquisar e coletar informações sobre outras pessoas e também para construção de questionários e formulários de registro.

Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é coisa, é um acontecimento (THOMPSON, 2001, p. 169).

Se aproximou das convicções de Thompson (2001), por apresentar o conceito de classe social, por meio da consciência de grupo, que se manifesta na forma como vivem os trabalhadores. Para o historiador, esse entendimento se mostra como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), conforme os trabalhadores sentem e articulam a identidade de seus interesses, contra outros homens, cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. Não seria diferente em relação aos trabalhadores quilombolas.

Ainda sobre os relatos e memórias, é relevante destacar esse importante momento, no qual se ouve os membros do território e a sua liderança. Este foi um tempo, em que se fez necessária à imersão nas narrativas dos moradores e das famílias quilombolas, tanto para se interpretar as memórias presentes na oralidade dos mais velhos, quanto para refletir sobre as lembranças dos contemporâneos. De acordo a Lowenthal (1998), “[...] as lembranças inspiram confiança” (p.87), por serem relatos do grupo, com registros consistentes de uma época, ainda que algumas memórias se percam, outras vão se avolumando no transcorrer da vida. O autor acrescenta:

Lembranças, [...], tendem a se acumular com a idade. Embora algumas estejam sempre se perdendo e outras se alterando, o estoque total de coisas recordáveis e recordadas aumenta à medida que a vida transcorre e as experiências se multiplicam (LOWENTHAL,1998, p.78).

Mesmo que alguns fatos ou situações vividas, tenham sido esquecidas, tudo o que for lembrado pelos trabalhadores, podem ser informações importantes, que acrescentam à formação do território; especialmente quando revelam uma relação entre eventos do ‘passado-presente’ e às condições de vida do ‘presente-passado’. Muitas dificuldades vividas na atualidade podem ser fruto de uma herança colonial imposta, de uma política social perversa e persistente, que atinge as novas gerações que vivem no quilombo. Adversidades estas, ora demonstrada de maneira explícita nas privações do dia a dia, ora manifestadas sutilmente pela resistência implícita nas práticas sociais ou nas relações de poder estabelecidas. Em síntese, a história e a formação territorial do Boqueirão pode ser preciosamente revista e ressignificada.

Prosseguindo no estudo, é oportuno esclarecer que a pesquisa, ao se aproximar da memória, assenta-se na ideia de tempo coexistente. Esse pensamento possui uma base na teoria do espaço tempo unificados, proposta por Albert Einstein em 1915; uma vez que na teoria da relatividade o físico alemão, propõe que o espaço-tempo toma forma de maneira múltipla ou contínua.

Soma-se a essa defesa, o filósofo francês Henri Bergson (1896/1999), na obra “Matéria e Memória”; o autor advoga que a memória não consiste, em absoluto, numa regressão do presente ao passado, mas, pelo contrário, num progresso do passado ao presente. Mas, algumas questões se ascendem: Como o passado pode conservar-se a si mesmo se, por hipótese, ele já deixou de ser? Para Bergson (1999), “[...] a questão consiste em saber se o passado efetivamente deixou de existir, ou se ele simplesmente deixou de ser útil” (p. 175). O presente, no que lhe diz respeito, é definido como o que existe, mas o filósofo (1999), afirma que ele é simplesmente o que se faz. Se o presente for entendido como um limite indivisível entre o passado e o porvir, nada existe menos que o momento presente: “Quando pensamos esse presente como devendo existir, ele ainda não existe; e, quando o pensamos como existente, ele já passou” (BERGSON, 1999, p.166). Para além, outros estudos mais contemporâneos acrescentam, a exemplo, dos defendidos pelo professor de filosofia, Bradford Skow, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts nos EUA, em que apresenta as suas compreensões no artigo “Era uma vez o espaço-tempo” (2005), além do livro “Tornar-se objetivo” (2015).

Em síntese, os autores sustentam, que o tempo como se conhece não é absoluto; em outras palavras, não é linear como se concebe. “A distinção entre passado, presente e futuro é apenas uma ilusão teimosamente persistente” como afirmou Einstein (1915). São esses pressupostos de coexistência temporal que determinam o título desta pesquisa, a qual, deixa marcada a ideia do passado presente e o presente passado que permeará as análises da passagem do tempo na realidade concreta.

Mas, retomando o percurso metodológico, também foram agendadas entrevistas com representantes institucionais: da Coordenação de Igualdade Racial e das Secretarias de Desenvolvimento Social, de Agricultura e de Educação do município de Vitória da Conquista-BA. E numa outra frente de levantamento de informações, foram alçados documentos, como o estatuto da associação do quilombo Boqueirão, a ata de eleição da diretoria, o registro cartográfico construído pelo líder comunitário e pelo pesquisador; além de registros fotográficos dos espaços visitados. Somados, aprofundaram as reflexões e qualificaram a pesquisa, visto que os dados coletados e as informações captadas, subsidiaram as análises que se estruturam no texto dissertativo, em três seções, além da introdução.

Na segunda seção, inicia-se a imersão nos princípios teóricos que discutem as bases fundantes do Território e da Memória, haja vista, se tratarem de alicerces que aprofundam a análise, enriquecem o estudo por serem conceitos em constante evolução, além de apresentarem diferentes concepções. A discussão sobre o território, parte da compreensão de que o conceito e suas transformações são essenciais e devem ser articuladas aos encontros do homem do campo e à questão fundiária. Em paralelo, no campo da Memória, encontra-se importante contribuição à pesquisa, pois, acredita-se que por meio dela, é possível reconstruir, ainda que parcialmente, a história de luta da população negra do Boqueirão, especialmente ao contar com narrativas, que revelam possíveis avanços e retrocessos do território.

Outros conceitos abordados na seção, mas, sem a pretensão de ser exaustivo, referem-se às compreensões do termo “Quilombo”, como também, o significado da expressão “Remanescentes”. O primeiro, apresenta-se como um conceito que atendeu perfeitamente aos interesses da política colonial, pois a opressão do cativo permaneceu durante 388 anos. O segundo, demonstra que as áreas de população negra consideradas remanescentes e que foram abolidas da condição de fenômeno histórico, buscam, na atualidade, se libertarem da ideia que os mantém presos ao quilombo colonial, mas, os trabalhadores continuam a lutar por reconhecimento e inserção social. E ao final da seção, discute-se o território, sobretudo, na perspectiva de lugar de resistência.

A terceira seção, cumpre o objetivo de apresentar o território ‘real concreto’, para tanto, identificam-se as características geoambientais da área; destacam-se as condições concretas de existência dos moradores e as expressões do trabalho na terra (levantamento e análise de dados estatísticos) e evidencia-se a existência de disputa territorial para além da fronteira, como também, reflete-se sobre a tímida participação do Estado na constituição e na consolidação do território quilombola.

Na quarta seção, problematiza-se sobre o processo de formação territorial do Boqueirão; rememora-se sobre a importância dos movimentos de luta da população negra, desde os anos de 1930. Para mais, apresenta-se uma subseção que aborda sobre as práticas sociais e o conhecimento popular local, que tanto contribuem para os vínculos internos, mas quem vêm desaparecendo ao longo do tempo. Encerra-se o estudo, ao discutir sobre os mecanismos de ruptura e sobre as estratégias de permanência dos trabalhadores quilombolas.

Por fim, apresenta-se a conclusão desse estudo, com a convicção de que não são finalísticas, pois antes, representa uma, dentre as diferentes leituras possíveis do objeto; ao tempo em que, abrem outras questões para futuras investigações.

SEÇÃO II

2 TERRITÓRIO E MEMÓRIA: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

O caminho percorrido pelas famílias camponesas negras no Brasil sempre foi marcado por histórias de luta e de resistência, desse modo, a formação de territórios quilombolas se destacou pelas implicações econômicas à estrutura agrária colonial, uma vez que, sua constituição caracterizou-se como uma das formas mais organizadas de oposição ao regime escravocrata e ainda por trazer uma reconfiguração territorial e novas formas de produção socioespacial, conforme esclarece Moura (1993). Nessa segunda seção, discute-se as bases fundantes do território e da memória, por tratarem de alicerces teóricos que balizarão as análises, como também, destaca as abordagens, os avanços e os desdobramentos na evolução dessas categorias.

A discussão sobre o território parte da compreensão de que o conceito e suas transformações são essenciais e devem ser articulados à questão fundiária; desafio que os remanescentes contemporâneos, a exemplo do Boqueirão, enfrentam desde sua origem. Conjuntamente, no campo da Memória, encontra-se valiosa contribuição à pesquisa, tanto pela oportunidade de revisitação, ao permitir conhecer a riqueza das práticas sociais de um povo, quanto pela possibilidade da descoberta, de um passado presente e de um presente passado, suscetível a contradições, interesses, tensionamentos ou formas de dominação e exploração social, que se materializam pelo uso do poder e controle do território.

2.1 As bases fundantes do território e da memória

Os estudos sobre o território são históricos, densos, mas fecundos e transitam desde Ciências da Natureza às Ciências Humanas, entre elas destacam-se: a Sociologia, a Economia, a Antropologia, a História, entre outras. A categoria é analítica e passou a ser tema central, muito utilizado por diferentes instituições envolvidas na elaboração e planejamento de políticas estatais e de governo, especialmente, voltadas para o desenvolvimento urbano e rural. Desse modo, observa-se que neste campo temático o debate é clássico, renova-se ao longo da construção da ciência geográfica, firmando-se como conceito valioso e aperfeiçoa-se a cada tempo, sob diferentes abordagens.

Definir um conceito, tem sido uma tarefa desafiadora, pela complexidade de suas dimensões e por instigar interpretações e pontos de vista controversos. O fato é que a categoria se apresenta como uma das grandes discussões geográficas, especialmente a partir do final do século XIX, em que a ciência se consolida oficialmente e institucionalmente. Na busca pela formulação de um conceito suficiente, ou seja, uma abstração, que dê conta de compreender a malha de relações e o conjunto de complexos processos envolvidos, infere-se que o território tem apresentado, no transcorrer da história do pensamento geográfico, diferentes designações, conforme o contexto, o arcabouço teórico ou o referencial filosófico e ideológico a tratá-lo.

O dicionário da língua portuguesa o define como “[...] uma extensão considerável de terra” (FERREIRA, 2009, p.1941). Juridicamente, “[...] exprime toda extensão da superfície terrestre ocupada por um povo”, e, politicamente, a “[...] coletividade fixada nas terras que, devidamente limitadas ou definidas, compõem a extensão geográfica” (SILVA, 2006, p.1389).

Ao revisitar a etimologia do termo, o professor e geógrafo Rogério Haesbaert (2006), ressalta que a origem da palavra território nasceu do latim “*territorium*”, com sentido de área delimitada por terra, porção de terra ocupada, isto é, área sob jurisdição específica, ou seja, o termo está ligado a poder. Quanto à origem, nota-se um duplo sentido, pois o *territorium* como apropriação da terra e também o *territor* (terror, aterrorizar), associa-se com a relação de dominação da terra e o medo (de não poder entrar no “*territorium*”). Le Berre (1992), acrescenta que: “[...] na língua francesa, *territorium* deu origem às palavras *terroir* e *territoire*, este último representando o ‘prolongamento do corpo do príncipe’, aquilo sobre o qual o príncipe reina, incluindo a terra e seus habitantes” (p.603, grifo do autor). Contudo, a primazia do conceito, cerceado aos limites físicos terrestres, não mais se adequa aos estudos contemporâneos.

Todavia, desde o século XIX o conceito já era explorado nas obras e reflexões do pioneiro Friedrich Ratzel. Havia um esforço para sistematizar a Geografia, como um campo científico autônomo, o qual o geopolítico alemão destacava a categoria em sua interface entre o homem e sua interação com a natureza, como também na relevância do território para a existência do Estado moderno.

O território em Ratzel, conforme Moraes (1990) apresenta-se como “[...] espaço concreto, determinado pelo solo, apropriado por um grupo e sendo formador de sua identidade cultural” (p.73). A análise geográfica fundamentou-se nos pressupostos metodológicos e filosóficos positivistas, baseados na observação, descrição, comparação e classificação, apresentando a Antropogeografia como uma ciência comparada, desse modo naturaliza o povo e o território, sempre o ligando ao Estado-Nação. A escala de análise compreendida coloca-o

preso a grandes estruturas políticas, de certa forma deixando-o “engessado”, diminuindo a possibilidade de fluidez, como reforça Becker (1983):

A abordagem clássica da geografia política, inaugurada com a obra de Friedrich Ratzel em final do século XIX, esteve, por um bom tempo, centrada no Estado-nação como unidade exclusiva de poder e única realidade representativa do político; e no território como fonte básica de poder do Estado, por sua vez entendido como um produto do meio físico (BECKER, 1983 *apud* ALBAGLI, 2004, p.46).

O solo, portanto, passou a ser o elemento fundamental do Estado, de sua unidade, de sua solidez e de seu pertencimento, condicionando, entre outros aspectos, o crescimento espacial. A interpretação dessa abordagem ratzeliana pode ser vista em Moraes (1990), quando o autor destaca, que embora a ciência política tenha ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território, não poderia jamais, ter qualquer fundamento seguro. “[...]sem território, não se poderia compreender o incremento da potência e a solidez do Estado (MORAES, 1990, p. 73-74)”.

A propósito, desde o século passado, a corrente neoliberal (décadas de 1970/80), vem defendendo a ideia de que o Estado foi enfraquecido, sobrecarregado de obrigações ao direcionar gastos em benefícios sociais para custear o Keynesianismo. Segundo os ideólogos, vários Estados endividaram-se e no território latino americano, por exemplo, o Consenso de Washington recomendou ao Banco Mundial e FMI estabelecerem medidas duras de reorientação dos gastos públicos, com prioridade aos setores econômicos, fortalecimento da propriedade privada, privatizações e política do Estado mínimo, objetivando conter as crises econômicas sistêmicas. Assim, a política ideológica motivou conflitos e redefinições do conceito de território, especialmente porque passaram a utilizá-lo como mecanismo de dominação, o que também gerou resistência e reações de oposição. No entanto, Meszáros (2012), adverte quanto aos verdadeiros interesses do capital:

[...] o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas frequentemente sonhem com (ou ainda, reivindicuem) a realização de exatamente isso (MESZÁROS, 2012, p. 795).

Não é incomum a percepção de que muitos espaços, urbanos ou rurais, envolvidos por povos e nações, nas suas diferentes associações políticas e sociais, exibam territórios que passaram a ser produzidos e reproduzidos de forma conflitante, suscitando relações intrincadas e desarmônicas. Exemplo disso, são os povos latino americanos que foram vítimas do capital transnacional ao determinar as políticas de desenvolvimento socio territorial prevalecente em vários países. Logo, tornou-se urgente e conveniente a permanência da centralidade territorial, que assegurasse os avanços do capitalismo no mundo. É certo que neste contexto de confrontos e interesses, reemergem com força os estudos referentes ao território, considerando-o fundamental à existência do Estado.

Outro aspecto histórico e pertinente ao debate em Ratzel, reside na forte conotação de ligação da população com o espaço físico, a terra, por meio do criticado conceito de ‘espaço vital’. Ele traz o conceito de *lebensraum* ‘espaço vital’, formulado em meados do século XIX, logo após o processo de unificação territorial alemã, 1871 (MORAES, 1990). O espaço vital trata da necessidade de o Estado ter o direito de atuar sobre uma área geográfica, que garanta as condições de sobrevivência de uma determinada sociedade. Essas formulações inspiraram a política territorial no período imperialista, sendo responsável, em grande medida, pelas guerras européias, que objetivavam a expansão como estratégia para obtenção do domínio territorial.

Conforme Moraes (1990), o espaço vital para Ratzel, referia-se à porção territorial necessária ao desenvolvimento econômico e social de um povo, mas é importante lembrar que os avanços técnicos e tecnológicos na atualidade, permitiram ao homem dominar os recursos a serem utilizados, desvinculando a sociedade da dependência quanto aos desafios impostos pela natureza em tempos passados. Moraes (1996), acrescenta que: “[...]o solo se impõe mais na história do Estado que na da sociedade; isto deriva da maior amplitude das porções do território sobre o qual a propriedade daquele se exerce” (p.73). Ratzel defendia a ideia de que o Estado garantiria ao povo o desenvolvimento nos seus respectivos territórios e a extração das condições concretas à sua sobrevivência. Exemplos como: vestimentas, moradia, energia e especialmente o alimento, eram considerados requisitos indispensáveis ao ser humano em qualquer época de sua história. Moraes (1990), sinaliza:

[...] a alimentação representa a necessidade mais imperiosa tanto para o indivíduo como para a sociedade, pois as obrigações que impõe tanto a essa quanto àquele precedem a todas as outras. Quanto maior é a segurança com que a agricultura provém às necessidades de alimentação, tanto mais se torna possível ao povo fixar-se sobre um território (MORAES, 1990, p.75).

Neste contexto, observa-se que: “[...] o território concreto, ora aparece como sinônimo de ambiente, ora como solo, ora como Estado-Nação” (MORAES, 1990, p.175). No entanto, a ideia de terra como mercadoria, pertencente a alguém, é contraditória e equivocada, pois não se vincula necessariamente à propriedade, mas à sua apropriação. Assim, o território conceitualmente atrelado a Geografia Política assume uma dimensão afetiva, porém estabelecerá uma conexão perigosa e excludente, sendo condicionado a interesses diversos, conforme raça, religião, renda, gênero ou grupo social dominante. É relevante que se faça a crítica à geografia de Friedrich Ratzel, pois o geógrafo finca suas bases filosóficas e metodológicas no positivismo, ao trazer referências em Darwin (1859), Lamarck (1802), Comte (1851), Ritter (1865), Spencer (1851); pensadores que sempre manifestaram posturas, profundamente empiristas e naturalistas, sobretudo, ao fortalecerem o discurso, no que diz respeito ao território e à sua compreensão de poder, estritamente associado às estratégias de ação do Estado-Nação.

A subordinação da geografia ao positivismo reduz o território e sua realidade ao mundo dos sentidos, restringindo os fenômenos apenas a aspectos visíveis, palpáveis, mensuráveis e quanto aos procedimentos de análise, assenta-se no método indutivo como a única via para chegar à explicação científica.

[...] a descrição, a enumeração e classificação dos fatos referentes ao espaço são momentos de sua apreensão, mas a Geografia Tradicional se limitou a eles; como se eles cumprissem toda a tarefa de um trabalho científico. E, desta forma, comprometeu estes próprios procedimentos, ora fazendo relações entre elementos de qualidade distinta, ora ignorando mediações e grandezas entre processos, ora formulando juízos genéricos apressados. E sempre concluindo com a elaboração de tipos formais, a-históricos, e, enquanto tais, abstratos (sem correspondência com os fatos concretos). Assim, a unidade do pensamento geográfico tradicional adviria do fundamento comum tomado ao Positivismo, manifesto numa postura geral, profundamente empirista e naturalista (MORAES, 1996, p.22).

No entanto, estudos iniciados no pós-guerra, amparados pela ciência moderna, trouxeram um renovo ao pensamento geográfico e avançaram nas próximas décadas, ao buscarem respostas satisfatórias às muitas questões territoriais geradas no pós-guerra. Havia um cenário caracterizado por territórios fragmentados, fracionados, como também a imperiosa necessidade de compreensão quanto a complexidade socioespacial que marcou esse novo tempo espaço.

Entre as décadas de 1950 a 1970, surgiram publicações no exterior, especialmente na França e Itália, influenciando o Brasil nos anos oitenta e especialmente na década de 1990.

Sobressaem pensadores como Claude Raffestin, da Universidade de Genebra, ao incorporar novos elementos e argumentos ao território, na obra “Por uma geografia do poder” em 1993.

Raffestin (1993), traz significativas contribuições ao tema, ao aprofundar-se nos estudos sobre território e territorialidade, sendo muito influenciado pelos trabalhos do filósofo e historiador francês Michel Foucault. Raffestin (1993), compreende que o território se constitui como resultado de uma apropriação social, seja de forma concreta ou abstrata, o que provocou a chamada territorialização do espaço. “A forma concreta é a construção dos elementos espaciais por meio do trabalho e das técnicas, e a forma abstrata consiste na soma dos elementos imateriais presentes no sistema simbólico-cultural” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Com essa compreensão, o território, em Raffestin (1993), “[...]é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (p.144). Para o autor, nessas condições, “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (1993, p.144). Afirma, ainda, que o espaço antecede o território e preexiste a qualquer ação. Lembra, que na corrente marxista, o conceito de espaço não possui valor de troca, mas somente valor de uso. É tido como matéria-prima ou realidade material preexistente, com possibilidades, sujeito à práticas, usos e intenções de conquista. “Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.144). E explica:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço. Lefebvre (1978) mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas etc” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

O sociólogo francês Henri Lefebvre (1983), faz um breve esclarecimento sobre o território, no qual registra que o mesmo, por ser constituído pelo movimento histórico, apresenta-se nas relações sociais capitalistas, sendo definido pela forma de produção, circulação, distribuição e consumo. Se firma ou equilibra-se por diferentes meios de articulação, em que o Estado passa a ser o órgão regulador e ao usar legislação específica, legitima suas ações de controle. Portanto, a produção do território, visível ou não, em suas malhas, redes e

nós (RAFFESTIN,1993), passa a ser constituído por sua dinâmica histórica; materializa-se no cotidiano, mas se estabelece especialmente em decorrência das lutas de classes.

Ao pensar sobre a produção do espaço na antiguidade, a exemplo dos territórios na Grécia, Raffestin (2005) observou que os mesmos foram constituídos por elementos de uma paisagem rural e urbana elaboradas num plano geométrico. Mas, ao longo dos séculos foram sendo transformados, num progressivo processo de composição, decomposição e recomposição espacial, os quais acentuaram-se durante o século XVIII pelas imposições da Revolução Industrial. Hoje, os territórios são modificados conforme o ritmo dos interesses e pelo domínio de novas técnicas. O autor reforça que a sociedade moderna ao dominar os recursos, pode criar tudo o que deseja e por meio do acesso à informação tem necessidade da matéria, da energia e do espaço como suporte para as transformações.

O território, porém, não se constitui exclusivamente na materialidade, nas transformações, na forma geométrica, na aglomeração ou na fluidez de conhecimentos e informações. Todavia, se firma nas complexas relações sociais e decisões que inserem os grupos, as classes, os interesses, os recursos, as vantagens, as perdas e ganhos envolvidos; produzindo assim, diferentes níveis hierárquicos, embates e formas de dominação ou apropriação do território. Nesse debate, propõe-se pensar a categoria contextualizada historicamente, vinculada aos conflitos e relações de poder que se estabelecem entre as classes sociais e o território. Trazer argumentos que contribuam para o pensar a formação do território quilombola, tanto numa dimensão material, quanto em suas práticas sociais. Esse entendimento será retomado por outros teóricos, como se verá mais adiante.

Quanto a categoria Memória, muito tem contribuído para as pesquisas nas ciências humanas, ao trazer estudos respeitadas, alguns tradicionais e outros mais contemporâneos, mas o fato é que são numerosas referências e uma diversidade de abordagens e aprofundamentos. Nota-se que a preocupação é antiga, ao orientar novas forma de pensar o mundo, ou melhor, remete a sociedade a uma ampla reflexão sobre as teorias do conhecimento (do precursor e iluminista John Locke, séc. XVIII). Isso é válido, tanto para os saberes práticos, acumulados historicamente, quanto, para compreensão sobre a maneira como se transmite esses saberes; em outros termos, a memória, no sentido amplo, refere-se a apropriação e ao uso privado e público dos fatos vividos, das experiências ouvidas, da linguagem, das regras sociais e políticas, da estruturação do psíquico, dos antecedentes cognitivos: motores, sensitivos e intelectuais, enfim, envolve a disposição das pessoas em guardar informações no cérebro; mas quando necessário, revisitá-las, aprender sobre elas, omiti-las ou até esquecer-las, conforme o interesse.

A discussão a seguir, traz alguns autores tradicionais, no entanto, sem nenhuma pretensão de exaustividade do tema. Apresenta abordagens europeias, ao sinalizar as contribuições de pensadores clássicos desde a antiguidade: Diógenes (499 - 428 a.C.); Platão (427-347 a.C.); Aristóteles, (384-322 a.C.); Tomás de Aquino (C.1225-1274) e posteriormente outros teóricos da modernidade, do final do séc. XIX e séc. XX como Ebbinghaus (1885); William (1890); Binet e Henri (1894); Lobsien (1902) e Netschajeff (1900); Miller (1956) e Posner (1980).

O interesse pela categoria Memória se deu desde os gregos e o professor Posner (1980) menciona Diógenes (499 - 428 a.C), de Apolonia; filósofo pré-socrático (séc. V, a.C.), que ao abstrair sobre o tema sugeriu a relação da memória com o ar. Em suas observações, entendeu que as pessoas respiravam com maior facilidade após rememoração de um fato esquecido e associou esse processo ao ato de tomar fôlego. Segundo Posner (1980), o filósofo grego busca explicar os mais diferentes fenômenos em razão desse ‘ar infinito e consciente’. Para ele, a alma seria constituída por um ‘ar pensante’, que enquanto os indivíduos vivem e respiram, ele se manifesta, porém, ao se esvaír de nós, morremos.

Já a memória, em Platão (427-347 a.C.), seria semelhante a uma reprodução de cera, preservada de modo como o fato ocorreu e, caso se perdesse, não havia sido vivenciado realmente. A filosofia do discípulo de Sócrates, apoiava-se se na teoria de um mundo perceptível por meio dos sentidos; embora, também o compreendesse como essencialmente abstrato, confuso e ilusório.

Em Aristóteles (384-322 a.C.), a memória não significa unicamente conservar os traços pretéritos e tomá-los novamente por objetos. Em seus escritos: “Da memória e da reminiscência”⁶, examina a função das imagens no exercício do pensamento. Para Veloso (2002), o filósofo grego buscou, durante anos, entender o processo de rememoração ou reminiscência e tratou da organização espontânea das representações mentais, como de seus encaminhamentos anormais e inconscientes. Aristóteles aborda a questão da memória, por entender ser essencial a compreensão dos estados psíquicos, para a teoria do conhecimento, bem como, para o significado da identidade pessoal. As percepções em Veloso (2002), ao estudar a obra do filósofo, é de que a memória não é, portanto, nem concepção, nem percepção, mas um estado ou alteração de uma delas, condicionada pela imprecisão temporal. Também observou, que para Aristóteles não existe memória do presente, enquanto presente, pois este é

⁶Este tratado de Aristóteles está contido entre as obras da Parva Naturalia, um conjunto de pequenos tratados sobre a física e a antropologia filosófica e em Veloso, C. Aristóteles. Da Lembrança e da Rememoração. De Memória et Reminiscencia. Cadernos de História e Filosofia da ciência, Série 3, v. 12, n. especial, jan.-dez. 2002.

apenas o tempo da percepção, e o futuro refere-se a expectativa, mas o objeto de estudo da memória é o passado. Logo, a memória, implica em um tempo decorrido, uma passagem que se foi.

Acrescenta-se a discussão, as ideias do italiano Tomás de Aquino (século XIII), teólogo, filósofo e professor, conhecido como “Príncipe da Filosofia Escolástica” na Idade Média. Suas reflexões também se voltaram para a análise do tratado de Aristóteles. Investiu esforços ao investigar a natureza da memória, tanto no seu sentido estrito, ou da lembrança, quanto no propósito da reminiscência, entendida como a capacidade de evocar o passado. Neste campo, buscou compreender os caminhos trilhados na dimensão do intelecto, na apropriação das imagens pelo pensamento, na organização das representações mentais em seus processos voluntários e involuntários e na construção do conhecimento. Estudioso da filosofia clássica, o religioso fez muitas tentativas para estabelecer relação entre a lógica aristotélica e a fé cristã. Assim, ensaiou uma ponte a ser construída entre a Teologia e a Filosofia.

Após a idade média, outros estudiosos da memória, final do século XIX destacaram-se, como: os psicólogos Hermann Ebbinghaus (1885) e Binet e Henri (1894).

Foram pioneiros ao aplicar métodos experimentais no estudo, pois se interessavam sobre o espaço da memória, isto é, pesquisavam sobre a quantidade de informações que os sujeitos poderiam recordar, ao serem submetidos a testes de laboratório. Registra-se ainda, James William (1890), filósofo e psicólogo americano; um dos fundadores da psicologia moderna. Aproximou-se das ideias de Platão, ao defender que as memórias não são eliminadas, mesmo que os registros originais não possam ser lembrados pelo sujeito em um dado momento. O autor defende em uma de suas obras “Os princípios da psicologia” de 1890, que a memória é composta por dois sistemas, designados de primário e secundário e utiliza quatro métodos de estudo: fluxo de consciência; hábito, emoção e vontade.

Já no início do século XX, destacaram-se Lobsien (1902) e Netschajeff (1900) ao demonstrarem que o espaço de memória aumenta com a idade, quando relacionada a objetos e descrição de sensações, mais do que associado a sons e conceitos abstratos. Durante as décadas de 1940 e 1950, outros pesquisadores, como Bartlett (1932), Werner (1948), desenvolveram pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos de estudos. Introduziram uma visão construtivista sobre a memória, com pesquisas focadas na relação entre os sujeitos, as impressões mnemônicas e o seu referencial cultural.

Outros importantes contributos foram trazidos por George Miller (1956), do Departamento de Psicologia da Universidade de Harvard, ao investigar a capacidade da memória de curto prazo e memória de trabalho. Para o autor, as pessoas organizam a

informação em unidades ou fragmentos. Vê-se ainda outras ponderações em Michael Posner (1980), psicólogo estadunidense e professor emérito na Universidade de Oregon, conhecido por suas pesquisas cognitivas no campo da atenção. Os seus estudos estão relacionados a memória individual, para o direcionamento da consciência, concentração mental e caracterizam-se por organizar, selecionar e filtrar as informações acumuladas.

Os esforços destes e de outros precursores, apoiaram-se inicialmente numa visão de memória estanque, compreendida apenas como depósito de informações, mas ao longo do último século evoluíram na construção de conceitos que muito contribuíram para novas abordagens e formulações teóricas. As descobertas quanto aos mecanismos de funcionamento da memória individual, passaram a ser aplicadas nas ciências sociais, visando entender o funcionamento da memória coletiva.

Compreender, portanto, os mecanismos de funcionamento da memória humana tornaram-se um dos maiores desafios da ciência moderna. O tema expõe sua abrangência e complexidade nas muitas tentativas dos autores clássicos, ao buscarem por uma concepção satisfatória. Isso porque o conceito transforma-se conforme a finalidade na qual será aplicado; todavia, uma das concepções mais utilizadas nas ciências sociais é a da memória, como capacidade individual e coletiva de reter e até manipular informações.

De modo geral, as teorias dos séculos passados, que conduziram ou somente atualizaram os estudos sobre memória, compreendida apenas como vestígios cerebrais mecânicos, foram abandonadas, em favor de concepções mais aprofundadas e complexas, das atividades do sistema nervoso central.

Assim, alguns estudiosos foram levados a aproximar a memória de fenômenos diretamente ligados à esfera das ciências humanas e sociais. Novos estudos aqueceram o debate e foram apresentados no final da segunda metade do século passado. Contribuições que serão abordadas posteriormente.

2.1.1 Território para além da base física

Na atualidade, houve uma tendência ao abandono das concepções que tratam o território como mero resultado do ambiente natural, e sim considerando-o como parte integrante da realidade social e relacional. O conceito vem sendo ‘desnaturalizado’, superando o fundamento exclusivamente biogeográfico, para entendê-lo como resultado da complexa interação sociedade natureza.

Adicione-se a esse contexto que vários autores avançaram, ao se debruçarem na tentativa de compreender as múltiplas flexões, pontos e contrapontos do território. Destacam-se além do geógrafo Claude Raffestin; o professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia, ligado também a Universidade Paris Parthenon-Sorbonne, a Universidade Columbia, a Universidade de Toronto, a Universidade de Dar es Salaam e a Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da USP, considerado um dos grandes intelectuais do século XX e um dos responsáveis pela renovação da geografia no Brasil; o professor Bernardo Mançano Fernandes, da Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, que reflete sobre territórios definidos com base nos conflitos sociais; o professor Rogério Haesbaert, da Universidade Federal Fluminense, traz outra discussão interessante ao interpretar a fluidez e fixação territorial e correlacionar espaço-território e os processos de contenção; o professor Marcelo Lopes de Souza, da Universidade Federal do Rio de Janeiro que relaciona o conceito de território ao movimento e o concebe para além dos limites e fronteiras; o professor Marcos Saquet, ligado à Universidade Estadual do Oeste do Paraná que contribui com a aproximação da discussão território e identidade e o pesquisador Guilherme Magon Whitacker da UNESP, entre os autores, que também vêm aprofundando e contribuindo para que o tema seja revitalizado e tenha continuidade no debate geográfico.

Inicia-se por Raffestin (1993), antes firmado na geografia política do Estado em Ratzel, século XIX, todavia constrói uma abordagem própria e rompe com o clássico pensamento do alemão. Uma vez vencido o conceito tradicional do território, apresenta nova contextualização e ressignificação, no que tange as dimensões sociais, ao reconhecer a relação que está presente no cotidiano das pessoas, no valor do trabalho e nas trocas materiais e simbólicas (práticas sociais) que produzem o território. Nesse propósito, há um entendimento quanto à abordagem relacional presente neste espaço e a clareza de que as territorialidades resultam de tais relações.

O professor Milton Santos (2004), na obra 'Natureza do Espaço', trata a expressão território como força econômica, sendo apresentado, em sua essência, como conjunto de lugares. O autor conduz o território como lugar econômico, onde as forças produtivas, organizadas por meio de redes, movimentam seus atores dominantes e impõe suas regras à sociedade. Argumenta sobre a dicotomia entre as verticalidades e horizontalidades estabelecidas:

[...] o território é a arena da oposição entre o - mercado - que singulariza - com as técnicas da produção, a organização da produção, a geografia da produção e a sociedade civil - que generaliza - e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de Mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas

egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações (SANTOS, 2004, p.175).

Segundo Santos (2005), “[...] vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade, que se demonstra incompleta, legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados” (p.255). No entanto, ele reconstrói a noção herdada e formula uma nova realidade. No passado, a maioria dos territórios era definidos pelo Estado-Nação e na atualidade, muitos lugares foram remodelados pelo processo de transnacionalização. Afirma:

[...] eis porque os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia mais modernos, criados em cada país, são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional. Em tais condições, a noção de territorialidade é posta em xeque e não falta quem fale em desterritorialização (SANTOS, 2004, p.163).

Ressalta-se que nas últimas décadas do século. XX, Santos (2005), defendeu um discurso contrário a mundialização, mas não sob o rótulo ‘antiglobalização’, haja vista, não ser possível o retorno ao território original, porém, resguardou a importância da luta e da justiça social, que constroem os avanços sociais, ao produzirem outra forma de globalização, inclusiva e menos perversa.

O pensamento de Santos (2005), tornou-se muito relevante para os estudos territoriais, visto que, sua visão política econômica ‘desnuda o interesse do capital’, como também reforça sua defesa: “[...] por uma outra globalização, baseada na horizontalidade, capaz de restaurar o homem na sua dignidade” (p.260).

Compartilha-se também da abordagem adotada por Bernardo Mançano Fernandes (2008b), que o interpreta como resultado das relações sociais empreendidas por meio de disputas pelo poder. Nesse sentido, constrói-se o conceito de território, associado a ‘conflitualidade’ (termo adotado por Fernandes), decorrente de diferentes relações de controle e que também reverberam sobre o espaço rural, foco desse estudo. Tais forças, obviamente, se estabelecem no processo de territorialização, com o avanço do modo de produção capitalista. O professor analisa o poder exercido pelo capital, nas relações sociais, seja gerado de forma individual ou coletiva, ou ainda, aquele domínio exercido por meio de instituições que territorializam com suas ações impositivas. O que o capital realmente deseja e de forma estratégica é a expansão e o controle do território.

É interessante observar que é neste contexto que o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio. Em suas diferentes acepções, o território sempre foi estudado a partir de relações de poder, desde o Estado ao capital, desde diferentes sujeitos, instituições e relações. Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania (FERNANDES, 2008b, p.279).

Infere-se que do território deriva a territorialidade e a flexão do termo pode ser compreendida como manifestação relacionada a uma determinada área ou região, “[...] designa a qualidade que o território ganha de acordo com a sua utilização ou apreensão pelo ser humano” (SAQUET; SPÓSITO, 2009, p.11). O território, serve como campo de ação, em que os grupos são submetidos a uma jurisdição, no qual podem estar condicionados por normas políticas, econômicas, sociais e valores culturais, que mudam de sociedade para sociedade, de tempos em tempos. “[...] é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos, [...]” (SAQUET; SPÓSITO, 2009, p.88). A territorialidade resulta de processos de socialização na interação entre seres humanos, mediada pelo espaço e desse modo, significa movimento histórico e relacional. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo “[...]fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana” (SAQUET; SPÓSITO, 2009, p. 8).

Ao retornar em Raffestin (1993), a compreensão da territorialidade tornou-se fundamental no conhecimento sobre o território, pois os vínculos sociais criam ações e estratégias políticas, ao materializar as relações de poder. O território, para o autor, consiste, especialmente, no espaço onde o poder multidimensional está associado às circunstâncias sociais, econômicas, políticas e culturais, em diferentes níveis. O poder é exercido nele por meio das contínuas ações humanas. O autor valida:

O termo territorialidade, reflete a multidimensionalidade do espaço vivido pelos membros de uma coletividade e pelas sociedades em geral. Neste sentido, o processo de construção territorial é vivenciado pelos membros da comunidade, via relações existenciais ou produtivas, sendo ambas definidas como relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p.159).

Em Saquet (2011) a territorialização está no processo de apropriação social de uma parcela do espaço, que: “[...] corresponde ao espaço vivido e apreendido por uma identidade espacial, a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho,

das técnicas e tecnologias, das redes e das conflitualidades que envolvem as diferenças e desigualdades[...]” (p.128). Ele consolida tais ideias ao afirmar:

O território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras (SAQUET, 2003, p.04).

O autor destaca que o movimento e a heterogeneidade estão no território, nas relações que seus agentes sociais efetivam. O território para o autor pode ser compreendido de diferentes maneiras, às vezes, não sendo excludente e aponta para a existência de abordagens que se complementam e também são multidimensionais. “Há quem priorize uma das dimensões sociais, porém, há abordagens múltiplas do território e da territorialidade humana e, por isto, mais apropriadas e coerentes com a complexidade do real” (SAQUET, 2003, p.19). É propositivo ao afirmar:

O território funda-se neste movimento, na diversidade e na unidade, nas desigualdades e diferenças. O território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza (SAQUET, 2003, p.17).

Para o pesquisador em Desenvolvimento Territorial na América Latina-UNESP, Guilherme Magon Whitacker (2015): “[...] a territorialidade materializa o exercício do poder, a territorialidade manifestada tende a autonomia do território e combate formas de poder externas ao seu entorno[...]” (p.7). Para o professor, no entanto: “[...]o poder territorializado, pode contrariar as territorialidades que visam à união na diferenciação, haja vista, que o poder também pode ser construído tendo como base as territorialidades externas as anteriormente exercidas” (p.07).

É certo que os conceitos de território e territorialidade avançaram consideravelmente desde a antiguidade, e a interpretação evoluiu conforme a sociedade e seus espaços foram sendo (re)produzidos. Na atualidade, por exemplo, numa sociedade dinâmica e conflituosa, envolvida por guerras, caracterizada por desemprego, inserção de novos processos produtivos, tecnologias e padrões de consumo, produz-se uma territorialidade que não está presa às raízes territoriais, já que, ao ser obrigada a mover-se, como os milhares de migrantes espalhados pelo mundo e ao buscarem apoio e unidade em territórios estrangeiros, os povos apropriam-se de outros territórios, reconstituem valores e estabelecem laços afetivos em novos espaços.

No entanto, há abordagens nas ciências sociais, como a do sociólogo francês e cientista político Bertrand Badie (1996) em seu livro: “O fim dos territórios”, defende a existência de um contínuo processo de desterritorialização. Ele assume a tese de que o fim dos territórios é, na verdade, o declínio da concepção de territorialidade moderna, vinculada às fronteiras estatais e à ideia de soberania estatal-territorial. Apoiando-se na crise do Estado-Nação, na deslocalização das empresas e nas perdas das bases territoriais das identidades culturais. Badie (1996), afirma que o território está em crise, devido ao processo de mundialização de caráter desterritorializador, ao apresentar na contemporaneidade novas relações, novas construções de identidade, novas formas de pensar a sociedade. Contudo, esse entendimento, deixa entrever o apego do autor à noção de território como base física, sem a qual o território se desfaz. O professor e pesquisador Lucas Labigalini Fuini, do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), acrescenta:

Ao admitir a decomposição dos territórios, Badie afirma que a construção do território é um ato de controle político que pode ser contrariado pelo jogo dos fatores culturais e pode sucumbir ao efeito do processo histórico. Surge, assim, formas de solidariedades e redes sem território fixo, como os acordos e construções regionais, como a comunidade europeia; transnacionalidade de vizinhança na África, a desterritorialização de fluxos migratórios internacionais e transumâncias e as redes ilegais do narcotráfico e do terrorismo (FUINI, 2016, p.130).

Segundo Fuini (2016), a carência de um olhar interdisciplinar, processual e a ausência de aprofundamento geográfico do sociólogo, trouxe limitações e generalizações, de que um possível fim do território, (domínio jurídico), representaria também a morte do território (domínio social). Despreza-se, portanto, o território espaço de relações.

Outros autores apresentam-se também na contramão de Badie (1996), como o próprio Raffestin (1993), ao defender a ideia de um território multidimensional e relacional; Moraes (2002), ao propô-lo como um constructo histórico, que se modifica, em formas e conteúdo e está sempre a se revitalizar; e Haesbaert (2006) que enxerga em Badie, um conceito de território ainda alicerçado no peso político do Estado-Nação, mas condicionado a uma visão globalizante que desterritorializa, anula as distâncias e desmaterializa as relações sociais. Um autor que sobrevaloriza a tendência mundial aos deslocamentos, às diásporas, e rompe o território fixo, ao abandonar os referenciais concretos. Badie (1996), de certa forma, quebra com ‘a marca’ da territorialidade, que para ele seria a ‘fixidez’. “[...] como se o território não pudesse incorporar o movimento como constituinte central na formação de territórios-rede, onde os próprios processos de identificação não pudessem se dar no/com o movimento” (HAESBAERT, 2003,

p.16). O professor Pedro P. L. Nunes (2021), em sua tese de doutorado pela UFS: “Crítica dos estudos do território”, acrescenta, sobre o quanto a dialética que movimenta o território pode surpreender:

Para quem acreditava que o território, pós-globalização, estava destinado ao seu fim, deve ter se surpreendido com os fatos da realidade do tempo presente. Vide, por exemplo, a política externa do governo estadunidense de Donald Trump: afastamento de grandes acordos multilaterais, contenção da imigração, construção de um muro na fronteira Estados Unidos-México, revogação de centenas de medidas de proteção ambiental, retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris, argumentando que o tratado mundial de mitigação das mudanças climáticas prejudicava o seu país, aumento da ingerência sobre a soberania dos povos no mundo, entre outras irracionalidades (NUNES, 2021, p.161).

Na década de 1990, Haesbaert (2002), já abordava o processo de desterritorialização como mito e, posteriormente, aproximou-se do conceito de rede, “Coqueluche acadêmica dos anos 1990 no Brasil [...]” (SOUZA, 2013, p.113); associando-a, a concepção de lugar, de região, de escala, como também do território. Nunes (2021) ainda destaca:

[...] o conceito de rede, em Haesbaert, foi excessivamente reforçado, [...] na explicação do conceito de território para lhe dar noção de movimento, flexibilidade, fluxo, dinamismo, mutação. Mas também para o seu contraditório, para garantir a negação do mito da desterritorialização, do fim máximo do território. Se está em movimento, em ciclos, há sempre a possibilidade do retorno, de uma desterritorialização para reterritorialização[...] (NUNES, 2021, p.166).

Essa é uma dinâmica territorial que envolve relações de poder e Haesbaert (2002), ressalta que o movimento para reconstrução e controle de territórios e fronteiras “[...] depende da natureza dos fluxos em deslocamentos, sejam eles fluxos de migrantes, de mercadorias, de informação ou de capital” (p. 122).

Nota-se, a importância que as relações de poder entre os diferentes atores sociais têm na dinâmica, apropriação e produção do território. David Harvey (1993), destaca: “O domínio do espaço, tornado território, é uma fonte fundamental de poder social – toda luta para reconstituir relações de poder é uma batalha para reorganizar as bases espaciais destas” (p.217). Desse modo, pode-se relacionar também a dominação territorial com o exercício do poder manifestado em relações de uso e controle de recursos naturais, sob o enfoque do discurso ideológico. Hannah Arendt (2007), filósofa de origem judaica, viveu a opressão do regime nazista e estudou profundamente o fenômeno do poder no regime do Totalitarismo. Contribuiu com o debate, ao entendê-lo como um exercício multirrelacional: “[...] não pode ser exercido

de forma isolada” (p.212). Não concebe o poder presente nos grupos ou instituições. Para a filósofa “[...] estes não possuem, senão, a potencialidade de exercê-lo quando se encontram em uma posição que favoreça a manifestação desse poder” (ARENDR, 2007, p.212-213). Para a autora, o poder ‘heterônomo’ ou que submete as pessoas, não pode apoiar-se, exclusivamente, na coerção, pois requer alguma dose de consentimento. Mas, Arendt (1985), afirma que em situações de uso da violência, a agressão se distingue do poder, e de certo modo, até mesmo se contrapõe a ele, pois a medida que o consentimento se escasseia, o poder se deslegitima. Assim, com o propósito de manter privilégios, apela-se para o uso da força bruta. A autora reforça suas ideias sobre essas questões:

O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder. O único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens: todo aquele que, por algum motivo, se isola e não participa dessa convivência, renuncia ao poder e se torna impotente, por maior que seja a sua força e por mais válidas que sejam suas razões... Se o poder fosse algo mais que essa potencialidade de convivência, se pudesse ser possuído como a força ou exercido como a coação, ao invés de depender do acordo frágil e temporário de muitas vontades e interesses, a onipotência seria uma possibilidade humana concreta (ARENDR, 2007, p.212-213).

Marcelo Lopes de Souza (2009), ao escrever o artigo: “Território da divergência e da confusão”, reflete que, se nas relações de poder estabelecidas no território, um grupo dominante abre concessões, em condições de liberdade, mas com regras previamente definidas, a exemplo de uso do solo e proveito dos recursos disponíveis, o poder manifesta-se de forma partilhada. Há uma certa subsunção ou indução, estruturadas em aparente harmonia, na qual as regras são respeitadas coletivamente, ainda que se tenha consciência dos prejuízos. Em suma, há uma submissão consentida.

[...] indivíduos e grupos são influenciados uns pelos outros, na base da persuasão, mas não dominam uns aos outros sob a cobertura de estruturas assimétricas. Cada um dos participantes, uma vez tendo possuído uma chance aproximadamente igual de modelar o processo [...] se verá obrigado, moralmente, a respeitar as regras de cuja construção ele participou livremente, mesmo que suas posições não tenham sido vitoriosas (SOUZA, 2008, p.69).

Nesse sentido, Arendt (2007) ressalta que a possibilidade do exercício do poder só se manifesta por meio do grupo, da coletividade; do contrário, não passa de uma possibilidade. Considera-se que a relação de poder só é sustentada entre os envolvidos por meio do consenso. Compreende o poder como um conjunto de interações voltadas para a conquista de interesses coletivos, porém calcado no consenso construído.

Raffestin (1993), assevera: “O poder é inevitável e, de modo algum, inocente, [...] é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele” (p. 159). Para o geógrafo: “[...] qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (1993, p.144). Para o autor, as relações de poder: “[...] é um processo de troca ou de comunicação quando, nas relações que se estabelecem, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam” (1993, p.52). Em consonância com Foucault, Raffestin (1993), reconhece a existência da resistência, que caracteriza as relações. A questão é que Foucault (2009), não compreende as relações de poder como: “[...] uma oposição binária entre dominadores e dominados[...].” (p. 104), mas o admite como uma multiplicidade de correlações de forças em meio às relações desiguais.

Na medida que esse estudo evolui, compreende-se o quanto o conceito de território está envolto em processos e relações complexas, que se multiplicam, especialmente, no atual período “técnico-científico-informacional”; desse modo, as dimensões do poder, da política, da economia e da cultura se envolvem de forma incessante. Seria impossível compreender o território, sem considerar tais dimensões. Frente a essa dinâmica, infere-se, que, ao mesmo tempo, o território pode expandir, recuar ou sobrepor; apresentar-se fixo ou móvel, com ritmos contínuos e descontínuos; se mostrar concentrado e/ou disperso, lógico e/ou contraditório, independente e/ou subordinado, para seguir a lógica do capital.

Whitaker (2015), ressalta o quanto o território está condicionado a expansão capitalista e a potencialidade de criação de novos espaços para a reprodução e territorialização do capital:

[...] o território se encontra subordinado ao modo de produção[...], avaliamos que a relação de produção do espaço e, posteriormente, via relações sociais, do território, se faz, também, condicionado ao capitalismo, trazendo em seu bojo características inerentes a sua lógica: a produção, circulação e acumulação de capital. Neste sentido, ponderamos que o atual período técnico-científico-informacional facilitou a circulação e ampliação de capital de tal maneira que este apresenta uma volatilidade nunca antes imaginada através da mundialização do capital financeiro [...] e compreendemos que este fenômeno permitiu ao modo de produção capitalista sua expansão e a potencialidade de criação de novos espaços para sua própria reprodução e territorialização [...] acirrando ainda mais a conflitualidade [...] o que permite abordar [...] e considerar as condições técnicas como potencialmente impulsionadoras de reajustes, nitidamente de cunho capitalistas (WHITACKER, 2015, p.07).

O modelo que delineou o sistema produtivo no qual a base física veio sendo explorada, trouxe grandes consequências sociais, seja pelo domínio territorial, seja pela convergência

política e concentração dos recursos. O professor Milton Santos (2005) salienta: “[...] ousaria dizer a dialética do território, já que, usado, o território é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética. Essa dialética firma-se mediante um controle ‘local’ da parcela ‘técnica’ da produção e um controle remoto da parcela política da produção” (p.257). Por isso, os que apropriam e dominam as técnicas e a tecnologia, passam também a ter grandes possibilidades de controle sobre os territórios. Materializa-se com a sua implementação. Whitacker (2015), ainda reflete:

Se consideramos que as técnicas estão sob o controle daqueles que possuem os meios necessários à sua implementação, podemos escrever que o domínio exercido pelas agroindústrias, o domínio fundiário é, também, um domínio territorial. Pois são esses que possuem o domínio lato do território, e, quem tem controle sobre o território tem controle sobre o Estado (WHITACKER, 2015, p.08).

Fernandes (2008a), reafirma: “[...] o capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista e esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes e as disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica” (p.5). Segundo o autor, pelo fato de o território ser uma totalidade⁷, e multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões: social, econômica, ambiental, cultural, portanto ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, possibilitando a melhor compreensão sobre os territórios materiais e imateriais. Para o geógrafo, as políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de territórios para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto demarcar os pleiteados. A imposição da ‘geograficidade’⁸ deve-se também à ascensão do conceito de território, porque a disputa pelo poder de interpretar e determinar uma definição com interesses, se intensificou. Em síntese, o sentido da disputa está na essência do conceito, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade⁹.

⁷Fernandes insere ao debate o termo “totalidade” como um princípio do território. Ele não está afirmando que tudo é território, mas o compreende como um todo e na sua multidimensionalidade; por conter em si todas as dimensões do desenvolvimento: política, econômica, social, cultural e ambiental (FERNANDES, 2008a).

⁸“Geograficidade refere-se às várias maneiras pelas quais sentimos e conhecemos ambientes em todas as suas formas, e refere-se ao relacionamento com os espaços e as paisagens, construídas e naturais, que são as bases e recursos das habilidades do homem e para as quais há uma fixação existencial” (DARDEL, 2011, p. 13).

⁹Reflexões que resultaram em um artigo escrito pelo geógrafo e professor Bernardo Mançano Fernandes-UNESP, campus de Presidente Prudente, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Os principais resultados estão em Fernandes (2005, 2006, 2007, 2008a, 2008b, 2008c, 2008d).

Existe uma série de complexas associações, constituindo o que o autor chama de totalidade. Embora o conceito não se restrinja a governo, o território quando assume a posição de Estado não deve ser totalitário, autoritário ou que não, admita qualquer forma legal de oposição política e impunha completa subserviência ao cidadão. Concorde-se com Fernandes (2008a), que um território livre, não poderá constituir-se de governo dominante ou centralizador e as instituições e grupos que formam o Estado-Nação, tais como: a família, a igreja, as empresas, os partidos políticos, as associações, os sindicatos, as ONGs, os povos tradicionais como os quilombos e movimentos minóricos constroem territórios no interior do Território Nação, compondo assim, espaços independentes, mas com legítimo direito à cidadania. Desse modo, ressalta Saquet (2006), que o território se constitui num conjunto complexo de conexões pela interação entre sociedade, meio físico, unidade e diversidade.

O território é natureza e sociedade: não há separação; é economia, política e cultura; edificações e relações sociais; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e traços comuns; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente (SAQUET, 2006, p.83).

Outro aspecto importante no debate, é que não é incomum o território ser analisado de forma fragmentada, para que características socio político-econômicas essenciais, fossem intencionalmente dissociadas, visando atender a interesses. Um exemplo, refere-se ao censo demográfico, que, até então, excluía os territórios de povos tradicionais do conjunto da sociedade. Dessa forma, omitiam-se informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas, tomada de decisões e investimentos. Um conceito construído, ocultando a possibilidade de promoção de classes sociais desfavorecidas, como destaca Fernandes (2008c).

O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder. Por essa razão, parece-nos que a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito de território em muitos artigos e documentos, não se realiza, porque implicaria na socialização das tomadas de decisão. Assim também a multiescalaridade é completamente desprezada, porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais (FERNANDES, 2008c, p. 278-279).

Observa-se que políticas de governo e de Estado, voltadas para os povos tradicionais e para o campo, ao desprezarem tais questões (dimensão e escala), intencionam o pleno controle do território. Esse fato é muito comum e manifesta-se de forma explícita, no qual, os conflitos territoriais apresentam-se entre capital e o campesinato; ambos com territorialidades díspares. O autor reforça: “As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento” (FERNANDES, 2008a, p. 280).

Por fim, toma-se a liberdade de refazer a indagação de Fernandes (2008b): “Em que contexto estão acontecendo as políticas e as disputas territoriais? [...] o que está em disputa é desde o pedaço de chão, onde vive o sujeito, onde está a comunidade, o bairro, até as formas de organização espacial e territorial dos campos, cidades e florestas, que constituem os países” (p.04). Observa-se que os quilombos contemporâneos são exemplos reais de territórios povoados, mantidos isolados socialmente, invisíveis e submissos. Expressam claramente contraditórias relações de classe entre quem domina e quem é dominado. As ideias expostas, evidenciam o distanciamento que as concepções de território tomaram das ideias primeiras, que o reduzia à base física e ao controle estatal.

2.1.1.1 A (i)materialidade no e do território

Dada a complexidade do tema, torna-se importante tratar sobre a (i)materialidade no e do território, haja vista, a unanimidade entre os geógrafos, de que o território apresenta-se como um conceito polissêmico e multidimensional, ou seja, constituído por diferentes dimensões, dentre as quais, a dimensão material, isto é, a base físico-geográfica é uma delas, contudo, não é a única. É bem verdade, que nos últimos vinte e cinco anos, as discussões sobre as territorialidades imateriais, vêm sendo abordadas no meio acadêmico, ainda que, não explicitamente oficializada pelos órgãos de governo ou apresentada nos livros didáticos.

Mas, quando se compreende a multidimensionalidade do território, passa-se a ter a percepção para além da base física, concreta, palpável. A assimilação transcende o visível, apresentando novas possibilidades interpretativas, pois tais dimensões são geradas das condições construídas pelos sujeitos em suas práticas sociais e por meio das relações estabelecidas com o meio.

Souza (2009), inicia a abordagem com uma crítica, quanto a herança conceitual e o discurso ratzeliano, (já exposto anteriormente), pois em sua análise, Ratzel sempre limitou o

termo ‘*Territorium*’ a um recorte político espacial, que, na prática confunde-se com solo. Muito embora, tenha feito advertências sobre isso em 1995, ainda assim, alguns autores buscam no etnólogo alemão, a construção de um conceito que dê conta das rápidas mudanças ocorridas na atualidade, porém, é bem verdade que somente encontrarão uma categoria política, condicionada à superfície, reduzida a dimensão da conquista e dominação espacial.

Contudo, nas décadas de 1980 e 1990, o ambiente apresentou-se mais maduro para novas abordagens (SOUZA, 2008). Algumas fontes, desde trabalhos no campo da Antropologia, até reflexões filosóficas como as de Foucault (1969) e as da dupla Deleuze e Guattari (1978/1980) influenciaram novas construções conceituais, distanciando-se da obviedade, materialidade do espaço, como também, do senso comum. Guattari e Rolnik, (1986) na obra “Micropolítica: cartografias do desejo”, constroem um conceito de território tendo como base a articulação entre os sentidos subjetivo, etológico e geográfico, intermediados entre seres, fluxos e matérias:

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo [...]. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo, tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323).

Segundo Guattari e Rolnik (1986), tais espaços comportam segmentos de desterritorialização e reterritorialização, ao se abrirem, se engajarem em linhas de fuga e até saírem de seu curso e se destruírem.

Em síntese, as novas proposições muito contribuíram, ao dar respostas aos questionamentos quanto ao discurso ideológico dominante da época, como também no combate aos vícios tradicionais e ao favorecer a construção de concepções mais aprimoradas. Foi a chamada: ‘emancipação conceitual’, expressão usada por Souza (2008). Para os autores franceses, não é somente pensar os deslocamentos no espaço físico, mas problematizar o olhar sobre o território, refletir sobre que condições estão sendo produzidos. Uma vez rompido o conceito com o pensamento clássico e ao serem apresentadas novas dimensões e contextualizações, passa-se a compreender o território como uma expressão espacial do poder, correlacionado a um campo de força intangível; Souza (2008), acrescenta:

[...] eu comparei o território a um “campo de força”: ele é, obviamente, um aspecto, uma dimensão do espaço social, e ele depende, de várias maneiras, da dimensão material do espaço; mas ele é, em si mesmo, intangível, assim como também o poder é impalpável, como relação social que é. O poder é uma

relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso. A existência do território é impossível e inconcebível sem o substrato espacial material, da mesma maneira que não se exerce o poder sem contato com e referência à materialidade em geral; ao mesmo tempo, porém, o território não é redutível ao substrato, não devendo ser com ele confundido. Se a fonte de poder que coordenou a modelagem material de uma porção da superfície da Terra (transformação da natureza, retrabalhamentos do ambiente construído...) for destruída ou sucumbir, o substrato espacial, caso não tenha sido totalmente arrasado no transcurso de uma guerra, ainda estará presente, como testemunho das realizações de um povo, de um grupo social; mas o território, enquanto tal, pode vir a ser subdividido, repartido, pulverizado entre facções rivais (SOUZA, 2008, p.66).

A reflexão sinaliza para a totalidade e imponência do espaço; ainda que esfacelado, gerado por ações destrutivas, pode renascer e apresentar-se como observador ou testemunha figurativa das novas construções. Em contrapartida, o território expõe a sua fragilidade dimensional, em meio a pressão do campo de forças e pode sucumbir, fragmentar ou desconstruir.

De acordo a geógrafa Ione Aparecida Zucchi Modanese (2009), o território está associado a uma dimensão subjetiva, ao abraçar as relações sociais envolvidas no tempo e no espaço e com isso gerar movimentos de saída, abandono, fuga, ou dispersão, mas também de retomada, recuperação ou reconstrução, condicionada a uma nova perspectiva. Nas dimensões da sua materialidade e imaterialidade, ela o descreve:

[...] não é apenas compreendido como uma construção social, mas é natural e também psicossocial, o qual condiciona novos elementos culturais, políticos e econômicos a todo instante. A movimentação e inclusão destes elementos materiais e imateriais favorecem a criação de outras territorialidades, de novos sentidos ao território (MONDANESE, 2009, p.19).

É possível compreender o território por suas subjetividades e relações que geram processos, que trata Haesbaert (2006), como os de: territorialização(T), desterritorialização(D) e reterritorialização(R); e a reterritorialização, seria a criação de novos territórios. As reflexões dos autores franceses Deleuze e Guattari (1978), no que se refere às categorias supracitadas, abrem caminhos para novas proposições, pois inserem aspectos culturais, abstrações nesse campo de estudo e constroem novos conceitos. A filosofia é aplicada, objetivando interpretar o território dinâmico, híbrido, de lugares móveis, analisado até por meio de rizomas. Para os autores, uma ‘geografia de territórios nômades’. Dessa forma, os processos de T-D-R corroboram para compreensão das práticas sociais, de um capitalismo que gera uma

‘esquizofrenia social’ (termo usado pelos autores). “O exercício do Capitalismo termina por regular códigos e fluxos sociais, em função de uma economia dos desejos e das riquezas e, assim, cria uma sociedade essencialmente esquizofrênica” (DELEUZE; GUATTARI, 1978, p.21). São necessárias as elaborações que busquem compreender os processos geográficos de continuidade e descontinuidades produzidos pela força do capital.

O professor Fernandes (2008b), aquece o debate e também traz considerações sobre territórios materiais e imateriais:

Temos territórios materiais e imateriais: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (FERNANDES, 2008b, p.282).

Fernandes (2008b) explica que incorporado aos territórios materiais, podem ser feitas três interpretações. O primeiro território seria definido pela área e comportaria os limites do Estado:

O primeiro território é aquele circunscrito ao espaço de governança da Nação, ou seja, as fronteiras representariam os limites dos territórios. Os marcos do Estado aparecem como uma das maneiras de enxergar o primeiro território. O primeiro território ou espaço de governança está organizado em diversas escalas e instâncias. Estados, províncias, departamentos e municípios são frações integradas e independentes do primeiro território. São diferentes escalas dos espaços de governança (FERNANDES, 2008b, p.283).

O autor (2008b), compreende que o segundo território, pode ser permanente ou transitório, contínuo ou descontínuo, pertencer a uma ou mais pessoas ou a diversas instituições; ser a totalidade ou uma parte, a exemplo de uma casa ou fração dela; uma empresa, uma universidade, uma igreja, um sindicato etc. Sendo capaz de ser organizado em redes e assim, ligar diferentes territórios.

Dessa forma, está associado às relações de propriedade, sendo classificado como o território da propriedade, podendo ser privada ou comunal e conectado ao ‘espaço de vida’¹⁰.

¹⁰Termo usado por Fernandes (2008b) em artigo. Faz referência na obra: FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p.12.

Todos os sistemas políticos criam propriedades com diferentes formas de configuração espacial e elas podem ser definidas pelo seu valor de uso e/ou pelo seu valor de troca. É neste território que, pode-se descortinar as disputas territoriais pelas relações de dominação, articuladas no campo e na cidade, haja vista, que a propriedade define o interesse quanto ao uso e controle do território. Fernandes (2008b) acrescenta:

Territórios indígenas, quilombolas, camponeses, de moradia, com suas várias identidades, são constituídos na multiterritorialidade rural e urbana. São movimentos socioterritoriais disputando o primeiro território em todas suas escalas. [...] O primeiro território e o Estado são disputados permanentemente. Os segundos territórios são frações do primeiro, mas devem ser distinguidos porque as relações sociais que os produzem são diferentes. Um território propriedade – privada não pode ser confundido com um território espaço de governança. As empresas transnacionais, de modo diferenciado, agem para disputar esses territórios (FERNANDES, 2008b, p.12).

Desde o final do século passado, Oliveira (1999), já apontava para as disputas empreendidas pelas empresas transnacionais, como a territorialização do capital, do campesinato e do monopólio do território pelo capital, chamando-as também de frações do território. Acrescenta: “A disputa territorial sucede tanto pela desterritorialização quanto pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios, ou seja, controlando as suas territorialidades” (1999, p.75). Concebe o território num processo dialético da totalidade no que se refere às transformações das relações de produção social e argumenta:

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo-modo de produção-distribuição-circulação-consumo e suas articulações e mediações [...]. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência [...]. Dessa forma, são relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente continua da natureza (OLIVEIRA, 2004, p.40).

É bem verdade que a questão existencial está condicionada a vivência e as relações humanas no espaço territorial concreto e simbólico, e vice-versa. O território evoca o modo de ser e de existir do homem, como também, insere as classes sociais neste contexto, pois são constituídas de indivíduos que deveriam ocupar igual posição nas relações de produção, na tomada e no alcance das decisões quanto ao campo de espaço que vivem. É insuficiente o estudo que se limite entender o território isoladamente, desvinculado das relações sociais. Desse modo, infere-se, que o conceito de posse ou propriedade da terra é um aspecto relevante a ser

considerado na interpretação do espaço produzido. No caso dos quilombos, não basta reconhecer a identidade étnica e a contribuição histórico cultural, distanciando-se do debate objetivo sobre a questão fundiária. Seria um estudo superficial, descomprometido, que disfarça a existência de diferentes classes. Fernandes (2008b), salienta:

O Território recoloca a questão das classes sociais. As classes sociais são formadas por pessoas que ocupam a mesma posição nas relações sociais de produção em função das propriedades dos meios de produção, de seus territórios e dos poderes de decisão. Não é suficiente estudar as classes sociais somente pelas relações sociais. A propriedade é relação social e território, que nos possibilita estudar os territórios das classes sociais (FERNANDES, 2008b, p.13).

Já o terceiro território, segundo o autor (2008b), é compreendido como relacional, ou seja, estabelece conexões entre as propriedades fixas e móveis e promove dinâmicas de expansão e retração. Ele alcança todas as escalas, do material ao imaterial, sendo no plano das relações sociais que os diversos usos do território são firmados. Os quilombos e os espaços indígenas são exemplos que esclarecem o terceiro território; logo podem expandir ou retroceder segundo a conveniência de forças do agronegócio, pelos avanços urbanos e de governos ou grupos privados interessados nos recursos naturais ou na localização geográfica destas áreas. Essa cinesia é determinada pelos vínculos sociais, conflitos entre as classes, sociedade e os interesses do Estado. Nesse sentido, Saquet (2007), destaca:

O território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza. [...] no real, o movimento está no interior do próprio território. Todos vivemos territorialidades múltiplas. O movimento é histórico e multiescalar. O movimento é fruto de determinações territoriais, materiais e imateriais, ao mesmo tempo; de contradições sociais; das forças econômicas, políticas e culturais que condicionam os saltos. A matéria e a ideia, conjugadas, estão em movimento constante, em que, há superações, articulações territoriais, internas e externas a cada território (SAQUET, 2007, p. 71).

É certo que o processo de produção do território se funde na dinâmica histórica, e acontece de modo simultâneo, num incessante movimento que se materializa no dia a dia das pessoas e no espaço onde vivem, ocorrendo de forma recíproca, às vezes contraditória, mas compondo uma unidade. Desse modo, existe uma convergência entre os tempos histórico e

coexistente¹¹, sendo o território apresentado em suas múltiplas escalas e dimensões. Não poderia ser diferente na abordagem geográfica, pois, certamente, há uma contínua articulação espaço, tempo e território.

No território se conjugam, concomitantemente, materialidades e imaterialidades, no tempo e no espaço, como sinalizam J. Gottmann, G. Dematteis, G. Deleuze e F. Guattari. O território significa (i)materialidade; não é apenas substrato (palco) ou formas espaciais, nem apenas relações sociais. As próprias relações sociais têm uma (i)materialidade; são objetivas e subjetivas ao mesmo tempo; são plurais e coexistentes, mudam e permanecem, na vida cotidiana. Há uma unidade concreto-abstrata no e do território que precisa ser abstraída (SAQUET, 2007, p.73).

Ainda, segundo Fernandes (2008b) “[...] o território imaterial pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material” (p.15). Para o autor, a relevância do território abstrato, incorpóreo, está na transformação das coisas, na construção e produção espacial, enfim no conhecimento sobre o território visível. A reflexão que se faz do território imaterial parte da mesma lógica do território material, constituindo-se por relações de poder. Tais relações se estabelecem no campo das ideias, na dimensão do pensamento, nos valores, nas teorias, nos significados, na força das ideologias, no convencimento de paradigmas e nos interesses envolvidos. O autor ressalta:

O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. Determinar uma interpretação ou outra, ou várias, convencer, persuadir, induzir, dirigir faz parte da intencionalidade na elaboração conceitual. Estou me referindo ao mundo das ideias em que forma, limite, referência, convencimento, conteúdo, área, domínio, extensão, dimensão, entre outras diversas, são noções necessárias para compreendermos que o pensamento também é produtor de relações de poder. A produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. Igualmente, a produção imaterial só tem sentido na realização e compreensão da produção imaterial. Essas produções são construídas nas formações socioespaciais e socioterritoriais. Os territórios

¹¹ Conforme os dicionários de língua portuguesa LUFT e OXFORD, o tempo histórico refere-se a escala de tempo, usada no estudo da história da humanidade, dos acontecimentos coletivos, tendo como unidades o ano, as décadas ou os séculos. O tempo cronológico é a passagem de tempo em que os acontecimentos desenrolam e os personagens realizam suas ações, no decorrer de uma sequência, a exemplo: nascimento, crescimento. O tempo coexistente, está relacionado aos acontecimentos que ocorrem simultaneamente, desconstruindo a ideia de linearidade, conforme abordagem defendida por Henri Bergson (1896), final do século XIX.

materiais são produzidos por territórios imateriais (FERNANDES, 2008b, p.15).

O movimento conjugado da matéria e das ideias se dão no interior do próprio território e tais aspectos subjetivos definem a compreensão, o discurso, o olhar, a essência, a leitura ou as interpretações que elucidam as questões de interesse. Dematteis e Governa (2003), acrescentam que:

[...] a identidade territorial e o território devem ser considerados levando-se em conta: a) a coerência interna de cada lugar, o que remete aos limites e diferenças; b) o processo histórico (continuidade no tempo), remetendo às tradições, à memória e à atitudes e, c) a tensão teleológica, que remete a projeções futuras (DEMATTEIS; GOVERNA, 2003, p. 265).

A compreensão do ‘mundo real’ pode ser construída de modos ou formas diferentes, com base em qualquer campo científico ou artístico/simbólico. Mas, é o conjunto de conhecimentos elaborados que propiciam uma aproximação mais qualificada das prováveis interpretações sobre a realidade. Porém, nenhuma ciência ou manifestação cultural consegue explicar com suficiência essa verdade, sem o diálogo e o debate com as demais.

É certo, que a dinâmica, a heterogeneidade e a subjetividade se estabelecem nas relações que os agentes sociais cumprem no território. Ainda que possa ser compreendido de maneira distinta, há quem privilegie a dimensão concreta e priorize somente os aspectos econômicos e políticos. Mas, não se pode desprezar a importância da abordagem social, que identifica e revela as desigualdades que vitimam, especialmente, os grupos minoritários; sendo, em nosso entendimento, mais coerente com a circunstâncias vividas no mundo real, vista a complexidade de interesses e contradições existentes.

Ao lembrar sobre os espaços que funcionam em condições não hegemônicas, as chamadas ‘heterotopias’¹², conforme se discute em Foucault (2015). Tais lugares, os quais se mistura o real com o irreal, expressam para o autor a força política de grupos sociais, que se materializa, por exemplo, na luta por espaços de trabalho, nas vias públicas, nos movimentos de luta por moradia, na busca por inclusão social, por reconhecimento civil e nos movimentos de conquista por direitos diversos. Embora direcione a discussão para o espaço urbano, em

¹²Heterotopia (aglutinação de hétero = outro + topia = espaço) é um conceito da geografia humana, elaborado pelo filósofo Michel Foucault, que descreve lugares e espaços que funcionam em condições não hegemônicas. Foucault usa o termo heterotopia para descrever espaços que possuem múltiplas camadas de significação ou de relações a outros lugares e cuja complexidade não pode ser vista imediatamente. As heterotopias são formas de resignificação e reapropriação que garantem a sobrevivência daqueles que vivenciam o espaço, com todas as suas contradições e conflitos de interesses, FOUCAULT (2015).

suma, Foucault (2015), constrói um conceito que se aproxima do debate, quando insere em suas análises, a luta dos grupos minoritários ao reivindicarem dos governantes a legalização de espaços para viverem, espaços para produzirem e se manterem; clamam por alternativas ou meios de sobrevivência. Todas essas ideias nos fazem refletir o quão admiráveis são as lutas espaciais travadas no contexto dos territórios imaginados, pois os conflitos inicialmente acontecem na dimensão da consciência, todavia, se materializam sobre os territórios concretos.

Neste contexto de dimensões materiais e imateriais, a Geografia como ciência, que se debruça em compreender o território no tempo e no espaço, continuará destacando-se como importante instrumento de observação do passado presente e do presente passado, tanto porque analisa as marcas sociais construídas no espaço, avaliando o que aconteceu e isso reflete na compreensão da dinâmica e no conhecimento dos agentes sociais que atuaram na configuração, quanto em relação ao que pode vir acontecer. Logo é possível entender as linhas de forças envolvidas na dinâmica territorial e apontar consequências e possibilidades de reconstrução do espaço no futuro.

Enfim, as referências vistas sobre o território não esgotam a temática, o objetivo não é a exaustividade, pelo contrário, a revisão enriquece e amadurece novos debates. Muitos outros intelectuais, poderiam ser inseridos na discussão, pois apresentariam contribuições igualmente significativas, todavia o estudo aproxima-se de alguns autores e apoia-se nas abordagens em Rafesttin (1993); Foucault (2015, 2009, 2007); Oliveira (1999,1991); Souza (1995); Santos (2004); Fernandes (2008); Haesbaert (2006); Saquet (2011, 2007) e Moreira (2014), por reconhecerem a presença do movimento, da dinamicidade e da multidimensionalidade do território; e por compreenderem como resultado das relações histórico sociais dos seus atores; como também, das relações de poder travadas, da inserção do capital e do trabalho, que no conjunto o produzem, ainda que temporariamente.

2.1.2 Memória como constructo social eivado de contradições e conflitos: a memória para além das lembranças.

Ao abandonar as teorias que compreendiam a memória, apenas no seu aspecto neurofisiológico (resíduos mecânicos de atividades do sistema nervoso central), ou concentrá-las na perspectiva da psicanálise, alguns estudiosos da segunda metade do século passado, buscaram aproximá-la das ciências humanas. Assim, tornou-se possível compreendê-la como um fenômeno social, tanto individual, quanto coletivo. Novos pensadores apresentaram-se nesse campo.

Inicia-se com o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990), pioneiro no campo de estudo na modernidade. Escreveu várias obras, no campo da psicologia social, tais como: Os Quadros Sociais da Memória (1925), Morfologia Social (1938), mas sua obra mais renomada foi o estudo intitulado de Memória Coletiva (1950). O autor fez uma importante ruptura com algumas ideias que se tinha até meados do século XX e os seus trabalhos introduziram ao estudo, a questão social, ao evidenciar a íntima relação existente entre o individual e o coletivo.

Segundo Halbwachs (1990), quando as pessoas recorrem à memória, os processos cognitivos os levam a crer, que tais recordações nascem somente das impressões e observações pessoais e assim desaparecerão com elas. No entanto, para o autor, deve-se observar, que grande parte das lembranças de um indivíduo é relativa aos momentos compartilhados com outros, nos ambientes familiares, de trabalho, da Igreja, da classe social a que pertence e fora deles. Ainda que sejam momentos individuais, o ser humano é resultado das interações sociais que experimentou. “[...]cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p.51). De acordo com o sociólogo, a memória individual se firma em aspectos da memória coletiva, sendo, portanto, influenciado por diversas referências como: elementos encontrados no espaço, paisagens, formas, sons, cores, cheiros, sentimentos, informações, construções sociais, entre outros. O teórico afirma:

Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores (HALBWACHS, 1990, p.136).

A memória coletiva é formada com base no que foi vivido ou compartilhado; diz respeito ao indivíduo, como também ao grupo e as informações mais relevantes vão construindo a história oral do lugar, das tradições sociais e de toda as pessoas envolvidas. Halbwachs (1990), defende que “[...] a memória não é só um fenômeno de interiorização individual, mas uma construção social e um fenômeno coletivo” (p.39). Para o sociólogo:

[...] a memória coletiva está o tempo todo se beneficiando da memória individual, mas não basta que os outros nos apresentem seus testemunhos: é preciso, outrossim, que concordemos com as memórias deles e que haja muitos pontos de contato entre uma e as outras, para que a lembrança que nos ajudem recordar, venha a ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS, 1990, p.39).

Nesse sentido, alguns autores concordam com o autor e acrescentam que trouxe contribuições para a discussão. Talvez porque destaque a relação entre memória e lugar, “[...] não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (HALBWACHS, 1990, p.146). E também porque evidencia a existência de um dinamismo nas memórias coletivas, através das constantes mudanças e definições, transformando-se de acordo os novos interesses envolvidos e na inserção ou interação dos indivíduos com outros grupos sociais.

O historiador francês Jacques Le Goff (1990), ao avaliar a importância da memória social para a análise do tempo histórico, afirma: “[...] é preciso se debruçar nos estudos sobre a memória social, haja vista ser um dos meios fundamentais de abordar as questões do tempo e da história, relativamente aos quais a memória ora se retrai, ora em transborda” (p.426). Ele também já advertia sobre a existência e os perigos do falseamento da memória, no que se refere as manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição e a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo e exposta, quando relacionada a luta das forças sociais pelo poder. Sobre isso, faz uma contundente advertência:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p.426).

O autor se posiciona contra o conhecimento privatizado e monopolizado, ao ilustrar com o exemplo, a sujeição dos povos africanos aos diversos interesses hegemônicos:

Inspirando-se em Ranger [1977], que denunciou a subordinação da antropologia africana tradicional às fontes “elitistas” e nomeadamente às “genealogias” manipuladas pelos clãs dominantes, Triulzi convidou à pesquisa da memória do “homem comum” africano. Desejou o recurso, na África, como na Europa, às recordações familiares, às histórias locais, de clã, de famílias, de aldeias, às recordações pessoais [...], a todo aquele vasto complexo de conhecimentos não oficiais, não-institucionalizados, que ainda não se cristalizaram em tradições formais[...] que de algum modo representam a consciência coletiva de grupos inteiros (famílias, aldeias) ou de indivíduos (recordações e experiências pessoais), contrapondo-se a um conhecimento privatizado e monopolizado por grupos precisos em defesa de interesses constituídos (LE GOFF, 1990, p. 477).

Le Goff (1990), lembra bem que “[...] a memória é o espaço onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos

trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (p. 478).

Portanto, tem-se a convicção de que as memórias individual e coletiva não são neutras e não estão em campos opostos. Possuem uma dimensão subjetiva e apresentam aspectos e características relevantes, atreladas a consciência ou inconsciência de grupos e indivíduos. São passíveis de prováveis interferências, no que se refere a repressão ou seleção de informações e até manipulação das mesmas. Contudo, o que é fundamental, especialmente na história oral e em relação a população, não é apenas a exposição dos acontecimentos acerca do ‘passado’, mas, a profunda reflexão sobre o percurso histórico em que a memória do grupo foi produzida e reproduzida, integrando desse modo, parte da consciência formada no ‘presente’. Assim, o mais valioso é conhecer a história dos povos e do seu território, para além da versão (re)produzida pelos meios oficiais.

Paul Ricœur (1991), filósofo francês, do período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, também dedicou grande esforço ao pensar a relação entre tempo, memória, narrativa e história, ao realizar longo estudo nas ciências humanas e buscar compreender a dimensão da memória para o conhecimento historiográfico. Contudo, sua contribuição ultrapassa os limites da história e entra no campo filosófico, quando o autor transborda seu pensamento sobre o tempo, ao falar do espaço como experiência viva, ancorado na extensão do corpo e de seu ambiente, provocando uma reflexão mais subjetiva ou abstrata sobre o conceito de espaço, usualmente tratado na Geografia. As obras¹³ de Ricoeur (1991-2000) contribuem para o debate da memória, por realizarem comparação e relação das dimensões tempo e espaço, na perspectiva do vivido e por desdobrar-se numa correlação entre o espaço construído e o tempo narrado, como chave para pensar como as pessoas habitam e povoam os lugares, a exemplo dos territórios tradicionais.

O sociólogo Michael Pollak (1992-1989), com pesquisas voltadas para as relações entre política e ciências sociais, trouxe interessante contribuição ao debate, ao tratar da relação entre identidade e memória, em que se destacam as fronteiras de pertencimento e o sentimento de coerência: “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência do grupo em sua reconstrução em si” (POLLAK, 1992, p. 204). Aponta inclusive alguns

¹³RICOEUR, Paul. **El tiempo relatado**. In: UNESCO. El correo de la UNESCO, año XLIV, Paris: Organización de las Naciones Unidas para Educación, la Ciencia y la Cultura, 1991 e RICOEUR, Paul. **La mémoire, l’histoire, l’oubli**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

elementos característicos da identidade: os ‘acontecimentos’, as ‘pessoas e personagens’ e os ‘lugares’ da memória. As situações se dividem entre os ‘vividos pessoalmente’ pelos sujeitos e os “[...] vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1992, p. 201). O autor acrescenta: “[...] são os acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas tomaram tamanha amplitude diante da construção da memória coletiva que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992, p. 201).

Pollak (1992) afirma ser bem possível que ocorra uma identificação com determinado passado, que ele chama de “fenômeno de projeção”, tão forte que, pode-se falar numa memória quase que herdada. Ressalta:

Esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares [...], podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar também da projeção de outros eventos. É o caso, na França, da confusão entre fatos ligados a uma ou outra guerra. A Primeira Guerra Mundial deixou marcas muito fortes em certas regiões, por causa do grande número de mortos. Ficou gravada a guerra que foi mais devastadora, e frequentemente os mortos da Segunda Guerra foram assimilados aos da Primeira. Em certas regiões, as duas viraram uma só, quase que uma grande guerra (POLLAK, 1992, p.202).

Destaca que a memória sofre flutuações e não se resume à vida individual, é um fenômeno construído com base no tempo presente; também uma construção do grupo (bem mais organizada), e em parte herdada.

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são, comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo (POLLAK, 1992, p. 204).

Porém, o autor reconhece o caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva e afirma que: “[...] numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p.02). No

contexto dos territórios quilombolas, por exemplo, estão presentes a relação e as divergências entre a história oficial contada ao longo do século, e as memórias esquecidas ou, como denomina Pollak (1989), as “memórias subterrâneas¹⁴”:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma metodológica regra e reabilita a periferia e a marginalidade (POLLAK, 1989, p.02).

Memórias que vivem no silêncio, não por impossibilidade de serem lembradas, todavia, por não poderem sobreviver, haja vista que, socialmente, não são reconhecidas e/ou legitimadas.

Para o geógrafo e historiador americano David Lowenthal (1998), “[...] toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos o ontem e o hoje, e confirmamos que já vivemos um passado” (p.75). O autor concorda que:

[...] a memória possui caráter pessoal e coletivo ao mesmo tempo, e as lembranças dos indivíduos e grupos sociais sustentam seu sentido de identidade em relação ao seu chão experienciado. Nossa vida está impregnada por nossas memórias e a todo instante, trazemos de volta algum acontecimento do passado (LOWENTHAL, 1998, p.78).

É certo que as rememorações, em todas as suas particularidades, acumulam-se com a idade, ainda que algumas se percam e outras se alterem ou sejam modificadas, mas o conjunto de recordações avolumam-se, conforme transcorrem novos acontecimentos e experiências de vida, acrescentadas naturalmente ou por indução. De alguma forma, elas são evocadas e se fazem presentes.

Já Pierre Nora (1993), historiador francês, associado ao campo da chamada Nova História, reconhecido por seus trabalhos no campo das Ciências sociais, como: “Entre memória e história: a problemática dos lugares” (1993), e especialmente ao dirigir anteriormente, a edição dos três volumes da obra “Lugares de memórias” (1978). Debates que auxiliam na pesquisa, por termos como objeto, também um lugar de memórias, o qual é o território do

¹⁴Configura-se como aspecto representativo do que se denomina memórias marginalizadas, silenciadas ou subterrâneas (POLLAK, 1992; 1989).

Boqueirão. Nora, é mais um teórico que traz reflexões importantes ao tratar sobre o tema e ao trazer a discussão “aceleração da história”. O autor defende:

Este fenômeno acaba de nos revelar toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades, ditas primitivas ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo e a história, que é o que nossas sociedades, condenadas ao esquecimento, fazem do passado; porque são levadas pela mudança (NORA,1993, p.08).

Ao tratar sobre o processo de aceleração temporal, Nora (1993), defende a ideia de que a história passou a ser mais rápida, ativa, muito dinâmica. O tempo de um fato ou a duração de um acontecimento é o mesmo tempo da notícia, mas o novo é quem comanda as vidas, conduzindo a sensação de uma hegemonia transitória. O autor considera:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupo vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, susceptíveis de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA,1993, p.09).

Para o historiador, o passado cede seu lugar para a ideia de um tempo presente efêmero e nesse momento, conservar vestígios e traços é a maneira de confrontar o efeito devastador da inconstância, que fragmenta rapidamente a contemporaneidade. Explica, que: “[...] esse arrancar da memória, sob o impulso conquistador e erradicador da história, tem como que um efeito de revelação: a ruptura de um elo de identidade muito antigo, no fim daquilo que vivíamos como uma evidência: a adequação da história e da memória” (NORA,1993, p.08).

Thompson (1998), também incisivo, destaca que: “[...] a memória é um conceito discutível por seu acesso, sua subjetividade e sua manipulação, levando-se em conta que a ‘macro-história oficial’ funciona como ‘um grande gravador’ que modela o passado à sua própria imagem” (p.23). E ao retornar a Pollak (1989), reitera-se que o autor também faz críticas aos pensadores tradicionais, por não apresentarem em suas obras, a memória como forma de dominação de um povo. Ele critica duramente a memória coletiva nacional e afirma que essa: “[...] se define pelo seu caráter destruidor, uniformizador e opressor” (POLLAK, 1989, p.04). Lembra que os autores clássicos do positivismo francês, como Bergson (1999) e Halbwachs (1990), enfatizam a força quase institucional da memória, mas não conseguem ver nessa memória uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica.

Na abordagem durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Assim, também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de "comunidade afetiva". Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva. Em vários momentos, Maurice Halbwachs insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de "negociação" para conciliar memória coletiva e memórias individuais [...] (POLLAK, 1989, p.03).

A professora Marilena Chauí (1994), o ratifica, ao ponderar: “[...] talvez seja o destino (in)evitável da sociedade capitalista que destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa” (p.18). Há, de fato, uma tensão entre a memória coletiva e a memória individual, ao apresentar-se como uma conflitante questão nas ciências sociais.

Outra importante contribuição ao tema, foi dada por Ecléa Bosi (1994); professora emérita e titular do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP). Dentre suas importantes obras estão: “Cultura de massa e cultura popular”, (1972); “Memória e sociedade” (1994) e “O tempo vivo da memória” (1998). A autora discorre em suas obras, a respeito da memória e sua relação com a vida social e por afinidade, apoiou-se nos trabalhos de Halbwachs (1950-1938-1925); Charles Bartlett (1932) e Henri Bergson (1896) que escreveu sobre a fenomenologia da lembrança, em sua obra “Matéria e Memória”, cujo objetivo foi tratar sobre as percepções e o tempo associado à memória. Outra referência do seu trabalho, são as narrativas produzidas pelas memórias de idosos. Para a autora, tal processo demonstra que a narração de experiências pessoais é o modo mais assertivo de descrever e construir a memória. Ainda que tenha apoiado-se em autores tradicionais, os idosos, para Bosi (1994), representam uma camada da população subjugada pela dependência e opressão de uma sociedade capitalista e utilitarista. Para ela a memória é re-construção do passado e não apenas sua conservação.

Bosi (1994), valorizou e ocupou-se com a memória individual; com base na história oral das pessoas, mas, que segundo Pollak (1989, p.04), foi por diversas vezes relegada às ‘memórias subterrâneas’, de culturas minoritárias, dominadas ou sem vez, ou voz na sociedade.

Já o gramático e linguista Celso Pedro Luft (1995, p.416) define popularmente memórias, como faculdade de lembrar, reter impressões e ideias; lembrança; recordação; reminiscência. Para Berger e Luckmann (2004), as memórias expressam percepções, noções, ideias e imaginações, que participam da estrutura da consciência humana. Mas, neste ou em

qualquer outro estudo, apresentam limites; não caberiam, o silêncio, o esquecimento e as omissões.

O pesquisador Luiz Carlos Flávio (2013), em sua tese sobre ‘Memória(s) e território’ conclui: “Igualmente, consideramos a memória aspecto fundante da consciência e da mobilização que esta dá às realizações instadas pelo pensar/fazer humano” (p.130) e acrescenta:

[...] a memória deve ser entendida como fruto de realizações relacionais. Pois, embasada no acervo social de saber (tradições orais, ensinamentos efetivados no âmbito da família, escola, igreja, mídia, etc.), ela é sempre consciência de algo (produção, realização, fenômeno social etc.) transcorrido, realizado no passado (FLAVIO, 2013, p.130).

Em estudos mais novos, as professoras Maria Laura Tornay e Natalia Vega (2009), desenvolveram trabalhos associados a memória recente, na Argentina e em outros países da América do Sul. As historiadoras discutem questões sociais da memória, relacionadas a pessoas e grupos que vivenciaram regimes ditatoriais, e sofrem(ram) com as marcas do terror, da violência e da repressão estatal. Para as autoras, o debate sobre a memória recente, a exemplo de passados violentos, inicia-se pelas marcas do trauma deixado nas vítimas, que de diferentes maneiras, foram atingidos por essa violência, e com base nessas difíceis experiências, podem lembrar, silenciar, elaborar e esquecer.

Quanto a relação entre história e memória, Tornay e Vega (2009), compreendem a história como uma construção complexa, mas que não reflete o que realmente aconteceu; inclui os interesses dos agentes sociais envolvidos, bem como os processos interpretativos, construção e seleção de dados e escolha de estratégias narrativas pelos seus investigadores. No entanto, as abordagens clássicas se opõem a tais ideias, afirmando que a memória é subjetiva e não confiável, em comparação com os estudos científicos, racionalizados no discurso historiográfico.

As correntes teóricas idealista, subjetivista e construtivistas, sustentam que a história está diluída na memória, ao considerarem que, embora a memória não seja idêntica à história, é uma fonte para ela. Julio Aróstegui (2004), entende que nesse conflito conceitual não há história sem memória; são realidades diferentes, distinguíveis. Tornay e Vega (2009), ainda destacam a importância das funções da memória: na apreensão do que é história, ao compreenderem como capacidade de lembrar experiências no tempo presente, como o seu papel auxiliador e como veículo para sua transmissão; mas para as autoras, não se deve concluir que a luta pela memória é a luta pela história (TORNAY; VEGA, 2009).

O fato é que, a história dos grupos minóricos no Brasil, a exemplo dos territórios indígenas e de remanescentes quilombolas, registra, em diversas obras literárias, a doutrinação ideológica, imposta pelos grupos hegemônicos. Ainda apresenta tristes lembranças, expressas em narrativas de luta, de sobrevivência, envolvendo situações de injustiça e mortes, que ocorreram durante décadas. Lembranças traumatizantes e memórias que aguardam o momento favorável para serem manifestas e conhecidas. Pollak (1989), cobra dos governantes uma posição política quanto a revisão da memória oficial:

Há a necessidade, para os dirigentes, de associar uma profunda mudança política a uma revisão (auto)crítica do passado. Ele remete igualmente aos riscos inerentes a essa revisão, na medida em que os dominantes não podem jamais controlar perfeitamente até onde levarão as reivindicações que se formam ao mesmo tempo em que caem os tabus conservados pela memória oficial anterior. [...] A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais (POLLAK, 1989, p.03).

Com relação a esse contexto, Flávio¹⁵ (2013), reconhece o trabalho de construção e reconstrução da memória e contribui ao indagar: “Se a memória é trabalho, re-construção, poderíamos perguntar: mas é trabalho de quem? Em favor de quem? Contra quem? Em síntese, juntamente com Ricoeur (2000), questiona: “[...]de quem podemos dizer que é a memória?” (RICOEUR, 2000, *apud* FLAVIO, 2013, p.131).

Em suma, a memória, em sua essência, permeia a organização da vida em sociedade, a transferência de conhecimentos, a formação das identidades, as permanências, as mudanças, mas também transpassa a história, lembrada pelos atritos e nas disputas pelo poder no território numa sociedade de classes. Apresenta um caráter múltiplo, e nesse sentido, sempre estimulará o debate e a produção de vários autores para compreendê-la. Todavia, o estudo desenvolvido, aproxima-se de autores que melhor contribuem para a leitura do território quilombola. Nesse sentido, firma-se, portanto, em bases teóricas como: Pollak (1989), Chauí (1994), Flavio (2013), Fernandes (2015), Thompson (1998) e Le Goff (1990). Autores que vão além das abordagens tradicionais e concebem a memória como constructo social, eivado de contradições e conflitos sociais.

¹⁵Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho em 2011. Professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão. Escreveu sobre “A Geografia e os Territórios de Memória” (As Representações de Memória do Território) Revista Faz Ciência, [S. l.], v. 15, n. 21, p. 123-142, 2013.

2.2 Das memórias do quilombo ao território quilombola

A discussão sobre um território, onde se assenta uma “comunidade tradicional”¹⁶ e sobre o seu processo de formação, nos remete a reflexão da questão quilombola, num âmbito maior, na qual, sua organização, como se viu, deu-se em um país, historicamente, escravagista. Nesse contexto de referência, gerado pela imposição de um regime político-econômico desumano, e que prevaleceu por pelo menos três séculos, produziram-se memórias do período colonial, que revelam, para além de esconderijos ou espaços humanos reprimidos; lugares também constituídos pela organização da luta e da resistência dos povos negros escravizados.

Pensar sobre a produção desse modelo de território, nos direciona, inicialmente, para o repensar a origem do termo quilombo. O professor Flavio dos Santos Gomes (2015), destaca que: “[...]desde as primeiras décadas da colonização, as comunidades negras ficaram conhecidas primeiramente com a denominação mocambos e só depois por quilombos, pois eram termos da África Central, usados para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados” (p.06). Observa-se que os quilombos e mocambos se formavam quase sempre, pela ação dos escravos fugitivos dos canaviais e dos engenhos do Nordeste; assim, surgiram as primeiras notícias de fugas de escravos e a organização deles em comunidades. Segundo Gomes (2015), data de 1575 o primeiro registro de um mocambo, formado na Bahia.

Gomes (2015), ressalta que vários estudiosos¹⁷ da temática, entre os quais, destacam: Nina Rodrigues (1977), Arthur Ramos (1942), Edison Carneiro (1964), Gilberto Freyre (1933), Décio Freitas (1982) e Kabengele Munanga (1995), abordaram sobre a etimologia da palavra quilombo e sobre seu uso no Brasil. Inclusive suscitou nas últimas décadas, críticas¹⁸ por parte de Moura (1988), quanto a abordagem de Freyre (1933), que abarcava com certa benevolência a escravidão brasileira.

¹⁶De acordo com a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, estabelecida pelo governo federal, os grupos sociais (como trataremos), identificados como comunidades tradicionais, referem-se a “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Entre eles, estão os povos indígenas, os quilombolas, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, os pomeranos, entre outros. Fonte: Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2017.

¹⁷Historiadores, professores, escritores, jornalistas, antropólogos, etnólogos. (Estudiosos de temas afro-brasileiros e historiografia dos quilombos).

¹⁸Segundo Moura (1988), o pesquisador Gilberto Freyre (1933), caracterizou a escravidão no Brasil como composta de senhores bons e escravos submissos. O mito do bom senhor de Freyre seria uma tentativa no sentido de interpretar as contradições do escravismo como simples episódio sem importância, e que não teria o poder de desfazer a harmonia entre exploradores e explorados durante aquele período.

Leite (2000), reforça a avaliação quanto a distorção do conceito, haja vista, que para autora, a generalização do termo teria sido resultado da dificuldade dos historiadores em ver o fenômeno enquanto dimensão política de uma formação social diversa. “Esta distorção e generalização do conceito influenciaram as definições que apareceram nos livros didáticos até recentemente” (LEITE, 2000, p. 337).

Tradicionalmente, na cultura popular brasileira, há uma diversidade de interpretações, como apontam Lopes; Siqueira e Nascimento (1987):

Na tradição popular no Brasil há muitas variações no significado da palavra quilombo, ora associado a um lugar “quilombo era um estabelecimento singular”, ora a um povo que vive neste lugar “as várias etnias que o compõem”, ou a manifestações populares, “festas de rua”, ou ao local de uma prática condenada pela sociedade “lugar público onde se instala uma casa de prostitutas”, ou a um conflito uma “grande confusão”, ou a uma relação social “uma união”, ou ainda a um sistema econômico “localização fronteira, com relevo e condições climáticas comuns na maioria dos casos” (LOPES; SIQUEIRA e NASCIMENTO, 1987, p.15).

Mas, segundo Gomes (2015), desde o século XVII já se ouvia a palavra quilombo, sendo associada aos guerreiros Imbangalas, grupo étnico que no século XVI invadiu o Congo e hoje habita o território de Angola. O autor (2015), relata que se sabe pouco, sobre como os escravizados se autodenominavam, como também, não é conclusivo, por que e como os termos de origem africana: mocambos e quilombos, se difundiram pelo Brasil. Dessa forma, diferentemente de outras áreas colonizadas por espanhóis, franceses, holandeses e ingleses, que também receberam africanos centrais e tiveram comunidades de fugitivos.

Uma explicação, seria a intenção da administração portuguesa, na época, em disseminar ou espalhar a terminologia. Como esclarece:

A palavra seria utilizada para caracterizar tanto as estratégias militares — acampamentos — na África pré-colonial como aquelas da resistência à escravidão na América portuguesa. Muitas autoridades coloniais tinham ocupado postos na Ásia e também na África, havendo uma circulação de agentes administrativos em várias partes do Império português. Podiam estar falando de coisas diferentes — acampamentos de guerra/ prisioneiros na África Central ou comunidades de fugitivos no Brasil, mas nomeando-as de forma semelhante. Pode ter havido uma tradução dos termos africanos na linguagem e na documentação da administração colonial (GOMES, 2015, p.06).

Em todo caso, o termo só aparece nos registros oficiais da colônia, no final do século XVII e de modo geral, a terminologia antes usada era mesmo mocambo. O historiador Stuart Schwartz (1987), salienta:

[...] ao longo do século XVIII — na documentação colonial — as comunidades de fugitivos foram denominadas ao mesmo tempo, de mocambos, principalmente na Bahia, e de quilombos em Minas Gerais; e o termo quilombo apareceu em Pernambuco somente a partir de 1681. Assim, mocambos (estruturas para erguer casas) teriam se transformado em quilombos (acampamentos), e tais expressões africanas ganharam traduções atlânticas entre o Brasil e a África desde o século XVI (SCHWARTZ, 1987, p.67).

Almeida (1996), defende que existiram outras definições jurídicas, durante o período escravagista, e avalia que o conceito de quilombo, criado pelos agentes da administração colonial, sempre foi manipulado e serviu para a manutenção dos próprios interesses. Gomes (2015), acrescenta, que os registros encontrados sobre os quilombos brasileiros, foram produzidos por pessoas incumbidas de destruí-los, como também poderiam ter sido falsificados, para reforçar a visão infratora dos fugitivos. Além disso, para o professor os quilombos não eram isolados geograficamente, conforme abordam as visões tradicionais, muito ao contrário, afirma que havia uma rede de cooperação muito bem articulada entre os territórios, a senzala, a casa grande e os comerciantes locais. Articulação essa, que protegia os refugiados, pois muito antes das expedições repressoras chegarem, os mesmos já eram avisados por antecipação.

No Brasil — ao contrário de outras áreas escravistas nas Américas —, as comunidades de fugitivos se proliferaram como em nenhum outro lugar, exatamente por sua capacidade de articulação com as lógicas econômicas das regiões onde se estabeleceram. Nunca isolados, mantinham trocas econômicas com variados setores da população colonial, que incluíam taberneiros, lavradores, faiscaidores, garimpeiros, pescadores, roceiros, camponeses, mascates e quitandeiras, tanto escravos como livres. Tais trocas, que nunca foram sinônimos de paz ou ausência de conflitos, sobretudo significaram experiências que conectavam toda a sociedade escravista, tanto aquela que reprimia como a que acobertava os quilombolas e suas práticas (GOMES, 2015, p.10).

Entre outros autores, Lima e Nascimento (2018), nos lembram o registro histórico: “[...] no século XVIII foi instituído o primeiro marco jurídico sobre o conceito de quilombo, que remonta ao Conselho Ultramarino, em 2 de dezembro de 1740 e estava voltado aos interesses do regime escravocrata; com o modelo de produção agrária de plantation” (p.28).

Adiciona que, tais espaços passaram a ser considerados juridicamente como quilombos ou mocambos. Nessa perspectiva, os quilombos representaram mais que um refúgio ou abrigo, pois os territórios formados, agrupavam homens, mulheres, crianças e idosos, que se negaram viver sob o regime de escravidão. No território, sobreviveram sob tempos de medo, dias e noites de pressão e apreensão, mas também, desenvolveram uma rotina de atividades laborativas; fortaleceram os laços de fraternidade e solidariedade, ao buscarem conviver coletivamente, e de modo incessante, intencionavam os próximos passos a serem dados, na busca por liberdade coletiva.

Moura (1993), lembra a definição do Rei de Portugal na época, “[...] quilombo é toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (p.23). Já Almeida (2011) aponta os cinco elementos característicos de tais espaços:

[...] tem-se cinco características que sempre aparecem de maneira combinada, segundo uma inseparabilidade, como se fossem partes integrantes e invariáveis de uma certa totalidade definitiva de quilombo, que podem ser assim resumidas: a) fuga; b) quantidade mínima de “fugidos” definida com exatidão; c) localização marcada por isolamento relativo, isto é, em “parte despovoada”; d) moradia consolidada ou não; e) capacidade de consumo traduzida pelos “pilões” ou pela reprodução simples que explicitaria uma condição de marginal aos circuitos de mercado (ALMEIDA, 2011, p.39).

Um conceito que atendeu perfeitamente aos interesses da política colonial, pois segundo Almeida (2011), esses espaços passaram a ser considerados lugares ermos, distantes e despovoados; bem diferente do mundo “civilizado” e produtivo, onde o processo de povoamento e colonização foram estabelecidos oficialmente. Quando se mencionou os pilões, não os interpretou, como ferramentas de apoio, que servia para sobrevivência, mas como evidência de um delito, constituído pela prática de autoconsumo e capacidade reprodutiva de longo prazo. Quanto as manifestações de fuga, foram tratadas como forma de insubmissão, rebeldia e recusa ao trabalho forçado nas propriedades monocultoras. Em suma, formalizou tais espaços, como legítimos refúgios de transgressores.

Particularmente, as reflexões, demonstram que a memória oficial brasileira, por norma, ignorou a escravidão, no que se refere aos terríveis efeitos produzidos e, infelizmente, ainda mantêm uma visão simplista ou maquiada, acerca dos grupos sociais específicos. Os estudos que descrevem tais espaços são importantes, contudo, muitos não analisam ou refletem sobre a diversidade das relações entre escravizados e o restante da sociedade, ou até mesmo, as diferentes condições e formas pelas quais esses grupos apropriaram-se da terra. Afinal,

processos territoriais conflituosos como esses, envolvem, inevitavelmente, questões relativas à terra.

Moura (2001), acredita que os quilombos existiram durante todo o período escravista ocorrido no Brasil; praticamente em toda a extensão do território nacional e defende a ideia do território quilombola, como uma histórica forma de organização grupal, construída em todos os lugares onde houve escravidão. Para o autor, na sociedade escravista, achavam-se sempre mulheres e homens “aquilombados” e, para sua organização e fortalecimento, havia grande dependência para com a terra. Leite (2000) o cita, reforçando a importância da terra nessa dinâmica espacial:

Clóvis Moura chega à conclusão de que o quilombo vira “fato normal” na sociedade escravista e desta até os dias atuais. Esse “fato normal” proporciona uma operacionalidade ao termo no que refere ao fenômeno na atualidade, pois o movimento de deslocamento, realocamento, expulsão e ocupação dos espaços e novos territórios, demonstra que “mais do que uma exclusiva dependência da terra, o quilombo faz da terra a metáfora para pensar o grupo e não o contrário” (MOURA 1981, *apud* LEITE, 2000, p. 339).

É também consenso entre os estudiosos do tema, que o artigo 68 da Constituição Federal, obrigou os pesquisadores aprofundarem e refletirem mais sobre o conceito, uma vez que a definição clássica, estaria impregnada pelo senso comum; sendo aceita pela ciência, durante décadas, portanto, não evocou as diferentes situações de luta e resistência, quanto as ocupações de terras pelos grupos, bem como, não abarcou ou se posicionou criticamente, em relação à situação social produzida.

Para mais, observa-se nas últimas décadas, que as pesquisas e os estudos sociais mais aprofundados e críticos, expuseram a realidade, dos desdobramentos conflitantes quanto ao processo de formação e de consolidação dos muitos territórios espalhados pelo país. Os estudos apresentam as adversidades, tanto pelas diferentes dinâmicas nos processos de ocupação, constituição e formas de luta por direitos civis, quanto por interesses externos envolvidos na questão da terra. Gusmão (1995), afirma: “[...] a história oficial e a ideologia que lhe é própria, não mostram a presença negra na terra, posto que foi assumido apenas enquanto força de trabalho escravizada e, depois, livre marginalizada” (p.12). O resultado produziu “[...] concepções enganosas e conceitos incompletos, tanto a respeito do modo de vida rural, quanto ao distanciamento dos povos a terra, tornando invisível ou sem importância a existência de uma questão camponesa negra no Brasil” (GUSMÃO, 1995, p.12). Em síntese, a história rural no

país, demonstra que independentemente da forma de acesso à área ocupada, o uso comum da terra, é característica predominante em todos os territórios estudados.

Tais registros históricos são interessantes e reveladores, nos estimularia pesquisar mais sobre tais questões, todavia, o propósito do estudo, volta-se para o quilombo contemporâneo. Lima e Nascimento (2018), inclusive, retomam que: “[...] no ano de 1888, o termo quilombo foi suprimido dos textos constitucionais, pois com o fim da escravatura já não cabia mais a sua utilização” (p.29). Entretanto, houve um silenciamento em relação aos ex-escravos e sua relação com a terra, mas só após cem anos é que o termo foi revisto pela Carta Magna brasileira, criando a categoria “remanescente de quilombos”.

Almeida (2011), igualmente, faz uma crítica à concepção da categoria, que pouco se modificou ao longo dos tempos; propondo um novo significado e nova problematização sobre a questão:

Julgo que, ao contrário, se deveria trabalhar com o conceito de quilombo considerando o que ele é no presente. Em outras palavras: tem que haver um deslocamento. Não é discutir o que foi, mas sim discutir o que é, e como esta autonomia está sendo construída historicamente. Aqui haveria um corte nos instrumentos conceituais necessários para se pensar a questão de quilombo, porquanto não se pode continuar a trabalhar com uma categoria histórica acrílica e com a definição fossilizada de 1740. Faz-se mister trabalhar com esta definição e com o que de fato é, incluindo-se neste aspecto objetivo a representação dos agentes sociais envolvidos (ALMEIDA, 2011, p. 64).

Observa-se, num contexto geral, que a autoatribuição, os meios de sobrevivência coletiva, o modelo produtivo, as práticas de trabalho, a participação individual e a dependência à terra, identificam as pessoas de direito, na sua condição de membro do território quilombola. Aliás, são critérios de identificação, já adotados pelos órgãos oficiais responsáveis, como: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Cultural Palmares (FCP). Todavia, nota-se que a sociedade, ao buscar compreender esta origem, foi muito influenciada pela memória oficial, ao pensar os grupos negros, atrelando-os, somente ao ‘passado’; ao enraizar traços, características, e popularmente fundamentar suas convicções nas tradições africanas; incorporando-as, às comunidades do presente. Constroem em seu imaginário um espaço apartado, atrelado somente ao passado. É como se as práticas, os costumes e o modo de vida do grupo, ficassem presos no tempo, sem a necessidade de (re)construções ao longo da história. Ao nosso ver, são aspectos intocados de uma africanidade pretérita, fortalecidos por estereótipos construídos, especialmente na contemporaneidade. Decerto, que há um longo caminho a ser percorrido, na busca da aplicação e prática dos

dispositivos constitucionais, mas discutir o conceito já é um bom começo, como lembram Andrade e Treccani (2000):

A promulgação da Constituição de 1988 criou necessidade de melhor definição do conceito “remanescente de quilombo”. Tal interpretação passa a ter grande importância, uma vez que determinará quais grupos sociais terão direito à regularização de suas terras com base no artigo 68 (ANDRADE; TRECCANI, 2000, p.02).

Refletir sobre a dimensão do conceito, ao compreender as implicações políticas, quanto as interpretações utilizadas, é de grande importância para fundamentação e discussão, acerca da trajetória dos povos negros no Brasil. No entanto, não é objetivo da pesquisa, promover uma discussão exaustiva sobre as definições, contudo, entender que a concepção deve estar associada as diversas situações de luta, que envolvem a ocupação de terras e que se apresentam por origens diferentes, mas nem sempre de forma pacífica. Para tanto, não se deve assentar em definições isentas e desinteressadas da história real. Segundo Silva e Nascimento (2012), a formação dos quilombos no Brasil não foi aleatória:

A formação de quilombos não foi esporádica nem pontual em nosso país. Onde houve trabalho escravo, houve também a rebeldia a ele, muitas vezes sob a forma de quilombos. Esses foram de vários tipos, pequenos, grandes, próximos às cidades ou bem distantes delas, variavam também na forma de organização e em sua origem. Contudo, mesmo sendo o quilombo o lugar da liberdade e da reconquista da dignidade, mesmo tendo relações com o que veio a ser o quilombo na África, não se pode deixar de dizer que o quilombo não é a África, e seus membros não serão africanos, e sim um novo tipo de brasileiros (SILVA; NASCIMENTO, 2012, p.05).

Desse modo, compreende-se que o debate não é tão recente, vem sendo renovado e experienciado nas esferas públicas, ao acompanhar a trajetória de lutas dos grupos negros, na luta por reconhecimento e inclusão; ao se atribuírem como grupos étnicos. Porém, no final da década de oitenta, do século passado, a discussão sobre os territórios quilombolas avançou e gerou várias disposições normativas¹⁹, especialmente e a partir do artigo 68 da Constituição Federal brasileira (CF), de 1988, seguida por diversas regulamentações jurídicas como: a Portaria do Incra n.º 307, de 22 de novembro de 1995, que determina que os territórios remanescentes de quilombos, como tais, são caracterizados e inseridos em áreas públicas federais, arrecadadas ou obtidas por processo de desapropriação, sob a jurisdição do INCRA e

¹⁹Leis e Normas Federais. Página oficial da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). <http://conaq.org.br/coletivo/278/>

tenham suas áreas medidas e demarcadas, bem como tituladas; a Portaria do Ministério da Cultura (MINC), de n.º 447, de 2 de dezembro de 1999, que delega a competência à titular da Presidência da Fundação Cultural Palmares; a Portaria da FCP n.º 40, de 13 de julho de 2000, que estabelece as normas que regerão os trabalhos para a identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação, levantamento cartorial, e titulação das terras ocupadas por grupos remanescentes de quilombos; o Decreto n.º 3.912, de 10 de setembro de 2001, que regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas; o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, que passa a regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos territórios quilombolas, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; a Portaria FCP n.º 06, de 1º de março de 2004, que institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares; da Instrução Normativa Inca n.º 20, de 19 de setembro de 2005, que regulamenta e aprimora procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003; o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; a Portaria FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, que institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares para efeito do regulamento que dispõe o Decreto n.º 4.887/03; a Instrução Normativa do Inca N.º 73, de 17 de maio de 2012, que estabelece critérios e procedimentos para a indenização de benfeitorias de boa-fé, erigidas em terra pública, visando a desintrusão em território quilombola, entre outras normativas associadas, que também regimentam o tema.

Todas as disposições legais e as discussões levantadas por autores como: Leite (2000); Arruti (2008); Almeida (2011); Gomes (2015), entre outros, operaram para que o discurso sobre os direitos dos remanescentes quilombolas fosse reforçado pelos movimentos sociais brasileiros ao longo das últimas décadas. Por essa razão, a legislação que confirma à propriedade coletiva da terra, representa um considerável passo em direção ao reconhecimento social, especialmente, quanto a ligação e quanto aos vínculos estabelecidos pelos grupos negros com/no o território; como também, admite a existência e a importância da constituição socioespacial, haja vista, serem cidadãos de direito, que muito contribuíram para a construção do país. Entre tantos

outros, o direito fundiário, é um meio concreto de rever a dívida histórica para com esses trabalhadores brasileiros. Ao invés de serem considerados partícipes da terra, continuam sendo apartados e discriminados no ‘presente’.

Nesse contexto, destaca-se, que o artigo 68 da Constituição Brasileira de 1988, referente ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), citada anteriormente, é o dispositivo legal mais importante até o momento, pois confere aos remanescentes quilombolas, o direito à propriedade de suas terras, ao estabelecer: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, Constituição Federal, 1988). Representa significativo avanço na legislação brasileira, como chama atenção Almeida (1999).

O artigo 68 representa uma importância singular para as comunidades quilombolas, pois a despeito da forte pressão exercida pelas elites econômicas nacionais, cem anos após a abolição da escravidão, se estabelece como o único instrumento legal [...], que se refere a direitos sobre a terra por parte de ex-escravos e seus descendentes (ALMEIDA, 1999, p.11).

Ainda assim, Aurélio Virgílio Veiga Rios (1997), ex-procurador regional da República, já prevenia sobre o artigo:

Está muito mal posicionado no texto constitucional. Foi posto nas disposições transitórias quando, na verdade, trata-se de uma obrigação permanente do Estado brasileiro. Situa-se na parte da Constituição que limita a um determinado tempo a realização de algum direito, enquanto a realidade social e etno-histórica, não permite vislumbrar no tempo o término da eficácia de suas disposições (RIOS, 1997, p. 66).

Segundo Rios (1997), o artigo constitucional foi limitado a um determinado tempo, quanto a conquista de direitos, mas, na realidade, a construção social, não nos permitirá avistar a conclusão e os benefícios das decisões ou ações para com as comunidades tradicionais. É importante lembrar, que foi instituída na pauta política nacional, somente a partir de 1988, ano significativo, por coincidir com o Centenário da Abolição, não de forma gratuita, mas após forte atuação dos movimentos sociais, sobretudo negros; que reivindicaram garantia de direitos, além do reconhecimento e a devida valorização do seu papel, na formação econômica, cultural e social do país. Todavia, a Constituição Federal, ainda que sob críticas, difere-se de disposições anteriores, ao admitir e registrar, por escrito, os direitos civis devido aos grupos desfavorecidos.

Para os defensores da causa quilombola, representados pelos movimentos sociais, o artigo 68 da Constituição Federal é incompleto, contudo, ainda assinala possível disposição de reparação de prejuízos históricos gerados, pelo processo de escravidão; e também por reconhecer uma abolição, que não veio acompanhada de medidas de inclusão e acesso a direitos. Quanto à terra, é relevante apontar, que a propriedade foi legitimada para o grupo social e não para posse individual, incluindo na Lei maior, as prerrogativas coletivas.

O direito supracitado, não faz referência ao indivíduo, mas ao grupo em comum e a prerrogativa jurídico-institucional quanto à propriedade da terra, trouxe a discussão sobre quem são os titulares desse direito, que foram assentados no dispositivo legal. Portanto, emergem questões como: o que é realmente um território quilombola? Quem são os chamados remanescentes? Quais os critérios utilizados para reconhecê-los? E que situações fundiárias se acomodam na garantia do direito constitucional? Todas essas indagações devem ser socialmente construídas, claramente explicitadas e respaldadas por normas jurídicas. Tal condição, geraria cidadania e segurança civil aos grupos remanescentes, presos simbolicamente numa imobilidade temporal. Logo, precisam avançar em suas conquistas.

Certo é, que espalhados em quase todo o território brasileiro, carregam memórias e histórias mal resolvidas. Observa-se que é muito comum a presença de territórios negros rurais, sendo que alguns, vivem em áreas urbanas e subúrbios das grandes cidades, mas, não representam um ‘passado’ imóvel, como ressalta Gomes (2015).

Elas são a continuidade de um processo mais longo da história da escravidão e das primeiras décadas da pós-emancipação, época em que inúmeras comunidades de fugitivos da escravidão (e também índios e desertores militares), e depois aquelas com a migração dos libertos, se formaram. Não se trata de um passado imóvel, como aquilo que sobrou de um passado remoto. As comunidades de fugitivos da escravidão produziram histórias arresgadas de ocupação agrária, criação de territórios, cultura material e imaterial próprias, baseadas no parentesco e no uso e manejo coletivo da terra (GOMES, 2015, p. 04).

Além das regulamentações e preceitos jurídicos, Associações respeitadas e até Secretarias oficiais, já avançam no debate e requalificam suas definições: a Associação Brasileira de Antropologia (ABANT),²⁰ a mais antiga associação científica existente no Brasil, na área das Ciências Sociais, tornou-se voz atuante em defesa das minorias. Traz

²⁰Associação Científica na Área das Ciências Sociais. Fundada em julho de 1955. Denominada ABA- Associação Brasileira de Antropologia.

contribuições, ao definir e atualizar o termo quilombo, incorporando e reforçando sua contemporaneidade:

[...], portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal, ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (ABANT, 1994, p. 02).

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)²¹ também participou, ao definir oficialmente essas comunidades como: Grupos com trajetória histórica própria, cuja origem se refere a diferentes situações, a exemplo de doações de terras realizadas a partir da desagregação de monoculturas; compra de terras pelos próprios sujeitos, com o fim do sistema escravista; terras obtidas em troca da prestação de serviços; ou áreas ocupadas no processo de resistência ao sistema escravista (BRASIL, 2003, s/p.).

Entretanto, recorda-se, que na construção textual, referente artigo 68 da CF, a decisão pelo termo “remanescente”, se manteve em dois, dos três enunciados de alteração da proposta, e de início não acendeu debates, mas posteriormente passou a ser criticado, por ainda estar associado ao passado colonial e apresentado com um espaço sem problemas. Como ressalta Leite (2000):

[...] no texto, remanescente das comunidades dos quilombos está alinhado com a premissa colonial de uma formação social atrasada, fixa e cristalizada no passado[...]. Para mais, considera-se que este enquadramento conceitual estimula a concepção de quilombo como uma unidade igualitária, harmônica e coesa, e com isso, desconsidera a diversidade deste grupo e sua necessidade de direitos diferenciados (LEITE, 2000, p. 340).

Para ABA e autores como Almeida (1996), o termo “remanescente”, expresso na Constituição de 1988, pode induzir a ideia de resíduo, de algo que sobrou do passado.

²¹Órgão do Poder Executivo do Brasil. Secretaria instituída pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 21 de março de 2003, com o objetivo de promover a igualdade e a proteção de grupos raciais e étnicos afetados por discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra. Em 2015, através de medida provisória nº 696, a secretaria foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, unindo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Direitos Humanos, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Onde permaneceu até as reformas de 2016, quando, então, a Seppir e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNAPIR) foram absorvidos pelo Ministério da Justiça e Cidadania.

Fonte:Portal gov.br - SEPPIR (<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/secretaria-nacional-de-politicas-de-promocao-da-igualdade-racial>)

Lembranças de grupos que ficaram para trás ou não mais existem. Arruti (2008), também se preocupou como modelo de conceito que, no futuro, lhes seriam atribuídos e destaca:

Sempre falamos em quilombos adjetivando (rural ou urbano, contemporâneos/históricos), contudo, o que de fato está em jogo ao tratarmos do conceito contemporâneo de quilombo não é a existência destas formações sociais, nem mesmo das suas justas demandas, mas a maior ou menor largueza pela qual o conceito as abarcará, ou excluirá completamente. Está em jogo o quanto de realidade social o conceito será capaz de fazer reconhecer. Qual parcela da realidade ganhará, por meio deste reconhecimento, uma nova realidade, jurídica, política, administrativa e mesmo social. Enfim, qual o modelo normativo que derivará do reconhecimento desta grande variedade de situações empíricas ou que será imposto a eles (ARRUTI, 2008, p. 320).

Na língua portuguesa, a expressão “remanescente” é um adjetivo relativo à qualidade daquilo que sobra; ou um substantivo masculino, referente ao que está sobrando ou o que restou (LUFT, 1995, p.532). Decerto, que o conceito, lembra algo que já não existe ou que está caminhando para o desaparecimento, e o “quilombo”, conduz a compreensão de unidade espacial fechada, ajustada, coesa culturalmente, que não apresenta adversidades. Porém, na prática, tornou-se um território confinado e isolado socialmente.

Ainda que as discussões conceituais não abarquem as reais demandas das minorias, ou no caso do território quilombola, ainda que, governos e a própria sociedade entendam que a terra, base físico-geográfica, não seja condição necessária para a existência do grupo; compreende-se nesse estudo, que a união dos membros, os vínculos afetivos e o trabalho coletivo ao longo do tempo, os fortalecem historicamente, constrói o território e formam as memórias do grupo. Mas, para isso, a posse da terra, assegurada por meio das garantias legais e de forma efetiva, tornam-se cruciais para a consolidação e continuidade dos territórios tradicionais. É mais que um reconhecimento ou um recomeço, é uma questão de dignidade, haja vista, a posse da terra, ser o elo fundamental, que traz segurança ao grupo, propicia a sobrevivência, gera as condições de permanência física.

Entende-se que a ênfase na definição do quilombo do contemporâneo, deve estar embasada na história vivida, entremeada pelos processos de luta e resistência, de trabalho e autonomia, de conquistas e perspectivas de futuro; não limitada historicamente, às características que envolvem o ato da fuga, ou adornada pelo romancismo literário das questões folclóricas, que tradicionalmente cercam esses territórios.

Enfim, mesmo que reconhecidos constitucionalmente, há 34 anos e, após mais de um século de “liberdade”, é bem verdade que os trabalhadores negros foram apartados das políticas de estado e de governo. Vários autores, já citados, reconhecem que o quilombo contemporâneo,

tornou-se invisível, e essa condição, foi efetivamente produzida por mecanismos legais do estado, pela mídia e até por discursos que fortaleceram sua representação, como fenômeno extinto, situado num passado de escravidão. Como reforçam Fiamengue e Whitaker (2014): “[...] essa exclusão histórica passa também por um processo de negação, baseado no esquecimento que legitimou a exclusão social a que essas populações foram relegadas” (p.71).

Do ponto de vista jurídico, os povos que foram “legalmente” escravizados no passado, conquistaram a possibilidade de “autonomia” no presente, sobre o seu corpo e labor; não necessitam mais da fuga, para reassumirem o domínio de sua existência e força de trabalho. Todavia, os povos remanescentes, que supostamente, foram abolidos da condição de fenômeno histórico, presume-se também, que se libertaram das memórias do quilombo colonial. Passaram a ser concebidos como territórios negros camponeses, com diferentes origens e trajetórias; trabalhando para se estabelecerem no campo, por si e por seus descendentes. Resistem e sobrevivem da terra no espaço agrário brasileiro, mas, ainda no século XXI, precisam vender sua força de trabalho e lutar pelo legítimo direito de permanecer no território.

2.3 Território quilombola: lugar de resistência

Somam-se mais de cinco séculos de história oficial, e desde o início do processo de ocupação das terras brasileiras até o presente, testemunha-se a trajetória de luta dos povos tradicionais pela inclusão, pela propriedade dos territórios e pelo merecimento à cidadania completa. O quilombo se tornou, sobretudo, lugar de resistência.

A resistência dos grupos negros ao sistema, por meio da formação de quilombos, iniciou desde o final do século XVI, e o professor Enrique Peregalli²² (2001), revela que a relutância, começou ainda na África: “Os africanos não permaneciam quietos, como o gado, enviado para os matadouros. As resistências começavam ainda na África, na morte, como suprema tentativa de evitar que bandos de traficantes queimassem suas aldeias” (p.25). O autor acrescenta, que investigações da época, realizadas pelo Parlamento Inglês, catalogaram 155 motins de escravos ocorridos a bordo de navios e registraram outros 100. “Um número parecido de navios teria sido destruído” (PEREGALLI, 2001, p.25). Mas, esta prática não foi só brasileira. Para Carvalho, o número de revoltas nas Américas crescia ao mesmo tempo que as dominações escravagistas (1996):

²²Professor licenciado em História pela USP e mestre pela PUC-SP. Peregalli trouxe contribuições sobre o tema, ao escrever obras como: *Escravidão no Brasil*, de 1988 e *A América que Os Europeus Encontraram*, de 1994.

Em cada região das Américas, onde o regime escravagista se instalou, registraram-se movimentos de rebelião e resistência contra essa ordem, o primeiro deles datado de dezembro de 1522, na ilha de Hispaniola. Isso significa dizer que a história do cativo negro nas Américas se confunde com a história da rebelião contra o regime escravagista (CARVALHO, 1996, p.14).

Savoia e Moretti (1992), apontam o registro de várias revoltas e de lutas dos povos escravizados em diferentes países da América, tais como:

[...] Haiti (1665, 1679, 1719, 1734, 1747, 1777); [...] México (1609-1612); [...] Panamá (1555-1558); [...] Venezuela (1532, 1553); [...] Colômbia (1633, 1684, 1693, 1785); [...] Jamaica (1655, 1690, 1760); [...] Peru e Bolívia (1678); [...] Equador (1553); [...] Guiana (1772 e 1777); Guiana Francesa e Suriname (1762); [...] em muitos casos, as comunidades conseguiram resistir durante séculos, assinando verdadeiros tratados de paz com as autoridades e constituindo seus próprios “reis” (SAVOIA; MORETTI, 1992, p.32).

Segundo Chiavenato (1999), “[...] o primeiro quilombo brasileiro teria se formado a partir de 1575 e afirma que centenas deles avançaram pelos diferentes recantos do país” (p.65). Para Peregalli (2001), “Revoltas, atentados contra os senhores e seus feitores, assassinatos, suicídios, fugas... se espalharam intermitentemente por todos os cantos do território brasileiro” (p.25). Ao analisar obras de diferentes autores que estudaram as experiências quilombolas nos estados brasileiros, chega-se à mesma conclusão de Moura (1993): “Mesmo naquelas regiões onde o coeficiente demográfico do escravo era pequeno, o fenômeno era registrado” (p.25). Resistiram, foram além da persistência, sendo valentes em sua oposição; mas também, espalharam-se pela capacidade de arranjo, organização e sobrevivência, em meio a condições tão desfavoráveis.

Os registros históricos, demonstram a importância e a função mais significativa dos quilombos, pois não foram pensados apenas como espaços de refúgio ou de apoio às fugas; não foram limitados a isso; de outro modo, organizados em unidades permanentes de enfrentamento; constituídas como territórios alternativos, que resistiram, por meio da força e repulsa ao sistema. Resultaram, assim, numa ameaça concreta à ordem vigente, como Moura (1987), chama atenção:

[...] não podemos, por isso, deixar de salientar que, durante todo o transcurso de sua existência, eles foram não apenas uma força de desgaste, atuando nos flancos do sistema, mas, pelo contrário, agiam em seu centro, isto é, atingindo em diversos níveis as forças produtivas do escravismo e, ao mesmo tempo, criando uma sociedade alternativa que, pelo seu exemplo, mostrava a possibilidade de uma organização formada de homens livres. Essa perspectiva

que os quilombos apresentavam ao conjunto da sociedade da época era um “perigo” e criava as premissas para reflexão de grandes camadas da população oprimida (MOURA, 1987, p. 47).

Ao refletir o tema e expor o verdadeiro papel dos quilombos, Moura (1987), contrariou a ideia que durante muito tempo nos foi apresentada, de que não houve resistência expressiva dos escravizados contra o sistema que os oprimia.

No preâmbulo da obra “Quilombos, Resistência ao Escravismo” (1987), os professores²³ Cleber Santos Vieira e Suzane Jardim Malanga, reiteram o autor:

Ao apresentar os quilombos em suas dimensões históricas, sociais, nacionais e internacionais, o autor desconstrói a tese de passividade da população escravizada. Afirma, que a abrangência e continuidade histórica destes territórios o transformam em espaços de reação incessante, organizado, de luta e combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que o sustentava (VIEIRA; MALANGA, 1987, p. 13).

Moura (1987), ainda, assevera, embora, não se tenha registros escritos, que o quilombo dos Palmares no estado de Alagoas (antiga capitania de Pernambuco), foi a maior demonstração de oposição e resistência negra ao sistema vigente da época:

Palmares foi a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina. Durou quase cem anos e, durante esse período, desestabilizou regionalmente o sistema escravocrata. Paradoxalmente, não temos nenhum documento escrito pelos palmarinos durante sua existência. Certamente seguiam, como nos outros quilombos, a tradição africana de comunicação oral. Como sabemos, na África, a tradição oral é praticamente responsável pela transmissão da memória coletiva e da consciência social (MOURA, 1987, p. 49).

Nessas relações de poder, travadas entre os atores sociais, do outro lado está o Estado escravista, que neste caso, sempre usou de violência, da opressão e dos meios oficiais, visando reprimir, reestabelecer a ordem vigente e fazer prevalecer os interesses dominantes.

A responsabilidade do Estado e a resposta dos oprimidos é ratificada por Cardoso (1975):

²³Cleber Santos Vieira é Professor da Universidade Federal de São Paulo. Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as e Suzane Jardim Malanga Professora na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Mestra em Ensino de História pela Universidade Federal de São Paulo. Autora de: “Quilombos e quilombagem no ensino de história: estudo sobre a contribuição paradigmática de Clóvis Moura”, dissertação de mestrado realizada no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Unifesp.

O estado, além de estabelecer leis que regulamentam, legitimam e institucionalizam a escravidão, intervêm, quando é o caso, com todo o peso de suas forças armadas, judiciais e outras para restabelecer a ordem escravista ameaçada. A escravidão representa, portanto, uma dívida que a sociedade brasileira tem com os índios e negros. Diante do quadro de violência institucionalizada, a resposta dos negros através da fuga e das rebeliões foram elementos constantes em toda a nossa história: não existe escravidão sem resistência (CARDOSO, 1975, p. 122).

Treccani (2006), também acrescenta que a luta e a resistência negra continuam; sendo o maior fato jurídico no campo brasileiro, das últimas décadas:

[...] ao expedir o título de reconhecimento de domínio, o Estado brasileiro não só repara uma dívida histórica, mas resgata elementos fundamentais de um dos grupos sociais que construiu a identidade nacional. Por isso a luta das comunidades remanescentes de quilombo por seus territórios pode ser apontada como o maior fato jurídico dos últimos anos no campo brasileiro, pois esta mobilização política emerge num contexto no qual os negros resistem às medidas administrativas e políticas de negação de seus direitos (TRECCANI, 2006, p. 02).

Não se pode negar, que as revisões históricas e questões levantadas, estão em sincronia com as lutas contemporâneas de territórios, como o Boqueirão, seja em suas formas institucionalizadas, seja no plano das suas reivindicações.

Se séculos atrás o enfrentamento e a busca por liberdade encorajavam os povos negros repudiarem o sistema escravista, na atualidade considera-se que a luta pela terra é o elemento que fomenta as ações de resistência dos grupos tradicionais. Será que a luta acaba, após o reconhecimento étnico e a titulação da terra? Os remanescentes se conformaram com a conquista a que chegaram ou ainda resistem? Mesmo porque, as lutas diárias para sobreviver da terra e permanecer no território, representam atos de coragem e, indiscutivelmente, formas (ex)implícitas de resistência.

Observa-se, que mesmo após a chamada “Constituição cidadã”, são mais de três décadas de luta dos territórios quilombolas contemporâneos, demonstrando a insatisfação e o descontentamento quanto as suas reivindicações; embora várias famílias, até tenham conquistado títulos de terra, após o reconhecimento legal. É como se fosse um começo para as mudanças, e não se pode negar que servem de estímulo para outros grupos ao pleitearem o mesmo objetivo. Mas, é certo que comunidades negras rurais, possuem uma importante convicção: o reconhecimento de sua existência, inclusão social e o respeito coletivo e individual, só serão completos, por meio da propriedade e pleno domínio da terra.

Nesta relação conflituosa com o passado presente, entende-se que o problema não acabou, apenas com o reconhecimento oficial. Ainda que, com a confirmação do direito à terra, os desafios continuam para se fixarem, haja vista, a necessidade de serem estabelecidas políticas de governo eficazes, visando a promoção da igualdade racial, ao permitir ampla inclusão dos remanescentes nos benefícios sociais, que até hoje, muitos foram negados, como: educação, saúde, saneamento básico, lazer, mobilidade, etc; como também o direito ao trabalho e a efetividade de políticas, que criem condições estruturais de sobrevivência, de autodesenvolvimento, de sustentabilidade e independência, a serem implantadas e acompanhadas por todas as esferas político-administrativas: Federal, Estadual e Municipal.

Embora existam instrumentos jurídicos estabelecidos na Constituição Federal e outras legislações, nota-se que o reconhecimento quanto a propriedade e domínio dos territórios prossegue lentamente, por consequência da burocracia de regularização dos mesmos e/ou por transpassar outros interesses.

O fato é que, a formação de territórios quilombolas originou-se deste processo histórico de segregação social e de certa forma, construiu e fortaleceu mecanismos de defesa, usados para a continuidade dos grupos. Acredita-se, que a luta continua, e em razão disso, o reconhecimento do direito à propriedade, é muito mais do que a “concretização” de uma política fundiária. Transformou-se em condição de sobrevivência e permanência das comunidades, ao originar, ao longo dos últimos séculos, uma nova configuração socioespacial, com características próprias, assentadas no trabalho rural, na produção familiar, na ancestralidade e nos vínculos; que no conjunto, é resultado da resistência histórica, à opressão sofrida.

A “abolição” continua a ser uma dívida; uma obrigação não cumprida. A sociedade capitalista e o Estado, não honraram seu compromisso secular para com os povos que subjuguou. Muitos obstáculos terão que ser vencidos, muitos conflitos terão que ser enfrentados, mas o sonho permanece. Um sonho que finca suas raízes, numa outra convicção: de que, a terra quilombola não é somente um patrimônio histórico-cultural; é herança legítima, meio de sobrevivência e continuidade de um povo que, inegavelmente, também é brasileiro. A terra, e essa em especial, não pode ser tratada como uma mercadoria a ser negociada.

Posto isso, observa-se que o quilombo contemporâneo, não está alheio ou mostra-se indiferente a tais questões; antes, apresenta-se como lugar de resistência, haja vista, que a oposição dos trabalhadores negros, às diferentes formas de escravismo e indiferença social, não pode ser reduzida a perspectiva da violência sofrida e sujeição histórica, todavia, deve estar em plena sincronia com as possibilidades de reação, de luta, de firmeza, de determinação e compromisso com a sua legítima causa.

SEÇÃO III

3 O REAL CONCRETO: O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO BOQUEIRÃO

Conforme explica Almeida (2011), desde o período imperial (1822-1889), os registros dos governos provinciais brasileiros, já revelavam a redução do número de integrantes, que se julgava suficiente para formar um quilombo. No período da República Velha (1889-1930), presumia-se que os territórios quilombolas nem mais seriam vistos, uma vez que, com a abolição da escravatura, se imaginava que os espaços rurais, formados pelos ex-escravizados desapareceriam automaticamente ou não teria mais razão de existir. Mas, o fato é que os quilombos resistem ao tempo, e são realidades concretas na Nova República.

O quilombo Boqueirão é um, dos muitos exemplos de territórios, que subsistiram no Brasil, se revela, para além dos critérios de autoidentificação, ao estabelecer a sua territorialidade, pelo uso comum e o vínculo com a terra. Leite (1990), acrescenta, que a terra é a base material, onde se torna perceptível a existência do grupo e onde se estabelece a territorialidade na dimensão espaço tempo:

A terra sugere uma base física, o lugar sobre o qual a existência do grupo torna-se possível, seja para residir, encontrar, produzir ou permanecer por algum tempo. Local onde podem ocorrer vários tipos de inserção. O território inscreve limites, indica a presença de fronteira concreta, simbólica ou ambas. Torna visível o grupo na dimensão espaço/tempo. Indica a unidade na diversidade. E a territorialidade pode ser vista como uma relação, um jogo, um tipo de experiência que constrói a subjetividade, porque baseada numa linguagem, num tipo de vivência coletiva que constrói um ou vários tipos de poder. Sua possibilidade de concretização plena se dá através da ação, de dimensão quase sempre política (LEITE, 1990, p.09).

A terra tem um significado especial para as famílias rurais do território do Boqueirão, pois, é o lugar da ocupação coletiva, onde está assentada a história da família e as suas memórias; ela é especialmente a base do trabalho e da sobrevivência, onde o território se faz, pela presença do concreto e do simbólico.

Desse modo, essa seção cumpre o objetivo de avaliar o real concreto, entender como ele se apresenta, para, em seguida, problematizá-lo. Nesse propósito, um primeiro esforço, busca abarcá-lo, vez que os seus limites, sobretudo, físicos, não estão estabelecidos oficialmente, e assim, conhecê-lo, em suas dimensões naturais, ambientais, sociais, política, histórica e econômica.

3.1 Em busca do real concreto: da memória ao território real

A descrição do líder local e agente de saúde, sinaliza que a área do perímetro do território, é de aproximadamente 6km, limitada pela Fazenda Mãe Eliotéria e Ursa (lado sul), Fazenda Algodão (lado oeste) e Fazenda Trazibo ou Lagoa das Pedras (lado leste). Todavia, não houve demarcação oficial, realizada pelo INCRA, conforme relata o líder local.

[...] o nosso quilombo aqui, tem baseado...a baseação, é a divisão dos povoados em volta, do Algodão, Úrsula, é... Mãe Eliotéria, Lagoa da Visão e Lagoa das Pedras; foi baseado nisso[...] agora, quantidade de por hectare eu não sei não! Sei por quilometro, são 6km [...], seis mil metros ‘quadrados’, pra lá, pra cá; São seis mil metros [...]. Nós não temos essa definição. Nós tamo no meio, nosso raio é grande; é sim! [...]Nosso raio é muito maior, só que não foi medido. Por que não foi medido? Porque o pessoal não aceitou, mas ia medir, sim, então, nós tamo sem definição do nosso quilombo total, quanto que é, em definitivo[...] Não foi medido; a gente não pode ponhar uma coisa, sem saber da realidade. Por alto, a gente teve esse patamar aí de raio. [...] Não foi medido pelo INCRA (Relato do líder local, em abril de 2022).

Mas, desde 1998, o trabalho exercido junto à Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista, visando desenvolver ações de saúde no território, fez com que, o agente local e a equipe técnica, sentissem a necessidade de ter ciência da dimensão e da abrangência geográfica da área de atendimento. Porém, a falta de um documento cartográfico oficial (conforme relatado) e a consciente limitação quanto ao conhecimento geográfico local, sinalizaram para a necessidade de se compor um mapa ilustrado, conforme mostra a Figura 1.

O resultado aproximado, muito os auxiliou no domínio espacial e em suas práticas diárias, dentro do programa de saúde da família, entre as quais, podem ser citadas: melhoria no tempo de atuação nas ações de vigilância epidemiológica, no processo de localização de moradores acamados, de pacientes diabéticos, de hipertensos e gestantes. Trouxe o ‘encurtamento de distâncias’ e avanços nas atividades e procedimentos conjuntos de educação para a saúde, especialmente, no que se refere ao acompanhamento dos idosos e das crianças que residem no território.

O mapa é também, uma importante ferramenta no planejamento de saúde coletiva, tanto na implementação das atividades de atenção, ao auxiliar os profissionais no processo de diagnóstico local, identificação dos problemas e carências de saúde dos moradores, quanto na priorização de riscos, de vulnerabilidades e de intervenções clínicas e sanitárias que se façam necessárias.

Figura 1 - Mapa mental do território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA. Composição do agente comunitário de saúde, 2008.



Fonte: Ilustração cedida pelo agente de saúde. Maio de 2022.

O agente de saúde explica a importância da sua produção.

Então esse mapinha, ele foi feito porque, quando a gente fez o curso de qualificação do agente comunitário de saúde, a gente teve que mapear a comunidade pra poder apresentar os trabalhos que a gente fazia na comunidade. E aí foi acompanhado pelo instrutor. O instrutor veio, vinha aqui na comunidade, fazia reunião e a gente apresentava os trabalhos que a gente fazia e apresentava também o mapa, junto! Na escola, lá em José Gonçalves, em Vitória da Conquista. Tudo a gente foi apresentar o nosso trabalho e esse mapinha aí. Esse mapinha tem mais ou menos 14 anos. [...] a data certinha estou sem ela aqui no momento, certo! (Relato do agente de saúde, em maio de 2022).

Ao desenhar espontaneamente o mapa, acredita-se que o morador, mesmo que sem dispor dos recursos e de habilidades técnicas, buscou no apelo visual, auditivo e na inspiração, fazer uso da observação do cotidiano e das memórias vividas. “[...], os processos de

memorização, muitas vezes não conscientes, utilizam outras fontes, como memória visual, verbal, cognitiva e auditiva” (SILVEIRA; DISCHINGER, 2016, p.08).

A pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Marta Dischinger (2006), confirma a importância que a visão pode ter no processo de percepção espacial, com os demais meios individuais de senti-lo:

Nós geralmente presumimos que percebemos o espaço apenas pelo olhar. Isso acontece porque na percepção do espaço, geralmente a visão domina, sendo a informação a ser levada aos outros sentidos suprimidos. Nós somos mais conscientes da informação trazida pela visão e isso fica evidente no espaço construído. [...] Na realidade, nós todos percebemos, entendemos, utilizamos e aproveitamos o espaço não apenas porque podemos vê-lo (DISCHINGER, 2006, p.148).

Percebe-se que, a ‘imagem mental’ ilustrada no mapa, estabelece uma conexão entre a área do quilombo, os domicílios, a vizinhança, os demais elementos (estradas, acessos, pontos de entrada, saída, distâncias e limites) com o conjunto de características do lugar que se planejou esboçar. Conforme destaca Passini; Dupré e Langlois (1986), a orientação espacial que uma pessoa possui, refere-se à capacidade de representação mental do ambiente, ao conseguir situar-se dentro dessa interpretação. Embora, note-se no ‘mapa’, alguma dificuldade interpretativa, quanto a localização e as direções cardeais das fazendas do entorno.

Buscou-se, portanto, ter mais tempo com o agente de saúde, que conhece bem o território, para compartilhar informações, fazer (re)leituras, analisar o ‘mapa’ elaborado, construir associações em relação à posição geográfica do distrito de José Gonçalves e da BR-116, e assim, estabelecer relações com as áreas que estão voltadas para o nascente e para o poente; redescobrir as terras que, se direcionam para o norte e para o sul, e explorar o domínio da nossa lateralidade. Deste modo, situaram-se melhor as propriedades que fazem fronteiras e obteve-se o entendimento sobre as direções das respectivas estradas e acessos.

Em suma, reorganizou a percepção quanto aos elementos distribuídos no espaço mental, trazendo-os para o território real. Foi um momento rico, com troca de informações geográficas e aprendizados locais, que resultaram em uma adaptação ou nova elaboração, como mostra a Figura 2.

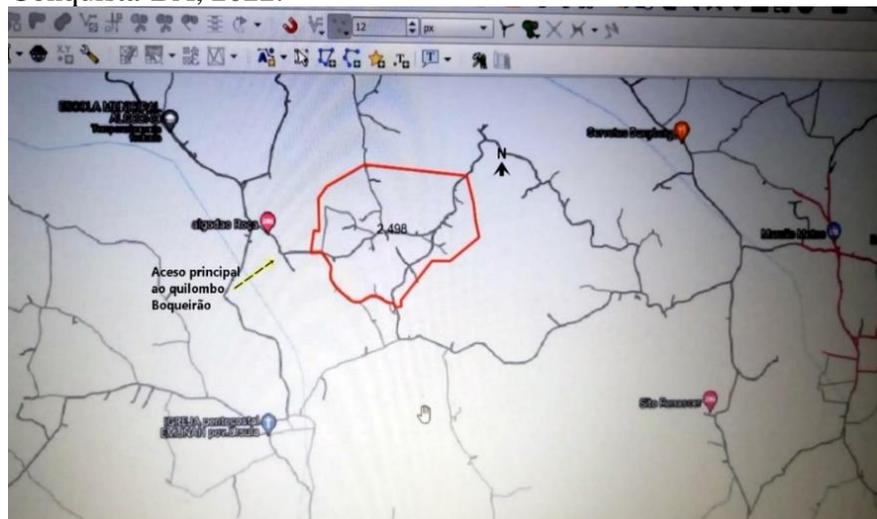
Figura 2 - Adaptação do mapa produzido pelo agente de saúde do território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Adaptação do mapa ilustrado feito pelo agente comun saúde, 2008.

Reorganizada a orientação espacial no campo das ideias, fez-se a transposição para o papel e por fim, comparou-se a nova ilustração com o mapeamento cartográfico oficial (Google Maps), destacado na Figura 3.

Figura 3 - Área do território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: Google Maps/Escala:1:500m. Maio de 2022.

Observa-se o quanto as duas elaborações possuem similaridades, aproximações e conformidades, ainda que, resguardados os contornos das estradas, as dimensões e medidas exatas do mapeamento oficial. O resultado trouxe clareza e orientação, quanto ao espaço concreto em discussão. Bins Ely, Dischinger e Mattos (2002), ressaltam, que a orientação espacial, obedece tanto das informações contidas no lugar, quanto, da habilidade das pessoas em perceberem e tratarem essas referências. O agente de saúde ainda acrescenta:

A gente fez o mapa; aí tem na prefeitura e tem em José Gonçalves, no mural. Mas, aí, o autor do mapa foi eu mesmo. Eu desenhei pela comunidade aqui, que eu trabalho. Algodão é a porta de entrada do Boqueirão[...]. Não tem todas as casas aí dentro não, certo? Porque de lá pra cá cresceu muito. As casas que tem aí, é só uma parte de quando a gente fez o mapa, hoje aumentou muito, [...]. Mas, num tá aí no mapa não! Mapa novo a gente não fez mais, porque não precisou mais tá reconstruindo. Mas, dentro da comunidade aumentou! A comunidade aumentou casas, mas, não tá no mapa, por isso que não consta muita casa, não! (Relato do agente de saúde, em maio 2022).

O mapa ilustrado é uma ferramenta cartográfica muito interessante, pois permite informar com detalhes e certo realismo, as características do território e os pontos de interesse; possibilita também, representar a flora e a fauna local, as habitações, os percursos mais usados pelos moradores, entre outros elementos relevantes.

No esboço elaborado pelo agente, os domicílios e os pontos destacados na cor verde, referem-se ao posto de saúde e a escola municipal, conforme apresentam as Figuras 4 e 5, como também, em outro acesso no mapa, foi realçada a residência do servidor.

Figura 4 - Posto de saúde municipal do território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo, em abril de 2022.

Figura 5 -Escola municipal do território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado. Abril de 2022.

Quanto a extensão da área, o líder local expõe o conhecimento que possui, referente a medição, o tamanho aproximado e aos limites geográficos do território, marcados pelas fazendas:

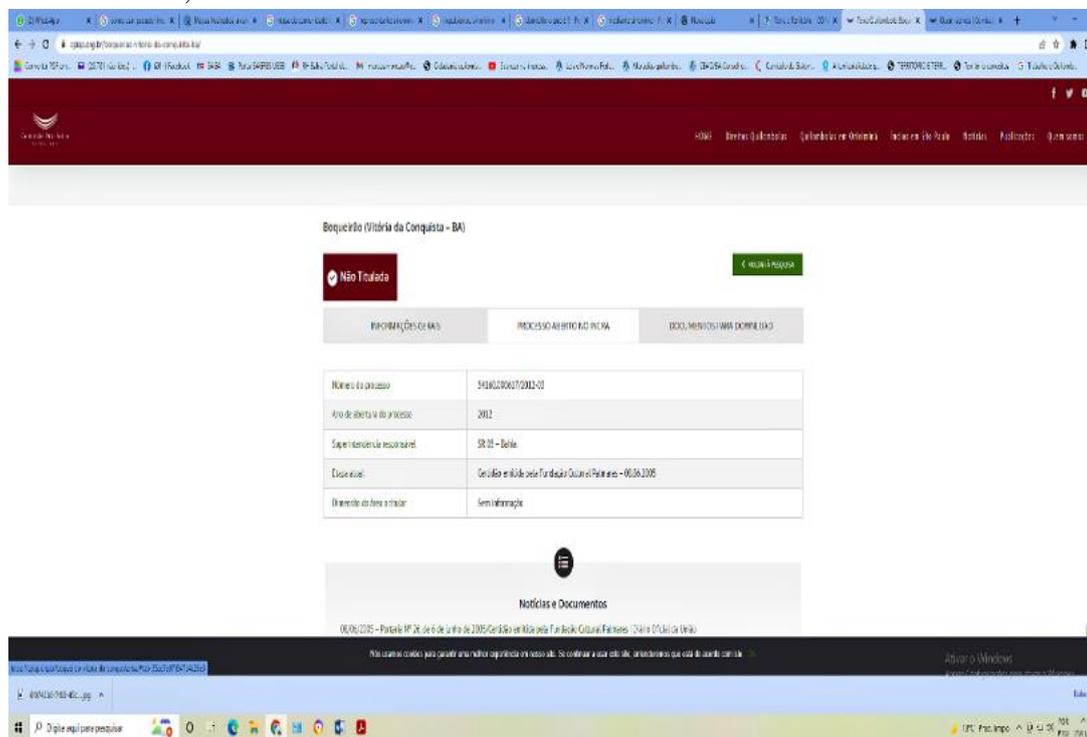
[...] pois é, essa divisão de quilometragem foi, o próprio pessoal que fez o estudo aqui da comunidade, que mediu né?!...Os quilombolas e outras pessoas que trabalhou aqui nessa espessura do quilombo. Então, é seis quilômetros, assim, um quilometro e meio de cada lado. São quatro lados né, e cada um lado tem um quilometro e meio, e aí forma seis quilometro, mas ele todo. Do lado do Algodão, um quilometro e meio, do lado da Ursa, um quilometro e meio; do outro lado de cá, da Mãe Eliotéria, e do Trazibe a mesma coisa. Mas, não é nada definitivo, porque o INCRA não mediu, e se o INCRA medir é muito maior aqui o território. Território medido por estrada, não é território. Território tem que ser medido, é certo, as quatro frente né?! Não foi medido dessa forma. [...] Quando o INCRA veio fazer esse trabalho o pessoal (a comunidade) não deixou, não quis, por isso ficou em aberto. Não é nada definitivo em documento não! (Relato do líder local, em maio de 2022).

De acordo com o banco de dados do Observatório Terra Quilombolas, na página da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP)²⁴, até 31 de maio de 2022, data da consulta, não

²⁴A Comissão Pró-Índio de São Paulo é uma Organização que atua junto as comunidades tradicionais em todo país, ao monitorar, atualizar dados e contribui para o fortalecimento e reconhecimento dos direitos dos grupos minoritários. Conforme a página, estão disponíveis para consulta os resultados do monitoramento dos processos de regularização de terras quilombolas em curso nas Superintendências Regionais do Incri e das titulações efetivadas

constam informações oficiais sobre a dimensão da área do quilombo Boqueirão conforme mostra a Figura 6.

Figura 6 - Banco de dados do Observatório Terra Quilombolas / Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2022.



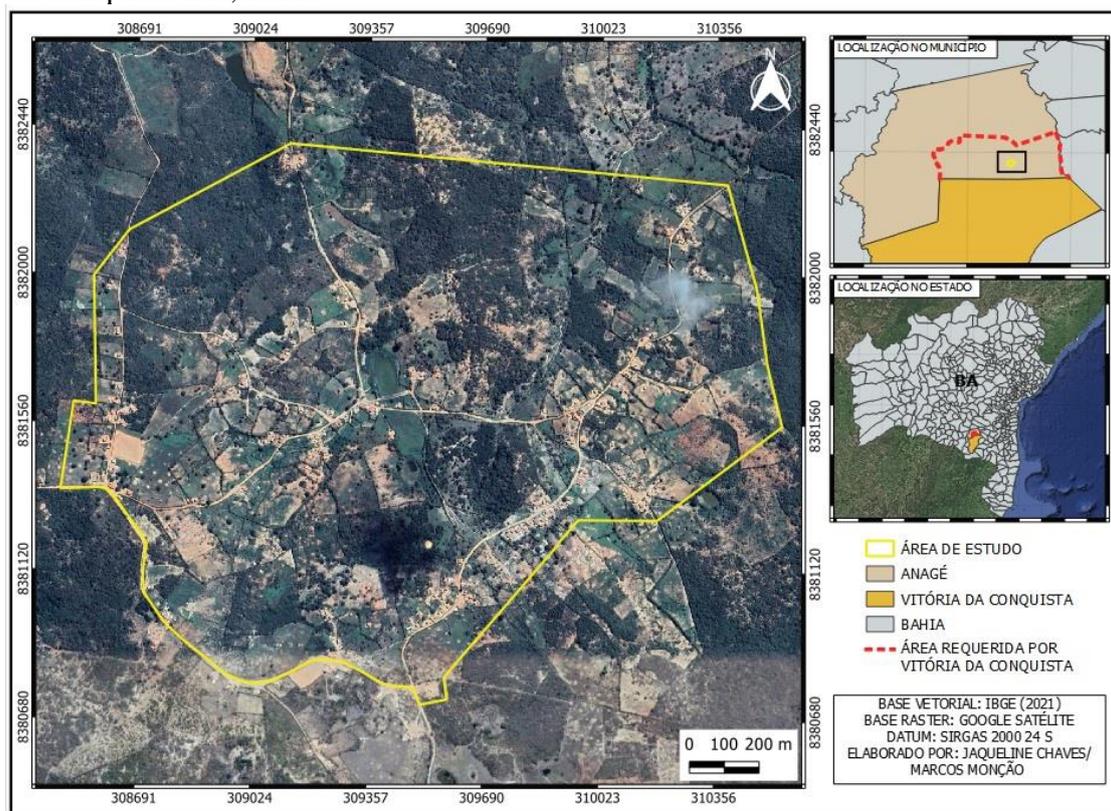
Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Maio de 2022.

Em se tratando de uma comissão, reconhecida em todo o território nacional, por monitorar e atualizar dados do INCRA e de Governos Federal e Estadual, relacionados às ‘comunidades tradicionais’, confirma-se a informação do líder local.

Posto isso, na ausência de um mapa local oficial, identificou-se a área de estudo, comparando as orientações compartilhadas pelo líder e pelos moradores, com as informações existentes (mapeamento regional realizado pelo IBGE/Google Maps), como também, ressaltasse, que o esboço construído e disponibilizado pelo agente de saúde, tornou-se um documento contributivo nesse processo de identificação, resultando assim, numa nova delimitação cartográfica (mais recente), ao definir uma localização mais aproximada do território concreto, conforme apresentado no Mapa 1.

pelo governo federal e pelos governos estaduais. <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>

Mapa 1 - Localização do território quilombola do Boqueirão, no município de Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: Elaborado Jaqueline Chaves e Marcos P.A. Monção. Julho, 2022.

Os dados cartográficos foram obtidos do IBGE, como também, foi utilizada base vetorial de 2021, no qual o território quilombola, está localizado em uma porção de área, que atualmente está *sub judice*, entre os municípios de Vitória da Conquista e Anagé. Ambos, aguardando parecer final e determinação da justiça, com fins de resolução do litígio, como se verá os detalhes adiante.

Uma vez, reunida as informações, foi realizada a delimitação aproximada da área (com admissão de pequenas distorções), na qual, utilizou-se de setor censitário²⁵ referente a unidade territorial definida pelo IBGE, e que favoreceu concretizar o contorno dos limites da área concreta. Ademais, considerou-se as fronteiras que as fazendas circunvizinhas possuem com o território e estradas como pontos de amarra.

Destaca-se que os trechos contíguos ao quilombo, convergem para a área central, onde se encontram a escola municipal, o posto de saúde e pequenos pontos de comércio; contudo, a

²⁵O setor censitário refere-se à unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador. Assim sendo, cada recenseador procederá à coleta de informações tendo como meta a cobertura do setor censitário que lhe é designado. Fonte: <http://ibge.gov.br/>

vicinal do lado oeste, é a estrada principal de acesso ao povoado, ao iniciar-se no distrito de José Gonçalves, passar pelas fazendas Bela Vista, Ursa e Algodão. No sentido noroeste, o trecho leva a uma pequena represa construída, chamada pelos moradores de açude da caveira; já no sentido leste-nordeste, têm-se o acesso a fazenda Lagoa das Pedras ou (Trazibo). Em direção ao sul, localiza-se a Fazenda Mãe Eliotéria e ao norte, encontra-se a fazenda Boa Sentença (divisa entre as fazendas Algodão e Trazibo).

Considera-se, que pensar o território quilombola do Boqueirão, para além da construção mental, significa avançar nas conquistas. Demonstra a importância que possui o mapa real para o grupo, tanto por apontar demarcações concretas, limites visuais e contribuir no conhecimento espacial, quanto para melhor compreendê-lo no processo de formação. Para mais, o mapeamento contribuirá na percepção das relações, das necessidades e dificuldades coletivas de expansão e/ou contenção das terras, além de possibilitar a identificação das potencialidades do espaço local.

Todos esses aspectos do mapa, promovem a constituição do território, passam a ser novos referenciais quanto ao tamanho do espaço e agregarão aos registros documentais, como também, serão somados às memórias que compõem a trajetória histórica dos moradores.

3.2 As referências geoambientais do quilombo Boqueirão

Ao partir do princípio de que a Geografia não se ocupa apenas da dimensão puramente física do espaço, mas, ao contrário, debruça sobre a relação indissociável sociedade e natureza, considerou-se oportuno realizar uma análise das referências geoambientais, nas quais os quilombolas estabelecem relações cotidianas na produção de sua existência. Desse modo, as condições físicas, serão aqui tratadas em estreita relação com as dimensões histórica, política, econômica e social.

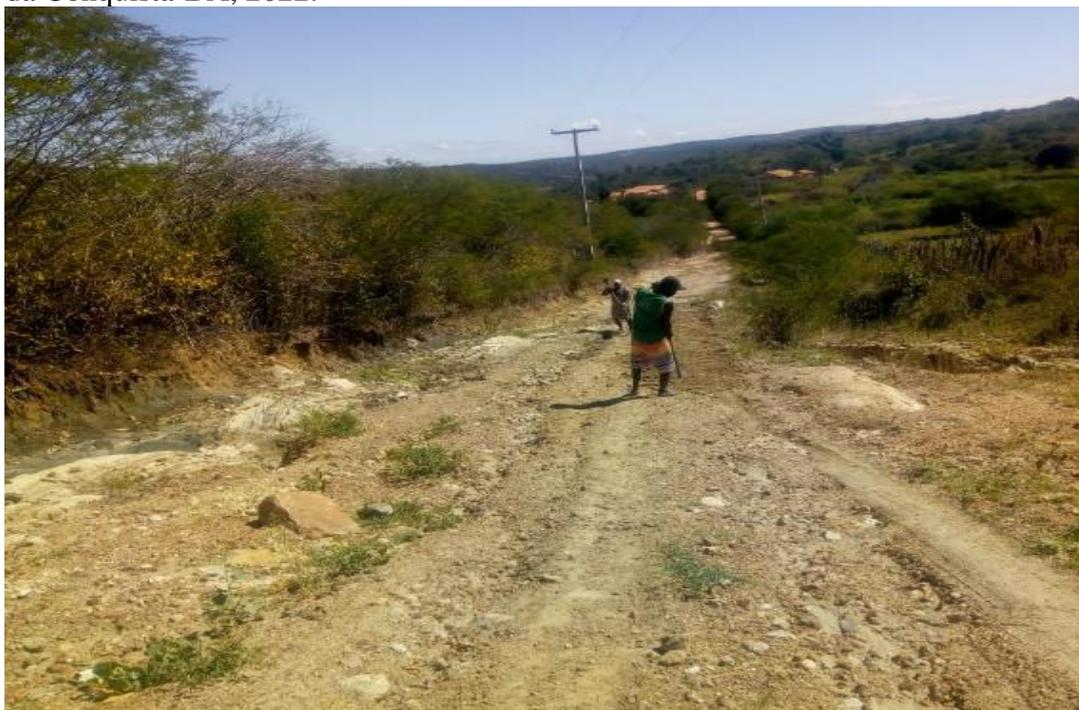
Portanto, logo na primeira viagem a campo, rumo ao território concreto, vivenciou-se ou ao menos, presumiu-se, a aventura diária dos estudantes do distrito de José Gonçalves, ao se percorrer a principal estrada vicinal, entrecortada por caminhos, que se comunicam com essa via e, ao mesmo tempo, facilitam a circulação de moradores entre áreas rurais próximas; povoados conhecidos como: Serra da Bela Vista, Ursa, Algodão e por fim, o território quilombola Boqueirão. Compreende-se que a intersecção entre vias principais e estradas rurais são muito comuns na região, pelas funções que exercem, como explica Griebeler, Pruski e Silva (2009):

As estradas não pavimentadas, também chamadas de estradas vicinais, agrovias ou estradas rurais são as principais ligações entre as propriedades rurais e povoados vizinhos, além de servirem de acesso as vias principais. Também podemos encontrar estradas destinadas exclusivamente à movimentação interna das propriedades rurais, que possuem como principal função o trânsito de moradores, máquinas, equipamentos e produtos agrícolas até as estradas vicinais (GRIEBELER; PRUSKI; SILVA, 2009, p. 166).

A medida que se distanciava do distrito de José Gonçalves, alguns trechos de estrada apresentavam-se muito pedregosos, cheios de crateras e areia; sem nenhuma sinalização de trânsito e alguns pontos, destacavam-se por suas ladeiras íngremes.

As vicinais, de acordo Oliveira (2005), “São caracterizadas pela ausência de revestimento, com pavimento constituído com materiais locais, apenas conformados ou por possuírem algum tipo de revestimento primário” (p.01), conforme mostram as Figuras 7 e 8.

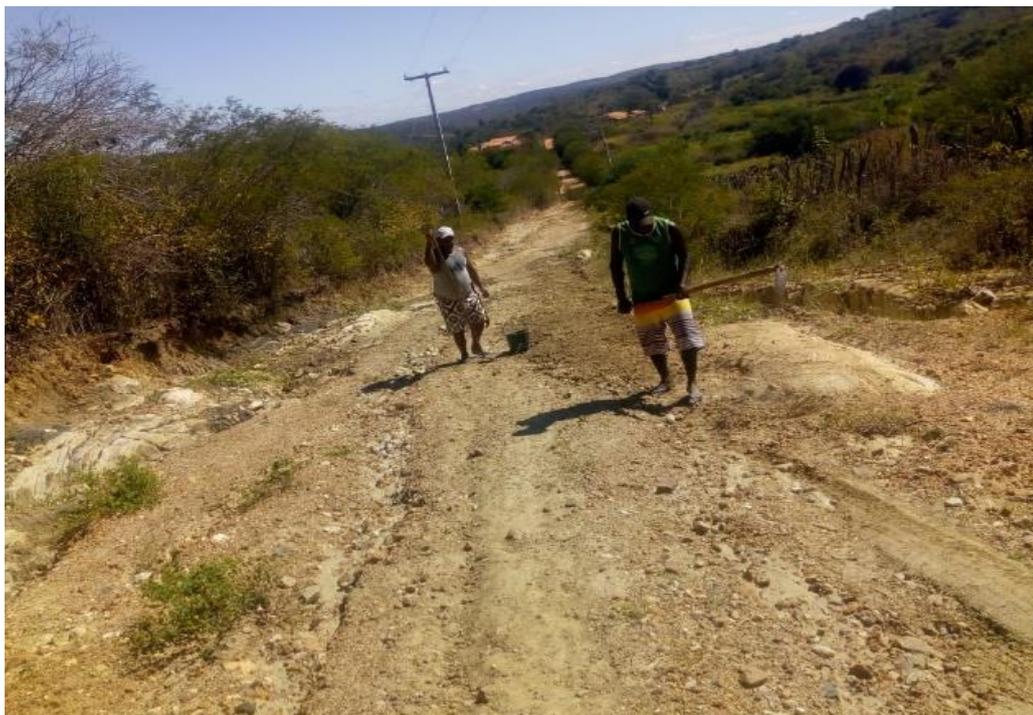
Figura 7 - Trecho que dá acesso ao território quilombola do Boqueirão, em Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo, em abril de 2022.

Observou-se durante o trajeto que, já há algum tempo, a via principal não recebe manutenção do poder público municipal e para amenizar os transtornos, membros do território, unem esforços, no intuito de tapar os buracos e crateras deixados pelas enxurradas, pois elas representam um dos principais fatores erosivos, seja na remoção das partículas do solo ou pelo transporte de sedimentos.

Figura 8 - Membros do território tapando crateras, em trecho de acesso ao território quilombola do Boqueirão, em Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo, em abril de 2022.

Não bastasse, as estradas já comprometidas em sua estrutura, nos dois últimos anos, as intensas chuvas de verão, aumentaram significativamente as dificuldades de mobilidade nos principais acessos. Também, não foram diferentes os problemas gerados para o quilombo do Boqueirão, pois muitos trechos ao longo da estrada principal, ficaram alagados, impedindo o transporte de pessoas e o acesso aos serviços de saúde, de educação e até a aquisição de alimentos em José Gonçalves. Na região, povoados rurais inteiros, ficaram ilhados e temeram pelos muitos prejuízos que poderiam ser causados, conforme noticiado no período:

As chuvas, sempre bem-vindas na zona rural, desta vez chegaram trazendo transtornos para comunidades no interior de Vitória da Conquista, isolando localidades inteiras e prejudicando o escoamento da produção e a entrada e saída de veículos, especialmente os escolares.[...] no interior de Bate-Pé, Pradoso e José Gonçalves, por exemplo, a preocupação aumenta a cada chuva, com a enxurrada ampliando as crateras nas estradas vicinais.[...] Na região de José Gonçalves a situação é ainda mais grave, segundo moradores e professores das escolas de ensino fundamental e médio. Eles temem que os alunos sejam prejudicados na conclusão do ano letivo de 2019 que se estendeu para 2020 (Fonte: <https://sudoestedigital.com.br/>, postado em 08 de janeiro de 2020).

Sucederam dias de chuvas intensas no Sudoeste da Bahia e segundo o Centro Nacional de Monitoramento de Desastres Naturais (Cemaden)²⁶, foram registrados em algumas áreas urbanas e rurais de Vitória da Conquista, volumes acumulados em 445mm de chuvas, em todo o mês de dezembro de 2021, conforme demonstra a Figura 9.

Figura 9 - Alagamento em área rural, próxima ao distrito de José Gonçalves, Vitória da Conquista-BA, 2021.



Fonte: Ghirello Imagens Aéreas, em 26 de dezembro de 2021.

Mas, não se pode negar que, para a população que vive no sertão, acostumado com os problemas de escassez e enfiamentos advindos de longos períodos de seca, a chegada das chuvas, nessa dimensão, fez com que o fenômeno natural, se tornasse um acontecimento raro, fora do comum.

Observa-se que, mesmo com os transtornos e estragos ocorridos pela região sudoeste, as chuvas para o território do Boqueirão, despertaram um sentimento de excepcionalidade, de fascinação e alegria. De certa forma, mexeu com o imaginário das pessoas, pois a abundância da água, os trovões e o cheiro de terra molhada, trouxeram um fenômeno cheio de ‘sentimentos’ de fertilidade, de renovo e esperança, ao simbolizar a possibilidade de dias melhores. O cinza

²⁶Núcleo responsável pela prevenção e gerenciamento da atuação governamental perante eventuais desastres naturais ocorridos em território brasileiro. Este centro é vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Fonte da notícia:<https://agenciasertao.com/2022/01/02/acumulado-de-chuva-passou-de-440-mm-em-alguns-pontos-de-vitoria-da-conquista-no-mes-dezembro/> .

da caatinga e a vegetação seca, cederam lugar aos arbustos verdes e encorpados, conforme demonstrado na Figura 10.

Figura 10 - Paisagem de caatinga, vegetação predominante no território quilombola do Boqueirão, em Vitória da Conquista-BA, 2022.

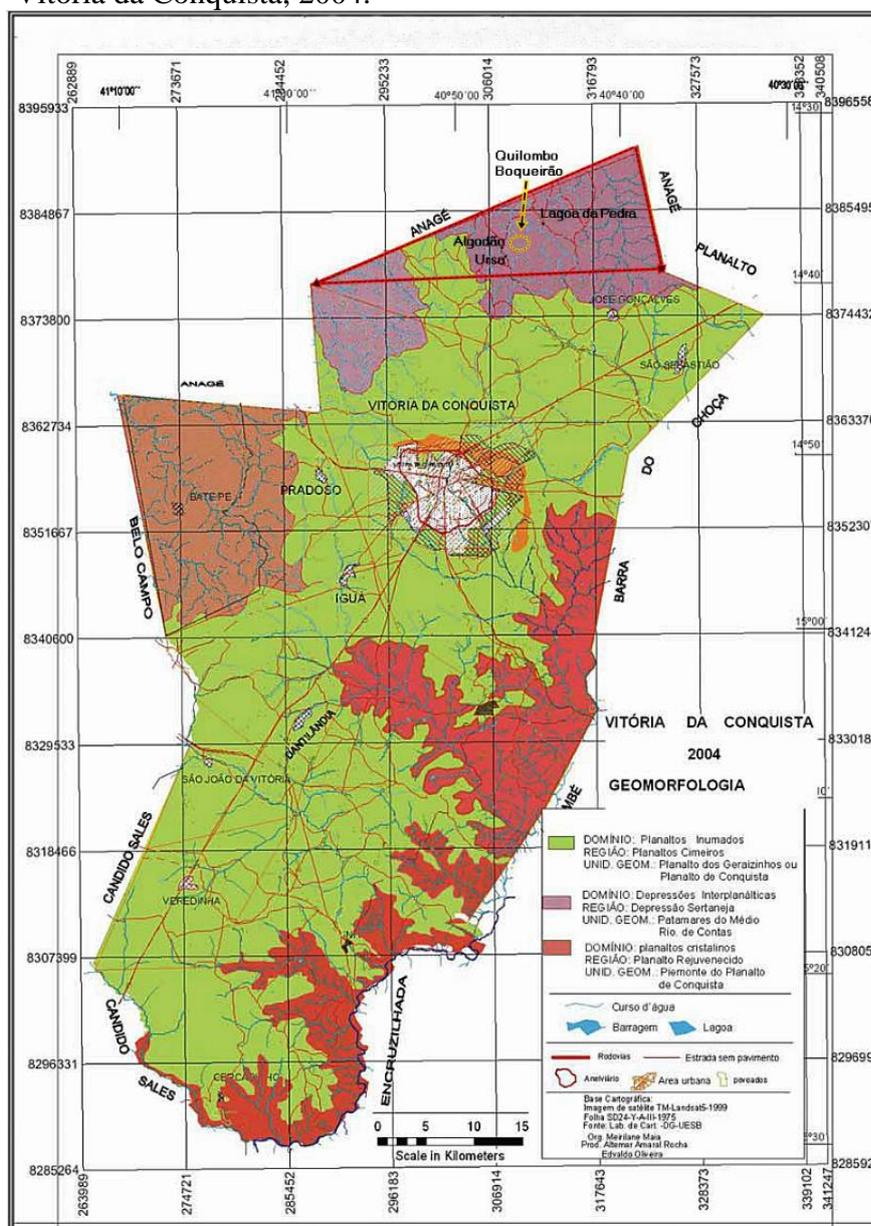


Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

Em alguns trechos, no solo árido de anos, ressurgem a pastagem nativa, que traz alívio aos pequenos criadores, acostumados com períodos de longas estiagens e muita dificuldade para alimentar os animais domésticos e os pequenos rebanhos. Finalmente, a mata se renova, a vida volta a pulsar, juntamente com a esperança das famílias que vivem no sertão. O território concreto e simbólico do quilombo, se revela em cores vivas, ao reproduzir preciosa e necessária interação sociedade e natureza.

O volume incomum de chuvas, gerou novas expectativas para as famílias quilombolas, visto que o território do Boqueirão localiza-se no semiárido, na unidade geomorfológica do Patamares Médio Rio de Contas, conforme demonstra o Mapa 2; próximo à área de transição, entre as regiões do planalto de Vitória da Conquista-BA e a depressão sertaneja, na qual, há o domínio de depressões interplanálticas e apresenta altitudes médias entre 388 e 900 metros.

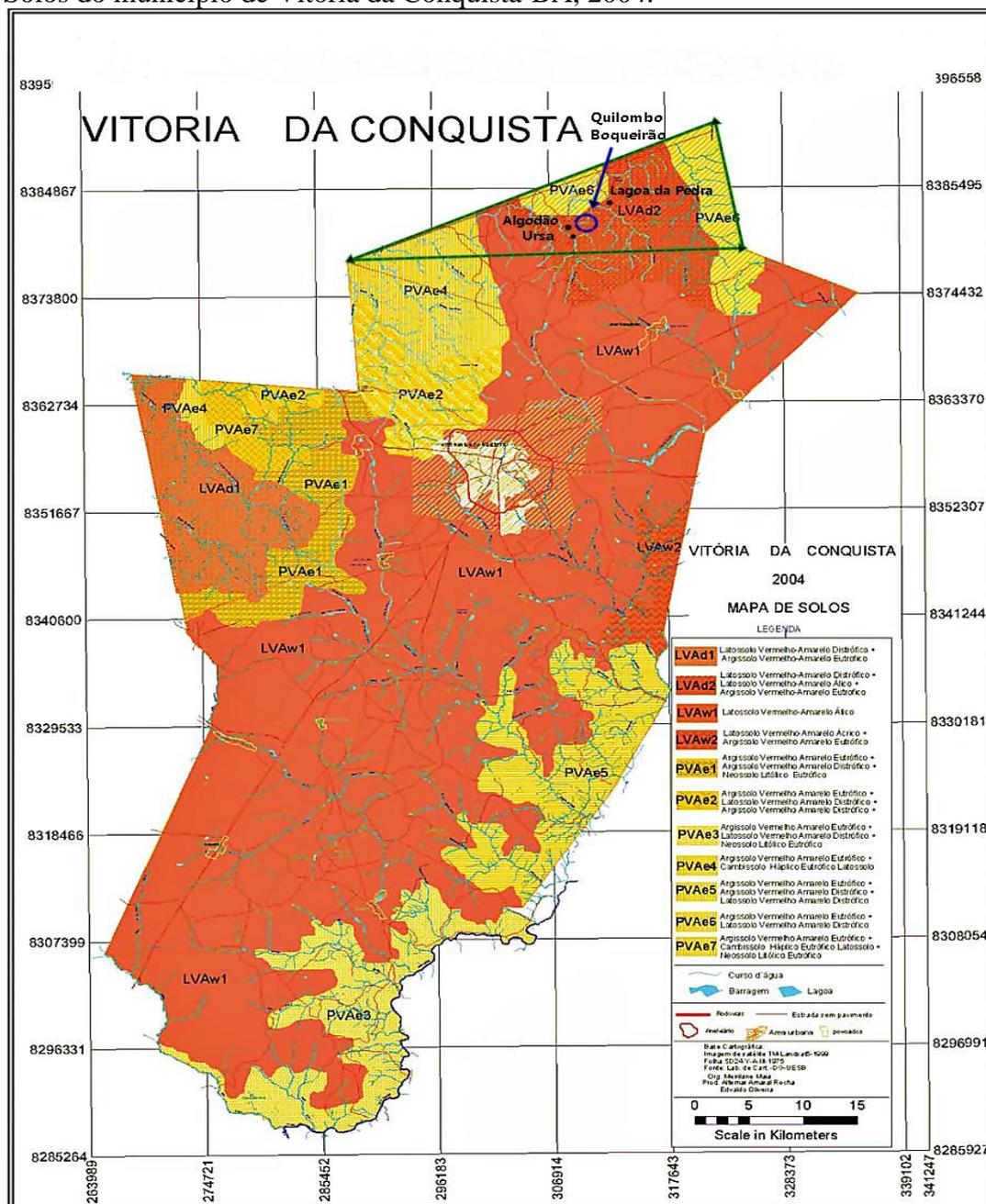
Mapa 2 - Localização do território quilombola do Boqueirão, na Unidade Geomorfológica do Patamares Médio Rio de Contas, em Vitória da Conquista, 2004.



Fonte: ROCHA, Altamar Amaral; FERRAZ, Ana Emília de Quadros. ATLAS GEOGRÁFICO DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA, In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2005, p.12569-12570. Adaptação: MONÇÃO, M.P.A, 2022.

A área de estudo sofre os efeitos do domínio morfoclimático, sendo caracterizado pela má distribuição e pela irregularidade das chuvas durante o ano, com ocorrência de longos períodos de estiagens. Os solos predominantes na região, referem-se ao latossolo vermelho-amarelo distrófico; latossolo vermelho-amarelo ático e o argissolo vermelho-amarelo estrófico, como aponta o Mapa 3; são solos típicos do semiárido, sendo comum, apresentarem-se intemperizados e com baixa fertilidade natural.

Mapa 3 - Localização da área do território quilombola do Boqueirão em Mapa de Solos do município de Vitória da Conquista-BA, 2004.



Fonte: ROCHA, Altamar Amaral; FERRAZ, Ana Emília de Quadros. ATLAS GEOGRÁFICO DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA, In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2005, p.12569-12570. Adaptação: MONÇÃO, M.P.A, 2022.

Outro aspecto observado na paisagem, refere-se a predominância da vegetação secundária da caatinga, que é quase sempre rala e típica de áreas com deficiências hídricas acentuadas. No entanto, devido à estação de verão diferenciada, vem conservando uma cobertura um pouco mais fechada que o normal. Segundo os moradores, os arbustos de tom de verde intenso, predominam na paisagem, e conforme já visto, é devido as últimas chuvas que

caíram sobre a região. Para os moradores, pensa-se logo em plantar, na possibilidade de produzir no roçado e ter fartura à mesa.

Mas, também durante o percurso, viu-se que a área, se caracteriza por lombadas e colinamentos rebaixados, onde se identifica alguns pontos de escoamento superficial, que cortam as vias de acesso; provocam sulcos e imprimem suas marcas no solo, conforme mostra a Figura 11.

Figura 11 - Erosão provocada pelas águas das chuvas nas margens da estrada de acesso ao território quilombola do Boqueirão, no município de Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

As águas das chuvas promovem erosão no solo, ao alcançar certa velocidade e quanto maior for o volume da enxurrada, tanto maior será o estrago promovido. Esse tipo de erosão, gerada nas margens das estradas não pavimentadas, é um dos principais fatores para sua deterioração.

Nota-se em vários trechos de acesso, que os moradores convivem com ladeiras íngremes, e essa declividade dos terrenos, se apresenta como um importante fator na geração do processo erosivo, especialmente quando não há manutenção regular e sistema adequado de drenagem.

O aumento repentino no volume de água recebido pelo solo, pode provocar a sua descompactação e desestabilização; pois quanto maior for a elevação, maior será a velocidade de escoamento e desgaste causado pelas enxurradas.

Entre os meses de dezembro a março de 2021, por exemplo, período de maior possibilidade de chuvas; na tentativa de evitar maior destruição das vias, os moradores improvisam e mais uma vez, se defendem como podem, ao utilizarem sacos de areia, como barreira de contenção, ao tencionarem diminuir o fluxo e o volume de água superficial, que escorre das áreas mais altas e conseqüentemente destroem vias de acesso, tão importantes para eles, conforme mostram a Figuras 12 e 13.

Figura 12 - Sulcos no solo provocados por escoamento superficial difuso, em via de acesso no território quilombola do Boqueirão, município de Vitória da Conquista-BA, 2022 (Foto registrada no ano seguinte).



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

Além da carência de infraestrutura nos acessos internos, o território do Boqueirão vem enfrentando problemas geoambientais, relacionados a inexistência de saneamento básico e a falta da coleta dos resíduos sólidos.

Além das sobras orgânicas e inorgânicas produzidas pelos moradores em casa, a atividade no roçado também gera recicláveis e restos de materiais perigosos como: adubos químicos, medicamentos de uso animal, embalagens de agrotóxicos, esterco, entre outros.

Figura 13 - Processo erosivo em solo do território quilombola do Boqueirão, no município de Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

Por não terem outras soluções ‘adequadas’, os moradores relatam queimar o lixo produzido, contudo, em alguns lugares percorridos dentro do território, identificou-se pontos de acúmulo de entulho e materiais plásticos, como revela a Figura 14.

Figura 14 - Local de descarte de lixo no território quilombola do Boqueirão, no município de Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

É muito comum na área rural a criação de pequenos animais soltos pelos quintais e arredores; sendo assim, objetos como: garrafas pets, tampinhas, componentes eletroeletrônicos, latinhas de conserva, que rapidamente enferrujam, e em especial, embalagens com resíduos químicos atraem insetos, pois, são sobras de materiais nocivos, altamente tóxicos para os animais domésticos, para as criações, como também, para o ser humano que os consome; portanto, necessitam de melhor tratamento e destino adequado.

É preocupante a situação no quilombo, haja vista, que as questões geoambientais estão diretamente relacionadas a saúde coletiva e a qualidade de vida das famílias; por isso, sem a devida restauração dos acessos, sem a resolução das condições de saneamento, sem o descarte apropriado dos resíduos e ainda, sem o desenvolvimento de projetos educativos para a conscientização e acompanhamento técnico, decerto, que os problemas ambientais no território se agravarão.

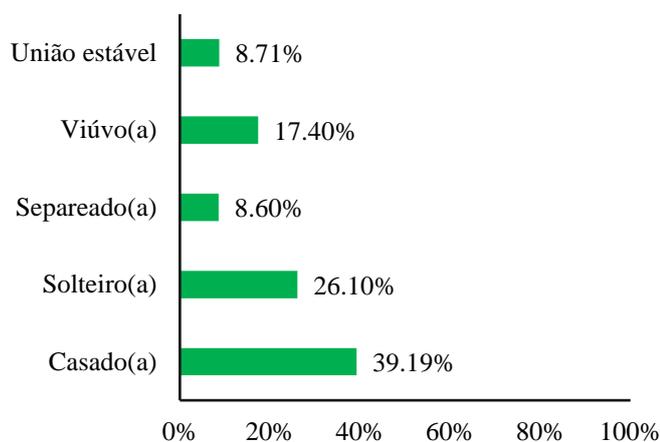
3.3 As condições materiais de existência dos quilombolas do Boqueirão: a vulnerabilidade, a dependência e a desigualdade social vividas no campo

Atualmente o território quilombola do Boqueirão é composto por duzentos e dez unidades familiares (210 famílias), totalizando quatrocentos e noventa e oito moradores (498 pessoas), entre crianças, adultos e idosos²⁷. Foram entrevistadas 23 famílias, por meio dos respectivos responsáveis, ao representarem um pouco mais 10% da amostragem. Isso porque, na condição de moradores, os dois líderes locais, fizeram questão de participar e contribuir nesse processo. Assim, por meio dos dados, foi possível traçar um perfil socioeconômico das famílias.

Optou-se por descentralizar os participantes, ou seja, as famílias entrevistadas ao residirem em pontos separados, distribuídos pelo território, poderiam apresentar compreensões diferentes sobre o mesmo e enriquecer estudo. Os entrevistados foram representados por 43,5% de pessoas do gênero masculino e 56,5% do gênero feminino, com faixa etária entre dezoito e pouco mais de sessenta e cinco anos. O estado civil dos representantes, revela que 39,19% são casados; 26,10% são solteiros; 17,40% viúvos; 8,60% divorciados e 8,71% convivem em união estável, como mostra o Gráfico 1. A união entre membros do território, como também casamentos com pessoas da vizinhança, às vezes ocorrem, não sendo incomum, famílias possuem algum laço de consanguinidade ou certo grau de parentesco.

²⁷Dados fornecidos pelo agente de saúde local. Maio/2022.

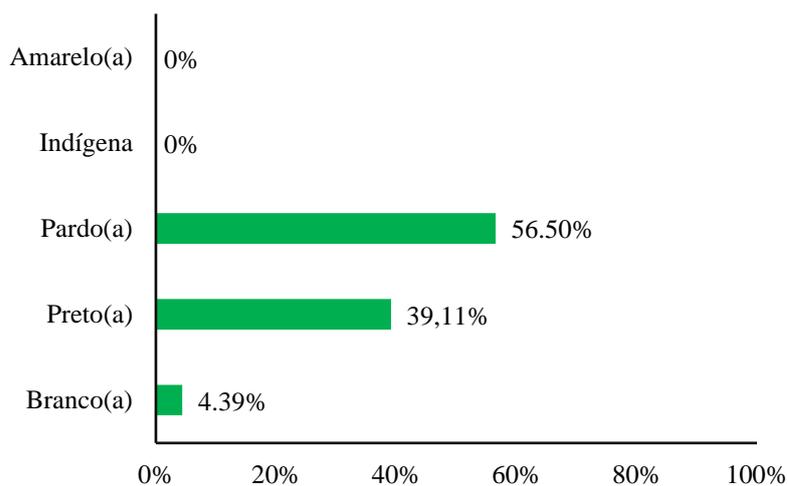
Gráfico 1 - Estado civil do responsável pela família, no território quilombola do Boqueirão, em Vitória da Conquista - BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

Em relação a cor ou raça, 56,50% dos entrevistados, se auto definem como pardos, 39,11% como pretos e 4,39% como brancos, de acordo o Gráfico 2. Para além das características étnicas auto atribuídas, os representantes das famílias, se identificam como remanescentes de quilombos, por compreenderem que possuem as mesmas origens familiares e mesma ancestralidade.

Gráfico 2 - Auto definição em relação a cor e/ou raça do responsável pela família, no território do povoado do Boqueirão, em Vitória da Conquista - BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

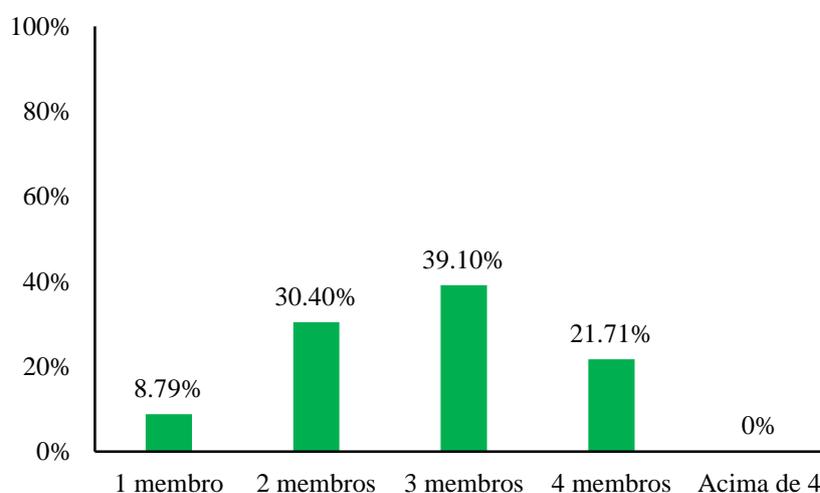
Embora, sofram influências externas, os trabalhadores representam um grupo social que possui uma história em comum, mantêm práticas e tradições herdadas dos pais e avós,

dependem da terra, trabalham e consomem dos recursos naturais produzidos, além de compartilharem das mesmas privações e formas de resistência para permanecer no território onde vivem. Para Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), “[...] este sentimento de pertença a um grupo e a uma terra, é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade construída, diferenciando-os, em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam” (p. 5).

Essa ligação ou sentimento de grupo não deixa de ser uma estratégia de autoproteção, pois, ao sentirem-se ameaçados em seus direitos, evocam elementos que compõem uma identidade coletiva, e numa perspectiva política, demarcam espaço ao fortalecerem os vínculos em defesa do seu território. Para Almeida (2002), tais discussões envolvem “[...] um esforço analítico para delimitar fronteiras étnicas fora dos fundamentos biológicos, raciais e linguísticos, tendo como ponto de partida, categorias de autodefinição e de atribuição” (p.75). Nesse sentido, o direito e o uso de autoatribuição dos quilombolas, supera os critérios e/ou parâmetros predominantes, ao se constituir como uma tática de reconhecimento e visibilidade territorial, como também, uma forma de preservar à memória e a cultura dos ascendentes. Assim, não somente o ‘passado’ será resguardado, como o ‘presente’ será utilizado em benefício dos próximos descendentes.

Quanto às unidades familiares do quilombo do Boqueirão, elas são pequenas, apresentam, em sua maioria, residências com 02 e 03 membros, perfazendo 69,50% da composição familiar e apenas 21,71% das casas, possuem 04 membros, conforme mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Número de membros residentes na mesma casa, no território quilombola do Boqueirão, em Vitória da Conquista - BA, 2022.



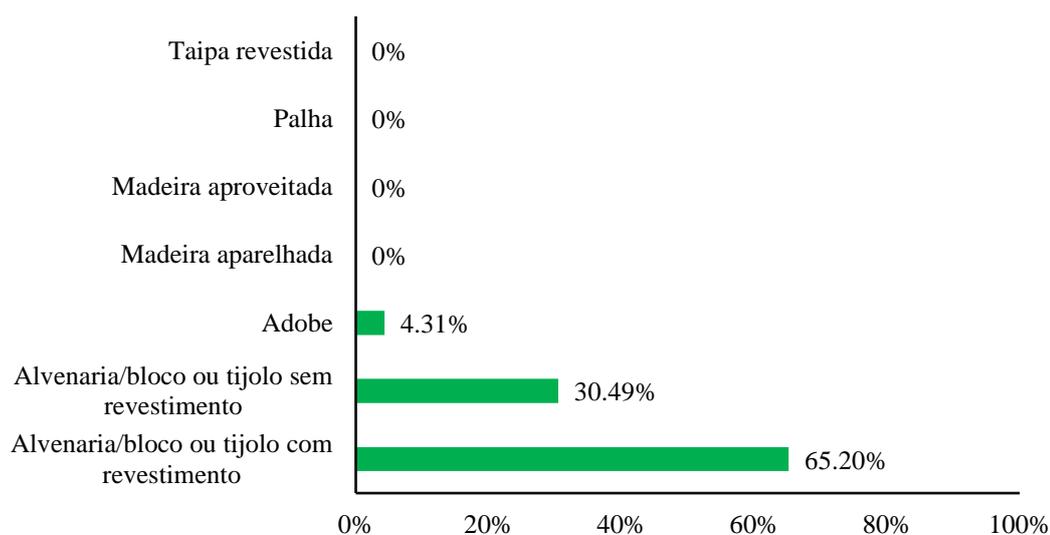
Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

Não aparecem nos dados coletados, famílias compostas por mais que quatro membros em um mesmo domicílio. Segundo moradores, muitos dos filhos, ainda jovens, vão trabalhar fora, ou optam por casar logo, estabelecem união e formam novas famílias.

No território do Boqueirão, as áreas e/ou lotes de terra, são chamados pelos moradores de quintais. Referem-se aos espaços separados por cercas; e a mesma, tem uma função social, ao estabelecer um marco divisório entre terrenos vizinhos, além de servir para a contenção de animais, evitando, prejuízos e conflitos. Por regra, as despesas e o trabalho para a sua construção, são geralmente divididas entre os moradores. No entorno da casa, como já visto, convive-se com pequenos animais domésticos, cuida-se de hortas e plantas e são nas atividades domésticas de uso do quintal, onde fortalecem as relações solidárias e de amizade com a vizinhança. Percebe-se que, quando comentam sobre o espaço individual, lembram de fatos vividos ali, entre a família e os vizinhos; sempre associam a experiência com o coletivo. Pollak (1989), acrescenta: “O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e de grupo” (p.15).

Registra-se também, que a maioria das residências da localidade são construções modestas e conforme os moradores apontam, 65,20% delas, foram erguidas com estruturas em alvenaria, predominando materiais como: tijolos, blocos, cimento, areia, argamassa e revestimento nas paredes, como mostra o Gráfico 4. Porém, 30,49% das

Gráfico 4 - Material predominante na construção das paredes do domicílio no território quilombola do Boqueirão, em Vitória da Conquista - BA, 2022.

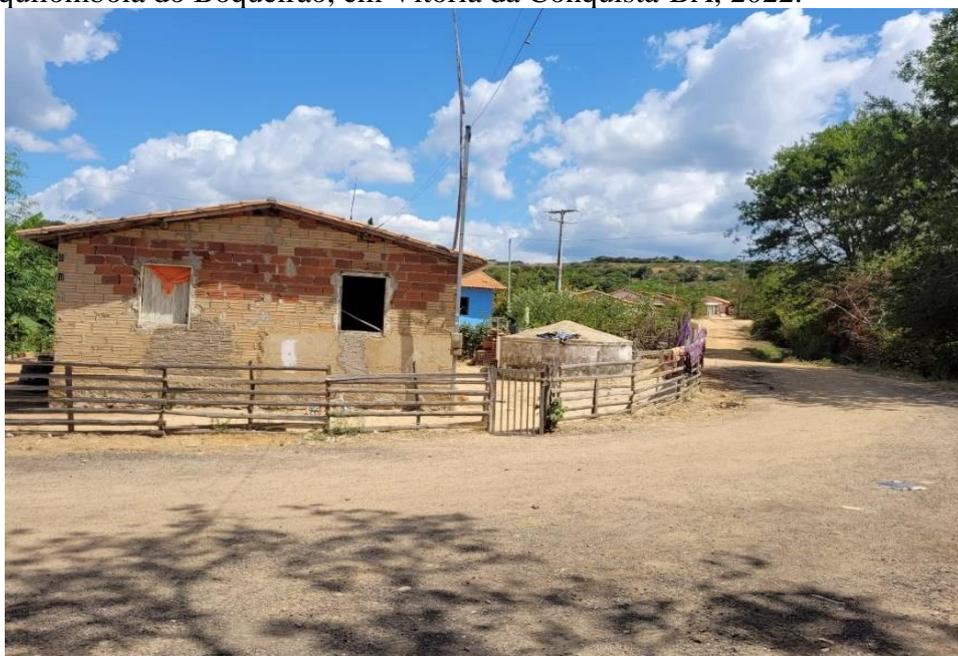


Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

das casas, encontram-se sem terminar, com paredes não revestidas e com cômodos inacabados, conforme apresenta a Figura 15.

Outra situação, é que, alguns entrevistados indicam ainda morar, em casas de adobe, ou seja, técnica de construção que utiliza tijolos feitos com terra crua e vermelha, na qual se mistura palha, fibras naturais, esterco de gado e água para a obtenção de liga; são moldados artesanalmente e secados ao sol. Construções como essas, possuem estruturas mais frágeis e para se manterem de pé, carecem de manutenção e reforma do alicerce mais cedo.

Figura 15 - Moradia com estrutura externa inacabada no território quilombola do Boqueirão, em Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

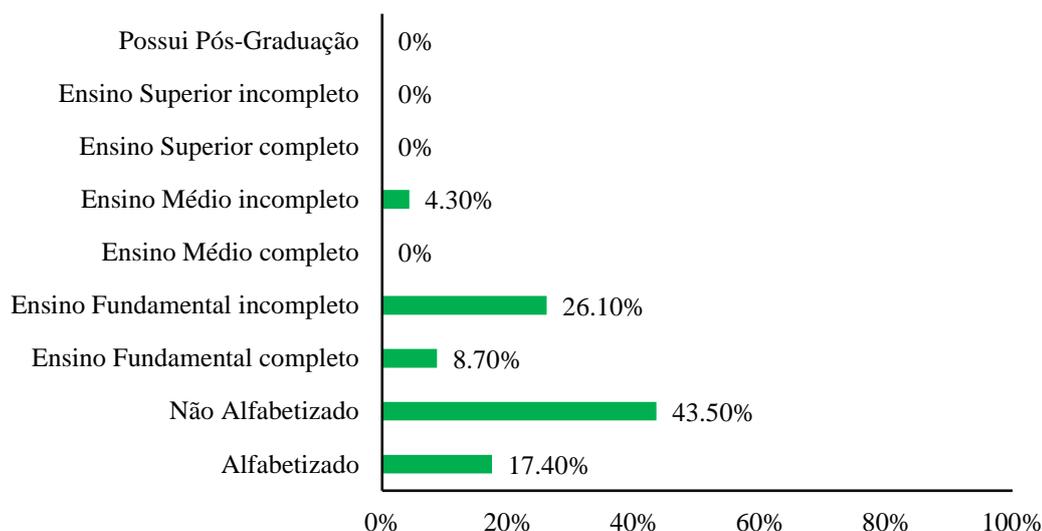
Um morador relata, ter alcançado no século passado, um período no quilombo Boqueirão, que era muito comum, casas de taipa e de madeira, e quem morava em construções de alvenaria, se destacava do grupo.

Eu conheci as casas aqui, tudo de palha. Era de palha e taipa né. Que, taipa é feita de madeira e barro e o telhado era de palha; cem por cento aqui era assim. Só tinha três casas, não foi cem por cento, porque tinha três casas, que essas pessoas aqui, era poderosa e tinha um telhado diferente. Mas, servia pra que? Pra botar o pessoal pra trabalhar, não pagava o salário não! Dava alimento lá, de todo jeito. Então, onde eu conheço, a nossa história foi triste no começo, né, mas hoje a gente tá, não cem por cento, mas mais ou menos, tendo o reconhecimento de muitas autoridades (Relato de morador do quilombo, em maio de 2022).

Em síntese, a moradia é um elemento que também se apresenta como expressão concreta das relações de poder e das diferenças sociais no campo, uma vez que, reflete a separação entre as classes, mesmo dentro território. Diz muito, sobre o acesso ao emprego, sobre a distribuição da renda das famílias, como também, sobre os tipos e formas de consumo individual e coletivo.

Outro aspecto pesquisado no território do Boqueirão, o qual, considera-se crítico, refere-se ao grau de escolaridade dos membros, pois os dados da pesquisa apontam que, 43,50% dos responsáveis por famílias, não são alfabetizados, e não mais que 17,40% reconhecem o sistema de escrita ou concluíram a etapa de alfabetização. Os que possuem ensino fundamental incompleto somam 26,10% e apenas 8,70% possuem ensino fundamental completo. Somente 4,30% dos entrevistados frequentaram o ensino médio, porém não concluíram; e não aparecem nos dados coletados, pessoas com ensino médio completo e ensino superior, como mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Grau de escolaridade do representante da família no território quilombola do Boqueirão, em Vitória da Conquista - BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

Não é uma situação incomum em populações tradicionais no Brasil, porém é uma condição sempre preocupante, verificar que um percentual considerável de pessoas em idade adulta, apresentam índices tão baixos de escolaridade; e que nas famílias muitos membros, sequer foram alfabetizados. Desse modo, o quão importante é, o poder estatal ofertar propostas de educação, voltadas para atender jovens e adultos (EJA). De maneira oposta, é mais comum, ouvir notícias de que muitas das escolas rurais no país estão sendo desativadas e sobram

argumentos por parte das prefeituras, ao justificarem a ‘facilidade’ de transporte de estudantes para a zona urbana, a diminuição da população do campo, os núcleos escolares atendendo pequeno número de alunos, a carência de professores para trabalhar nos territórios, entre outros. Logo, para alguns gestores municipais, não haveriam motivos ou recursos financeiros que justificassem a manutenção desses espaços escolares. Essa é uma realidade de negação de acesso à educação para a classe trabalhadora; um processo que ocorre na região Sudoeste, como também, em muitos municípios brasileiros.

Todavia, há uma expectativa um pouco melhor, em relação às crianças e adolescentes do quilombo Boqueirão, pois muitos já estudam em escolas de educação básica, nas instituições públicas, como o Colégio Estadual do Campo de José Gonçalves (CECJG) e no Centro Educacional Moisés Meira (CEMM), mas, os estudantes menores, iniciam seus estudos em dois pequenos núcleos, dentro do próprio território, conforme já apontado. Entretanto, cabe atentar que, as escolas do campo citadas, ofertam o ensino de formação geral, no nível médio regular, e ainda, que ofereçam a EJA, no turno noturno, só contemplam os estudantes do distrito e proximidades, pois a concentração da oferta, dificulta o acesso, a frequência, e consequentemente, a conclusão de estudantes dos territórios mais distantes.

A Secretaria de Educação, contribuiria mais, se disponibilizasse nas localidades, cursos de ensino técnico profissionalizante, voltados para capacitação em atividades artesanais e em trabalhos rurais; intencionando, a maior qualificação dos jovens do campo, a fim de lidarem com a terra e alcançarem melhor aproveitamento e maior colheita; bem como, possibilitaria a sua inserção no mercado de trabalho, por meio de outras atividades. Desta forma, tais investimentos no território, promoveriam autonomia e independência, em particular, nos períodos de seca, em que a produção reduz rigorosamente.

Os autores Abbonizio, De Souza e Ramos (2016), afirmam que a questão central, para o debate sobre educação quilombola, pode ser descrita “[...] como um processo de educação popular, com características de movimento político por direitos, que se realiza mediante forte protagonismo comunitário” (p. 08). Ainda, segundo os autores:

O sentido de educação popular que se está atribuindo [...], pode ser entendido como processo geral de reconstrução do saber social necessário, como educação da comunidade e como trabalho político de luta por transformações sociais, com vistas à emancipação dos sujeitos, à democratização e justiça social (ABBONIZIO; DE SOUZA; RAMOS, 2016, p.08).

De acordo a Candau e Russo (2010), compreende-se que as experiências educativas no campo, devem reconhecer a diversidade como essência da constituição sociocultural do povo

brasileiro, mesmo que a educação escolar, que predomina, tenha sido fundamentada numa estrutura “de memórias”, marcada(s) por um passado, que deixou no presente, heranças elitistas, racistas e excludentes. Avançamos pouco, visto que o cenário do campo, que também é realidade do quilombo, ainda se apresenta de tal forma, construído e mantido pela lógica de relações desiguais de acesso e poder.

Embora a maioria das crianças do quilombo Boqueirão, já se encontrem nas escolas de José Gonçalves, outra inquietação, refere-se à invisibilidade dos estudantes no espaço escolar, especialmente, no que concerne aos currículos propostos pelas secretarias, que superficializam ou omitem temas relacionados à formação, a luta, a contribuição social e cultural dos quilombolas afro-brasileiros. A intenção não é mantê-los presos ao passado, mas inseri-los, valorizá-los, desde pequenos; compreender que são cidadãos de direitos, pois são grupos sociais que podem opinar, tomar decisões, e se bem preparados, podem participar ativamente nas decisões do seu município, do seu estado e do seu país. Para tanto, conforme explica Escobar (2015), a conjuntura de luta dos quilombolas por uma educação que atenda às suas necessidades, não se encontra à parte da luta pelo território, pelo contrário, para as populações rurais negras, falar de educação, é falar de território, pois tais questões, estão interligadas profundamente, visto que, a educação que promove pessoas, promove mudanças estruturais.

Procurou-se a Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista-BA, para ter informações quanto a existência de proposta pedagógica nas escolas do território do Boqueirão, que contemple a identidade e a cultura quilombola. A coordenadora Isa Maria de Novais Azevedo, nos concedeu a seguinte declaração:

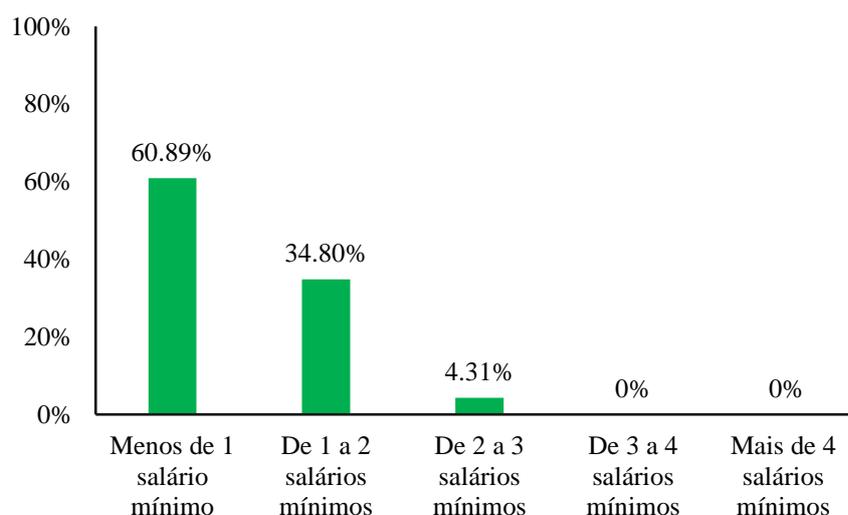
Não. Entretanto, a secretaria Municipal de Educação - Smed, através das equipes de formação e acompanhamento do Núcleo Pedagógico, vem articulando ações pontuais no planejamento das atividades pedagógicas, formação de professores e reuniões com gestores. Essa última ação, baseou-se em repensar os currículos por meio da revisão e/ou construção do Projeto político Pedagógico – PPP, alinhando ações para estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias[...] (Declaração da Coordenadora pedagógica das séries iniciais da SMED, em março de 2023).

Enquanto se aguarda a concretização de tais ações, infere-se, de outro modo, que essas mudanças já poderiam ter acontecido, haja vista, que não se pode desprezar ou deixar de praticar políticas de educação inclusivas, humanizadas e enriquecidas de uma formação continuada, que igualmente qualifique os educadores para novos conhecimentos; ao considerar que, por

trabalharem no campo, também estão diretamente envolvidos com os territórios quilombolas e com suas demandas. O objetivo maior nesse contexto, deveria ser a formação que inclua no currículo, instrumentos teóricos e conceituais, importantes para o (re)conhecimento dos princípios étnicos-raciais, mas sobretudo, confirme o respeito e a valorização de seres humanos, na condição de pessoas dignas, que também pertencem a um grupo social e a sociedade em geral, ainda que, dividida em classes. Conforme defende Benício (2010): “[...] conhecimento como algo que não é um fim em si mesmo, mas instrumento primeiro de humanização de homens e mulheres” (p.196). O acesso ao conhecimento promove dignidade, contribui para alterações concretas nas condições de vida das pessoas; diz respeito a um futuro melhor.

Quanto a renda média mensal no território, apenas 4,31% dos responsáveis pelas famílias, recebe entre 2 e 3 salários mínimos; 34,80% recebem entre 1 e 2 salários e a maioria, 60,89%, recebem abaixo de um salário mínimo, como demonstra o Gráfico 6.

Gráfico 6 - Renda média da família por mês, no território quilombola do Boqueirão, em Vitória da Conquista - BA, 2022.



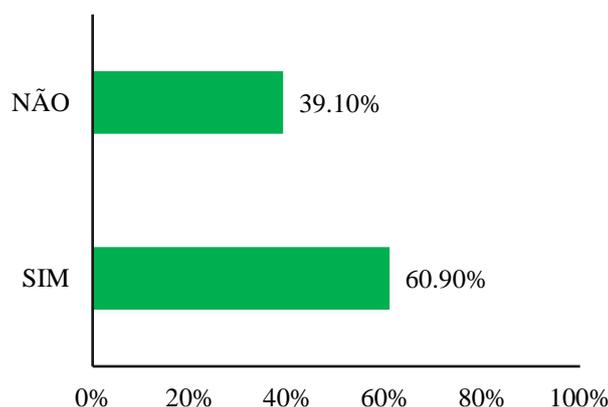
Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

Esses dados apontam que a maioria das famílias do quilombo do Boqueirão, vive com dificuldade financeira, ou seja, não conseguem garantir a satisfação das necessidades fundamentais ou são privadas de sua capacidade de autosustento; condição que demonstra, que esses trabalhadores carecem de oportunidades e condições materiais essenciais para viverem com dignidade. Falta-lhes possibilidades ou meios para alcançar as realizações mínimas aceitáveis (saúde, segurança, sustento individual/coletivo, etc.), o que pode não depender exclusivamente da renda que eles detêm.

Compreende-se que situação de carência financeira, está além da restrição à renda, e pode implicar na privação (material) de alimentos e de nutrição adequada das pessoas, o que as torna, mais vulneráveis às doenças. No caso do Boqueirão, a baixa renda é também agravada pelo acesso restrito ao sistema de saúde, pelo reduzido acesso à água, pela falta de serviços de saneamento básico e infraestrutura de ruas e estradas; pelas dificuldades para o uso do transporte coletivo, entre outras ausências, tanto de recursos financeiros/materiais, quanto do suporte de serviços públicos essenciais. Situações que, somadas, caracterizam o perfil ou contexto social de muitos territórios quilombolas rurais no Brasil.

Quando perguntados sobre a inserção da família em programa de transferência de renda, como o Auxílio Brasil, 60,90% dos entrevistados, responderam que sim, pois necessitam do complemento financeiro, como mostra o Gráfico 7.

Gráfico 7 - Inserção da família no programa de governo Auxílio Brasil, no território quilombola do Boqueirão, em Vitória da Conquista - BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

Os membros, portanto, foram inscritos em um cadastro único, o (CadÚnico), que é uma ferramenta utilizada pelo governo federal, com fins de identificação e descrição de famílias brasileiras, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, sendo requisito obrigatório para a seleção e atendimento nos programas sociais federais.

Cabe esclarecer, que no ano de 2022, famílias inscritas no CadÚnico, com renda mensal de até R\$105,00, são consideradas em situação de (extrema pobreza), e famílias com renda entre R\$105,01 e R\$210,00 (em situação de pobreza); ambas podem receber o benefício de R\$400,00 reais/mês, conforme preconiza o Ministério da Cidadania²⁸. O que demonstra, que

²⁸Fonte: Página do Ministério da Cidadania. <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>

a maioria das unidades familiares do território quilombola do Boqueirão, se enquadra nos critérios exigidos e se apresentam em situação de carência econômica e de vulnerabilidade social, sem citar os 39,10% das famílias, que por outros motivos, ainda não conseguiram o benefício. Nesse contexto, acredita-se que os ganhos relativos aos programas sociais, juntamente com as aposentadorias rurais, têm impacto direto na vida financeira das famílias, pois influenciam e interferem na circulação monetária, como também, na capacidade de compra das pessoas do território, além de implicar nas possibilidades de trocas de alimentos. Tais aspectos, falam de modo particular, das características financeiras do quilombo; revelam como acontece a dinâmica interna de sobrevivência do território, que se mostra bem dependente das oscilações externas (interesse político, alternância de governos, recursos suficientes, etc.)

Quando há um membro da família aposentado, a insegurança do grupo é atenuada; geralmente aguardam a data de pagamento do benefício, para realizarem a feira de alimentos essenciais, que normalmente não produzem na roça. No entanto, as aposentadorias não ultrapassam um salário mínimo e a depender da quantidade de membros, não assegura a sustento do grupo por todo mês. Nota-se, que nos domicílios pesquisados que não possuem aposentados ou não foram cadastrados em programas de transferência de renda, faz com que os membros das famílias convivam sempre com a incerteza e a preocupação se os alimentos serão suficientes até a nova oportunidade de auferir renda, mas, é quase certo que não.

Diante de um quadro socioeconômico difícil como esse, as políticas e programas de governo, representam para a população, ações significativas, no combate à fome e a pobreza, não apenas pelo acesso a uma renda mínima, mas particularmente para os gestores, são formas de supervisão, ao condicionarem as famílias, a algumas práticas rotineiras, como o acompanhamento médico de mães (pelo cartão da gestante) e das crianças (pelo cartão de vacina), bem como, no fato de impelir exclusivamente as famílias, o compromisso de manter os filhos na escola. São políticas de governo, que crescem e ganham notoriedade no Brasil, pelo fato de amenizarem as condições sociais sofridas por grupos sociais em condições de vulnerabilidade, num espaço de tempo mais curto.

Contudo, algumas críticas construtivas devem ser feitas às políticas populistas: primeiro, quanto as possibilidades de autopromoção e ganho político, ao explorar situações adversas, sofridas por populações mais vulneráveis; segundo, porque os programas de saúde da família, especialmente na zona rural, são importantes, porém insuficientes. Alguns, inclusive, apresentam estrutura precária, falta de profissionais e de medicamentos; e com relação à questão

educacional, o objetivo não é transferir renda ao pai, para o filho permanecer na escola, mas existe, para que o grupo familiar supere a situação de privação e carência, haja vista, que a família, não deve confundir direito com concessão, até porque, o direito à educação e a saúde são garantidos pela Constituição Federal; e terceiro, porque não se pode perpetuar programas sociais, que somente abrandam tais situações. São necessárias ações mais efetivas, que produzam resultados duradouros e promovam a redução significativa da dependência e das desigualdades sociais, tão comuns no meio rural.

Em suma, a situação de carência e vulnerabilidade em que vive as famílias do território do Boqueirão, demonstra o visível contraste social no campo, que se apresenta tanto pelas moradias, quanto nas dificuldades, necessidades e dependências dessa população. Contudo, as dificuldades são atenuadas, pelo trabalho coletivo e pelas relações solidárias, pois também, são nos desafios do viver que os quilombolas constroem a sua história e as condições da sua existência. Tudo isso, é o reflexo da luta diária, para firmar a sua territorialidade e para sobreviver/permanecer no território.

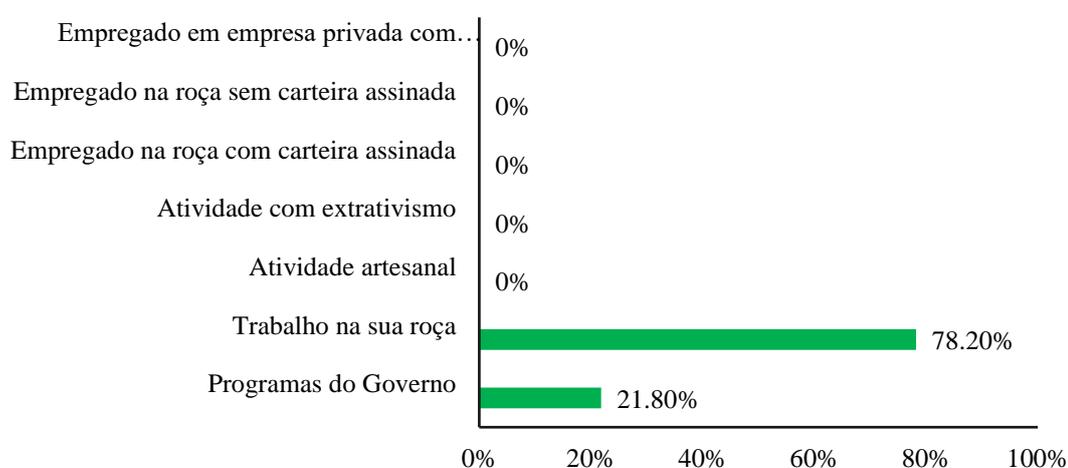
3.4 As expressões do trabalho na terra: o roçado, a molhação de canteiros e a casa de farinha, onde as memórias se renovam, os vínculos territoriais se fortalecem e os desafios são enfrentados

A atividade produtiva desenvolvida pelos remanescentes dos quilombos no Brasil, segundo Gomes (2015), originou-se do costume dos proprietários de terra, concederem frações da área de domínio aos escravizados, para usarem durante um curto período na semana, com a finalidade de cultivarem alimentos e se manterem. De acordo o autor, essa particularidade, na prática, tornou-se uma forma dos senhores economizarem, ao se desobrigarem dos custos com o sustento das pessoas cativas. O autor também acredita, que era mais uma estratégia de dominação, ao reforçar os vínculos, os laços com a terra e assim, desestimular fugas e manifestações de resistências por parte do grupo. Considera-se, que houve em muitos casos, efeito contrário, pois com o passar do tempo, a familiaridade com a atividade, o domínio da agricultura e a possibilidade de comercialização dos excedentes, motivaram novas fugas e estimularam sonhos de construção, em um 'modo de vida' sustentado, independente; bem distante dos mecanismos de opressão e essencialmente por meio da terra.

Nessa condição, a prática da agricultura familiar camponesa foi no passado e continua sendo no presente, o principal meio de subsistência dos territórios quilombolas. No caso do território do Boqueirão, ainda que a maioria das famílias esteja inserida em programas de

transferência de renda, quando perguntados sobre a principal fonte de renda, 78,20% das famílias, afirmaram adquiri-la mediante o trabalho na roça, conforme mostra o Gráfico 8. Cabe lembrar que as expressões “renda” e “renda do trabalho” são termos, nem sempre simples, de serem esclarecidos e geram discussões quanto a definição mais adequada. Aqui, a renda não será considerada aquela relacionada ao mercado rentista de juros (passivo), mas, àquela renda familiar, referente aos recursos mensais adquiridos pelas famílias, por meio da atividade remunerada, e/ou programas sociais do governo.

Gráfico 8 - Principal fonte de renda da família, no território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista - BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

Porém, observou-se, inicialmente, que os entrevistados, em sua simplicidade, não demonstraram preocupação em esclarecer essa questão conceitual, mas, no transcorrer das conversas, nota-se nas falas, que para eles, o termo ‘renda’ refere-se ao ganho pelo trabalho e significa “de onde vem o seu maior sustento”, ou seja, a origem financeira que lhes assegura a sobrevivência dentro do território, a exemplo, do trabalho realizado na roça, nas atividades externas ou por meio das aposentadorias e pensões. Todavia, as dificuldades para se viver somente da agricultura familiar camponesa e os poucos aposentados e pensionistas fez com que a maioria dos entrevistados do quilombo Boqueirão, apontassem como uma ‘renda certa’, os benefícios recebidos via programa de transferência de renda, haja vista, declararem depender muito dessa pequena fonte. Diante da difícil situação, é comum a distribuição de cestas básicas na localidade, por interferência da defesa civil e de outras entidades não governamentais.

A atividade econômica praticada no território quilombola apoia-se num sistema criação de pequenos animais como: galinhas, cabras e porcos, como mostra a Figura 16; e na agricultura familiar, onde há plantações de feijão, palma, milho e mandioca, em que se

compartilha a casa de farinha; projeto executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), como destaca a Figura 17.

Figura 16 - Criação de porcos no território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

Figura 17 - Casa de farinha do território quilombola do Boqueirão/CAR-BA, Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

Além do campo, esse espaço é também, um ambiente de trabalho coletivo, que tradicionalmente existe desde o período colonial, resiste ao tempo, ao constitui-se como local, onde ocorre o processo de beneficiamento do tubérculo bruto, no qual, são produzidos derivados como: a farinha-seca, o beiju, a goma, a puba e a tapioca.

Nesses ambientes produtivos, os vínculos territoriais se estabelecem, pois há uma divisão sexual do trabalho e as tarefas são assim distribuídas: os homens ficam responsáveis por arrancar a mandioca na roça e transportá-la. Já as mulheres, idosos e até os jovens selecionam, cortam, descascam ou raspam as raízes, extraem o amido e torram a farinha. Há uma importância econômica e social contida nesse espaço, e para que funcione com menos dificuldades, dividem-se as despesas, conforme relata o líder local.

Em relação à casa de farinha, funciona sim! [...], a comunidade toda tem o direito de fazer farinha, tem! Agora assim, contribui pela energia. A energia tem que pagar! E aí se não pode pagar em dinheiro, a pessoa contribui com um pouco de farinha, pra vender e pagar a despesa, que precisa né! Mas, a casa de farinha não funciona diariamente, porquê a seca assolou muito o semiárido né, nordestino; e aí, as pessoas planta a mandioca, a maniva e não da fruto, porque morre tudo antes [...]. Sempre produz, não fica parado, não é dia a dia, mas sempre produz! farinha, beiju e algumas coisas aqui, mas tá faltando apoio do poder público, pra poder funcioná cem por cento (Relato do líder local, em maio de 2022).

A Casa de Farinha se tornou um símbolo da agricultura familiar camponesa, ao envolver muitos membros no processo de fabricação de um produto, que, tradicionalmente, faz parte da alimentação popular; sendo responsável pelo sustento de muitas famílias no campo. A mandioca é um alimento cultivado nos pequenos roçados e a farinha é produzida de forma artesanal, em que pese, o processo realizado, é parecido ao que já era feito há séculos, por pequenos agricultores. A casa de farinha é um espaço de trabalho sempre compartilhado, embora atualmente, mais moderna, apresenta marcas histórico-culturais, que nos remete as memórias de um passado, ainda bem presente no quilombo. Desse modo, o processo de produção, que gera a farinha da mandioca (produto de subsistência) e os seus derivados (que agregam valor), passou a ser reconhecido como patrimônio imaterial da cultura brasileira e o espaço onde são produzidos (a casa de farinha), um elemento relacional significativo e vinculador dos trabalhadores ao seu território.

Nesse contexto da casa de farinha, que nos remete as práticas produtivas do passado presente, Saquet (2007), nos lembra que no interior do território existe um movimento histórico concreto, mas, também de ideias conjugadas, fruto de determinações materiais e imateriais, onde o velho se recria no novo:

[...] o movimento está no interior do próprio território. [...] O movimento é histórico e multiescalar. O movimento é fruto de determinações territoriais, materiais e imateriais, ao mesmo tempo; [...] A matéria e a ideia, conjugadas, estão em movimento constante, [...]. O velho é recriado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade. [...] Com isso, o velho não é eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no novo, [...] (SAQUET, 2007, p. 71).

O movimento coletivo dentro do território do Boqueirão, faz com que os vínculos que essas pessoas possuem com o ‘passado’, mesmo que aparentemente esquecidos, não sejam quebrados, abandonados ou eliminados; eles se reconstróem e se reestabelecem nas práticas territoriais do ‘presente’. Além da casa de farinha, observa-se que o uso do solo em comum, gera a renda e a sobrevivência do grupo, mas também promove relações; sendo assim, tanto o plantio, a colheita e o beneficiamento, quanto a venda da mandioca (o excedente), estão além da necessidade natural de sobrevivência, apresentam-se como atividades que estabelecem laços e parcerias na divisão do trabalho. As tarefas são organizadas no ambiente do roçado, com a intenção de dividir funções e dinamizar o processo produtivo, contudo, não se pode negar, que fortalecem os vínculos sociais, ao tornar viva as relações solidárias herdadas dos ancestrais; dessa forma, os laços fraternais permanecem nas memórias e ‘rompem o tempo’. Pollak (1992), ressalta que a memória é uma construção coletiva, um fenômeno construído, organizado a partir do ‘presente’, e em parte herdada; assim, não se resume à vida de uma única pessoa, mas tem a ver com o sentimento de identidade coletiva e envolvimento do grupo. As memórias referentes as atividades produtivas no território explicitam o fortalecimento de tais relações entre os membros.

Um outro exemplo, que reproduz o passado presente, é o cultivo de hortaliças, conforme registrado em um Projeto de extensão²⁹ desenvolvido pela UESB no território em 2009. Verificou-se que o cultivo das hortas folhosas no território, tornou-se uma prática agrícola, principalmente entre as mulheres, e as plantações existentes, são dispostos em canteiros e ocupam espaço entre 1 e 2m²; o seu cultivo é tradicionalmente feito em pequenos cercados de pau a pique e a água para molhar é transportada, utilizando uma “lata d’água na cabeça” ou acopladas a jumentos. A prática de irrigação, assim chamada de “molhação dos canteiros” é feita de forma rudimentar e superficial, havendo arrasto do solo e lixiviação, nem sempre aproveitando adequadamente a pouca água disponível.

²⁹Fonte: Relatório de Projeto: Potencializando o Espaço da Moradia em Boqueirão desenvolvido pelo DG/DICAP/DFZ/ Pró-Reitoria de Extensão-UESB, com a EBDA, 2009.

Essas características ou expressões territoriais, apresentam-se conforme uma prática de agricultura do tipo familiar, diferentemente da empresarial (patronal), sendo realizadas essencialmente por famílias, em suas pequenas propriedades e territórios rurais. No sentido tradicional, segundo Wanderley (1996), lembra, é uma “releitura do campesinato”, pois através do trabalho coletivo familiar, mantém-se a propriedade e a gestão da terra, e o objetivo maior, é o sustento e a reprodução social e não o lucro especulativo.

Destaca-se, que são muitas as lutas travadas pelas famílias, para praticar a agricultura familiar camponesa e se firmar no território, haja vista, conviverem com as longas estiagens, com a dificuldade de acesso à água e conseqüentemente com a baixa produtividade. A Figura 18, evidencia um roçado de milho, no qual a falta de chuvas e de acesso à água para irrigar, diminui a produtividade e seca os grãos no pé.

Figura 18 - Plantação de milho no território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

Essas condições sinalizadas, comprometem significativamente o sustento das famílias do quilombo, obrigando os trabalhadores, que se encontram em idade ativa, complementarem a renda, vendendo a sua força de trabalho em atividades informais, por baixo custo, nas fazendas do entorno, no distrito de José Gonçalves ou na sede em Vitória da Conquista-BA.

Normalmente, trabalham como, ajudantes gerais, trabalhadores braçais, colhedores de café, cozinheiras, faxineiras e domésticas, isso quando encontram oportunidades nesses postos, especialmente no atual momento de crise, acentuado pela Pandemia da Covid-19.

Em estudo realizado sobre os quilombos no estado de Goiás, a pesquisadora³⁰ Marise Vicente de Paula (2003), confirma esta realidade impositiva, que se estende para além do Nordeste:

Observamos um intenso processo de migração de jovens, adultos e até idosos do campo para bairros de cidades próximas, em face de precárias condições de vida na área rural e na busca por educação, trabalho, e saúde, a exemplo dos Kalunga de Cavalcante (PAULA, 2003, *apud* D'ABADIA; OLIVEIRA, 2015, p.269).

Segundo os pais, os jovens quilombolas que saíram e encontraram condições de prosseguir os estudos na sede em Vitória da Conquista-BA, tendem a retornar com mais frequência ao território, do que aqueles, que lograram êxito ao conseguirem trabalho com carteira assinada. Tais questões estão entre as principais razões que fazem com que esses membros não retornem definitivamente.

No entanto, acredita-se que o interesse maior dos mais velhos, não seria obter a independência financeira fora do território, pois os trabalhadores ativos, preferem não estar “fichados” (registrados), porque isso os obriga, viverem numa circunstância de distanciamento da família; e o verdadeiro desejo é ter condição de se manterem *in loco* e conviverem com os filhos, a quem, ensinam a atividade laborativa do campo, os valores morais, culturais, religiosos herdados, e assim, eles mantêm viva a história do grupo e o sentido de serem quilombolas.

Cabe lembrar, juntamente, que o conceito de ‘agricultura familiar’, ainda muito discutido, por sua amplitude, foi assumido pelo Estado brasileiro por meio da Lei 11.326³¹ (BRASIL, 2006), embora, o termo tenha sido criado desde os anos de 1980 e consolidado na década de 1990. Mas, a lei trata de uma política de governo, usada para contemplar os grupos de agricultores familiares, ao inserir trabalhadores extrativistas, silvicultores, ribeirinhos, pescadores artesanais e povos tradicionais, como os povos indígenas, além de territórios quilombolas, como do Boqueirão.

³⁰A pesquisadora Marise Vicente de Paula discute sobre o mito do isolamento do quilombo diante da mobilidade espacial. Dissertação de mestrado, Departamento de Geografia, IESA/UFG, 2003.

³¹Lei nº 11.326/2006 – Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Após a sanção da Lei 11.326, tais categorias passaram a ter mais visibilidade e possibilidades de participar de políticas de governo, voltadas para atender o homem do campo; inclusive, um dos importantes programas desde 1995, refere-se ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)³², administrado desde 2019, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por conta da última reforma administrativa, realizada pelo governo de Jair Messias Bolsonaro. Na essência da proposta, cabe ao Programa, ajustar a política de governo, à realidade dos agricultores, ao estabelecer objetivos como: aumentar a sua capacidade produtiva; viabilizar a infraestrutura necessária; elevar a qualificação dos grupos; melhorar os padrões de gestão e inserção de tecnologias; viabilizar o acesso aos mercados de produtos e de insumos, como também, fomentar novas oportunidades de ocupação e renda.

Conforme lembra Aquino³³ (2018), não existia no Brasil, até o começo da década de 1990, políticas de governo, destinadas aos pequenos produtores ou voltadas à agricultura de natureza familiar. Na época, um simples agricultor, concorria com grandes produtores agrícolas e empresas rurais, na disputa por recursos financeiros do governo, e quando lograva êxito na obtenção do recurso, se via obrigado a submeter as mesmas regras financeiras dos grupos maiores. Uma verdadeira distorção, embora seja necessário reconhecer que o PRONAF, ainda precise de ajustes em suas exigências, visando garantir a participação ou inclusão de todos os pequenos produtores.

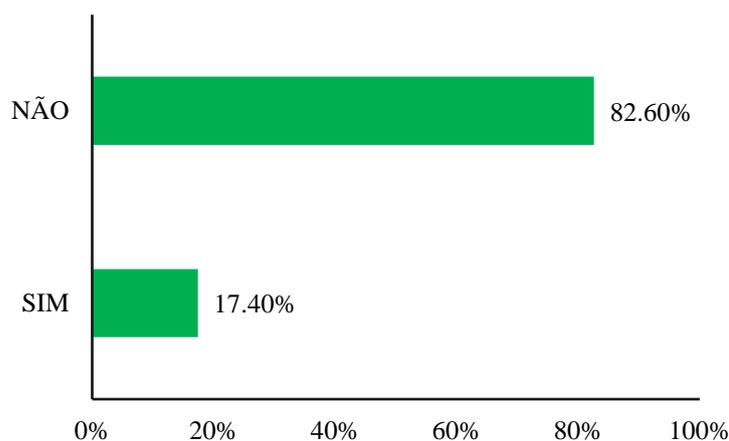
Nesse contexto, ao tratar sobre o apoio financeiro para se produzir, perguntou-se aos entrevistados do quilombo do Boqueirão, se possuíam linhas de crédito, junto a instituições bancárias, e 82,60% responderam de modo enfático, que não. Apenas 17,40% se manifestaram positivamente nesse sentido, como demonstra o Gráfico 9.

Mediante, as conversas com os moradores, reflete-se que um dos desafios a serem vencidos pelos trabalhadores quilombolas, referem-se as dificuldades de acesso ao crédito rural, devido, especialmente, ao excesso de requisitos, trâmites e garantias exigidas. Outras implicações que foram levantadas, dizem respeito a dependência de avalistas, o ágio (juros) embutido, somados a falta de informação em todos os detalhes.

³²Programa de crédito rural, instituído em 24 de agosto de 1995, através da Resolução de número 2191, do Banco Central do Brasil (BCB).

³³Joacir Rufino de Aquino, pesquisador e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração (GEPAD) Unimontes – MG. Artigo publicado na coluna Sul21, em 17 de abril de 2018. Fonte: <https://sul21.com.br/colunascoluna-do-gepad/2018/04/riscos-e-impasses-na-politica-de-credito-para-a-agricultura-familiar/>

Gráfico 9 - Aquisição de crédito para o custeio de atividade agrícola no território quilombola do Boqueirão, em Vitória da Conquista - BA, 2022.

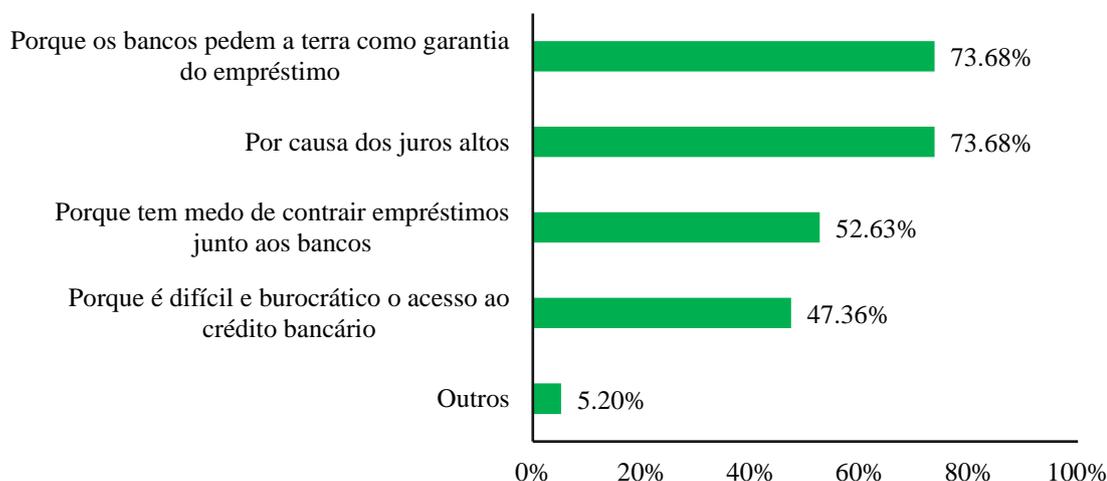


Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

Nesse sentido, se o programa visa a melhoria de cenário existente no campo, alguns aspectos poderiam ser revistos pelas instituições financeiras, como a simplificação do processo burocrático, uma negociação mais justa, clareza nas orientações e alterações nas formas de caução; uma vez que, o pequeno produtor não pode e não deve oferecer a sua terra em garantia.

Em seguida, procurou-se entender as razões que levam à quase totalidade das famílias, com aptidão e dependência das atividades do campo, não possuírem linha de crédito junto as instituições financeiras. Os entrevistados, ao relatarem sobre os motivos da falta de crédito bancário, apontaram algumas preocupações, tais como: o medo de perderem a terra, o endividamento, os juros bancários e a burocracia, conforme mostra o Gráfico 10.

Gráfico 10 - Razões da família não possuir linha de crédito junto aos bancos, no território quilombola do Boqueirão, em Vitória da Conquista - BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

Vê-se, então, que 52,63% dos responsáveis, responderam ter medo de contrair empréstimos, junto aos bancos; 47,36% esclareceram ser difícil e burocrático o acesso ao crédito e 73,68% justificaram, a incidência de juros altos e também, porque os bancos exigem garantias para a realização dos empréstimos.

Acredita-se que o medo nessa circunstância é favorável e subjetivamente, apresenta-se como uma forma de autoproteção do grupo, pois se considera que a questão não se resume apenas à obtenção da linha de crédito para produzir, mas atrelado a isso, é fundamental ter um acompanhamento ou uma assistência adequada, bem como, ter a elaboração de um projeto técnico e uma avaliação prévia dos riscos e implicações existentes, pois, são cruciais as razões, que fazem com que as famílias do quilombo do Boqueirão recuem nessa questão, haja vista, que além das dificuldades burocráticas em obter o recurso financeiro, eles compreendem que linhas de crédito bancário, são, na verdade empréstimos, que alienam o seu único bem ou frações dele, e pior, podem comprometer a sobrevivência da família, a sua descendência, a sua 'autonomia' e, no futuro, a própria existência do território. Certo é, que nesses contratos, os meios e as garantias propostos, serão sempre mais vantajosos para o credor e de outra forma, muito arriscado para a parte vulnerável, que só tem a terra.

Embora, ainda distante do modelo ideal para atender as necessidades do pequeno produtor, o PRONAF vem, ao longo dos últimos 25 anos, se mostrando como uma política de governo necessária para o estímulo à agricultura familiar camponesa, tanto, por trazer alternativa de crédito rural, quanto, por apresentar taxas de juros menos abusivas e mais realistas à condição do pequeno agricultor brasileiro; afinal, tendo como exemplo o território do Boqueirão, todos esses aspectos, podem trazer fôlego à dificuldade de produzir e se manter no semiárido. Contudo, o programa passa por críticas, geradas especialmente, pelas interferências políticas feitas na gestão do ex presidente de Jair Messias Bolsonaro, ao trazer implicações, quanto a diminuição do orçamento específico (para a agricultura familiar) e também, por gerar contradições no modelo de oferta de crédito e na forma como se deu o direcionamento (favorecimento ao agronegócio). Essas orientações, geraram consequências e ampliaram a desigualdade de distribuição de recursos financeiros no campo; não modificaram as estruturas produtivas que aí estão e infelizmente, ainda criaram um risco potencial e progressivo de retrocessos, como afirma Aquino (2018):

O outro conjunto de críticas dirigidas ao PRONAF refere-se à timidez das mudanças que a aplicação dos seus recursos tem provocado nas estruturas produtivas do setor rural. No Nordeste, que concentra a parcela mais pobre da agricultura familiar do Brasil, o programa tem se concentrado em financiar a pecuária extensiva via microcrédito e tem contribuído relativamente pouco

para a disseminação de tecnologias sociais de convivência com o clima semiárido. Por outro lado, nos estados da região Sul, onde se concentra o foco de suas ações em termos de volumes de recursos aplicados, a maior parte do crédito tem sido usada para reforçar o modelo produtivista de modernização da agricultura e a especialização produtiva dos agricultores familiares, principalmente em soja e milho (AQUINO, 2018, p.1).

Junto a esse cenário, soma-se um conjunto de outras razões que contribuem para que território quilombola do Boqueirão permaneça em situação de pobreza, vulnerabilidade social e dependência econômica. Destacam-se: a ausência de investimentos locais em infraestrutura básica, especialmente para a captação, reservas de água e melhoria das estradas de acesso e a dificuldade de locomoção dos moradores. Ainda que obtivessem os recursos financeiros, existe a carência de programas de capacitação para a melhoria das práticas da agricultura familiar camponesa; a falta de orientações gerais, na aplicação de técnicas de produção, na compra de insumos, no planejamento e gerenciamento financeiro; a falta de referências para a administração dos custos e a falta de instrução para a melhor comercialização dos excedentes. Tudo isso, acentua-se, dada as condições climáticas da região, o baixo conhecimento técnico dos trabalhadores e agravado pela não continuidade do processo de regularização fundiária do território.

Como vão produzir, ou ter outro acesso ao crédito, se as famílias não possuem terrenos regularizados? A titulação é a garantia legal da propriedade, ademais, pode ser o primeiro passo para desburocratizar o acesso aos programas sociais, voltados às famílias do campo. É certo que, a inserção de condições apropriadas, pelo acesso dos quilombolas a políticas de governo específicas, ações de inclusão social, implantação de projetos de estruturação produtiva e o devido acompanhamento técnico, podem gerar efeitos extraordinários, ao tirar famílias inteiras da condição de extrema pobreza (carência financeira/material) em que vivem.

Diante das muitas dificuldades de se manterem no território e sobreviverem com dignidade, a reflexão que se faz sobre os trabalhadores quilombolas do Boqueirão, é que, os mesmos apresentam uma trajetória valente, constroem a sua formação territorial e produzem o seu espaço, envolvidos em relações de poder; passam por enfretamentos diários e organizam o território por meio da lida com a terra, ao envolverem-se com atividades produtivas, que potencializam os vínculos e que os fortalecem coletivamente. Todos esses aspectos culminam em expressões do trabalho na terra, pois esse trabalho possui um significado especial na vida dessas pessoas. Santos (1996), afirma que: “[...] não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver para o homem, é produzir espaço” (p.193).

A relação dos trabalhadores do Boqueirão com a terra, vai além do sustento e da sobrevivência; a terra é um elo que atravessa o tempo e o território. É o espaço que lhe traz segurança, por poderem produzir, mas também, é a dimensão onde as memórias e as esperanças se renovam, uma vez que essa ligação, constitui um significativo instrumento de resistência contra as pressões externas. Mas, em se tratando dos interesses hegemônicos, quanto ao domínio do território, compreende-se que os ‘mais fortes’ ou favorecidos pelo sistema político, sempre intencionarão a segmentação e a expropriação dos grupos que estão em desvantagem, a exemplo dos quilombos.

3.5 A disputa territorial para além da fronteira: quando o território não se encaixa no limite administrativo-jurídico

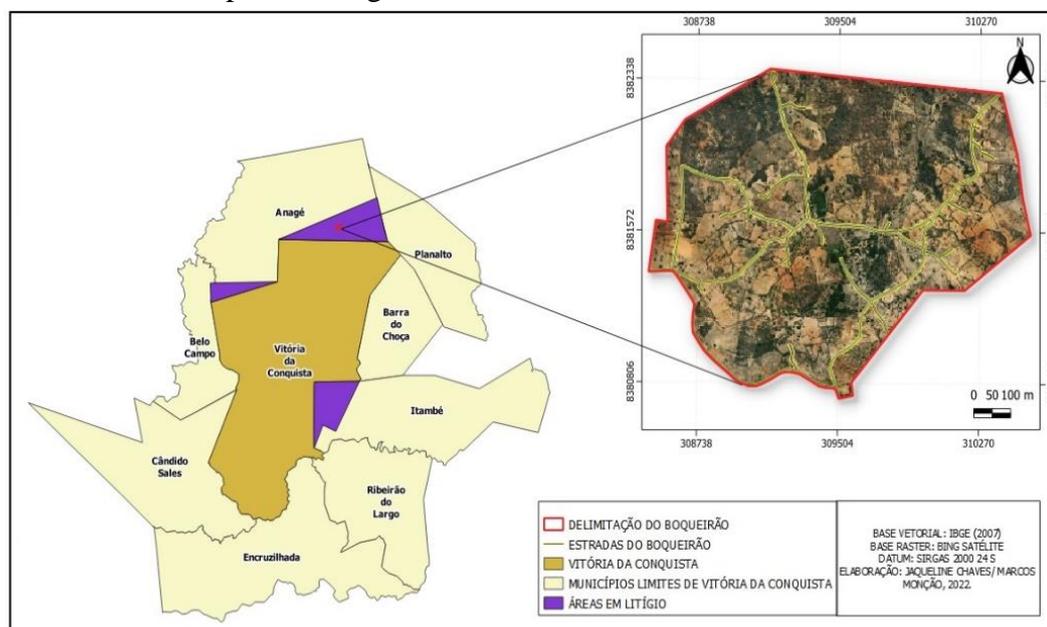
A disputa pelo domínio de territórios não é uma situação nova. Uma área sob rivalidade, refere-se a uma extensão de terras em que dois ou mais grupos independentes, divergem, acerca do controle ou da posse da mesma. As discordâncias geralmente nascem, quando ocorre a conquista, no sentido de tomada, ou obtenção do espaço alheio, por meio do uso da força; de outro modo, também podem ser geradas por apropriação indevida do território do outro, mesmo que, de forma pacífica. Conforme Haesbaert (2006) explica, o território é o contorno espacial determinado por relações de poder, controle e apropriação, domínio sobre recursos e fluxos assentados em aspectos econômicos, políticos e culturais. Mas, em geral, tais disputas estão associadas ao interesse pelo domínio das reservas naturais, embora, possam, além disso, serem estimuladas, por questões de ordem, cultural, étnica e/ou religiosa.

Ainda que, não seja compromisso da pesquisa, é pública a existência de um litígio, que envolve indiretamente o quilombo em estudo; logo, torna-se interessante que se conheça tal circunstância, os possíveis encadeamentos e enriqueça o debate.

De acordo com Oliveira, Maia e Lima (2014), observa-se, em âmbito regional, um conjunto questões complexas, averiguadas nas últimas décadas, relacionadas a territórios baianos, tais como: a existência de desorganização dos limites fronteiriços entre municípios; o uso de uma cartografia atrasada, em relação a outras unidades da federação e as mudanças de leis, que geraram várias disputas territoriais. Fora as discordâncias jurídicas, que se arrastam há anos dentro do estado.

Como se não bastasse a luta por reconhecimento social e pela titulação de suas terras, o território do Boqueirão, se localiza numa porção de área disputada entre os municípios de Vitória da Conquista-BA e Anagé-BA, conforme mostra o Mapa 4.

Mapa 4 - Limites do município de Vitória da Conquista-BA, com destaque para a localização do território quilombola do Boqueirão, dentro da área de litígio, que envolve o município de Anagé-BA, 2022.



Fonte: Elaborado Jaqueline Chaves e Marcos P.A. Monção, em julho/2022.

Atualmente, aguarda-se decisão judicial que pode trazer ou não, implicações e alterações nas divisas dos municípios citados. Tudo isso, têm gerado dúvidas sobre os desmembramentos, ganhos e perdas de áreas; discussões e preocupações na população local, especialmente o medo, quanto as consequências sociais advindas, haja vista, dependerem de atendimentos e no futuro surgirem complicações, que causem a interrupção nos serviços públicos a serem prestados, pois é certo que, as receitas municipais também estão relacionadas, proporcionalmente aos tamanhos dos territórios.

Diante dos problemas apontados, produções acadêmicas, como o artigo escrito por Oliveira, Maia e Lima (2014), ao tratarem sobre a utilização de geotecnologias na revisão dos limites municipais de Vitória da Conquista – BA e seu entorno, demonstraram que na história territorial do município, houve várias divisões, sendo que, as mais relevantes, ocorreram no início dos anos de 1960, com o desmembramento e criação dos municípios de Barra do Choça, Cândia Sales, Planalto, Encruzilhada, como também, Anagé. A propósito, o último município, localiza-se em porção do semiárido, como uma das situações divergentes, de maior intensidade de conflito, por presumir ter grande perda de área de fronteira.

Segundo os autores, essa situação relaciona-se também a aspectos técnicos estabelecidos anteriormente: “Um dos problemas de maior relevância é o desencontro entre a

locação dos pontos e amarração, implantados sobre a carta topográfica folhas SD 24 – Y – A – V (Anagé), [...]” (OLIVEIRA; MAIA; LIMA, 2014, p.07). Os autores (2014), esclarecem que novas bases cartográficas foram disponibilizadas pelo IBGE, ratificadas na Resolução nº. 05 de 2002, corrigidas em 2007, no entanto, os problemas não foram resolvidos:

As tentativas de resolução dos problemas fronteiriços nos municípios do Brasil, e em particular na Bahia, remetem às primeiras bases digitais elaboradas pelo IBGE, como a situação em 1998. Daí, evoluindo para a disponibilização das bases em 2001, 2005 e 2007. Ainda assim, os conflitos permaneciam, uma vez que as bases locais não eram modificadas e os acordos para sessão de territórios pelos municípios persistiram. A criação de fórum de discussões e a incitativa do Governo do Estado e da Comissão da Assembleia Legislativa, ainda que com baixa participação dos municípios, levaram a indicar uma nova configuração territorial concluída pelo IBGE e ratificada na Resolução Nº. 5 de 2002, em que estabelecia as áreas territoriais sendo retificada na base de 2007 (OLIVEIRA; MAIA; LIMA, 2014, p.06).

Municípios, a exemplo de Anagé, fizeram objeções e questionamentos sobre área definida na Resolução Nº. 5, de 10 de outubro de 2002, conforme IBGE (2002). São problemas geopolíticos, gerados nas diversas divisões administrativas, estabelecidas no passado e trouxeram implicações para o presente, especialmente pelas perdas financeiras e pela pouca participação dos representantes municipais, nas discussões e decisões tomadas na época, como alegam os gestores. “A grande discussão se dá, não só pela perda de território, mas pela gestão de serviços nas áreas de litígio. Incluem aí a noção de identidade com o município e o sentimento de pertencimento” (OLIVEIRA; MAIA; LIMA, 2014, p.07).

Nesse contexto, também são claras as relações de poder travadas entre os grupos, ao buscarem prevalecer os interesses políticos e econômicos de cada localidade; e igualmente, por intencionarem que as relações afetivas de suas populações sejam mantidas. Por fim, objetivam vencer a disputa pelo domínio pleno do território.

A Tabela 1, enriquece a discussão, ao apresentar um comparativo da dimensão das áreas dos municípios que fazem limite com Vitória da Conquista-BA, segundo o IBGE, nos anos de 1991 e 2000, e ao mostrar a diferença, com a correção, após a Resolução de nº 05 de outubro de 2002.

Tabela 1-Áreas territoriais dos municípios que fazem limite com Vitória da Conquista-BA, IBGE: 1991 e 2000.

Municípios	Area (km ²) IBGE 1991	Area (km ²) IBGE 2000	Diferença em km ²
Anagé		1852,554	+619
Barra do Choça		778,335	+233
Belo Campo		608,594	-182
Candido Sales		1301,378	-81
Encruzilhada		2041,093	-321
Itambé		1625,681	-90
Planalto		722,987	-93
Ribeirão do Largo		1222,153	-11
Vitória da Conquista		3204,257	-539

Fonte: OLIVEIRA; MAIA; LIMA. A UTILIZAÇÃO DE GEOTECNOLOGIAS NA REVISÃO DOS LIMITES MUNICIPAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA, E ENTORNO In: XXVI Congresso Brasileiro de Cartografia e V Congresso Brasileiro de Geoprocessamento, XXV Expositiva, Gramado - RS: SBC, 2014, p.06.

Com a alteração, observa-se que o município de Anagé, expandiria em mais de 600 km² a sua área territorial, já o município de Vitória da Conquista-BA, sofreria com perdas de mais de 500 km², comparando as áreas de 1991 e 2000, conforme a análise feita pelos autores (2014). Assim sendo, o território do Boqueirão, passaria a pertencer ao município litigante. Frente a tantos questionamentos referentes aos limites estabelecidos em 2007, cinco anos depois, promulga-se a Lei 12564/2012, que resultou em um novo mapa político administrativo, levando a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e o IBGE, buscarem soluções para a insatisfação, causada pela divisão dos limites municipais até então. Prevaleceu a lógica da compensação na maioria dos municípios após a lei de 2012, no entanto, os convencimentos não aconteceram, os problemas não foram sanados e os litígios territoriais permanecem.

A Tabela 2, demonstra a síntese das áreas com perdas e ganhos, obtida do Relatório do SIG, a partir das poligonais fechadas e das unidades topológicas (OLIVEIRA; MAIA; LIMA, 2014). Destaca-se que o município de Vitória da Conquista-BA obteve o maior ganho de área territorial, agregando 434,6 km² e mantendo-se como o maior da região. Contudo, os que sofreram maiores prejuízos territoriais, foram os municípios de Cândido Sales, ao perder 444 km² e Anagé, ao perder 615 km². “Esse município ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade requerendo a nulidade do parágrafo primeiro da Lei 12.564/2012, alegando inexistência dos princípios legais no que tange ao plebiscito, uma vez que houve anexação de área” (OLIVEIRA; MAIA; LIMA, 2014, p.11).

Tabela 2 - Síntese de perdas e ganhos de áreas territoriais, que fazem limite com Vitória da Conquista-BA, 2014.

Perdas e ganhos territoriais (em km²)			
Município	Ganha	Perda	Saldo territorial
Anagé	14.702	630.006	-615.304
Barra do Choça	89.916	99.530	-9.614
Belo Campo	170.405	26.858	143.547
Candido Sales	35.044	479.202	-444.158
Itambé	93.290		93.290
Planalto	102.267	148.580	-46.313
Ribeirão do Largo	93.485	1.131	92.354
Vitória da Conquista	585.975	151.283	434.692

Fonte: Fonte: OLIVEIRA, MAIA e LIMA. A UTILIZAÇÃO DE GEOTECNOLOGIAS NA REVISÃO DOS LIMITES MUNICIPAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA, E ENTORNO In: XXVI Congresso Brasileiro de Cartografia e V Congresso Brasileiro de Geoprocessamento, XXV Expositiva, Gramado - RS: SBC, 2014, p.08.

O município de Anagé-BA, ao contestar o parágrafo primeiro da Lei 12.564/2012, argumenta sobre o descumprimento da legislação geral, particularmente da Constituição Federal e Estadual. Propõe, portanto, a devolução da parte do território incorporado ao município de Vitória da Conquista-BA, conforme relata os autores:

Na ação direta de inconstitucionalidade, o município pede impugnação do § 1º, do Art. 1º da Lei Estadual por violação do Art. 54, I, da Constituição Estadual e do Art. 18, § 4º, da Constituição Federal. A alegação é de que ao atualizar as divisas dos municípios integrantes do território de identidade de Vitória da Conquista com base nos parâmetros previstos na lei estadual 12.057/2011, alterou os limites geográficos dos municípios, sem observar a exigência da consulta plebiscitária às populações diretamente interessadas. Recorrido pelo Estado da Bahia, o município de Anagé teve ganho de causa pelo Pleno do Judiciário Estadual (OLIVEIRA; MAIA; LIMA, 2014, p.11).

Mas, enquanto não se define oficialmente a situação, procura-se compreender a posição dos moradores do Boqueirão a respeito da questão.

[...] Não teve prebiscito ainda não, mais, e nem a gente sabe como tá andando isso não, mais, a população não quer nem saber do nome de Anagé. Aqui nós já tem dificuldade pra ir pra Vitória da Conquista; cê vê o sofrimento, agora imagina Anagé; ninguém aqui nem conhece, não existe, ninguém aqui nem quer saber esse nome. A gente não pode nem tocar nesse nome aqui; nem aqui e nem nas região vizinha. Ninguém aceita isso! Isso é uma vergonha o IBGE, fazer essa cachorreira com nossa região, sabendo que a gente é conquistense

e eles fizeram um mapa deles, quando eles faz pesquisa, é tudo de Anagé (Relato do líder local, em maio de 2022).

Ao tratar da possibilidade de divisão da área, entre os municípios de Vitória da Conquista e Anagé, e que por sua vez, também envolve o território quilombola, observa-se na fala do líder, um tom mais elevado, um discurso que manifesta a opinião contrária da comunidade, além de expressar plena convicção, sobre o desfecho que desejam para o conflito. Sentem-se, até, traídos pelo IBGE, que para eles, nesse momento, seria o órgão que representa o Estado, e que, ao mesmo tempo, compactua e intenciona o desmembramento da área.

Nota-se que há um posicionamento político firme, decidido e representativo, ao afirmar que, não reconhecem e nem querem saber do município vizinho, muito menos das suas reivindicações. Mas, compreende, pertencerem naturalmente ao território de Vitória da Conquista-BA.

[...] nós nunca fomos de Anagé não moço! Não tem volta não! É porque nunca foi de lá não! Eles que tá querendo tomar assim, mais nós nunca foi de lá. Desde condê eu conheço nossa região aqui, a gente é conquistense e todo mundo aqui. Anagé nunca fez parte daqui não! Ninguém vai voltar, não! [...] (Relato do líder local, em maio de 2022).

O relato do líder local avança, ao manifestar a sua indignação, e, ao mesmo tempo, vem demonstrar a afetividade e o sentimento de pertencimento ao território no qual estão firmados. Há argumentos e uma posição coletiva, já discutida e convicta, sobre a área que desejam permanecer:

Nós nunca recebeu uma paia, uma banana podre de Anagé. Como que a gente pode aceitar? O povo de Anagé quando precisa de médico ou de alguma coisa, procura é Vitória da Conquista; tem passado até em nosso posto de saúde em José Gonçalves, pra pedir socorro. Jamais nós vamo aceitar uma coisa dessa, nem pensa nisso, nem toca nisso [...] é Conquista! Aqui é cem por cento Vitória da Conquista. Vitória da Conquista é que assiste o nosso povo aqui, ou bom ou ruim, mas é muito melhor de que Anagé. Com toda dificuldade que a gente tem aqui, a gente deseja continuar em Vitória da Conquista pra sempre. Muita gente aqui, se passar a ser Anagé, vai até mudar da região. Procurar onde é município de Vitória da Conquista, então o governo tem que respeitar a nossa decisão[...] (Relato do líder local, em maio de 2022).

Outro aspecto a ser interpretado nos relatos, refere-se ao descontentamento em relação ao município de Anagé, que segundo o morador, durante décadas, não investiu financeiramente, não assistiu e não atendeu a comunidade do Boqueirão, em suas demandas e necessidades.

[...] se é que quando municipalaram lá e ponharam aqui no mapa, eles nunca fizeram nada por aqui, nunca assistiu ninguém aqui; é Vitória da Conquista, que assiste essa comunidade. De sempre, Anagé nunca fez nada aqui, Anagé nunca teve oportunidade de nada aqui. Nunca fez nada e nem nunca foi dono de nada aqui. Então Anagé aqui não existe! [...] (Relato do líder local, em maio de 2022).

Dentro desse contexto, Fernandes (2008c), em suas análises sobre a categoria, aponta para um conceito de território, quase sempre inserido em situações de conflitualidade; e nesse debate, destaca que o território possui atributos inerentes a sua constituição, tais como: soberania, totalidade (território como um todo), (multi)dimensionalidade e escalaridade. Portanto, nessa circunstância de litígio, entre os dois municípios e o quilombo, tais características territoriais, emergem com força, por tratar-se de territórios distintos, com tamanhos e territorialidades diferentes, onde os maiores, além de não respeitarem a soberania territorial da comunidade quilombola, também, não consideram os interesses e as dimensões políticas, culturais e sociais que envolvem o território menor, sendo que nessa disputa, o quilombo é o território mais vulnerável e conforme os relatos, certamente prosseguirá na luta para prevalecer a vontade e o interesse do grupo. Sobre isso, Fernandes (2008c), assevera:

O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses[...] e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder [...]. Assim, também a multiescalaridade é completamente desprezada, porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais (FERNANDES, 2008c, p. 4-5).

De acordo, Fernandes (2008c), as territorialidades diferentes, irão disputar o território, e conseqüentemente dominar as diversas políticas presentes. Para o autor, o fato de as pessoas existirem, está também condicionada a existência em um território, e claramente expõe que a apropriação do mesmo, torna-se um dos critérios que divide as classes sociais, como também, determina a própria luta de classes.

Ainda que supostamente, a disputa pela área se justificasse, pelas implicações, quanto a possíveis prejuízos de arrecadação, redução no repasse de verbas, que poderiam ser direcionadas a programas e projetos, além da diminuição de eleitores; para o grupo quilombola, torna-se incoerente, pleitear um território e a territorialidade de um povo, o qual o município de Anagé, se mostrou indiferente, para com a sua organização e produção espacial, conforme demonstra os relatos do líder local. Não se trata apenas, manter ou recuperar uma extensão de terras, um pedaço de chão, mas, ter ciência que, em primeiro plano, deve-se estabelecer o

respeito mútuo, discutir coletivamente a questão, demonstrar viabilidade das mudanças; e se chegarem a um consenso, precisam conquistar a unidade e a aprovação da população quilombola que ali vive.

3.6 A participação do Estado na constituição e na consolidação do Quilombo Boqueirão

Como já visto, na história da formação territorial brasileira, a luta das minorias por reconhecimento e inserção social ocorre há séculos e não se pode negar, que cresceu na proporção que os territórios quilombolas se multiplicaram pelo país.

Nas últimas décadas, à medida que os quilombos foram identificados, passaram a ter visibilidade, ganharam força, tornando-se parte de um projeto sociopolítico maior, com fins na construção de uma sociedade menos injusta e mais democrática. No entanto, as contradições entre o conjunto de leis e a sua efetiva aplicação, constituem, na atualidade, um grande desafio a ser vencido, vez que, somente a incorporação da população quilombola nos ditames jurídicos, não se mostrou satisfatório para transformar as práticas de controle e de expropriação da terra, e destarte, conseguir alterar a situação de precariedade em que vivem muitos territórios na atualidade.

Mas, no tocante a participação do Estado nesse processo, faz-se uma constatação inicial: em pleno século XXI, ainda muitos parlamentares e em particular, da bancada tradicional e/ou ruralista, insistem em defender que a regularização das terras dos quilombos, deve ser avaliada como uma pauta essencialmente cultural, com vistas, na preservação do patrimônio histórico. Dessa forma, os congressistas amarram ou reduzem avanços sociais, que poderiam ser construídos no presente e pior, superficializam e reconduzem as discussões ao passado colonial.

Conforme esse entendimento, construiu-se um discurso previamente pensado, pois à medida que fossem identificados, os territórios de remanescentes quilombolas “precisariam ser protegidos”³⁴, isto é, na verdade, deveriam ser acompanhados de perto pelo Estado, haja vista, que para os ruralistas, os espaços ocupados pela população negra, constituíram-se num conjunto

³⁴A política de ‘proteção’ dos territórios quilombolas no Brasil, se concretizou a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68; na qual houve o reconhecimento da propriedade das terras onde vivem os remanescentes de quilombos. Esse reconhecimento é visto como uma forma de compensação e/ou reparação histórica à opressão sofrida pela população negra. Desse modo, a lei torna pública a obrigação do Estado brasileiro de formular políticas de proteção dos territórios, além criar caminhos para delimitação, demarcação e titulação das terras. Contudo, a ideia de proteção na prática, se materializa como meio de monitoramento, controle e dominação, haja vista, que os direitos fundamentais, relacionados ao existir e ao viver com dignidade, lhes são cerceados ou negados.

de bens patrimoniais, ou seja, foram reduzidos a um acervo geográfico de relevância meramente histórica. Narrativa intencional, em consonância ao que foi articulado para se ter o controle e evitar a multiplicação (limitar novos reconhecimentos), além de ser uma forma para conter a adição de novos direitos fundiários.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e diante da pressão dos movimentos sociais ao longo das três últimas décadas, mas também, sob a vigilância de parlamentares, foram criadas políticas de governo para esse fim. Desse modo, a gestão, passou a ser atribuída a órgãos de Estado, como o Ministério da Agricultura, o Ministério da Cultura, o Ministério do desenvolvimento, a Fundação Cultural Palmares, o INCRA, algumas Secretarias, juntamente com coordenações estaduais e municipais.

Portanto, é relevante lembrar algumas das políticas estatais e de governo que se tornaram mais conhecidas e que foram direcionadas aos quilombos brasileiros, a partir dos anos 2000; pois, consoante com os canais oficiais de comunicação do governo federal, a exemplo do (Portal gov.br), a contribuição administrativa nessa esfera, se deu ao longo dos últimos 20 anos, por meio da inserção de políticas de governo adotadas, sendo que a maioria, foi norteadada por ações específicas, das quais, algumas, tornaram-se mais conhecidas no país, a exemplo da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR); do Programa Brasil Quilombola (PBQ), como também, da criação da Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR).

Entre essas, destaca-se, que uma das iniciativas que mais repercutiu, foi a criação da SEPPIR, em março de 2003; pois a secretaria teve, inclusive, *status* de ministério, sendo vista como um órgão, que presta assessoria direta ao Presidente da República e detém a missão de coordenar as políticas para proteção dos direitos dos grupos raciais e étnicos, especialmente à população negra.

Essa Secretaria intencionou(a) promover e articular, com outros ministérios, ações com o intuito de reduzir as diversas formas de intolerância, como também, identificar situações de discriminação e de desigualdade racial no país; mas, apesar disso, com as reformas ministeriais ocorridas em outubro de 2015, houve a absorção da SEPPIR por outro departamento, nesse caso, a Secretaria das Mulheres e dos Direitos Humanos, formando assim, o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, mas em verdade, tal mudança, significou retrocesso e enfraqueceu a luta do movimento social.

Outro avanço jurídico, ocorreu no mesmo ano, em novembro de 2003, por meio do Decreto Federal 4886/2003³⁵, com a implantação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), cujo propósito central também concentrou-se na redução das desigualdades étnicas no contexto brasileiro, especialmente para a população negra, via programas e projetos a serem executados a longo, médio ou a curto prazo.

Já no ano seguinte, em 12 de março de 2004, foi criado o Programa Brasil Quilombola (PBQ) com os mesmos propósitos e após três anos publicou-se o Decreto Federal 6.261/2007³⁶, que melhor estruturou a agenda social no âmbito do Programa. O decreto agrupou suas ações em quatro eixos conhecidos como: Acesso à Terra; Inclusão Produtiva; Infraestrutura e Qualidade de Vida e Desenvolvimento Local e Direitos e Cidadania.

Houve também a Portaria 98/2007³⁷ da Fundação Cultural Palmares, que regulamentou o procedimento de certificação das comunidades quilombolas e a Instrução Normativa 57/2009³⁸ do INCRA que, por sua vez, estabeleceu o procedimento para identificação, delimitação, demarcação, desintrusão e titulação das terras quilombolas. Para além, acrescentou-se outra legislação, a Lei 12.288/2010³⁹, referindo-se ao Estatuto da Igualdade Racial, que também ecoou bem nos movimentos sociais da época.

Observa-se que, em teoria, os dispositivos legais adotados ao longo dos anos, demonstram a intenção dos governos que passaram pela esfera federal, em divulgar para a opinião pública, a existência de marcos jurídicos, relacionados às políticas de Estado para a questão quilombola. Em verdade, podem apresentar até boa vontade, contudo, na prática, permanecem presos à dimensão simbólica, pois os maiores problemas concentram-se na efetiva execução e consolidação das ações, por conta das suas implicações factuais (conflito de interesses), mas, de modo oposto, as memórias dos moradores do território Boqueirão reforçam que na legislação, à propriedade da terra é bem mais fácil de ser contemplada do que, na prática, haja vista, que a concretização do direito coletivo ao bem material ser extremamente burocrático.

Sobre isso, reflete-se, que só após a provocação feita pelos remanescentes à Fundação Cultural Palmares, por meio da autoidentificação, sucedem-se os trâmites de instauração do

³⁵Decreto 4886/2003 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4886.htm

³⁶Decreto 6.261/2007 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6261.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.261%2C%20DE%20,Quilombola%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.

³⁷Portaria 98/2007 <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/ANEXO-04-Portaria-FCP-n%C2%B098-de-26-de-novembro-de-2007.pdf>

³⁸Instrução Normativa 57/2009 https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/in_57_2009.pdf

³⁹Lei 12.288/2010 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm

processo administrativo, em que se analisa, aprova-se e concede-se, ou não, o documento oficial de certificação. O território do Boqueirão, por exemplo, avançou dessa fase e possui Certidão de Auto Reconhecimento, desde o ano de 2005, conforme demonstra (Anexo A). O historiador e pesquisador Afonso Silvestre, que atualmente assume a função de Coordenador de Políticas Públicas para os Territórios de Remanescentes de Quilombos do município de Vitória da Conquista-BA, faz um breve relato sobre esse passo inicial:

[...] a comunidade ela precisa se reconhecer como quilombo, a partir de indícios de memória, indícios históricos ou antropológicos, ou culturais, né? Esse é o primeiro passo; e ela precisa ter uma Associação, que promova um documento de autoreconhecimento. Esse documento, ele vai ser submetido a Fundação Palmares, que vai certificá-lo. Daí ele retorna dessa maneira, certificado; e são esses os trâmites. Bom, então, o tempo médio de tramitação para reconhecimento e regularização, se a gente tá falando da certificação, o tempo médio é um ano, porque é necessário estar dentro da comunidade, fazer este levantamento, essa pesquisa, mas, a comunidade ela tem que participar. Então são muitas oficinas, são muitas conversas com a população, porque ela precisa agir, né?, atuar conjuntamente. Leva geralmente um ano. (Entrevista concedida pelo Coordenador de Políticas Públicas para os Territórios de Remanescentes de Quilombos do município de Vitória da Conquista-BA, em maio de 2022).

Essa primeira fase não é automática e pode levar um ano ou mais para sua concretização. Mas, vencida a primeira etapa, em seguida, vem a fase do monitoramento técnico do território e da execução dos procedimentos a serem realizados por mais um órgão, o INCRA. Nesta fase, prossegue-se na construção do relatório antropológico, que envolve o histórico, levantamento ocupacional, cadastramento das famílias e a demarcação topográfica a ser realizada simultaneamente pelo Instituto e pela comunidade (planta e memorial descritivo) e, em seguida, faz-se uma pesquisa cartorial, para emissão de parecer e produção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

Segundo Afonso Silvestre, coordenador de políticas de igualdade racial do município, essa fase do processo de regularização envolve diretamente a questão fundiária, e por se tratar da delimitação e divisão de terras, deve-se sempre considerar a possibilidade de conflito; portanto, o tempo médio pode variar muito mais e até se delongar por anos e anos, conforme relato do coordenador:

[...] a gente precisa incluir, nisso que a gente chama de regularização, pensar na titulação das terras também. Isso pode levar muitos anos, isso pode levar dez anos, pode levar vinte anos, porque as instituições vão trabalhar, considerando a possibilidade de conflito que há, então elas vão estar trabalhando sempre com a conversa, com o diálogo, com a negociação. Então

o tempo médio varia muito [...] (Entrevista concedida pelo Coordenador de Políticas Públicas para os Territórios de Remanescentes de Quilombos do município de Vitória da Conquista-BA, em maio de 2022).

E para o desfecho dessa etapa, ouve-se os membros, com suas considerações e particularidades (individuais, coletivas e familiares) e caso, não se encontrem entraves, avança-se para os encaminhamentos finais e para a efetiva titulação. A esse respeito, o coordenador ainda acrescenta:

Os entraves dessa movimentação processual, eu acredito que são os entraves de gestão mesmo, de orientação de política, de direcionamento, de atividades de atuação da técnica de políticas públicas. Esses são os maiores entraves. Eu não sei te dizer agora, porque eu tenho visto declarações do presidente da Fundação Palmares, que são declarações racistas. Ele é contra, contra inclusive os quilombos [...] (Entrevista concedida pelo Coordenador de Políticas Públicas para os Territórios de Remanescentes de Quilombos do município de Vitória da Conquista-BA, em maio de 2022).

O coordenador toca em ponto sensível da questão, ao fazer referência ao presidente da Fundação Cultural Palmares; inclusive, lembra-se, que no período, entre os anos de 2019 e 2022, alguns meios de comunicação como a agência de jornalismo Alma Preta⁴⁰, o jornal O Tempo⁴¹ e o portal de notícias G1 Globo⁴², entre outros veículos de mídia social, denunciaram o ex-gestor Sérgio Camargo, da Fundação Cultural Palmares, por sua postura conservadora e agressiva, ao demonstrar direta oposição a causa, criticar o dia da Consciência Negra, atacar militantes do movimento negro e pessoas ligadas as religiões de matriz africana, como também, por promover censura às biografias de personalidades que marcaram a história do movimento no país, entre elas, Zumbi dos Palmares, o abolicionista Luiz Gama e a escritora Carolina Maria de Jesus. Inclusive, em julho de 2021, o movimento social, conhecido como Coalizão Negra por Direitos, fez uma denúncia à ONU, quanto a violações de direitos humanos e aos interesses da população negra. No relatório, constou a tentativa, pelo presidente da fundação, de descredibilização da história e da importância dos africanos na formação territorial e cultural do Brasil. Em uma de suas falas o ex-presidente da Fundação Palmares, deixa bem claro o seu ideário político: “A escravidão foi terrível, mas benéfica para os descendentes. Negros do Brasil

⁴⁰<https://almapreta.com/sessao/politica/sergio-camargo-fora-da-palmares-relembre-polemicas-e-ataques-aos-movimentos-negros>

⁴¹<https://www.otempo.com.br/politica/presidente-da-fundacao-palmares-usa-redes-para-criticar-dia-da-consciencia-negra-1.2572527>

⁴²<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/02/presidente-da-fundacao-palmares-chama-o-movimento-negro-de-escoria-maldita.ghtml>

vivem melhor que os negros da África” ou “Negro de esquerda é burro” (Sérgio Camargo, 2021). Declarações postadas em rede social, em 27 de agosto 2021⁴³.

Tal posição política, só demonstrou a larga contradição, entre o conjunto de leis anteriormente estabelecidas pelo Estado, na qual se articula a promoção de ações para reduzir as diversas formas de intolerância, discriminação e desigualdade racial e a representatividade dada pelo órgão, em sua efetiva posição ideológica e explícita prática racista.

Mas, para além dos aspectos citados, destaca-se também, que nessa etapa do processo, diversos órgãos e entidades do governo federal, são consultados, dentre eles o Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que terão 30 dias para se posicionarem quanto a restrições na área. Uma vez concluído o relatório, submete-se a análise do Comitê de Decisão Regional do INCRA, que pode aprovar e liberá-lo para publicidade em Diário Oficial da União ou reprová-lo, quando estiver fora dos critérios estabelecidos, e assim sendo, mais adiante revisá-lo. Caso existam contestações, estas serão julgadas pelo Comitê Regional da Superintendência do INCRA, e o prazo para o julgamento será de até seis meses e até que seja concluído, o processo fica parado. Cabe também recurso, caso a contestação não seja aceita, será reavaliada pelo Conselho Diretor do INCRA em Brasília e conforme sejam as decisões, podem ocorrer alterações no relatório e uma nova publicação.

Outra situação, que não está descartada, refere-se à situação de sobreposição da área, pois, se o INCRA identificar que o território se sobrepõe a uma unidade de conservação ambiental, ou área de segurança nacional, faixa de fronteira ou terras indígenas, se discutirá com o respectivo órgão ou entidade afim (FUNAI, IBAMA, FCP). Não havendo consenso e resolução, o processo deverá ser encaminhado para avaliação da Casa Civil ou ainda para a Advocacia Geral da União (AGU).

Em vista disso, compreende-se que a população quilombola é submetida ao acompanhamento de um processo muito desgastante, que pode durar anos, desde o auto reconhecimento, até a expedição do título. Ocorre, que o território do Boqueirão, como já se apurou, possui baixo grau de escolaridade e dificuldades de acesso ao judiciário, mesmo por meio da defensoria pública; ademais, nota-se que a aplicação da política agrária no Brasil, com objetivos de alcançar a regularização fundiária, compreende discussões, nem sempre simples e os territórios estão inseridos numa trajetória longa e exaustiva, ao perpassarem por certo

⁴³Fonte vídeo: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/09/01/justica-determina-que-sergio-camargo-e-fundacao-palmares-prestem-esclarecimentos-sobre-acusacoes-de-assedio-moral.ghtml>

exagero de setores públicos, que incluem, desde ministérios, órgãos, fundações, secretarias, diretorias, escritórios de direito até conselhos e entidades ligadas.

É importante que se discuta quanto a participação do Estado, no tocante a imperiosa necessidade de burocratização dos atos ou etapas administrativas nesse pleito. Pelo contrário, é prudente que não se institucionalize ou aumente a teia de procedimentos, trâmites e expedientes que só retardam, dificultam ou mesmo inviabilizam as regularizações. Os professores Treccani e Andrade (2000), apontam, inclusive, que nem o artigo 68 da C.F. faz referência a necessidade de tantas condições impostas pelo Estado.

A obrigação constitucional do Poder Público é garantir a propriedade e não determinar a condição quilombola. A caracterização desta condição não é um fim em si, mas um meio para possibilitar o cumprimento do artigo 68 - que não faz qualquer referência a necessidade de atos administrativos destinados a tal demonstração (TRECCANI; ANDRADE, 2000, p.14).

Ainda sobre essa questão no quilombo em apreço, a um ponto crucial e que conjuntamente depende da participação do Estado, refere-se à definição do tamanho do território Boqueirão, dado que a extensão das terras em que vive a comunidade, bem como, a construção de um mapa oficial da área a ser titulada, são particularidades essenciais para o avanço no processo de regularização; contudo, viu-se, que a etapa iniciada pelo INCRA no território quilombola, não transcorreu como previsto pelo órgão, uma vez que muitas dúvidas se constituíram no seio das famílias, quanto ao direito de propriedade; e, portanto, trouxeram insegurança e medo aos moradores, considerando-se envolver interesses distintos, novas interpretações, futuras implicações e até mesmo, incertezas jurídicas; algumas delas apontadas por órgãos do governo e que serão abordadas em outra subseção.

Nota-se, de início, certo abrandamento no processo de regularização, visto que, na primeira etapa, já existe uma orientação para autoidentificação, logo, espera-se que o curso transcorrerá tranquilamente, contudo, na definição quanto aos limites territoriais passa-se pelo julgamento e crivo do Estado. Dessa maneira, o ponto central para o território quilombola, no tocante a titulação das terras, continua sob a gestão e decisão estatal. É certo, que o direito civil existe, porém, a discussão e a tensão se concentrarão no controle decisório em relação à quantidade de terras que o Estado se dispõe a ceder.

Tais questões no debate, explicitam a deliberada existência de adiamentos, atrasos, manobras políticas, jurídicas e evocam, mais uma vez, as memórias do passado presente, pois não há como deixar de fazer uma associação entre as condições atuais e a Lei das Terras, editada

em 1850, haja vista que na época, não foi diferente; em uma sociedade que não se pensava o escravo como trabalhador e sim, como mero instrumento de trabalho.

Quando houve indícios de que a situação sairia do controle, decisões foram tomadas; primeiro, que na visão dos fazendeiros tornara-se urgente avaliar a substituição dos braços escravos, consequência imediata da suspensão do tráfico⁴⁴ e mais adiante, ao presumirem um futuro sem a força de trabalho cativa. Dessa forma, demonstrou-se que os objetivos capitalistas só seriam alcançados, se o acesso ao solo pelos ex-escravizados e pelos trabalhadores nativos, fosse dificultado. Assim, seguiu-se o rito, que consolidou a verdadeira intenção da lei; portanto, os trabalhadores foram excluídos da terra e dos meios de subsistência, como também, afastados da propriedade desses meios.

Compreende-se que a aquisição de terras deveria ser entendida como mais uma estratégia de resistência, ao se fazer o uso de meios legais, para garantir ou ao menos, promover a autonomia do grupo social. Torna-se explícita a defesa de outro projeto fundiário para o Brasil, pois enquanto houver terra em abundância, o trabalhador livre tentará se fixar. De modo contrário, a abastada classe ruralista, sempre defenderá a necessidade de se impedir o acesso e à posse das terras aos menos favorecidos.

Posto isso, e retomando a proposição inicial, percebe-se que a primeira etapa de regularização se mostrou controversa e exigiu cautela, já que a comunidade do Boqueirão, não dispunha, na época (década de 1990), de uma precisão quanto ao tamanho total do território e assim, não se sentiu resguardada quanto aos direitos individuais de propriedade. Em vista disso, e por conta da sensação de medo e insegurança dos moradores, a avaliação e as medições, que deveriam ter sido realizadas pelo INCRA, não avançaram.

Um aspecto curioso para se refletir sobre o território Boqueirão é a contradição que se evidencia entre a demarcação física e a ruptura dos vínculos territoriais que se potencializa com o processo de regularização das terras, pois para os moradores esse processo de fixação ou rigidez das fronteiras externas e internas poderia interferir de algum modo na fluidez das relações de vizinhança, na liberdade do compartilhamento e de mutualidade. Ademais, para essas pessoas, é possível que as demarcações sejam capazes de reforçar, no futuro, o individualismo, ao gerar o distanciamento, quebrar vínculos e laços de solidariedade construídos pelas famílias dentro do território. Nesse contexto, vê-se a imensa força (sub)objetiva que o território imaterial exerce sobre o território real e corrobora com a tese, aqui defendida, do território para além da base física.

⁴⁴Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império.

Segundo Almeida (1999), essas questões são muito significativas, visto que a convivência dos quilombolas em seus territórios se baseia nos costumes, nas práticas, nos hábitos, onde a terra é utilizada em comum acordo e cada família usa um espaço próprio respeitado por todos. Existe, dessa forma, uma “individualização ideal do espaço” de uso familiar (ALMEIDA, 1999), quer seja, a casa, a moradia, a horta ou a roça, ao lado de espaços de uso coletivo do grupo, sobretudo onde são realizadas as atividades produtivas e as manifestações culturais e religiosas.

Desse modo, a questão não é tão simples como parece; compreende-se que a noção de território com limites fechados e subdividido, precisa ser bem pensada e construída coletivamente, pois como dito, a definição física e/ou abstrata do território pelos quilombolas é um processo sociopolítico e como tal, envolve uma série de negociações, convicções, formas de pensar e entendimentos internos. Nesse contexto, destaca-se que uma característica comum dos quilombos já conhecidos no Brasil é o melhor proveito ou benefício coletivo do território, haja vista, que a terra para eles é concebida como lugar pertencente ao grupo, que a usa para viver, produzir e dividir, segundo regras consensuais próprias, que “[...] tomam por base, laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade”, conforme defende a ABA (1994, p.2).

Ainda que, a Constituição não determine que a titulação deva ser obrigatoriamente coletiva, já existe um consenso no âmbito do poder estatal de que esta seja a forma mais apropriada para a regularização dessas terras, uma vez que corresponde a forma pela qual a comunidade concebe e usa o território. Uma titulação individual, poderia representar uma perigosa interferência na forma de organização do quilombo. Contudo, Treccani e Andrade (2000), também relembram, que nem sempre foi essa a compreensão, quanto ao reconhecimento do uso coletivo da terra:

Vale lembrar que este entendimento não esteve sempre presente. Se hoje o INCRA já tem a regularização coletiva como uma premissa de trabalho, não era essa a realidade em 1994 quando seus técnicos começaram a trabalhar em Oriximiná. Foi preciso um grande esforço para convencer o INCRA da necessidade e da possibilidade da titulação coletiva (TRECCANI; ANDRADE, 2000, p. 21).

Os autores, também acrescentam que esse entendimento foi celebrado pela Portaria do INCRA/P/Nº 307 de 22 de novembro de 1995⁴⁵, que determina que deve constar do título,

⁴⁵Portaria do INCRA/P/Nº 307 de 22 de novembro de 1995 <https://cpisp.org.br/portaria-incra-n-o-307-de-22-de-novembro-de-1995/>

cláusula “pro indiviso”. Desta forma, a propriedade passa a ser considerada única e não pode ser loteada ou arrendada. A inserção deste dispositivo foi pensada como uma forma de proteção ao território quilombola, evitando-se que a área seja desmembrada e repassada a outras mãos, todavia na época, nem todos os estados brasileiros, inseriram a regra em suas leis, salvo, o estado de São Paulo e do Pará.

Mas, ainda que, com falhas, que obviamente, precisam ser corrigidas, o processo de constituição e consolidação no território Boqueirão, como em qualquer outro, não pode ser feito de forma aleatória ou sem os devidos cuidados; em vista disso, infere-se pela necessidade da participação do Estado, por meio dos órgãos fundiários na condução dos processos de regularização das terras, todavia, defende-se a necessidade desburocratizá-los, de melhor prepará-los e sensibilizá-los no desempenho desta tarefa nada fácil.

A Fundação Cultural Palmares, por exemplo, embora, em algum momento tenha se distanciado da missão, continua sendo uma importante organização para a causa quilombola, pois presta significativa contribuição ao processo de reconhecimento dos territórios, além de ter a atribuição de implementar políticas específicas; por ser um elo para a promoção da integração cultural, econômica e política dos afrodescendentes no contexto social do país, e ainda, por ter a prerrogativa de fornecer subsídios e apoio aos territórios, em situações aonde haja necessidade. No entanto, nos últimos dois anos, acionou-se o alerta para com o perfil dos gestores que ali possam passar. Outro aspecto a se refletir é que a fundação não deve ser um órgão excessivamente centralizador, onde todas as ações planejadas nas demais esferas administrativas devam, obrigatoriamente, depender do crivo do órgão.

Os professores, Treccani e Andrade (2000), inferem a respeito, exemplificam, no que diz respeito ao laudo de identificação dos territórios e fazem críticas a centralização e atribuição dada ao órgão:

Ao defender a tese de que o laudo de identificação das comunidades é peça imprescindível à instrução do processo e que somente a Fundação Palmares poderá conferir tal reconhecimento, este órgão acaba por condicionar todo e qualquer processo de titulação de terras de quilombo a sua chancela. Uma centralização de tal ordem já é por si só, motivo de preocupação. A apreensão, porém, é ainda maior quando se considera que o órgão escolhido para tal atribuição não tem qualquer tradição na execução de ações fundiárias. Soma-se a isso o fato de a Fundação Palmares ser, entre os órgãos da administração federal, de alguma forma, afetos à matéria, o que possui o menor quadro de funcionários e a mais reduzida infraestrutura e dotação orçamentária (TRECCANI; ANDRADE, 2000, p. 37-38).

Ainda que a crítica dos autores tenha sido feita há duas décadas, existem relatos que confirmam o enfraquecimento do órgão de governo nos últimos anos e a necessidade de remontá-lo, como pontua Carlos Moura, primeiro presidente e fundador da Fundação Cultural Palmares:

A criação da FCP não foi fácil. A aprovação, a montagem [...]. Mas aconteceu e a instituição está aí. O grande desafio é remontá-la. A expectativa é de esperança. As pautas da comunidade negra nunca são prioritárias. Então, que seja uma das prioridades da administração que se iniciará em 1º de janeiro (Entrevista concedida ao Portal Metrôpoles, em 18 de novembro de 2022)⁴⁶.

Diante dessas questões, que dificultam ou atrasam o avanço no reconhecimento dos territórios quilombolas, entende-se que a descentralização e a ampliação das parcerias com governos estaduais, municipais, universidades, entidades não-governamentais e com os movimentos sociais, são fundamentais para evolução nos processos. Os autores (2000), concordam, inclusive, com os governos de São Paulo, do Pará e do Maranhão, quando recomendam que haja a divisão de atribuições, de responsabilidades e de acompanhamentos, tendo em vista, o grande número de terras quilombolas a serem tituladas e por sua grande dispersão geográfica pelo país; aspectos que podem representar um fator limitante aos governos estaduais e também, delongar à atuação do próprio governo federal.

Ainda, segundo Treccani e Andrade (2000), em que pesem as diferentes interpretações que geram divergências, há de se destacar a ausência de entrosamento ou de ações mais articuladas entre os diversos órgãos das administrações federal, estadual com demais segmentos. Até porque, os estados possuem leis específicas para regularizar os territórios quilombolas localizados dentro dos seus limites, portanto, em algum momento, no percurso processual, pode-se gerar discordâncias de entendimento que só atrasam a sua finalização.

Com relação ao INCRA, e como se viu na discussão anterior, se apresenta como órgão deliberativo e decisivo nos processos de regularização de território quilombolas. Foi criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970⁴⁷ e atualmente o Instituto está implantado em todo o território nacional, por meio de 29 superintendências regionais e 49 unidades avançadas. A sua participação se dá, pela condição de autarquia federal, cuja função prioritária é viabilizar os processos de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Cabe-lhe,

⁴⁶Fonte:<https://www.metropoles.com/brasil/fundacao-palmares-liderancas-pedem-mais-atencao-ao-orgao-no-governo-lula>

⁴⁷Decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970:

[tps://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=11110&ano=1970&ato=62fcXQq1UMjRVTa42](https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=11110&ano=1970&ato=62fcXQq1UMjRVTa42)

portanto, titular os territórios quilombolas localizados em terras públicas federais ou que incidem em áreas de particulares conforme (Decreto 4887/2003)⁴⁸.

Em suas atribuições, ao longo das décadas, o instituto federal sempre encontrou pressões externas e até já esclareceu sobre discordâncias levantadas por grupos ruralistas nas últimas décadas, de que a regularização de territórios quilombolas atrapalharia o desenvolvimento agrícola no país, todavia, desfez tal afirmação, ao comparar a extensão dos territórios quilombolas, em comparação a dimensão total do Brasil.

Em relação ao território nacional (8.515.767 km²), a área trabalhada pelo INCRA em favor das comunidades quilombolas não chega a 0,12% da extensão territorial do país. É difícil imaginar que tão pequena porção do território nacional destinado a um único segmento seja capaz de atrapalhar o desenvolvimento de qualquer país (Manual de Regularização de Territórios Quilombolas⁴⁹, 2017, p. 10).

Conforme afirma o Instituto (2017), e em consoante com a nossa compreensão, tal afirmação, não se sustenta, pois, a titulação, com fins de regularização dos territórios quilombolas, não retira terras ou altera a finalidade produtiva. Até mesmo, porque se averiguou em estudos realizados pelo Instituto, que a maioria dos territórios quilombolas são rurais, dedicam-se à agricultura familiar, ou seja, nos quilombos é praticado o plantio de alimentos e geralmente desenvolve-se a prática da pecuária de pequenos animais, como a pesca, o extrativismo e outras atividades de natureza agrícola.

Exemplo disso, é que, durante algum tempo, os produtos excedentes da agricultura praticada pelos trabalhadores do Boqueirão, foram comercializados na feira livre do distrito de José Gonçalves, tais como: verduras, hortaliças, beiju e até pequenos animais de abate, conforme relato de moradores. Observa-se assim, que, em sua maioria, as atividades produtivas são realizadas, não só, para o autosustento das famílias, mas também, contribuem para a oferta de hortifrutigranjeiros no mercado local.

De modo geral, a participação do Estado na constituição e na consolidação do território quilombola do Boqueirão, como já visto anteriormente, ocorre, ainda que, de forma tímida ou aquém das necessidades da população local. Sucede-se, por meio dos serviços prestados pela Secretaria de Saúde, de Educação, de Agricultura e de Desenvolvimento Social, dispostos tanto

⁴⁸Decreto 4887/2003 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

⁴⁹Manual de Regularização Território Quilombola. Perguntas e Respostas - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ, Atualizado em 13/04/2017.

pelo Estado da Bahia, quanto pelo município de Vitória da Conquista-BA, ao ofertarem as modalidades de educação infantil, ensino fundamental e médio (nas proximidades do território); ao oferecerem serviços básicos de atendimento de saúde pública, como também, por meio do acompanhamento nos programas de transferência de renda. De outra forma, na instância federal, deu-se de início e, sobretudo, por meio da atuação dos dois órgãos da administração federal, a Fundação Cultural Palmares e o INCRA, ao liderarem no país, um maior número de ações neste campo.

Embora o território Boqueirão, não tenha avançado no processo de regularização de suas terras, o que não é definitivo; não se pode negar a necessidade da presença do Estado, na sua função político administrativa, no sentido de assegurar que a população tenha condições e oportunidade de apresentar argumentos e defender os seus interesses. Mas, é fundamental sustentar que a base de futuras negociações, reflita sobre os interesses dessa população, visando alcançar um consenso que garanta a territorialidade construída pelo grupo.

Com a alternância do governo federal em 2023, ao assumir a presidência da república o candidato eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, cresce a expectativa dos povos quilombolas e indígenas de retomada e garantia dos direitos dos povos tradicionais. Segundo site de notícia Gazeta do povo⁵⁰, a nova gestão já anuncia uma maior participação do Estado na economia e uma ampliação de programas de assistência social, com ênfase em políticas que contemplem as demandas de classes e de grupos minoritários. De acordo o site, o novo governo pretende “implantar um amplo conjunto de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural”, além de dar continuidade às políticas de cotas sociais e raciais. Entre as pautas identitárias previstas no plano político, incluem a proteção dos direitos e dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais. Destaca-se que o primeiro passo nesse sentido, foi a criação dos ministérios da Mulher, da Igualdade Racial e dos Povos Originários. Inclusive esta última pasta foi ocupada por uma maranhense e líder indígena, a enfermeira Sônia Guajajara; sendo uma representatividade inédita no primeiro escalão do governo federal.

Ainda, de acordo a Agência Câmara de Notícias⁵¹, também houve mudanças no que se refere aos processos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras de comunidades quilombolas; antes sob o comando do Ministério da Agricultura, o canal

⁵⁰Fonte: Gazeta do povo <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/o-que-esperar-do-terceiro-governo-lula-2023/>

⁵¹Fonte: Agência Câmara de Notícias <https://www.camara.leg.br/noticias/932594-primeira-mp-do-governo-lula-preve-37-ministerios-sem-aumento-de-despesa/>

de informações sinaliza que agora, tais fases passaram a ser atribuições do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Conforme diagnóstico apresentado pela equipe de transição de governo na última semana de 2022, sugere-se também a revogação de normas do governo anterior de Jair Messias Bolsonaro, entre decretos, portarias e atos normativos. Segundo a equipe, diversas regras estabelecidas pelo ex-presidente, enfraqueceram as políticas públicas e, por consequência, reduziram e eliminaram direitos. Na questão específica, recomendou-se a retomada em defesa dos territórios quilombolas. De acordo o site Agência Nossa⁵², a equipe de transição recomenda a reedição de despacho do Presidente da República, que orienta o INCRA e a Fundação Palmares a revisarem os seguintes atos normativos: a Resolução do INCRA nº 29/2020, que paralisou a política pública de demarcação de territórios quilombolas e criou um ambiente de perseguição de servidores públicos que atuam nessa área; e a Portaria da Fundação Cultural Palmares n. 57/2022, que burocratiza o procedimento de reconhecimento de comunidades quilombolas, sem qualquer escuta dos impactados.

Por certo, que a incansável busca pela titulação e pela regularização das terras, coloca para os quilombolas, além da ansiedade e do desgaste emocional, a necessidade de repensar coletivamente o território, mas, fundamentado em limites geográficos justos e claramente delineados. Acredita-se, também, que a presença do Estado e a eficácia do artigo 68 da C.F. estarão sempre condicionados à construção de uma nova política agrária no país, que tenha entre os seus princípios o reconhecimento das diversas formas de ocupação do campo, resultantes de contextos históricos distintos e das diferenças socioculturais e étnicas construídas. Desse modo, a concretização do direito fundiário, obrigatoriamente, depende muito de uma política agrária ampla e mais justa, a ser adotada pelo Estado e aplicada com eficiência pelos órgãos responsáveis na sua condução. Esse deveria ser por excelência o papel e a prioridade participativa do Estado na questão quilombola.

⁵²Fonte: Agência Nossa <https://agencianossa.com/2022/12/26/governo-lula-deve-promover-60-mudancas-normativas-no-inicio-de-2023/>

SEÇÃO IV

4 O PASSADO PRESENTE E O PRESENTE PASSADO: ENTRE MEMÓRIAS, ESQUECIMENTOS E SILÊNCIOS

Como já discutido anteriormente, a memória é um fenômeno construído, e ao ser evocada no presente, nos conduz ao passado, mas quase sempre, com um olhar para o que estar porvir; ela é dinâmica e portanto, estabelece conexões tridimensionais. Segundo Gondar; Dodebei (2005), ressignificar a memória de um povo, é ter a possibilidade de dar sentido e essência à sua existência anterior, no entanto, o ‘passado’ não comporta apenas um “antes” e o futuro não comporta somente um “depois”; os instantes que concebem esse processo, são dimensões continuamente envolvidas.

Bergson (1999), acredita que toda percepção sobre os fatos e fenômenos, por mais instantânea que seja, já é memória: ela consiste numa incalculável quantidade de elementos rememorados. “O presente puro é o inapreensível avanço do passado a roer o futuro” (p. 176); ou seja, as nossas percepções referem-se apenas ao passado, o nosso passado imediato. Para o filósofo (1999), o evocar de uma dada lembrança pela percepção presente, tem como propósito esclarecer a situação atual, a luz de circunstâncias que antecederam e seguiram-se a uma situação passada. O passado, só retorna à consciência, na medida em que pode contribuir na compreensão do presente ou na previsão do futuro. Para Bergson (1999), o passado coexiste como o nosso presente; se conserva em si, enquanto o presente, simplesmente passa.

Assentados nessa concepção, não se limitou a observar ou estudar apenas o território concreto, mas buscou-se enxergar para além do visível, uma vez que refletir sobre as narrativas dos moradores é também, uma forma de valorizar as memórias que foram construídas e que ainda, teimosamente, resistem. Por essas razões, nessa seção, além de problematizar sobre o processo de formação territorial do Boqueirão, com base nas memórias, esquecimentos e silêncios dos remanescentes, também se rememorou os movimentos de luta da população negra no Brasil; discutiu-se, sobre a construção do território (i)material do Boqueirão, que se revela nas práticas sociais, saberes e no conhecimento dos quilombolas, e por fim, problematizou-se sobre as estratégias de permanência e mecanismos de ruptura territorial ao longo do tempo. Acredita-se que tanto os relatos compartilhados, quanto os registros escritos, são fontes valiosas, pois, podem evocar lembranças para além dos esquecimentos, como também, despertar memórias que foram silenciadas.

4.1 O processo de formação territorial do Boqueirão: entre memórias, esquecimentos e silêncios

A origem histórica dos territórios quilombolas brasileiros, onde hoje se encontram as chamadas comunidades negras camponesas, se deu por diferentes razões ou situações, conforme esclarece Gusmão (1992), pois os registros apontam que os processos de formação, ocorreram por meio de doações de antigos senhores, a escravizados fiéis; também, foram concedidas aos chamados santos de devoção, e outras, sucederam por ocupações de famílias negras, em terras desocupadas ou devolutas, após a abolição da escravatura. O professor Gomes (2015), inclusive, menciona a respeito da dinâmica dos territórios, ao continuarem se reproduzir, após o ano de 1888:

O que aconteceu com os quilombos depois de 1888 com o fim da escravidão? Com sua extinção não havia mais escravos e, portanto, só fugitivos. Mas os quilombos e mocambos continuaram a se reproduzir mesmo com o fim da escravidão. Eles nunca desapareceram, porém, não os encontramos mais na documentação de polícia e nas denúncias dos jornais. Os vários quilombos — que já eram verdadeiras microcomunidades camponesas — continuaram se reproduzindo, migrando, desaparecendo, emergindo e se dissolvendo no emaranhado das formas camponesas do Brasil de norte a sul. (GOMES, 2015, p. 58).

Desde o século passado e diante da nova realidade de suposta liberdade, as pequenas unidades camponesas negras, constituídas pela conexão entre os territórios quilombolas e os campos de escravizados, foram, de certo modo, ocultadas ou segregadas, uma vez que, segundo Gomes (2015), não era simples, reconhecer as origens das pessoas no campo:

No século XX, os quilombos ficaram em parte invisíveis e em parte estigmatizados. O processo de produção da invisibilidade data desde a escravidão — quando os quilombos se articularam com as roças dos escravos, transformando-se em camponeses, sendo difícil definir quem era fugido diante de roceiros negros, além daqueles que tinham nascido nos quilombos e nunca foram escravos. [...] (GOMES, 2015, p. 58).

Acredita-se que o processo de ocultamento do campesinato negro no Brasil, possui forte relação com as políticas de governo adotadas na época, conforme ainda esclarece Gomes (2015):

No pós-abolição, o processo de invisibilidade foi gerado pelas políticas públicas — ou a falta delas — que não enxergavam em recenseamentos populacionais e censos agrícolas centenas de povoados, comunidades, bairros,

sítios e vilas de populações negras, mestiças, indígenas, ribeirinhas, pastoris, extrativistas etc. Camponeses negros — parte dos quais quilombolas do passado — foram transformados em caboclos, caiçaras, pescadores e retirantes. Quase nunca “pretos” podiam ser “pardos” e mesmo “brancos” aos olhos dos recenseadores do IBGE, e o pior: suas atividades econômicas não eram contempladas nos dados censitários, pois se articulavam entre a agricultura familiar, os trabalhadores sazonais e o extrativismo; quase tudo ignorado nos censos agropecuários republicanos (GOMES, 2015, p. 58).

Ante a essa conjunção social e uma memória oficial pré-estabelecida, não foi surpresa nos relatos, “o desconhecimento” dos entrevistados quanto a questão; pois quando se perguntou sobre as origens do povoado ou sobre o processo de formação territorial do quilombo, observou-se que, em quase todas as respostas, não se obteve explicações consistentes, embora, sempre atentos às falas e contribuições, sobretudo dos idosos, em relação às histórias contadas.

Assim como os mais jovens, os participantes, de modo geral, afirmavam não saberem ao certo, sobre sua ancestralidade, de onde vieram seus antepassados; apenas que eram nascidos dali mesmo, ou alguns poucos, migraram de outras regiões. A maioria dos entrevistados, generaliza e informa que a sua ascendência, ou seja, os pais e avós, nasceram ou vieram das terras no entorno, onde hoje, são os limites do povoado. Pollak (1989), afirma que: “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente, opõe ao excesso de discursos oficiais” (p.03).

Apesar de não elucidar a origem do território nas entrevistas, posteriormente algumas pistas foram reveladas, por meio dos registros das lembranças da moradora dona Anísia Maria de Souza, (tia Nisa), nascida e residente no território desde 1922; pessoa querida da comunidade e uma das quilombolas mais antigas do povoado; e que veio a falecer nesse ano de 2022, em que faria 100 anos. Para Souza (2010), ela narrou:

Eles serviam a escravidão, foi guentano, guentano, foi guentano, quando não guentou mais, eles fugiu. Era uma terra muito longe, que disse que eles perguntavam ao finado Braz, onde é que eles moravam, ele dizia: _nós morava na Rezina da Gata, servino a escravidão, disse que tinha uma tale riculuta, disse que o patrão falou: quando a riculuta passar aqui, eu vou vender vocês. Aí eles combinaram pra fugir e eles fugiram, e foram rompendo, rompendo, chegou aqui nesse boqueirão, eles botaram o nome Boqueirão. Tinha mato, mas cada um trouxe um machado, outros trouxeram uma foice, tinha seu facão de trabaiá, eles carregaram as coisas deles, pegaram as muiézia, as veias, vieram tudo embora. Saiu andando, chegou, tinha esse mato, eles se esconderam e foram cortando pau e fazendo ranchim e fez a moradia deles, cada qual tinha o seu. Assim que mãe contava e meu tio Marim, tinha o tio Faustino, Julião, Brasilino, João Nogueira, Manoel Nogueira, Constantino, meu avô, Roseno, aí eles fez os ranchim e não ligaro de vim buscar eles mais

não (Relato oral da moradora dona Anísia Maria de Souza, In: SOUZA, 2010, p.04)⁵³.

Dona Anísia, ao compartilhar um pouco da história contada por sua mãe, tios e avô, destacou alguns detalhes, que lhe vieram a memória. Curiosamente, menciona a expressão “riculuta”, que no dicionário formal não é encontrada facilmente, no entanto, na obra literária⁵⁴ “A Derradeira Gesta: Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão”, refere-se ao: “[...] nome dado pelo homem do campo ao processo de recrutamento forçado para o exército, ocasião em que chefes políticos podiam prender e mandar para longe os filhos e parentes dos seus opositores” (BARROS, 2000, p.83). Tia Nisa, fez menção ao medo imposto pelo dono da fazenda e a possibilidade de venda ou alistamento do grupo, contra sua vontade; tudo isso, motivou a busca por liberdade. Essa circunstância é somente uma, em meio a outros exemplos, que favoreceram a chegada de grupos, fugindo de situações de tirania e abuso, relacionadas à pobreza, ao trabalho forçado e a falta de terras. Não era incomum, também, a chegada de famílias inteiras, que fugiam da mesma condição opressora, vindas de outros lugares, e ali encontraram refúgio e relativa liberdade para trabalhar e viver com certa dignidade, conforme implicitamente, deixavam entender alguns membros mais antigos em suas falas.

Infere-se que os aspectos narrados, ligam o território a um passado de sujeição, ao associar aquelas pessoas de outrora, ao processo de escravidão, como também, a atividades indesejadas de servidão e a resposta era dada, por meio das fugas. Já ao destacar no relato, as ferramentas de trabalho trazidas, a fixação e a construção de ranchos em um novo lugar, deve significar, a esperança ou chance de sobreviver, além da possibilidade de um recomeço. Sonhos de grande valor, face ao medo e opressão sofrida.

Outra narrativa guardada nas memórias de dona Anísia, certamente herdada dos pais e avós, diz respeito a um episódio, envolvendo os antepassados com a música e com o uso de instrumentos sonoros, como também, ressalta o tratamento autoritário, imposto pelo dono da terra, na época. Momentos em que o tratamento pessoal dado, poderia ter sido mais leve. Em mais um relato concedido a Souza (2010), dona Anísia rememora:

Sabe como é que era o tempo da escravidão deles? Como é que eles faziam? O patrão deles ficava dentro de casa dromino mais as muié deles, e botavam eles pra saí no mundo de noite, camiano à noite intiriazinha, bateno caixa,

⁵³Trecho extraído do artigo: SOUZA, Romilda Assunção. TERRITORIALIDADE E DINÂMICA CULTURAL NO QUILOMBO DO BOQUEIRÃO, Vitória da Conquista – Bahia, 2010.

⁵⁴A obra de BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. A Derradeira Gesta: Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão. Rio de Janeiro, Mauad, 2000. A autora mergulha com paixão na identidade nordestina e nos ajuda a compreender o pensamento e o comportamento de boa parte da gente do sertão.

quando o dia tava amanheceno, clariano para amanhecer, eles vinham entregar a barra do dia. Era batendo caixa no meio do mato até o dia clarear. Vou lhe contar, contar a cantiga. Eles saiam bateno caixa, outros bateno pandeiro, outros batendo aqueles berimbauzim, saía: ‘evem o dia magolô, dia evem, aiê a barra do dia mangolô, dia evem’. Dinoite era a hora deles descansarem, botava eles pra caminhar, pra ir buscar a barra do dia. E ainda apanhava quando não fazia as coisas tudo dritim. (Relato oral da moradora dona Anísia Maria de Souza, In: SOUZA, 2010, p.05).

Ainda que os remanescentes não saibam detalhes sobre os seus ancestrais ou não tenham lembranças bem construídas da sua formação territorial, as descrições feitas por “tia Nisa”, nascida no início do século passado, relatam memórias vivas, herdadas de ascendentes, que sobreviveram ao século XIX. Histórias simples, mas inegavelmente entrelaçadas pelas práticas de servidão, pela (des)obediência, pelas imposições, pelos castigos e pelas debandadas. Tais memórias, estão associadas a um passado presente de escravidão e têm relações com a origem do território quilombola do Boqueirão. Souza (2010), em trabalho acadêmico, desenvolvido junto à comunidade quilombola, ratifica tais reminiscências: “[...] observa-se que os primeiros negros que chegaram na atual área do quilombo do Boqueirão tinham a terra como meio de sustento. Abriam alas no meio do mato para construir suas moradias e estabelecer formas de trabalho e suas relações sociais e culturais” (p.05).

Todavia, nas conversas compartilhadas com a comunidade, ao se levantar a possibilidade da ocorrência de escravismo, que possa ter ocorrido na região, notou-se que o assunto, não parecia estar contido nas memórias dos entrevistados. Observou-se, certa indecisão das pessoas ao falarem; havia uma mistura de ideias ou insegurança, ao relacionarem o tema com o território, como também, nota-se uma compreensão incompleta do que realmente seria o trabalho escravo. Bosi (1994), esclarece sobre o tema memórias grupais e sobre a sua consistência:

O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado. [...] As lembranças grupais se apoiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo consistência (BOSI, 1994, p. 55).

Alguns, moradores destacaram que não saberiam expor o assunto, porque não conviveram nessa época, e outros referiam-se a questão, porém ligada a um passado muito distante. São comuns os silêncios e os esquecimentos conforme afirma Flávio (2013):

Os rituais de constituição e formalização das memórias socialmente produzidas, em sua relação com as apropriações de territórios, instauram assim silêncios e esquecimentos de práticas: de coerções, de conflitos sociais, de controles das riquezas que são frutos dos domínios da natureza e do trabalho efetivados por determinados segmentos (capitalistas) e que apontam para o soterramento das vozes e histórias sintetizadas nas memórias excluídas (FLÁVIO, 2013, p.127).

Entretanto, ao tentar entender tais ideias, meio que, dispersas ou soltas, quanto a questão, julgou-se, inicialmente, que poderiam estar ligadas as características históricas regionais, em que situações de sujeição e trabalho forçado, não teriam sido tão comuns na região. Outra possibilidade, é que a memória não se refere apenas, aos fatos que podem ser lembrados, contudo, apresentam-se como uma forma estratégica de construção do presente e do futuro, enraizadas ou não a uma experiência que passou. Assim, não evocar ou inserir memórias tristes ao discurso, pode ser analisado como um modo de agir, uma forma de resistir e uma estratégica escolha política, ou talvez, uma forma (in)consciente de defesa e autopreservação. É como se tais posições desarticulassem afinidades ou relações com o passado humilhante e de submissão, porém elaboram-se novas possibilidades e novas articulações rumo ao futuro. Bergson (1999), acrescenta, que até pode ser difícil estabelecer a diferença do passado e do presente, por ser de difícil apreensão, todavia, é necessário compreender o passado não, como algo que já não é mais ou que deixou de ser, mas que simplesmente deixou de ser útil.

Pollak (1989), em seus escritos sobre Memória, sempre defendeu a relevância que a história oral tem para com os grupos minoritários, porquanto, justifica tais silenciamentos diante das imposições da memória dominante; mas, também por acreditar, que as razões políticas das pessoas, se somam aos motivos pessoais: “A essas razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais” (POLLAK, 1989, p.04). É válido que, os mais velhos não desejem que a sua descendência carregue o peso de um tempo difícil, mas olhem para frente e sigam seu caminho.

Desse modo, diante da história oficial dominante, e por se tratar de questão delicada, observa-se o resguardo por parte dos entrevistados, o que lhes é, de direito, pois se trata, da formação do território que vivem e do receio de falar sobre origens que os constroem. Flávio (2013), assevera quanto a esse silenciamento:

[...], se por um lado instituem referências ao que deve ser lembrado, por outro aponta para a existência de memórias “proibidas” de serem lembradas. Assim, muitas memórias coletivas são deixadas na clandestinidade, nos subterrâneos

da existência, sendo marginalizadas, silenciadas. São lembranças relegadas ao soterramento, ameaçadas de permanecer no ostracismo pela presença dominante das memórias oficialmente celebradas, co-memoradas (FLÁVIO, 2013, p.136).

Não é difícil imaginar porque muitas comunidades quilombolas e o próprio Boqueirão, se omitem ou recriam concepções identitárias e históricas, dentro das condições de invisibilidade impostas pela memória oficial. Talvez seja para: “Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território [...]” (POLLAK,1989, p.07). Pois, conforme a história nos mostra, mesmo após a abolição, o território invisível, passou a ser isolado e seu grupo, logo em seguida, estigmatizado. Foi separado pelas políticas estatais e apartado por mecanismos de exclusão, a ponto de seus moradores, rejeitarem denominações como território de descendentes de antigos escravos. Associações, que claramente os rotula, os humilha e os relaciona a um passado triste, que desejam superar, porém, os grupos hegemônicos insistem em não vê-los prosseguir e avançar.

Pollak (1989), ressalta que as classes dominantes contam com o tempo e apoiam-se no esquecimento e no perdão dos grupos minoritários:

Ainda que quase sempre acreditem que "o tempo trabalha a seu favor" e que "o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo", os dominantes frequentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contraviolência (POLLAK,1989, p.07).

Contudo, há mais uma preocupação, pois, ao usarem tais formas de defesa, e se distanciarem das memórias originais, podem minimizar as lutas ou as dificuldades enfrentadas, assim como, ocultar as relações de poder existentes no processo de formação e de apropriação das terras onde vivem. Por consequência, comprometem a reconstrução histórica e enfraquecem os vínculos das futuras gerações, que certamente darão continuidade a luta pelo território.

4.2 As memórias dos movimentos de luta dos remanescentes

Outro importante aspecto a se considerar no debate, referem-se as memórias dos movimentos de luta dos remanescentes no Brasil, visto que, desde os anos de 1931 do século passado, já houvera registros de ações coletivas, ao contar, por exemplo, com as manifestações

da Frente Negra Brasileira⁵⁵, uma importante organização social, que atuou na luta contra o racismo e na época demonstrou força política, conforme ressalta o antropólogo e historiador baiano, Antônio Risério (2012):

[...] o objetivo central da Frente Negra era promover a raça. Mobilizar o negromestiço, como força política autônoma, em função de seus próprios interesses. Da conquista de seu lugar na sociedade brasileira. Da participação na riqueza nacional. Reivindicava-se, portanto, a superação das assimetrias sociocracias brasileiras, com o fito de remover a defasagem existente entre a nossa realidade jurídica e a nossa realidade social (RISÉRIO, 2012, p. 366).

Duas décadas depois, em 1954, de acordo com Moura (1992), cria-se a Associação Cultural do Negro (ACN), em São Paulo. A Associação possuía departamentos de Cultura, de Esporte, Estudantil e Feminino, além de uma comissão de Recreação e foi onde se editou um Caderno sobre Cultura Negra, demonstrando certa militância e pioneirismo para época. No entanto, o golpe militar, em 1964, impediu a continuidade das atividades que fizessem qualquer espécie de crítica ou questionamentos quanto ao funcionamento da sociedade naquele período.

Já em 1978, estruturam-se novas organizações que continuaram a priorizar atividades culturais, sociais e recreativas e conforme Moura (1992): “[...] de vez em quando, posições abertas contra o preconceito racial” (p.78). Contudo, a violência institucional contra a população negra fez o movimento mudar a sua rota; logo, a tática foi unificar diversas organizações, criando-se o Movimento Negro Unificado (MNU), em 18 de junho do mesmo ano. As manifestações públicas passam a ganhar força e constar nas estratégias de resistência dos movimentos negros, porém de forma una.

Como se pode perceber, a história dos movimentos sociais pós-abolição, aconteceram de forma descontínua, e durante muito tempo não se apontou uma proposta efetiva de regularização dos territórios quilombolas ou sequer foi pautada pelas entidades de defesa. Ainda assim, o quilombo se destacou como importante símbolo de luta e de resistência social.

Cabe destacar e rememorar, que nos anos de 1960 e, especialmente, 1970, resgatou-se a categoria quilombo, associando-a a uma forma de resistência à ditadura, imposta pelo regime militar de 1964. Conforme Gomes (2015), “Nas interpretações e nos usos políticos, o quilombo

⁵⁵Frente Negra Brasileira (FNB), foi a mais importante entidade do movimento negro brasileiro na primeira metade do século XX. Criada em 1931, reuniu muitos milhares de membros, tendo filiais em vários estados, defendendo os interesses da comunidade negra, pregando o seu aperfeiçoamento moral e intelectual e lutando contra o racismo e a desigualdade. Lançou um ativo jornal, *A Voz da Raça*, e atraiu algumas das principais lideranças negras do período. Em 1936 transformou-se em partido político, mas foi extinta em 1937 junto com todos os outros partidos pela ditadura do Estado Novo. (MACHADO, Leandro. Frente Negra: a história do movimento que apoiava o integralismo e foi pioneiro do ativismo negro no país, BBC Brasil, 2020).

podia ser tanto a resistência cultural, como a resistência contra a ditadura” (p.127). No entanto, a necessidade da regularização das terras que as comunidades quilombolas ocupavam permanecia esquecida na pauta governamental.

Já no final do século XX, os protestos e conhecimentos somaram-se à causa quilombola, que se fortalece e renasce como uma forma viva de denúncia à continuidade da ideologia racista. Na prática, é expressa pelo processo de exclusão dos territórios negros no projeto republicano de modernização do país. Entretanto, no final da década de 1980, o país viveu um período especial e conforme já visto em seção anterior, o parlamento brasileiro aprovou uma nova Constituição, que em período recente, trouxe uma singularidade, ao sinalizar para mudanças, ainda que parciais, na história de uma parcela do campesinato brasileiro.

Destaca-se que naquela década, com a evolução das discussões, participantes da causa dos remanescentes, iniciaram trabalhos voluntários de pesquisa em territórios negros rurais pelo Nordeste e em outros estados brasileiros. Somaram-se a esses estudos, acadêmicos e outros militantes, preocupados com a questão fundiária. Nesse processo, para identificar e conhecer novos territórios, apontou-se o acirramento da violência no campo, como também, o avanço da grilagem de terras e muitos conflitos agrários, envolvendo territórios quilombolas.

Em agosto de 1986, em São Luiz, por exemplo, a questão agrária, foi debatida dentro do I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão, sob o tema “O Negro e a Constituição Brasileira”. Houve a participação do Movimento Negro, além de lideranças comunitárias, sindicais e, segundo Ivan Rodrigues Costa, (2007), aguerrido defensor dos direitos humanos e militante do movimento negro maranhense, o encontro teve como objetivo maior, a discussão de ideias e de propostas referentes aos direitos dos quilombolas do respectivo estado, como também, dos espalhados em território nacional.

Ao aproveitar o momento e com o propósito de aprofundar o debate sobre a questão agrária, além da intenção em tomar parte do processo constituinte, o Movimento Negro Unificado, convocou, na época, outros grupos atuantes como o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará e o Centro de Cultura Negra do Maranhão, que participaram da 1ª Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, realizado em Brasília, no respectivo ano.

Ainda, de acordo Costa (2007), nesse evento foram construídas proposições importantes, que sinalizaram para a criminalização do racismo e para as garantias de propriedade dos territórios negros; portanto, geraram dispositivos sobre o direito à moradia e o título de propriedade de terra aos remanescentes dos quilombos. Discutiui-se, ainda, o direito sobre o imóvel; sobre o conceito do que seriam terras produtivas e improdutivas e sobre a distribuição das mesmas, para fins de reforma agrária. Propostas que, posteriormente, foram

apresentadas pela deputada Benedita da Silva, em 6 de maio de 1987, ao Congresso Nacional Constituinte.

Todavia, um ponto considerado controverso para os movimentos sociais negros, referiu-se a dúvida, sobre o porquê o Art. 68, foi parar nas Disposições Constitucionais Transitórias. Conforme já discutido, infere-se que para muitos parlamentares da época, a interpretação do termo quilombo, significava espaço negro, relacionado a um “passado” colonial, numa noção bem tradicional e racista, que ligava porções de terras brasileiras, aos remanescentes de escravos fugidos. Logo, não se via como espaço geográfico de sobrevivência, produtivo e de agricultura familiar; atrelava-se muito mais a um conceito de território combatido e contido, a exemplo do quilombo de Palmares, do quilombo Malunguinho, entre outros, culturalmente mais conhecidos e rotulados como patrimônios históricos. A percepção preconceituosa dos congressistas, se sobrepunha ao verdadeiro significado e a real necessidade da multiplicação dos territórios negros pelo país; inclusive, Leite (2002), ratifica a questão:

[...] o debate sobre a titulação das terras dos quilombos não ocupou, no fórum constitucional, um espaço de grande destaque e suspeita-se mesmo que tenha sido aceito pelas elites ali presentes, por acreditarem que se tratava de casos raros e pontuais, como o do Quilombo de Palmares (LEITE, 2002, p.19).

Imagina-se que os parlamentares, pensavam restar somente alguns poucos territórios remanescentes para serem atendidos, e com o tempo, tais quilombos teriam suas terras tituladas, tornando-se desnecessário até mesmo, a permanência do art. 68 do ADCT, na Constituição Federal. Demonstrando certo grau de desconhecimento que se tinha a respeito quanto aos numerosos territórios espalhados pelo país, e também por isso, ainda, permaneciam socialmente invisíveis, sem citar a insciência, quanto às precárias condições de vida dos remanescentes.

Outras discussões têm sido sustentadas nos movimentos quilombolas, no que se refere a defesa do maior número de pessoas a serem contempladas e quanto a melhor forma de legalização das terras. Em oposição, vários governantes levantam dúvidas, fazem objeções e os ânimos se inflamem no debate. Questões como: Quem pode ser considerado quilombola? Quem de fato são os descendentes de escravizados? Quem pode ser considerado remanescente? Qual o direito dos descendentes gerados de relacionamentos fora do território e das pessoas que foram se agregando às famílias? Afinal, quem, realmente, tem direito a propriedade da terra?

A esse respeito, Treccani (2006), compartilha uma situação absurda, ocorrida em território quilombola, no estado do Pará:

No Processo 030/03, em tramitação na comarca de Acará (PA), diante do fato de um casal residente na comunidade de Guajará-Miri não se reconhecer como quilombola, mas seu filho, sim, os autores da ação judicial solicitaram: “tais dúvidas somente serão saneadas mediante exame de DNA (ácido desoxirribonucléico, que é a molécula orgânica complexa encontrada em todos os animais) dos membros da comunidade”. A Defensoria Pública do Estado do Pará, na defesa da comunidade, assim rechaçou este posicionamento: “O mais absurdo e imoral da presente ação é que por meio de preconceituosa e inadmissível prova de realização de ‘EXAME DE DNA’ nos integrantes de comunidade pretendem os AA, geneticamente, determinar se ‘realmente’ há remanescentes de quilombos na comunidade, o que por si só demonstra a pouca seriedade da demanda, e que muito revela o quanto de preconceito nutre a nossa sociedade contra os excluídos, aí incluídos especialmente os negros e seus descendentes, que parece simplesmente que se pode determinar ‘cientificamente’ e ‘geneticamente’ os fatos históricos da luta pela liberdade ou numa genética de homens que já nasceriam determinados a inferioridade e a escravidão, e que, portanto, conservariam em seu patrimônio genético os traços da escravidão imposta pelas leis dos brancos” (TRECCANI, 2006, p.106-107).

As pessoas que compõem um quilombo, não podem ser definidas unicamente por características raciais e biológicas; a sua continuidade cumpre-se, não necessária e exclusivamente por meio da descendência genética dos antepassados. Todavia, existem, por serem fruto de relações e construções sociais, que geram uma identidade de grupo, e com esse entendimento, se assentam na posse e uso em comum do território.

Na essência, esses questionamentos mostram-se como embaraços, construídos em forma de ameaças institucionalizadas e de modo igual pairaram também sobre o território do Boqueirão; assim sendo, não é sem fundamento, que o processo de mapeamento do território, que deveria ter sido realizado pelo INCRA, não avançou.

Diante de tais questões, ainda tão presentes nos territórios quilombolas brasileiros, os movimentos sociais negros, sempre debaterão novas proposições, pois entendem que embora algumas pessoas do mesmo grupo social, não tenham igual origem ou um passado comum, detêm os mesmos direitos de propriedade da terra.

Os movimentos sociais justificam, que dada a razão do tempo de convivência e dos vínculos, sócio afetivos e econômicos construídos com e no território, está materializada a presença da ancestralidade, expressa nas práticas sociais, no compartilhar de crenças e nas formas de territorialidade produzidas. Daí reforça-se a ideia de que os territórios, devam ser vistos, na atualidade, como espaços dinâmicos, de recriações sociais, de inserções, de mobilidade e de trocas culturais. De modo contrário, estariam condicionados a um espaço geográfico isolado, objetificado pela memória oficial. Acredita-se, que até mesmo a

inexistência ou perda de registros escritos, não deve se sobrepor aos sentidos e significados de ocupação de uma comunidade negra, que se sente pertencente ao território construído.

Entretanto, é significativo lembrar, que a promulgação da Constituição de 1988 e a inserção de um dispositivo constitucional (Artigo 68), munido de força jurídica, no sentido de reconhecer a propriedade definitiva das terras aos remanescentes quilombolas, e que obrigou o Estado a emitir os títulos respectivos, causou certa estranheza a uma parcela da sociedade ‘preconceituosa’, que sempre ignorou a importância da participação do povo africano na formação do território brasileiro, e por essa razão, sempre insistiu em preservar uma mentalidade hegemonicamente racista, como também, fez com que a possibilidade de alcance da lei, alargasse a preocupação dos grupos ruralistas, haja vista, que o reconhecimento, produziria dificuldades e entraves aos avanços do capital no campo brasileiro.

Apontadas tantas contradições e irrefutável discriminação no processo de construção e alcance jurídico, viu-se que o caminho a ser tomado pelos movimentos sociais nos anos de 1980, 1990 e nos anos 2000 em diante, seria dar continuidade a luta e ao fortalecimento da mobilização geral, ao se buscar a ampliação das emendas na lei e assim, favorecer os territórios rurais negros em suas diversas origens e especificidades, bem como, pressionar por extensão, a análise e a realização de minuciosa interpretação da categoria quilombo. Treccani (2006), assevera a respeito da redefinição do termo:

[...] o termo ‘quilombo’ deixa de ser considerado unicamente como uma categoria histórica ou uma definição jurídico-formal, para se transformar nas mãos de centenas de comunidades rurais e urbanas, em instrumento de luta pelo reconhecimento de direitos territoriais (TRECCANI, 2006, p.14).

Para os movimentos sociais, a categoria quilombo, precisa urgentemente ser ressignificada, reinterpretada e se faz necessário considerar as particularidades locais, e não de outro modo, ser utilizada para restringir direitos. Em verdade, o conceito deve assumir um novo sentido, de igualdade e inserção social para contemplar à questão agrária quilombola no país.

Mas, no tocante ao movimento de luta do território Boqueirão, em favor das suas demandas, as memórias da comunidade demonstram que a sua dinâmica de organização socioterritorial, ainda que tímida, tem relação direta com a atuação dos líderes comunitários locais. Nesse contexto, destaca-se, que os líderes, desempenham importante papel no movimento, seja ao atuarem na condição de mobilizadores, inspiradores, administradores, coordenadores, conselheiros ou representantes políticos.

Observa-se que as ações e atuações da liderança, foram basilares; tanto para a sua formação, quanto para os avanços do movimento no território. Ademais, compreende-se que o perfil dos líderes influencia decisivamente nos rumos da organização coletiva, afetando sua dinâmica e, conseqüentemente, contribui nos resultados alcançados e nas decisões tomadas.

No trabalho de campo, encontrou-se com o presidente da Associação de Agricultores Familiares do Território do Boqueirão, o Sr. J.B.S., morador nascido no território, pessoa respeitada pelas famílias quilombolas, que vem ao longo dos anos, atuando em prol dos associados, desde que foi constituída a sociedade, em 31 de janeiro de 2004 (Anexo B).

Outro contato importante, foi com um morador conhecido no povoado, por atuar como agente de saúde, sendo peça fundamental no estudo, tanto pela afetividade para com os membros, como também, por conhecer muito bem a localidade. Tornou-se relevante parceiro para os contatos e no acesso ao território, pois com simplicidade e coerência em seus relatos, muito contribuiu, para se encontrar respostas às questões essenciais.

Nota-se, que a convivência e a atividade profissional desenvolvida ao longo dos anos, permitiu ao agente, um relacionamento diário com as famílias, por participar e aprender com o modo de vida simples e com as histórias compartilhadas dentro do território. Isso só fortaleceu a confiança e os vínculos entre os moradores e o servidor público; ainda que, implícito, o agente de saúde exerce importante papel de líder local, com o apoio do presidente da Associação de Agricultores Familiares do Território Boqueirão. No mosaico da Figura 19, são mostrados representantes locais que atuam no Boqueirão.

Figuras 19 - Representantes Locais do Território Boqueirão, o Sr. J.B.S (Presidente da Associação à esquerda) e o Sr. I.N.S. (Agente comunitário de saúde à direita), Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022. (Fotos autorizadas)

Para além do objetivo de representar, defender e reivindicar benefícios junto as autoridades nas três esferas públicas, os líderes do território Boqueirão, sempre buscaram divulgar para a opinião pública, a luta dos quilombolas no Sudoeste da Bahia. Por essa razão, compreende-se, que para a constituição de um movimento social organizado, a liderança se constitui como uma necessidade imprescindível, ao promover a articulação das pessoas, ao estimular discussões pontuais, ao ouvir suas demandas e assim, conduzir suas petições.

Nesse movimento específico, além de dar visibilidade a cultura afro-brasileira, resguardar os vínculos e as tradições locais, que vêm se perdendo ao longo do tempo, os líderes contribuem, especialmente, para a tomada de consciência do grupo, como também para o necessário exercício de sua cidadania.

Reflete-se, que a liderança, no contexto dos movimentos sociais, apresenta-se como um exercício de poder consentido; é uma deliberação ou um acordo de união, entre as pessoas envolvidas, para alcançar seus objetivos, conforme defende Arendt (2001):

[...] o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder', na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome (ARENDR, 2001, p.36).

Arendt (2001), destaca que o poder é alcançado com base no pacto coletivo, e não pela da imposição ou uso de violência. Caso contrário, a conquista do mesmo, deixaria de existir. Num território quilombola, por exemplo, as pessoas que cedem a qualquer tipo de pressão interna ou externa e aceitam coação, assumem uma posição de submissão. É importante que se tenha consciência, que o uso da força física, não gera poder, e sim medo. Poder é conquistar o outro pelo respeito, pela argumentação, sem o emprego da violência e do temor. O discurso político, ao contemplar as necessidades do grupo, torna-se a base para o exercício do poder.

Reconhece-se que a existência de um grupo de pessoas interessadas em uma causa social, é condição elementar para a execução de uma ação coletiva, todavia, pode não ser suficiente. É preciso que outros fatores concorram para que uma mobilização social seja levada a adiante, tais como: a permanência de um grupo organizado, um lugar e um contexto propício, o compartilhamento de uma identidade coletiva e a conscientização tanto dos deveres, quanto dos direitos, especialmente, quando esses últimos, são quase sempre negados. Todavia, quando são legítimas as reivindicações do movimento e as demandas são de interesse comum, a exemplo das necessidades do território Boqueirão, é natural o rápido reconhecimento da

liderança, portanto, nesse exemplo, os encontros participativos se materializam com frequência. Geralmente ocorrem em um espaço central e de fácil acesso, ou acontecem na casa do líder local, mas, para além desses lugares, observa-se, que podem também suceder na igreja, na praça, na sala, na cozinha ou no quintal dos moradores do quilombo; pois o mais importante é reunir, discutir as demandas, organizar as ações e decidir onde e como reivindicar os direitos e as possíveis melhorias.

Outro aspecto a se registrar, diz respeito a importância de uma liderança atuante, madura e combativa, que conduz o movimento social de forma assertiva e de igual modo, a sua fala chega ao grupo, pelo ouvir, pelo aconselhamento e pelo debate desde questões simples a complexas; tudo isso, gera uma tomada de decisão, quanto a melhor estratégia a ser seguida. Enfim, os espaços citados, estão acima de divisões materiais do terreno; constituem, ainda que pequenos, territórios de decisão, contidos no território maior, onde os moradores se encontram e pelem avanços e soluções para os seus problemas.

De acordo os líderes locais, no território Boqueirão os moradores sempre atendem a convocação das lideranças, portanto, se reúnem todo último sábado de cada mês, para serem informados e discutirem as suas necessidades, sobre suas demandas urgentes e a depender da oportunidade, sobre os próximos passos a serem dados na causa. O mosaico da Figura 20, ilustra um em desses momentos de encontro e discussão.

Figura 20 - Reunião da Associação de Agricultores do Território Boqueirão, em 28 de maio. Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em maio de 2022.

É importante que se reflita, que os movimentos sociais democraticamente construídos, mesmo que pequenos, como do território quilombola do Boqueirão, devem ser vistos para além das atividades de protestos, porquanto, como momentos de aprendizagem, que resultem em oportunidades para exercício político e aponte para um caminho de conquistas.

Neste contexto, embora exista, uma longa jornada a ser vencida, não se pode negar que a pressão dos movimentos populares, nas últimas cinco décadas, progrediram nas pautas de interesse dos grupos minoritários; tanto por, ampliar direitos sociais e impulsionar a popularização de um debate nacional, quanto nessa luta específica, por abraçar uma dívida histórica para com as comunidades negras quilombolas, especialmente, no que se refere a propriedade e o domínio legítimo dos seus territórios.

Nos discursos que o movimento negro brasileiro costuma defender, é recorrente a convicção de um compromisso que a sociedade brasileira deva ter, para com os remanescentes quilombolas; em justa razão, ao reforçar, inegável contribuição social, política, econômica e cultural dos ancestrais, na formação do território nacional e em particular, é também, uma legítima tentativa de reparar ou ao menos, amenizar as consequências geradas aos descendentes, pela imposição do regime da escravidão sofrido. Esses parecem ter sido, fortes argumentos, no transcurso dos debates e na construção do referido artigo, da Constituição de 1988.

A história do Brasil revela, também, que a mobilização social é um dos meios fundamentais, pelas quais a população, inconformada, vai às ruas para denunciar contradições, reivindicar melhores condições de sobrevivência; cobrar mudanças nas leis e até mesmo buscar a inserção de emendas de alcance popular; sendo que, muitas delas foram elaboradas, com apoio das associações comunitárias, dos sindicatos dos trabalhadores, dos movimentos indígenas e negros, dos movimentos feministas, estudantis, dentre outros.

O que consta hoje do texto constitucional, no que se refere ao reconhecimento do direito dos territórios quilombolas, é resultado desse movimento social reivindicatório, que denunciou(a) graves e contínuos problemas sociais no país e ainda cobrou(a) a construção de uma Constituição mais cidadã, mais democrática; além de explicitar a grande insatisfação da população afrodescendente, por ser ignorada, dentro um projeto político racista, que continuaria firmado na “passividade” da população; contudo, os movimentos sociais negros, por exemplo, deram continuidade na luta dos antepassados, ao reivindicarem a transformação dessa realidade perversa, que violou(a) os direitos fundamentais de grande parte da população remanescente.

Gomes (2013), confirma a importância histórica dos movimentos sociais negros, mas, sobretudo, reflete sobre a necessidade de articulação entre os conceitos de raça e terra para estruturação do território brasileiro e o combate ao racismo:

[...] a atuação dos movimentos sociais negros foi fundamental para a viabilização dessa luta e para a denúncia de que a questão quilombola está vinculada a dois grandes desafios ao processo de aprofundamento democrático no Brasil: a superação do racismo e o modo como as terras foram distribuídas no país, gerando grandes desigualdades no modo de acesso a elas. Isso nos remete à necessidade de compreensão de como raça e terra estão articuladas ao modo de estruturação do Brasil, o que causou um déficit de extensão da cidadania ao conjunto da população brasileira e ao desenvolvimento de formas perversas de racismo (GOMES, 2013, p. 306).

Via de regra, os movimentos sociais negros trouxeram significativas contribuições sobre muitos aspectos no debate nacional; ao ultrapassarem a visão atrasada do conceito de quilombo, no sentido de “descoberta geográfica”; ao vencerem a ideia de área delimitada, habitada por descendentes de escravizados e isolada no espaço e no tempo e, ao incentivarem, ao longo das últimas décadas, o aumento da pesquisa e da produção intelectual sobre o tema; seja pela criação de novos espaços de diálogo ou pela qualificação dos já existentes.

Os movimentos sociais foram assim construídos, mediante a tomada de consciência coletiva quanto ao projeto político de exclusão de governos e quanto às novas formas de opressão racial e de gênero que se estabeleceram. Se formaram com o convencimento dos grupos sociais, quanto a existência de uma organização planejada e desarmônica do espaço. Expandiram a luta social, por compreenderem que o modo de produção capitalista promove um desenvolvimento desigual e combinado, intencionando produzir novos mecanismos de exploração, obtenção exacerbada de lucro e contínuas práticas de injustiça social. Os movimentos sociais avançam, à medida que os participantes têm ciência da posição e da função que o trabalhador ocupa no processo histórico da luta de classes.

É a partir desta concepção, que se compreende que a união do grupo com uma liderança atuante, faz diferença; produz conquistas e posto assim, constroem as memórias combativas dos movimentos de luta.

4.3 O que as memórias revelam sobre as práticas sociais, os saberes e o conhecimento popular: a construção do território (i)material

As práticas sociais, as representações subjetivas e os saberes em um quilombo, resultam do processo histórico-social de sua construção. Compreendê-lo como um território, significa não o ver apenas como espaço de relações produtivas, mas como um espaço de práticas da existência humana. Concorde-se com Haesbaert (2006), que essas dimensões contribuem para a organização e para a formação do território, haja vista, que “O território envolve sempre,

ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico, [...] sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação [...])” (HAESBAERT, 2006, p.94).

Ao seguir nessa direção, contudo, distantes dos rótulos e preconceitos que tipificam e maltratam a população negra, não se pode negar que os territórios quilombolas, além de existirem como espaços produtivos e de sobrevivência, em sua essência, constituem-se, na mesma medida, como territórios imateriais, entrelaçados de diversos elementos subjetivos. Logo, são espaços constituídos por relações de sociabilidade, mas também estão conectados ou unidos por práticas culturais ancestrais.

Ao passo que nos espaços urbanos crescem os eventos artísticos, os shows com bandas musicais, as festas de rua com uso de som eletrônico, as comemorações privativas, a multiplicidade de modas e tendências musicais importadas e, por consequência, o aumento do número de jovens envolvidos, nota-se, de outro modo, a redução das manifestações culturais de origem étnica nos territórios rurais. Para o professor Marcos Antônio Cardoso (2006), da PUC Minas Gerais, os avanços da cultura urbana influenciam e interferem na forma de ser e viver da população negra, especialmente a que mora no campo; pior, para o ativista, representam novos mecanismos de segregação e de avanço do racismo.

A segregação racial do espaço urbano é uma das mais sofisticadas armadilhas do racismo e configura-se como uma estratégia perversa de exclusão da população negra dos bens culturais e sociais, da riqueza e do desenvolvimento[...] (CARDOSO, 2006, p.13).

Pouco a pouco, os remanescentes são envolvidos pela progressiva força da cultura urbana e de forma inconsciente afastam-se das tradições e costumes ancestrais, em particular os quilombolas mais jovens. Não que se faça aqui, uma crítica ou juízo de valor quanto a impossibilidade de compartilhar culturas diferentes, todavia, entende-se que não se deve destruir uma, para que a outra se ache, ‘se imponha’.

Mas, no território Boqueirão, a exemplo, as famílias apontam que os mais jovens “[...] só querem saber de televisão e de internet” e que os festejos tradicionais e alguns costumes, relacionados à cultura negra, “tão acabando”; “quase não tem mais” (Relatos de membros do quilombo, abril de 2022). Apesar disso, alguns moradores mais antigos, compartilharam que tempos atrás, os pais levavam os filhos para serem benzidos, e por ser difícil o acesso aos remédios de farmácia, era mais comum o uso de ervas e de raízes, lembram ainda, que as pessoas em noite de lua cheia, costumavam se reunir para contar ‘causos’, e, às vezes, usavam

o tempo vago, para cantar cantigas de roda e se lembrarem das histórias deixadas pelos ascendentes que já se foram.

Rememoram que em uma ‘outra época’, a saúde das pessoas no quilombo ‘estava nas mãos’ das benzedadeiras ou rezadeiras, haja vista, que em povoados e cidades mais distantes, onde a disponibilidade de médicos e postos era mais escassa, como no território em questão, ela exercia papel importante, de auxiliar na cura de muitos males e algumas, até partos realizavam. Geralmente os pais recorrem(riam) a ela quando as crianças apresentam(vam) ‘chiado no peito’ (tosse), ‘espinhela caída’, (fraqueza, febre, desânimo) ou quando os adultos se sentem(iam) prostrados, apresentando bocejos ininterruptos, com dores pelo corpo, desanimados e/ou com insônia. Acreditam(vam) os mais velhos, que todos esses sintomas e sinais poderiam ser gerados de ‘quebranto ou mau-olhado’, (energias negativas); logo, as rezadeiras eram lembradas para afastar o mal, resolver a desarmonia familiar, eliminar as energias ruins, trazer as boas e assim, promover ‘cura’ e o equilíbrio para família e para todo o lar.

Neste universo (i)material, alguns detalhes da prática se mostram interessantes: o primeiro é que o conceito de ‘benzer’ está ligado a ‘bendizer’ a alguém ou a algo; o segundo, demonstra a existência de formas pessoais de realização do costume, pois algumas rezadeiras utilizam um ramo ou ervas específicas, sendo muito comum o uso dos galhos de arruda, de lavanda, de hortelã ou de manjerição; outras somente um terço cristão (artigo religioso católico); e algumas benzedadeiras utilizam um pequeno corte de tecido que costuram durante a reza, ou simplesmente usam a imposição das mãos, sendo este último, um ritual muito comum às religiões evangélica, católica e espírita. Por fim, quando as experiências da enfermidade, do mal-estar, da dor ou do sofrimento são vencidas, logo, dão lugar a gratidão, pelo favor concedido pelas benzedadeiras. Se forma, assim, a sensação do reestabelecimento, do entusiasmo e paz espiritual nas famílias.

Esse conhecimento (i)material, herdado dos tempos coloniais, atravessou gerações, visto que as benzedadeiras foram ensinadas pela mãe, pela avó e por alguém antes delas. A prática está assentada em princípios de solidariedade, auxílio, socorro, irmandade e com forte ligação com o divino. Por meio de gestos simples, qualquer pessoa do território pode recebê-lo, da mesma forma que animais domésticos, objetos e lugares, visto que o propósito da prática espiritual é proteger e abençoar. Outra característica, é que é geralmente realizada de forma gratuita, embora, as pessoas contribuam com algum meio de pagamento.

Nos relatos dos moradores, observou-se que o alívio promovido pelas benzedadeiras, é gerado sob o efeito da fé, das orações, do desejo de fazer o bem e da conexão com uma força

espiritual sobre quem precisa. Para a comunidade, o ato só tem êxito se a pessoa desejar receber a prática espiritual, no entanto, ela não precisa compartilhar da mesma religião. Quanto ao rito, cada benzedeira desenvolve e adquire do seu jeito, ao ler fontes religiosas, ao compartilhar conhecimentos como outros raizeiros e ao compreender o melhor uso das ervas e das raízes. Dessa maneira, a prática apresenta-se como um diálogo que se estabelece entre os homens e a divindade. Acredita-se que o costume de rezar ou benzer é uma forma de unidade, de doação, de cuidado fraternal ao desejar o bem ao outro, dentro do território em comum.

Em campo, perguntou-se, também, sobre a existência de rodas de dança no território, mas, as repostas dos moradores sempre apontavam que não, e que um tempo atrás a prática cultural era realizada geralmente pelas mulheres. Uma tradição que ficou no passado, “Ficou para trás[...]”, “Os jovens não sabem como continuar[...]”, “O povo não se interessa mais[...]” e “O local da ciranda de roda é o terreiro.” sinaliza o morador do quilombo (Relatos de moradores do quilombo, em abril 2022).

Alguns membros mais antigos, evocam das suas memórias, que os dançarinos faziam um círculo e uma pessoa ou um par dançavam no centro. Conforme o relato, as expressões corporais simulavam abraços, como se as pessoas de dentro da roda intencionassem abraçar alguém, enquanto os outros giravam a sua volta e batiam palmas, acompanhando os instrumentos musicais. Os participantes entoavam a cantiga e um dos membros, que prontamente ouvia a cantoria, a repetia, porém, num volume mais alto, para que os demais pudessem cantar juntos, em um mesmo tom e ritmo.

As percepções que se teve, quanto a essa bonita representação é de uma imagem composta de homens e mulheres livres, dançando, sorrindo e batendo palmas, seguindo a conformidade de uma ciranda em movimento e sentindo a força da vida entoada na harmonia dos versos, às vezes improvisados. De outro modo, face à nova ordem político-econômica, nutre-se a sensação de perda simbólica, de empobrecimento cultural, de quase não se ter mais espaços de arte negra genuína; sensação de uma descontinuidade histórica.

Para Pollak (1992), “[...] a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (p. 200).

Contudo, observa-se que os quilombolas são um povo alegre, gostam tanto de música, quanto de danças. A cantoria está quase sempre presente no cotidiano, quer seja no trabalho que envolve o plantio e a colheita ou nas festividades pagãs ou religiosas.

No quilombo Boqueirão o calendário de festas se inicia em janeiro, com a missa e os cultos evangélicos em celebração ao ano que se inicia, juntamente o reisado, uma festa alusiva ao Natal, sendo realizado nas casas durante a noite, quando os manifestantes, tocam e cantam

despertando as famílias e solicitando ofertas, todavia no quilombo Boqueirão, ocasionalmente acontece. Segue o ano com as programações da semana santa, no mês de abril e com atividades cristãs no templo, com procissões e representações religiosas em áreas abertas, especialmente no distrito de José Gonçalves, que fazem referência a data. Durante o mês junho retoma-se, com força, os festejos, e seguindo para o Natal; mas, em meio a essas datas expressivas, são homenageados outros santos católicos, como imaculada Conceição e o dia de Finados.

Registra-se uma forte relação entre o território quilombola e a igreja católica. O fato dessas aproximações, fez com que boa parte das famílias se relacionasse diretamente com o catolicismo, ainda que o segmento evangélico venha aumentando no território, de acordo com os membros. De todo modo, percebe-se, que há uma tendência ao apagamento de traços das religiões de matrizes africanas, pois mesmo, se tratando de um território quilombola, as famílias não fizeram menções ou compartilhamentos, acerca de práticas ou experiências relacionadas a terreiros de umbanda e/ou de candomblé ou a manifestações artísticas com o uso de tambores. Não, que as práticas de raízes africanas inexistem no território, porém os silenciamentos podem ter sido gerados por motivos de discriminação, intolerância religiosa e/ou forte influência das religiões citadas. Desse modo, não sendo a intenção da pesquisa aprofundar ou discutir sobre as opções religiosas dos membros, respeitou-se a espontaneidade e direcionamento das falas dos entrevistados. Todavia, como em qualquer território, compreende-se que não se pode desmerecer nenhuma religião, mas compreender que, como os demais elementos que compõem a cultura de um povo, a religião deveria constituir como meio integrador de todas as manifestações e conteúdos vindos de origens diferentes.

Pollak (1989), ao analisar a memória como: “essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (p.7), e que se apresenta como tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento, adverte, que tais elementos (partidos, igrejas, religiões, famílias), podem também, estabelecer fronteiras sociais entre coletividades diferentes. O autor ressalta, que esses elementos de referência ao passado, servem para manter a coesão e reciprocidade dos grupos, mas, de outro modo, podem se apresentar como formas de separação, de conflitos, a exemplo das religiões.

Assim, o conjunto de aspectos apresentados nos encontros coletivos, como os valores, os saberes, as memórias, as práticas culturais e religiosas nos fazem compreender, que além da subjetividade envolvida, também se produz no imaginário das pessoas, um território construído por experiências sociais, onde são estabelecidos compartilhamentos, apropriações, acomodações, diferenças, medos, hierarquias e relações de poder.

Mas, de modo geral, as festas são celebrações ou um conjunto de práticas simbólicas cercadas por costumes e tradições e que historicamente acontecem nas mais diversas sociedades. Apresentam-se como momentos de demonstração de valores dos grupos que as realizam, falam de sociabilidade e de organização social. Para Perez (2002), as festividades são como encontros bons no tempo e no espaço, para se pensar sobre os fundamentos dos vínculos coletivos, pois nelas que se interligam elementos do comer, do beber, do alegrar-se, do partilhar e até mesmo de produção da vida. Os pesquisadores⁵⁶ Maria Cristina Carponero e Edson Leite (2010), aprofundam o conceito:

Independentemente de suas origens, as festas são verdadeiras encenações a céu aberto que têm como cenário as ruas e praças públicas das cidades. As festas possuem características únicas, por estarem associadas à civilidade, por reviverem lutas, batalhas e conquistas, homenagearem heróis, personalidades e mitos. Podem estar associadas à religiosidade como acontece com as festas litúrgicas ou em louvor aos santos, principalmente em louvor aos santos padroeiros de cada localidade; podem estar ligadas aos ciclos do calendário para comemorar os momentos importantes da vida cotidiana, como no caso das festas de colheitas ou festas da culinária; podem ser festas folclóricas que recriam algo que ficou na memória coletiva; podem ser festas étnicas por expressarem a tradição cultural das comunidades de imigrantes, sobretudo europeias ou podem, ainda, ser festas do peão, tão difundidas no interior do país. Lanternari afirma que não existe sociedade humana sem festa. A festa é um ‘espelho no qual o ser humano se reflete, buscando, respostas para sua condição de precariedade frente à vida (CARPONERO; LEITE, 2010, p.100-101).

As festas juninas, por exemplo, ao envolver três santos católicos, Santo Antônio, São João e São Pedro, fortalecem os laços de sociabilidade entre os membros do próprio quilombo Boqueirão e desses com os moradores de outros povoados como Algodão, Ursa, Lagoa da Pedra e até José Gonçalves, mais distante. Com a intenção de se juntar em torno da tradicional fogueira e festejar, são oportunos os convites para compartilhar da presença dos familiares e dos conhecidos, como também das comidas típicas como o milho assado e cozido, a pamonha, a canjica, o angu, o bolo de milho e o de puba (feito com massa de mandioca fermentada); das bebidas artesanais (a cachaça com ervas, gengibre e o licor de jenipapo), entre outras; enfim, momento de partilhar das danças, do forró e especialmente da alegria de poderem estar juntos numa noite de celebração. Junho representa um período agrícola produtivo e muito festivo para os que praticam a religião católica, por isso, é ansiosamente esperado pelas pessoas que vivem

⁵⁶Mestre em Comunicação e Cultura e em Estética e História da Arte pela Universidade de São Paulo e doutoranda em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Livre-docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades e do Programa de Pós-Graduação Inter unidades em Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo.

no campo; demonstra que o aceno ou o convite, pode ser retribuído em outras festividades pela região, durante todo o mês, conforme demonstra a Figura 21.

Rememora-se ainda, que nesse período de homenagens aos santos católicos, alguns moradores relatam (e até sorriem), por serem datas propícias a realização de simpatias, a exemplo de pedir namorado, de se livrar de verrugas, afastar a inveja, combinar laços de apadrinhamento e os mais supersticiosos, acreditam que o acender da fogueira, representa um ritual de proteção e prolongamento de mais um ano de vida.

Nesse sentido, também se orgulham da coragem de alguns membros, de saltarem ou andarem sobre as brasas, visto que o ritual, representa uma forma de pagar penitência ou realizar autossacrifício; tudo isso, são, sobretudo, símbolos da crença e da devoção de um povo, contudo, conforme os mais velhos, os tempos passaram, os jovens não mais praticam e não darão continuidade.

Figura 21 - Reunião de moradores da região de José Gonçalves em festa junina, em 23 de junho de 2018. Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte:<https://www.pmvc.ba.gov.br/sao-joao-em-jose-goncalves-tradicoes-sao-mantidas>. Maio de 2022.

Neste contexto de celebração, gesta um movimento participativo e um envolvimento de dentro do território quilombola, pois antes mesmo da festividade acontecer, há o planejamento e as ações solidárias, em que os líderes religiosos ou locais convocam os moradores para ajudarem a preparar os cultos ou as missas, os bailes, a arrumação da igreja, do salão ou do espaço aberto, para compartilharem o rito religioso e o encontro entre as famílias.

Não há espaço para as diferenças, permanece vivo o cooperativismo por meio dos mutirões, como destaca o antropólogo Néstor García Canclini⁵⁷ (2006):

As festas servem como lugar de cumplicidade[...]. Mesmo no caso em que as comemorações não consagram a apropriação dos bens de outros povos, ocultam a heterogeneidade e as divisões dos homens representados. É raro que um ritual aluda de forma aberta aos conflitos entre etnias, classes e grupos. A história de todas as sociedades mostra os ritos como dispositivos para neutralizar a heterogeneidade, reproduzir autoritariamente a ordem e as diferenças sociais. O rito se distingue de outras práticas porque não é discutido, não pode ser mudado nem realizado pela metade. É realizado, e então ratificamos nossa participação em uma ordem, ou é transgredido e ficamos excluídos, de fora da comunidade e da comunhão (CANCLINI, 2006, p.191).

Tendo em conta a sociabilidade que acontece nas festas, compreende-se que tais momentos festivos definem identidades; construídas na inter-relação entre o tradicional e o moderno. Expressam, simultaneamente, dimensões sociais e culturais que se opõem e se complementam: o rural e o urbano, o jovem e o idoso, o trabalho e o lazer, o profano e o religioso, o plantio e a colheita, o tempo de fartura e o tempo de carência.

Entende-se que, se de um modo, as celebrações nos territórios quilombolas estimulam a memória, ligam o ‘presente’ com o ‘passado’ e exprimem a unidade e a integração do grupo, de outro, podem revelar mudanças culturais, que os influenciaram ao longo do tempo. Por isso temos de recorrer a uma forma de percepção das práticas sociais, com vistas, a não reduzir da realidade, àquilo que concretamente existe, mas sim, assimilar existências suprimidas, silenciadas ou marginalizadas, além das manifestações subjetivas, que pouco a pouco, vão desaparecendo do imaginário dos descendentes quilombolas.

Para além das festas dentro do território, existem outras formas de diversão, que inclui o futebol praticado pelos mais jovens, em sua maioria pelos meninos e em ocasiões especiais, pelas meninas; o campinho, é mais um espaço social da prática do esporte, dos compartilhamentos e das vivências. Outros meios de divertimento além da TV e do rádio, são os grupos de dominó, que formam rodas de conversa, de piadas e às vezes de cantorias, quando ocasionalmente aparece um violão. Nesses encontros, as memórias imediatas são exercitadas, pois há sempre uma história para se lembrar e para contar em meio ao passatempo. No entanto, observa-se que as tradições, os costumes e as práticas sociais que fortalecem a etnicidade

⁵⁸Néstor García Canclini é um antropólogo argentino contemporâneo. O foco de seu trabalho é a pós-modernidade e a cultura a partir de ponto de vista latino-americano. É considerado um dos maiores investigadores em comunicação, estudos culturais e sociologia da América Latina.

quilombola e que poderiam ser vivências do cotidiano, ou seja, deveriam ser manifestas naturalmente, não têm sido incorporadas na percepção dos remanescentes.

É importante esclarecer, que a nossa compreensão quanto ao conceito de cotidiano, supera a ideia de espaço de mera repetição ou recorrência. Para Ferraço (2001), o cotidiano foi delineando por paradigmas tradicionais, como uma dimensão ou espaço de repetição, de obviedade, o que talvez explique a ideia assentada por outros pensadores, de que o cotidiano se resume ao espaço do senso comum. No entanto, se compreende como espaço que supera as meras ‘reprises’, uma dimensão de invenção e reinvenção. Assim, por exemplo, se concebe o cotidiano de um território quilombola como um conjunto de atividades objetivas e subjetivas desenvolvidas por essas pessoas em seu dia-a-dia, porém, em constante movimento e interação, contrapondo-se ao modelo de história linear. Dessa forma, concorda-se também com a posição de Oliveira (2003), que entende que o cotidiano é o espaço tempo no qual e através do qual, além de se forjar os processos de identificação, são tecidas as redes de subjetividades; e com Santos (2005), ao acrescentar que essa dinâmica do cotidiano acontece, em função dos múltiplos conhecimentos, valores e experiências com os quais se convive.

No quilombo, ainda que, sob influências externas, sentir e abraçar as vivências que compartilham costumes ancestrais e/ou hábitos culturais do ‘passado’, é experienciar e reinventar o cotidiano. Nesse processo, práticas e tradições deveriam ser reelaboradas e ressignificadas, voltando a fazer parte do contexto de territórios tradicionais, remetendo a memórias construídas, fruto de uma herança cultural para se ter orgulho, do contrário será negada ou simplesmente apagada; cimentada no ‘passado’.

Sobre isso, a Constituição Federal, ao garantir direitos aos povos tradicionais, deveria constar em texto, a necessidade de se fortalecer e até provocar nos territórios de remanescentes a precisão de reorganizar seus símbolos e manifestações culturais, para reforçar a luta, acrescentar às suas reivindicações e porque não, demarcar espaços de sua existência. De acordo com Leite (2000), as tentativas de apagamento histórico, produziram a invisibilidade dos quilombolas e dos saberes, afetando diretamente no reconhecimento e na independência da população negra, causando-lhes danos materiais e imateriais consideráveis e permanentes; essa situação histórica demonstra que o enfraquecimento das práticas sociais não é natural, mas foi planejado pelos grupos dominantes.

Cabe lembrar, que as manifestações e expressões culturais dos territórios quilombolas no Brasil, só foram reconhecidas ou popularizadas com o processo de folclorização da cultura de popular, na segunda metade do século passado, no qual, infelizmente, camuflou a história e estereotipou a cultura negra até mesmo nas escolas.

Dessa forma, reforça-se a ideia, com o posicionamento de Leite (2000), que o projeto político de invisibilidade dos quilombos, dificultou enxergar para além das práticas socioculturais (especialmente as genuínas), visto que, em sua essência, também demonstram mais que a aparência artística, podem expressar sentimentos coletivos de contentamento, de medo, de alegria, de rancor ou de tristeza dos remanescentes. A insensibilidade da sociedade quanto a importância das expressividades simbólicas, só reforça o racismo e ainda fortalece a desterritorialização cultural de um povo. A autora Maria de Lourdes Bandeira (1991), no artigo “Terras negras: invisibilidade expropriadora”, assevera sobre a questão:

[...] Transitando entre o faz de conta da brincadeira e a formação política, a cultura de folclorização do negro atinge-o enquanto agente social e atinge suas práticas culturais. Por ter livre curso no processo de educação e no processo mais amplo de socialização, a folclorização é também um poderoso mecanismo de desqualificação do negro, neste caso ela caminha ao lado da estereotipação como mecanismos básicos para o fortalecimento do mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento [...] (BANDEIRA, 1991, p.12).

Concorda-se também com Canclini (2006), quando o autor faz um comparativo entre o que a sociedade considera arcaico e os objetivos ditados pela cultura emergente:

[...] O arcaico é o que pertence ao passado e é reconhecido como tal por aqueles que hoje o revivem, quase sempre ‘de um modo deliberadamente especializado’. Ao contrário, o residual formou-se no passado, mas ainda se encontra em atividade dentro dos processos culturais. O emergente designa os novos significados e valores, novas práticas e relações sociais [...] (CANCLINI, 2006, p.198).

Com essa compreensão, mas, sem desprezar alguns avanços, infere-se que as manifestações culturais negras (genuínas), ou estão sendo apagadas ou sendo mantidas (contidas) nos territórios quilombolas, todavia, quando visíveis, são folclorizadas nos carnavais ou na mídia, como um produto a ser comercializado. Para o padrão hegemônico, as manifestações e saberes devem ser moldados ao que se considera arcaico ou obsoleto, logo, para os mesmos, são culturas consideradas menos eficazes ao modelo, haja vista, que ainda não recuperaram a importância histórica e o valor de seus significados. Foram desprezadas porque o sistema não conseguiu articular ou inseri-la no modelo de produção e de consumo dos novos tempos; atestam o lado destrutivo do capital, portanto, se constituem como uma ameaça que deve ser combatida.

Todavia, para além das relações de poder, não se pode negar que a riqueza das práticas sociais, reveladas na construção do cotidiano, nas trocas culturais, nas festas dos santos, nas manifestações simbólicas e nas profundas relações de religiosidade, são cercadas de aprendizados e vivências compartilhadas, ao promoverem dicotomias entre o concreto e o espiritual. Somadas a outras formas de resistência, as práticas socioculturais representam sentimentos, emoções e valorosas realizações humanas, que alicerçam os territórios quilombolas, reavivam e promovem a coexistência dos remanescentes, ao conviverem nas dimensões do quilombo material e imaterial.

4.4 A sobrevivência do quilombo entre permanências e rupturas

Refutando-se a concepção colonial, de que os quilombos eram espaços clandestinos, destinados a ser esconderijo de foragidos, insubordinados a ordem vigente; em verdade, e conforme já abordado anteriormente, compreende-se que os mesmos, sempre foram territórios legais, desde antes e após a abolição da escravidão. Os quilombos contemporâneos evoluíram em estrutura física, e até passaram a ser vistos por alguns segmentos, como extensões ou bairros rurais, mas, em sua essência, prevalecem firmados como territórios negros de resistência, onde os grupos constroem contínuas estratégias de sobrevivência, pois na incansável luta por direitos e por reconhecimento da terra, as comunidades negras camponesas sofrem em seu percurso, rupturas, todavia, para existir, se refazem, sob novas formas de permanência.

4.4.1 As ameaças de ruptura

Como já visto, durante muito tempo no Brasil, as idealizações da ciência e as percepções da sociedade, sobre os territórios quilombolas, ficaram limitados ou aprisionados a noções de lugar isolado; de grupo étnico, com exclusiva descendência biológica africana ou de referência imaterial, tombada pelo patrimônio histórico cultural.

Mas, a partir da segunda metade do século XX, especialmente após a inserção do artigo 68 da Constituição Federal de 1988, resultado das reivindicações e lutas encabeçadas pelos movimentos sociais, a exemplo do Movimento Negro Unificado (MNU), os estudos sobre essa realidade social, vem amadurecendo e já apresentam outra concepção, mais humanizada e realista, ao compreenderem a importância da formação territorial dos quilombos, construída no modo de vida peculiar dos grupos, como também, pelas práticas sociais coletivas; haja vista, o grande número de territórios espalhados pelo Brasil, com regras, vivências e existências diferentes. Posto isso, as novas abordagens, apontam para a produção de conhecimentos mais

aprofundados e críticos, ao identificarem aspectos e desafios inseridos na trajetória dos territórios remanescentes, e especialmente por identificarem questões e ações ao longo da história dos quilombos, que tentam romper com o seu modo de produção e reprodução social e econômica.

Para além dos desafios de sobrevivência diária, já destacados anteriormente, a história territorial dos quilombos confirma, que sempre existiram ameaças de ruptura ou mecanismos políticos de rompimento, de violação de direitos, e de tentativas de descontinuidade desses territórios.

Um dos primeiros mecanismos, se deu, desde o período do Brasil colonial e na fase imperial, porque os territórios quilombolas, vistos como espaços de fortalecimento grupal e de resistência, foram combatidos e “institucionalizados” pelo Estado brasileiro, pois na condição de territórios discriminados, tidos como ilegais, foram considerados proibidos, por contrariarem diretamente os interesses dos senhores de engenho e dos proprietários de terras, além de atrapalharem o mercado lucrativo dos traficantes e comerciantes de escravos. Portanto, afrontavam o modelo político-econômico escravista implementado pelo capitalismo mercantilista da época.

De acordo Moura (1993), percebe-se que o processo de divisão da sociedade em classes de senhores e de escravos, criou um conflito social, entre o grupo de oprimidos e o grupo de opressores. Essa realidade gerou uma grave ruptura, com consequências vistas até hoje, pois baseado nessa contradição, os grupos dominantes produziram um mecanismo ideológico de dominação, que estimulou e disseminou o racismo histórico no Brasil, ao afirmarem que os escravos, por serem negros, eram inferiores, e, por serem inferiores, eram passíveis de serem escravizados. Tamanho absurdo, que ainda se mantêm vivo, mesmo que de forma sutil, ou às vezes explícito nos livros, nos filmes, no trabalho, nas ruas e nas relações interpessoais cotidianas.

Mais adiante, em meados do século XIX, outra questão que inquietava os donos de terra, foi a implementação da Lei de Terras (BRASIL, 1850), aprovada em 18 de setembro de 1850, e que foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada rural no Brasil. Mas, conforme Oliveira (2007) e Gomes (2015), na verdade, a lei contribuiu para preservar a péssima estrutura fundiária no país e privilegiar velhos fazendeiros, haja vista, que as melhores e maiores extensões de terras, foram concentradas e favoreceram prioritariamente antigos latifundiários e seus herdeiros. Outro objetivo da lei, foi dificultar o acesso à terra, pelos povos libertos do trabalho escravo, fora o temor dos fazendeiros, quanto a ocupação de áreas

devolutas, o que, conseqüentemente, traria a formação e multiplicação de mais quilombos pelo país.

Trinta e oito anos depois, com a abolição da escravidão no Brasil, por meio da Lei 3.353, conhecida por Lei Áurea (BRASIL, 1888), as oligarquias rurais, ainda que resistentes, foram obrigadas a substituir a força de trabalho escrava. Todavia, a referida Lei, não previa nenhuma ação sócio produtiva, no sentido de amparar ou incluir os trabalhadores libertos. Somam-se, portanto, novos mecanismos políticos, objetivando travar e impedir a reprodução dos territórios de luta. Sobre essa situação Oliveira (2007), ressalta:

Isto quer dizer que, no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Este processo, que teve sua origem na escravidão, vem sendo cada vez mais consolidado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei da Terra e o final da escravidão. Mas, foi na segunda metade do século XX que esta fusão se ampliou significativamente (OLIVEIRA, 2007, p.131).

O resultado, é que nos primeiros anos pós-abolição, mesmo sem destino certo, os trabalhadores livres e vulneráveis, tomaram rumos diferentes; e esses anos foram marcados por intensos movimentos migratórios. Muitos grupos familiares se abrigaram em quilombos nos arredores, outros se agruparam e formaram territórios rurais e/ou urbanos, num constante movimento de territorialização, (des)territorialização e (re)territorialização.

Ao discutir sobre essa questão, Haesbaert (2006), defende que o processo de desterritorialização torna-se um mito, pois sempre que essa dinâmica ocorre, mesmo em tempos atrás, há ao mesmo tempo, em resposta, processos de reconfiguração territorial. Isto é, na medida em que grupos abandonam ou são forçados a saírem do seu território, acontecem novos processos de territorialização, pois esses mesmos grupos passam a ocupar novos recortes territoriais, ocorrendo assim, um processo de reterritorialização. Com isso, constituem-se novos elos com o local onde se inserem ou foram inseridos, construindo novas territorialidades.

Saquet (2003), esclarece que nesse processo migratório forçado, para um novo território, os elementos principais ou originais que compuseram a territorialização inicial, também são levados no processo de desterritorialização, pois mesmo que aconteçam perdas, poderá ocorrer reconstrução de identidades, mudanças nas relações de poder, construção de novas relações sociais e culturais, e novos alinhamentos, que de certa forma, são os elementos reterritorializados. Todavia, Souza (2008), adverte que tal processo tem a relação com o desenraizamento de indivíduos e grupos; pode implicar na privação do acesso a recursos e a

riqueza (i)material, desfaz os laços afetivos construídos com/ no território; é um processo que envolve relações de poder.

Na atualidade, novas tentativas de ruptura, dentro da mesma lógica capitalista contraditória e combinada, renovam as permanentes ameaças, por meio de acirramentos e relações de disputa, e obrigam os territórios quilombolas camponeses, resistirem as coações de grandes corporações, pressões do agronegócio, de latifundiários, e até de órgãos do governo, que em muitas situações, buscam atender somente aos interesses desses agentes externos.

Outra ameaça a continuidade dos remanescentes do Boqueirão, a exemplo, refere-se a questão da mobilidade forçada, pois como se verificou, as famílias do território, vivem em condições sociais de pobreza, e algumas famílias, em situação de extrema pobreza, sobretudo, no que diz respeito a dificuldades para sobreviver apenas do trabalho na terra; e como já abordado em seção anterior, não é incomum, os quilombolas mais jovens sem alternativas, se verem obrigados a mudar do território e venderem a sua força de trabalho na cidade ou nas demais localidades do entorno. É nessa condição de sujeição, que os trabalhadores do campo, se submetem ao assalariamento e outras formas de trabalho precarizado, que de modo geral, são atividades temporárias, com ganhos menores, desprovidas de condições de segurança, higiene, salubridade e demais direitos trabalhistas.

Mais recentemente, em 2018, na esfera federal, novos entraves foram apontados, em documento⁵⁸, por procuradores e analistas que acompanham as políticas de reconhecimento de direitos territoriais de comunidade quilombolas pelo Brasil. Foram identificados novos obstáculos, tais como: a reforma ministerial⁵⁹ promovida pelo ex-presidente Michel Temer, que ao assumir o Governo Federal, em 31 de agosto de 2016, intencionalmente, deslocou o SEPPIR⁶⁰ e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNAPIR), sendo ambos, absorvidos pelo Ministério da Justiça e Cidadania. Juntamente com essa movimentação administrativa, o INCRA e cinco Secretarias do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foram direcionados para o Gabinete da Casa Civil da Presidência da República, centralizando e subordinando a administração das políticas de reforma agrária, promoção do desenvolvimento

⁵⁸Manual de Atuação no Reconhecimento de Direitos Territoriais de Comunidade Quilombolas de 2018. Disponível também em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao>>.

⁵⁹Decreto nº 8.865, de 29/9/2016, que desloca o Incra e cinco Secretarias do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o Gabinete a Casa Civil da Presidência da República.

⁶⁰A Seppir foi criada em 2003, pela Lei nº 12.288/2010, como secretaria especial, e como órgão de assessoramento direto ao presidente da República. Pela Lei nº 12.314/2010, passou a ter status de ministério ao fortalecer os objetivos de inserção e discussão das questões relacionadas à população negra, de incentivar políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, de enfrentar o racismo e de criar mecanismos de acesso da população negra às diversas esferas da vida social.

sustentável da agricultura familiar e delimitação das terras dos remanescentes dos quilombos. Em seguida, outras medidas deram continuidade ao desmonte da política de governo anterior, como a redução dos recursos empenhados para o custeio das ações destinadas à regularização de terras; como também, foi caracterizada a ineficiência da aplicação dos recursos, agravado pela falta de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) e pela ausência de pagamento indenizatórios a ocupantes considerados de boa-fé. E nem se abordou, quanto aos atrasos nos numerosos processos já encaminhados.

Essa conjuntura cruel, que se arrasta desde o período colonial, vem contribuindo para um processo histórico de concentração de terras rurais, nas mãos de poucas famílias e de alguns grupos empresariais, e desse modo, só faz crescer a raiz da desigualdade social rural no país. Entretanto, é importante ressaltar, que os ruralistas, apoiados pelo e no governo, nos números da produção agrícola, como também, nos *superávits* gerados pela exportação, partem em explícita defesa do latifúndio e justificam a existência das grandes propriedades, por conta do lucrativo agronegócio. É como, se não tivessem nenhuma relação com a pobreza social reproduzida no campo e com o apartamento dessas famílias, ao acesso dos recursos e riquezas que poderiam usufruir.

Todas essas medidas de austeridade impostas, são formas explícitas de ruptura e vem preocupando os trabalhadores camponeses, como também as famílias do quilombo Boqueirão, pois além de gerarem críticas dos movimentos negros, ao perderem espaços no governo, enfraqueceram as políticas de Estado e os compromissos de continuidade para estabelecer justiça social no campo. Tais medidas produzem impactos negativos e demonstram que nessa relação de poder, envolvendo o território, o Estado absorveu e colocou em prática somente a pauta ruralista, pois o objetivo maior, é dar continuidade a um grande cenário de exclusão social no campo.

4.4.2 As permanências que impulsionam a resistência

Frente a imposição desse cenário de exclusão social, a luta das famílias do Boqueirão para permanecer e dar continuidade a sua historiografia, não é diferente das demais; logo, não está fora do âmbito da luta de classes. Relembrar algumas estratégias utilizadas pelos grupos quilombolas para se firmarem no território, é também uma forma de evocar a luta de classes no campo da memória, (reflexão que vem sendo feita ao longo do texto dissertativo e consolidado por meio dos relatos). Tudo isso, contribui para o fortalecimento de uma consciência de classe, embora para alguns, fosse um processo inconsciente, mas a luta coletiva, já se apresentava desde a época colonial.

Vê-se que as estratégias para permanecer, foram criadas desde o quilombo colonial, visto que, os registros demonstram que no processo de formação de muitos territórios em todo o país, constituíram-se espaços socioeconômicos, em locais mais seguros, mas mantiveram-se as características particulares, porém, os quilombolas não se isolaram totalmente; contudo, se distanciaram, somente o necessário para se protegerem. De outra forma, conservou estrategicamente o contato, até mesmo com a sociedade escravista, pois para sobreviver e ter condições de produzir, estabeleceram relações comerciais externas, mas sem a exploração do trabalho, conforme relata Gomes (2015):

O mais importante — em qualquer período ou local — foi o não isolamento. Houve quem dissesse que os quilombos/ mocambos se isolaram do restante da sociedade e que tal isolamento — via de proteção — foi fundamental para sua reprodução.[...] No Brasil, ao contrário de outras áreas escravistas nas Américas, as comunidades de fugitivos se proliferaram como em nenhum outro lugar, exatamente por sua capacidade de articulação com as lógicas econômicas das regiões onde se estabeleceram. Nunca isolados, mantinham trocas econômicas com variados setores da população colonial, que incluíam taberneiros, lavradores, faiscaidores, garimpeiros, pescadores, roceiros, camponeses, mascates e quitandeiras, tanto escravos como livres. Tais trocas, que nunca foram sinônimos de paz ou ausência de conflitos, sobretudo, significaram experiências que conectavam toda a sociedade escravista, tanto aquela que reprimia, como a que acobertava os quilombolas e suas práticas (GOMES, 2015, p.10).

Não é diferente na atualidade, pois os remanescentes ao usarem o território para sobreviver, conforme defende Santos (2005), praticam a agricultura familiar de roçado, além da caça, da pesca, do extrativismo, das atividades artesanais e até montam pequenos comércios, além de manterem as práticas religiosas e festivas; mas precisam preservar o contato e as relações com o mundo fora do território. Desse modo, a convivência, ainda que limitada, influencia, mas não destrói, ao menos de imediato, a territorialidade construída; já o não isolamento, continua sendo pensado como meio de construção e reconstrução do modo de vida, e passa a ser elemento objetivo para a continuidade socio territorial.

Mas, de acordo Gomes (2015), lembra-se que, logo após a Lei Áurea de 1888, parte significativa dos trabalhadores libertos, embora sobrevivessem em regime de trabalho forçado e em condições desumanas, se viram totalmente “desabrigados” e expostos a um “mundo novo”, para além da casa grande, da senzala e dos imensos canaviais; um território desconhecido, que lhes trazia também medo. Tinham, portanto, como possibilidade imediata, outra forma de sobreviver, por meio da permanência nas propriedades dos antigos senhores. Em permuta, eram obrigados a barganhar sua mão-de-obra, por alimentação, um teto a ser

construído e uma porção de terra, onde pudessem plantar e subsistir. Inclusive, alguns pesquisadores, como Santos; Silva e Germani (2011), que estudam a distribuição dos territórios quilombolas na Bahia, consideram que esta seja a principal origem dos quilombos contemporâneos presentes no espaço agrário baiano.

De outro modo, percebe-se nessas memórias, uma circunstância ambivalente, um duplo anseio, uma vez que, muitos dos trabalhadores cativos, foram marcados por sentimentos antagônicos: de um lado, a necessidade de suposta proteção, mas, do outro, a possibilidade de se conquistar a liberdade. Nesta situação de medo e opressão, identificam-se condições, que favorecem a cultura patriarcal da obediência.

Mas, os muitos embates travados para dar continuidade ao território, não ficaram contidos no “passado” colonial, pois a necessidade de sobrevivência era imperativa e sempre reproduzia novas formas de resistência. É bem verdade, que a realidade concreta, observada no território do Boqueirão, também traz às famílias quilombolas, a consciência sobre os seus problemas e as implicações para a sua resolução. Demonstra, que apenas o reconhecimento étnico do grupo e até mesmo a possível e futura legalização das terras, não asseguram a sobrevivência e a reprodução social do território.

Como já visto, as dificuldades de se produzir, manter, comercializar o excedente e obter uma renda suficiente, que garanta o sustento das muitas famílias, não são considerados processos simples, diante da dinâmica mercantil externa e das muitas outras adversidades internas, a exemplo da falta de água. Todavia, também não são determinantes para frear a comunidade, ao reinventar novas formas de organização e de permanência. A exemplo, é comum nos momentos mais críticos de seca, o compartilhamento de latas de água, entre os vizinhos, para consumo, molhação de canteiros e até para lavagem de roupas. O líder local, faz um relato sobre a falta de água, em que as cisternas amenizam a situação, mas por conta do número de membros no distrito, ainda são insuficientes.

Sobre chuva aqui, a chuva aqui é escassa [...], aqui tem muito é seca. As pessoa pranta e não dá!, por isso depende de outras ajuda[...]. A questão da falta de água é grave[...], a seca já foi muito pior no passado, hoje não, hoje já tá melhor, como os programas do governo, com as cisterna alternativa, que busca água capturada da chuva, daí melhorou[...]. Falta água porquê muitas caixas dá vazamento, aí o carro pipa fica abastecendo a comunidade, mas não é todos os dia não! Tem vez, que fica até mês sem vim. Tem o exército que fornece água tamem tratada pra comunidade, mas não é suficiente pra todos[...]. (Relato do líder local, em abril, 2022).

Outra grave dificuldade enfrentada, refere-se ao serviço de atendimento de saúde no território, que se mostra insuficiente, pois as famílias dependem muito do posto de saúde do distrito de José Gonçalves e em situações mais graves, necessitam de deslocamento para o município de Vitória da Conquista, todavia, as estradas ruins e o transporte coletivo privado e caro, comprometem a mobilidade e o acesso, conforme aponta o líder local:

O transporte que vai pra Conquista, aqui é caríssimo! As pessoas não tem renda, num tem nada, e tem que sacrificar pra ir em Vitória da conquista. O posto de saúde de José Gonçalves não tem estrutura para atender a gente cem por cento, o daqui do Boqueirão pior! Uma vez por mês não é atendimento [...]. [...]os problemas sociais são muito, e dentista! A merma coisa, [...]. (Relato do líder local, em abril, 2022).

Em algumas circunstâncias, como partos a noite ou em situações de emergência, envolvendo idosos ou crianças, novamente se compartilha da solidariedade costumeira de alguns membros, que possuem transporte no território. Isso demonstra que a ajuda mútua, sempre fortalece as permanências, diante das adversidades.

Para os moradores, existem muitos enfrentamentos, mas, a falta de água representa uma das mais desafiadoras ameaças, pois dificulta as atividades diárias, inviabiliza a pequena produção no roçado e compromete a capacidade de autosustentação das famílias. Planta-se, mas, não se tem certeza, se irão colher; porém, sob outra perspectiva, quando acontece, uma boa colheita, ainda que rara, isso representa muito mais que uma produção excedente, a ser negociada, significa comida na mesa; ademais, a comida significa provimento, fartura, abundância na vida das famílias camponesas.

Recorda-se, que durante as entrevistas, ao tratar das questões que envolvem o roçado, a produção de alimentos e a divisão do trabalho familiar, observou-se nas conversas, que a figura feminina, ou seja, a mãe, é quem decide sobre a produção de alimentos para a subsistência, melhor dizendo, elege o que vai para a mesa; já o pai, delibera sobre os alimentos destinados à comercialização e a separação das sementes matrizes para o replantio.

Uma colheita farta no quilombo, além de trazer novas sementes, representa uma riqueza, que pode ser compartilhada com alegria entre os membros da mesma família, pode ser dividida ou negociada com os vizinhos, amigos, e até mesmo, com os membros que não conseguiram produzir; simboliza mais uma vez, o fortalecimento dos laços costumeiros de solidariedade. A identidade coletiva quilombola, é manifesta nessa relação de apoio, autoproteção e sociabilidade, e ao estabelecer vínculos sociais, por meio dessa articulação interna. Os vínculos construídos revigoram, encorajam o grupo e fortalecem a continuidade,

pois a decisão de lutar, cresce à medida que se tem consciência das privações e da condição de expropriado, como ressalta Borges (1997).

A decisão de entrar na luta pela terra não é tomada da noite para o dia, como uma decisão mágica. É fruto de todo um processo de expropriação/exploração perpassado pela alienação que oculta a eles a sua real condição de expropriados/explorados. No bojo desse processo, porém, está presente a resistência. Acomodante a princípio, essa resistência vai se transformando pouco a pouco em resistência propulsora de um movimento de rebeldia contra a própria condição. E a resignação acomodada torna-se força de luta para a transformação (BORGES, 1997, p.147).

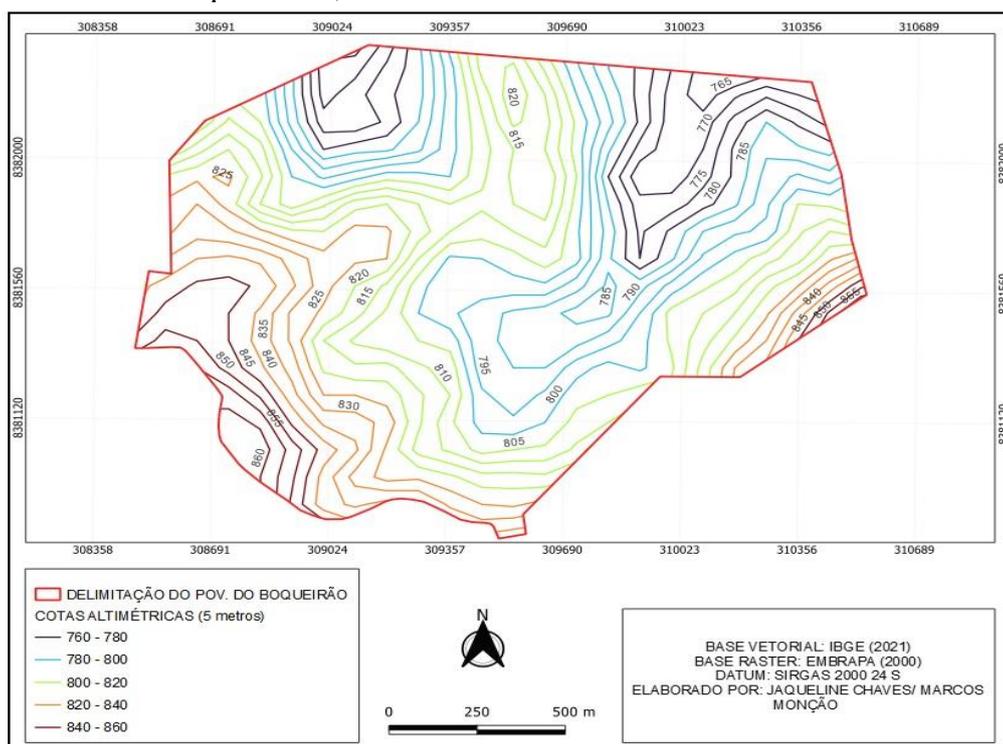
Nesse contexto de estratégias, para a continuidade dos territórios quilombolas, além das relações subjetivas e dos aspectos sócio econômicos, existe também o fator geográfico, a ser lembrado. Espaços de montanhas, matas fechadas e vales entre serras, dentre outros, eram considerados os mais vantajosos para a constituição dos quilombos. É consenso entre muitos estudiosos do tema, incluindo Moura (1993) e Carneiro (1947), que áreas geográficas, onde as barreiras físicas, expusessem maiores dificuldades de acesso, seriam priorizadas pelos cativos em fuga. Juntamente, áreas com maiores altitudes, passavam a ser escolhidas para a formação e organização do futuro quilombo; por isto, a análise e a escolha da geografia local, significavam para os escravos, mais que uma simples busca por abrigo; todavia, uma forma estratégica de resistência.

Para Carneiro (1947), o quilombo de Palmares, a exemplo, estava situado em uma das áreas mais férteis e estratégicas da capitania de Pernambuco; região que atualmente pertence ao estado de Alagoas, “[...] a região era montanhosa e difícil – cômodos, colinas, montes, montanhas, rochedos a pique se estendiam a perder de vista [...]”(p.28).

Acredita-se, que não é por acaso, que o quilombo do Boqueirão, localiza-se próximo da serra da Bela Vista, numa pequena área da região, onde predominam depressões iterplanálticas; conquanto, o território está situado em altitudes médias entre 760 e 860 metros, conforme mostra o Mapa 5.

Mas, ressalta-se, que, em geral, esse tipo de relevo (de depressão iterplanáltica), apresenta pontos centrais, com níveis altimétricos mais baixos, que os planaltos que os circundam, portanto, ainda que, com altimetria elevada, tais características físicas, escondem(ram) ou camuflam(ram) o quilombo Boqueirão, no meio das formas de relevo, que compõe o seu entorno.

Mapa 5 – Mapa de cotas altimétricas do território quilombola do Boqueirão, Vitória da Conquista-BA, 2022.



Fonte: Elaborado Jaqueline Chaves e Marcos P.A. Monção. Julho, 2022.

Ao trazer a memória a origem do nome Boqueirão, um morador confirma a questão:

[...] a origem da comunidade do Boqueirão, [...], na época, era uma mata muito grande aqui na região. Como aqui o centro é baixo, e aí os mais velhos quando chegou aqui citou e colocou o nome Boqueirão, porque a volta da comunidade é alta e aí tem o centro! Aí os primeiros moradores, veio morar no centro, em baixo, dentro do Boqueirão. Que hoje tudo é residência, mas antes era mata. Mata mesmo, origem mesmo, mata original e hoje, como você já veio aqui, é uma comunidade que não existe mais mata, né? Foi tudo desmatado e a comunidade crescendo e aos poucos, foi desmatando essas matas que tinham aqui. As árvores que tinham aqui foram tirada. [...]. (Relato do morador e líder local, em abril, 2022).

Ao também ser analisada a etimologia da palavra e os elementos que a constitui, observa-se que o termo boqueirão possui alguns significados, conforme destaca LUFT (1995), pois, diz respeito a abertura de um canal ou rio; fazem referência, a cova grande e profunda, como também, a quebrada entre montanhas; ruptura em valados ou em muralhas de defesa; destinado a servir de barreira em fortificações e a proteger propriedades. Embora a área específica, não tenha presença de rio, por se tratar de localidade muito árida, observa-se que na

essência do termo, há uma considerável concordância com o contexto geográfico do quilombo, além de muita afinidade com o relato do morador.

É muito provável que, na sua constituição territorial, a estratégia de fixação e lógica de defesa, não tenha sido diferente, ao se pensar em um lugar afastado, protegido, de ampla visão e por apresentar dificuldade de acesso, contudo, sem a pretensão do território permanecer na condição de isolamento.

Em síntese, os territórios quilombolas contemporâneos são espaços que possibilitam a convergência de tempos diferentes, pois conforme Santos (2014) explica, o presente se reencontra com passado, numa conexão de embates, complementariedades e reciprocidades, e acrescenta que as “rugosidades” pretéritas, são fatores que se destacam nas estratégias de luta e de resistência na atualidade. Para o autor, as condições de vida desses territórios, são resultados produzidos dentro da mesma lógica do modelo de produção capitalista repetido, mas vigente; ainda que, com formas de exploração e meios de segregação aparentemente diferentes.

Nesse cenário de segmentação, o território quilombola do Boqueirão, vive na constante luta para se reproduzir, mas se mantém firme como espaço de resistência, sofre ataques e rupturas em sua trajetória, contudo, para subsistir, se refaz e se reconstrói, sob novas formas de permanência no campo.

CONCLUSÃO

No presente estudo, realizou-se uma discussão sobre o Território Quilombola do Boqueirão, pois, até fins do século passado, os quilombos brasileiros estavam esquecidos, invisibilizados ou escondidos sob falsas aparências, mas, de modo contrário, ainda que, lentamente, a sociedade tem despertado para o seu reconhecimento, visto que, por sua importância, sempre constituíram um espaço para realização de novas pesquisas, não no sentido, de se especular ou suprir-nos de uma curiosidade histórico-cultural, porém, estuda-se, com a intenção de registrar a história de luta e resistência do povo quilombola, como também, trazer reflexões, ante as contradições da expansão do modo de produção no campo brasileiro. Com esse entendimento, buscou-se conhecer as condições de vida, por vezes, disfarçadas e suprimidas pelos tempos reducionistas (redução de direitos), mas, especialmente, aprender com a formação e a organização dos territórios de população negra, em particular, os menores ou pouco conhecidos, como esse território, no sudoeste da Bahia.

Assentados nessas convicções, acrescenta-se, que o avanço nas discussões, acerca, dos direitos que foram negados aos remanescentes quilombolas, muito se deve ao empenho dos movimentos sociais negros das últimas décadas, pois, à medida que os quilombolas tomaram consciência do seu valor na construção socio econômica do país, se autoidentificaram e se revelaram para a sociedade. Dessa forma, obrigou o Estado, por força da lei, a reconhecê-los, além de ter que se posicionar no que diz respeito a regularização das suas terras, mesmo contrariando ao interesse do capital.

Ao se conhecer a realidade concreta do território do Boqueirão, que se revela nas adversidades e nos problemas enfrentados, se fez necessário compreender as razões do contexto social difícil, que tanto estão relacionadas às dificuldades financeiras das famílias para sobreviverem, a origem do grupo e as implicações conflituosas do passado presente, quanto, ao isolamento e a ausência de políticas eficazes de estado e de governo. Essas, foram as hipóteses levantadas para a pesquisa e esse foi o contexto, que motivou buscar respostas para entender como se deu o processo de formação do território e a constituição dos vínculos territoriais desses trabalhadores.

Ao imergir nesse universo, não foi necessário muito tempo em campo, para se compreender, que as famílias se autoreconhecem como grupo social quilombola, independente dos critérios de identificação constituídos pelos órgãos oficiais de Estado, relativos à etnia, raça ou cor. Compreensão que se deve também, em razão de se verem como trabalhadores rurais, que estabelecem uma territorialidade pelo uso comum, pelo vínculo com a terra e entre seus

pares. Afinal, a terra tem um significado especial para os membros do Boqueirão, visto que, é o espaço de ocupação coletiva, onde está assentada a história das suas famílias e a construção de suas memórias. A terra é sobretudo a base do trabalho e onde os remanescentes se cercam, pela ligação com o concreto e pela presença das manifestações simbólicas.

Os vínculos territoriais são fortes, e ainda que, existam adversidades, influências e interferências externas, o grupo social não intenciona sair do seu espaço, pelo contrário, os quilombolas do Boqueirão buscam se defender para permanecer e continuar, pois compreendem ter uma história em comum.

Frente as condições impostas e enquanto podem manter, conservam práticas sociais e tradições herdadas dos pais e avós, a exemplo das rezadeiras ou benzedadeiras; acreditam nos benefícios e uso das ervas e raízes naturais; preservam a relação com a fé e com o divino, mantêm as festas religiosas e as comemorações coletivas, enfim, trabalham no roçado, na casa de farinha e consomem os alimentos ali produzidos, além de compartilharem das mesmas privações e formas de resistência.

Observa-se que tais características significam estratégias de autoproteção, pois, os remanescentes do Boqueirão, ao sentirem-se ameaçados em seus direitos, juntam-se aos seus líderes locais, evocam elementos que compõem a identidade coletiva, e numa perspectiva política, ‘demarcam espaço’ e fortalecem os vínculos em defesa do seu território. Ainda que os remanescentes se mostrem pessoas de paz, os conflitos e disputas no território se revelam nas lutas do cotidiano, na dificuldade e morosidade da regularização das terras, nos problemas estruturais, no desaparecimento da herança ancestral/cultural e nas muitas privações recorrentes.

Ainda assim, nota-se, por exemplo, a união do grupo, no tocante a firme posição política, diante do litígio entre os municípios de Anagé e Vitória da Conquista, no qual o território está envolvido. Existe, por parte dos quilombolas, um posicionamento convicto, quanto ao seu pertencimento territorial, pois eles se mostram decididos, ao afirmarem que não reconhecem e nem desejam saber os argumentos do município vizinho, muito menos dos seus interesses expansionistas. O relato representativo do líder local, manifesta a indignação coletiva e, ao mesmo tempo, vem demonstrar a afetividade e o sentimento de pertencimento ao território, no qual estão firmados. Os membros compreendem, pertencer naturalmente ao território de Vitória da Conquista-BA.

Há um futuro incerto, e caso venha acontecer, para os quilombolas do Boqueirão é como se fosse uma forma de expulsão, de migração forçada, todavia, o professor Haesbaert (2006), nos lembra que o processo de desterritorialização torna-se um mito, pois sempre que

essa situação ocorre, há simultaneamente processos de reconfiguração territorial. Isto é, na medida em que grupos abandonam ou são forçados a saírem do seu território, acontecem novos processos de territorialização, pois esses mesmos grupos passam a ocupar novos recortes territoriais, ocorrendo assim, um processo de reterritorialização. Com isso, constituem-se novos elos com o local onde se inserem ou foram inseridos, construindo novas territorialidades. Mas, o fato, é que os quilombolas do Boqueirão não desejam nem pensar sobre essa possibilidade, haja vista, que a situação seria o mesmo que destruir a sua autonomia, desrespeitar a sua ancestralidade e sobretudo arrancar as suas raízes territoriais e simbólicas. Na essência, é muito bonito perceber a solidez dos vínculos construídos e a força que o território exerce na luta de um povo para permanecer e a sua influência (i)material sobre a sua existência.

A pesquisa apontou questões preocupantes no território, ao se referir aos períodos de longa estiagem, a falta de reservatório coletivo de água, a situação ruim das estradas de acesso, a pequena produtividade do roçado e sobretudo as condições socioeconômicas das famílias, como também, ao revelar que a maioria das unidades familiares se enquadra nos critérios exigidos pelos programas de transferência de renda, o que significa que as mesmas, se encontram em situação de carência econômica e de vulnerabilidade social, sem citar que até o momento da aplicação dos questionários, aproximadamente 40% delas, ainda não conseguiram o benefício.

Nesse contexto, acredita-se que os ganhos relativos aos programas sociais, juntamente com as aposentadorias rurais, têm impacto direto na vida financeira e no sustento do território, sendo assim, influenciam e interferem diretamente na circulação monetária, como também, na capacidade de compra dos trabalhadores, além de implicar nas possibilidades de trocas de alimentos. Tais aspectos, falam de modo particular, sobre as características financeiras do quilombo ao revelar como acontece a dinâmica interna de sobrevivência, que se mostra bem dependente dos condicionantes e oscilações externas, a exemplo das políticas adotadas no período de gestão, das ações afirmativas que possam ser ou não executadas, da alternância de governos, enfim, os trabalhadores estão sempre sujeitos a boa vontade e a sensibilidade política que vem de fora.

A exemplo, quando há um membro da família aposentado, a insegurança do grupo é atenuada. No entanto, as aposentadorias não ultrapassam um salário mínimo e a depender da quantidade de membros, não assegura a sustentabilidade do grupo por todo mês. Nota-se nos domicílios pesquisados, que não possuem aposentados ou não foram cadastrados em programas de transferência de renda, faz com que os membros das famílias convivam sempre com a

incerteza e a preocupação se os alimentos serão suficientes até a nova oportunidade de auferir salário; mas é quase certo que não.

Diante de um difícil quadro socioeconômico como esse, as políticas e programas de governo, representam para a população do território, ações muito significativas, no combate à fome e a pobreza, mas, cabe ressaltar, que situações de pobreza vão além da simples restrição à salário, compreendem também, a privação de informação, de alimentação adequada e suficiente, de meios de acesso à saúde, de condições de trabalho, de acesso a bens e serviços públicos fundamentais, a exemplo da água e energia elétrica, entre outros. Situações, quando somadas, caracterizam precárias condições de vida em muitos territórios quilombolas no Brasil atualmente.

Nota-se ainda que, juntamente aos enfrentamentos econômicos existentes no território e além da visível carência de infraestrutura, o mesmo enfrenta problemas geoambientais, relacionados a inexistência de saneamento básico e a falta da coleta dos resíduos sólidos. Afora os resíduos orgânicos e inorgânicos gerados pelos moradores em casa, a atividade no roçado produz recicláveis e sobras de materiais perigosos, como adubos químicos, medicamentos de uso animal, embalagens de agrotóxicos, esterco, entre outros. É preocupante a situação, haja vista, que as questões geoambientais estão diretamente relacionadas a qualidade de vida das famílias, por isso, sem a devida restauração dos acessos, sem a resolução das condições de saneamento, sem o descarte adequado de resíduos e ainda, sem a inserção de projetos educativos e de conscientização, decerto, que os problemas ambientais no povoado se agravarão.

Outra questão, é que embora a maioria das crianças do território Boqueirão já se encontrem matriculadas nas escolas municipal e estadual de José Gonçalves, observa-se, mesmo que reconhecidos em seus territórios, existe uma tímida visibilidade social e identitária dos estudantes quilombolas no espaço escolar, especialmente, no que concerne aos currículos propostos pelas secretarias, que superficializam ou omitem temas relacionados à formação, a luta, a contribuição social e cultural dos quilombolas afro-brasileiros.

Os governos deveriam intencionar políticas, planejamentos e ações que, de fato, promovam autonomia e dignidade aos remanescentes quilombolas, e não os manter ‘presos’ às precárias condições materiais, que retomem o ‘passado colonial’ (política de invisibilidade); mas, de outro modo, deve ouvi-los, valorizá-los, atendendo as suas demandas. Sendo assim, compreender que são cidadãos de direitos, grupos sociais que podem opinar, tomar decisões, e se houver oportunidade, podem participar ativamente, como qualquer outro grupo social, nas

decisões locais, do seu município, do seu estado e do seu país. Isso seria o reconhecimento ‘concreto’, para além do papel.

Possibilitar melhores condições de acesso à educação poderia ser mais uma, dessas ações; pois não se pode desprezar ou deixar de praticar políticas de educação inclusivas, mais humanizadas e enriquecidas de uma formação continuada, que igualmente qualifique os educadores para novos conhecimentos; ao considerar que, por trabalharem no campo, também estão diretamente envolvidos com os territórios quilombolas e com suas demandas. O objetivo maior, nesse contexto, deveria ser a formação que inclua no currículo, instrumentos teóricos e conceituais, importantes para o (re)conhecimento dos princípios étnicos-raciais, mas sobretudo, confirme o respeito e a valorização de seres humanos, na condição de pessoas dignas, que também pertencem à sociedade em geral, ainda que, dividida em classes. Uma educação humanista e eficaz promoverá a autovalorização, o autosustento e muitos outros meios de independência, em especial a financeira.

Cabe registrar que se procurou a Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Vitória da Conquista-Ba, para se obter informações relacionadas aos incentivos produtivos e investimentos sociais, como também, sobre o conhecimento das respectivas secretarias, quanto as dificuldades e necessidades das famílias quilombolas e formas de assistência para esse território ao longo dos últimos anos. Todavia, até o término dessa pesquisa, não houve resposta das mesmas.

Outro ponto a ser destacado, é que na ausência de um mapeamento oficial, buscou-se identificar a área de estudo, comparando as orientações compartilhadas pelo líder e pelos moradores com as informações obtidas do órgão governamental, como também, reconhece-se a importância do esboço construído e disponibilizado pelo agente de saúde, tornando-o um documento contributivo.

Considera-se, que pensar o território quilombola, para além da construção mental, significa avançar em mais uma conquista do grupo, demonstra o significado que possui o mapa real para as famílias, tanto por apontar demarcações concretas, limites visuais e contribuir no conhecimento espacial, quanto para melhor compreendê-lo no processo de formação. O mapeamento contribuirá no futuro para a melhor percepção das relações, das necessidades e dificuldades coletivas de expansão e/ou contenção das terras, além de possibilitar a identificação das potencialidades do espaço local. O mapa atesta ainda, a presença dos referenciais territoriais do passado, na ‘memória viva’ dos remanescentes, que possibilitarão a recomposição dos limites territoriais. Todos esses aspectos, promovem a (re)constituição do

território e agregarão aos registros documentais, como também, serão somados às memórias que compõem a trajetória histórica dos quilombolas do Boqueirão.

No que diz respeito a participação do Estado, verifica-se que as políticas de reparação social, que deveriam contribuir para além do reconhecimento identitário, como também, apoiar na melhor forma de organização dos trabalhadores, na resolução dos problemas estruturais, auxiliar quanto aos meios de subsistência das famílias e favorecer a continuidade e fortalecimento do território, têm se mostrado morosas e de pequeno alcance. Nota-se que no território do Boqueirão, não foram estabelecidas, ao longo dos últimos anos, transformações sociais significativas para a melhoria das condições de vida da população. No território concreto, observa-se que os quilombolas estão distantes nas relações com o Estado, vivem com dificuldades, sobrevivem bem aquém do ideal, carecendo de mais atenção do poder estatal, com também, de investimentos estruturais imediatos.

Para além dos desafios de sobrevivência diária, já destacados, a história territorial dos quilombos confirma, que sempre existiram ameaças de ruptura ou mecanismos políticos de rompimento, de violação de direitos, e de tentativas de descontinuidade desses territórios. Desde os tempos coloniais, com a Lei de Terras, até nos dias atuais, diversas medidas administrativas objetivaram o desmonte de política inclusivas. Pode-se citar: a redução dos recursos financeiros destinados a ações de regularização de terras, a ineficiência da aplicação dos recursos, os atrasos e ausências de pagamento indenizatórios quanto numerosos processos já encaminhados. Essas foram algumas ‘memórias’ de ataques sofridos pelos territórios, referentes aos governos federais de Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2019) e Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Sem citar as coações impostas pelas grandes corporações, pelos latifundiários e as pressões do agronegócio em muito quilombos pelo país. Essa conjuntura cruel, que se arrasta desde o período colonial, vem contribuindo para um processo histórico de concentração de terras rurais, nas mãos de poucas famílias e de alguns grupos empresariais, e desse modo, só faz crescer a raiz da desigualdade social rural no país.

Já as memórias do território do Boqueirão revelam que diante da imposição desse cenário de segmentação social, a luta das famílias para permanecer e dar continuidade a sua historiografia, não se mostra diferente dos demais territórios nacionais, portanto, não está fora do âmbito da luta de classes. As formas de resistências desse quilombo ‘transpassaram o tempo’ e se desvendam desde as características de escolha da sua localização, haja vista ser muito provável que, na sua constituição territorial, a estratégia de fixação e a lógica de defesa, não tenham sido diferentes, ao se pensar em um lugar afastado, protegido, de ampla visão e apresentar dificuldade de acesso, contudo, sem a pretensão dos trabalhadores permanecerem na

condição de isolamento. Os quilombolas se distanciaram, somente o necessário para se protegerem, mas, de outra forma, conservou estrategicamente o contato social externo para sobreviverem (comprar, vender, trocar, se relacionar) e terem condições de reproduzir.

Ante a essa conjunção social racista e uma memória oficial pré-estabelecida, não foi surpresa nos relatos dos entrevistados, ‘o desconhecimento’ quanto a sua origem. Infere-se com isso, que a impositiva e enganosa associação dos territórios às situações de transgressão ou relacionadas a fatos negativos, transpassam o tempo e trazem consequências profundas a vida dessas pessoas, que por vezes, os fazem esconder ou negar fatos importantes da sua história, produz medos e incertezas quanto ao futuro e ainda provoca silenciamentos, esquecimentos e omissões.

Mesmo com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, a formalização de direitos, mesmo com as frentes de combate ao racismo, com os avanços e as novas interpretações, infelizmente entende-se que a expressão ‘quilombo’ ainda carrega um fardo pesado, com significados ou impressões históricas que retomam ao ‘passado’ escravista, podendo gerar subjetivamente resultados pejorativos, de imputação, de culpa ou atribuição de responsabilidades infundadas, mas que certamente remetem a sentimentos de inferioridade, de intimidação e de exclusão das pessoas negras no Brasil.

Quanto ao modelo de produção capitalista, o mesmo continuará utilizando novos mecanismos de expropriação dos territórios e renovando meios de controle da terra, pois, dessa forma, mantêm as estruturas de exploração e domínio do espaço. Para Marx (1980), tudo isso é o resultado perverso “[...] do processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (p.830). A intenção de manter as famílias quilombolas do Boqueirão em situação de constante dependência e carência, se mostra como mais uma forma cruel de subjugar os trabalhadores rurais.

Sem a intenção de tornar maçante a conclusão do estudo, ainda que nem todas as questões discutidas no corpo do texto tenham sido detalhadas aqui, acredita-se que para os remanescentes do território do Boqueirão existe um longo percurso a ser vencido na busca por inserção social e por direitos. Há também nessas e em outras discussões a esperança de construção de um novo sentido para a existência dos povos quilombolas ou, ao menos, espera-se um despertar da sociedade para uma visão menos preconceituosa quanto aos territórios de população negra, que, até então, estavam invisibilizados ou escondidos, em meio a tantas comunidades urbanas e rurais.

É importante enfatizar, que os aspectos discutidos não encerram a história dessas pessoas, mas, os elementos apresentados se entrelaçam e colaboram para a compreensão sobre

a formação territorial do quilombo do Boqueirão até aqui; juntamente, foi uma oportunidade de trazer para o centro da pesquisa, discussões sobre o Território, sobre a Memória e sobre o Quilombo, uma vez que, tais categorias nos deram condições de ter um olhar crítico e também mais humanizado sobre esse espaço e sobre esses trabalhadores.

Por fim, a pesquisa demonstra que os desafios enfrentados pelos remanescentes quilombolas do Boqueirão e suas formas de resistir sempre existiram, todavia, sob ameaças que se entrecruzam nas memórias, nos esquecimentos, omissões e nos silêncios. Verifica-se que a trajetória de vida desses trabalhadores se estabelece nas estratégias defensivas e de sobrevivência coletiva. Conclui-se, que as circunstâncias vividas, as relações sociais e produtivas constituídas e os vínculos que os associam à terra, coexistem e contribuem para o fortalecimento e para a continuidade do grupo, mas, tudo isso, só se revela pelo contínuo processo de construção e reconstrução do território.

REFERÊNCIAS

- ABA. **Documentos do Grupo de Trabalho sobre as comunidades Negras Rurais**. Boletim Informativo NUER, n.1, 1994.
- ABANT, 1994 *apud* O'DWYER, 2002. In: VAZ, Beatriz Accioly. **Dicionário do Patrimônio Cultural – IPHAN**. Verbetes Quilombo. Disponível em: portal.iphan. Acesso em: 20 abril, 2018.
- ABBONIZIO, Aline Cristina de Oliveira. DE SOUZA, Amanda. RAMOS, Emerson Luiz. **A afirmação quilombola no Quilombo Santa Rita do Bracuí**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.14, n.02, p. 393 – 413 abr./jun.2016.
- ABREU, R. Memória social: itinerários poéticos-conceituais. **Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 41-66, 2016.
- ALBAGLI, Sarita, Território e Territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C. & MORELLI, G. **Territórios em movimento: Cultura e Identidade como estratégia de inserção competitiva**, Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília – DF: SEBRAE, 2004.
- ALMEIDA, Miriam Cléa Coelho. **Memória, trabalho e território: o processo de trabalho na construção civil na cidade de Vitória da Conquista – Bahia**. Vitória da Conquista: UESB, 2017. Tese de Doutorado.
- ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Can-tarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. RJ: Editora FGV, 2002.
- ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 196p, [1999], 2011.
- ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: PVN (org.), Frechal: Terra de preto, Quilombo Reconhecido como Reserva Extrativista. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.
- ALVES, Ana Elizabeth Santos; TIRIBA Lia. **Trabalho-educação, Economia e Cultura em Comunidades Tradicionais: entre a reprodução ampliada da vida e a reprodução ampliada do capital**, IN: REVISTA TRABALHO NECESSÁRIO, UFF, V.16 nº 31, p.136-64, 2018.
- ANDRADE, L.; TRECCANI, G. Terras de Quilombo. In: LARANJEIRA, Raimundo (coord.). **Direito Agrário Brasileiro**. São Paulo: LTR, 2000, p. 595-656.
- AQUINO, Joacir Rufino de. **Evolução, riscos e impasses do PRONAF**. In: Artigo publicado na coluna Sul21, (GEPAD) Montes Claros-MG, 2018.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007, p.212-213.
- ARENDT, Hannah. **Poder e violência**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.
- ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora da UnB, [1969], 1985.

ARENDDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspeciva, 1997.

ARÓSTEGUI, Julio, **La historia vivida**: Sobre la historia del presente. Madrid, Alianza Editorial, 2004.

ARRUTI, José Maurício. Políticas Públicas para quilombos: terra, educação e saúde. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. (Org.). **Caminhos convergentes**: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009, p.75-110.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo (org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. Salvador: ABA/Ed. da Unicamp/EDUFBA, 2008.

ARRUTI, José Maurício. **Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento**. Tomo, São Cristóvão-SE. Nº 11, jul./dez. 2007.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Terras negras**: invisibilidade expropriadora: textos e debates 2. Florianópolis: NUER-UFSC. 1991.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A Derradeira Gesta**: Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão. Rio de Janeiro, Mauad, 2000.

BARTLETT, Charles. **Relembrando**: Um Estudo em Psicologia Experimental e Social. 1. ed. 1932, Cambridge University Press, Cambridge, 2013.

BECKER, Bertha. K. **O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo**. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO, 1983.

BENÍCIO, Maria Luiza Tavares. Caminhos da formação: contexto, sujeitos e seus processos. In: COSTA, Renato Pontes; CALHÁU, **Socorro “... e uma EDUCAÇÃO pro povo, tem?”**. Rio de Janeiro: Ed. Caetés, 2010.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2004.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. 1. ed. 1896. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BINS ELY, Vera Helena MORO; DISCHINGER, Marta; MATTOS, Melissa Laus. **Sistemas de Informação ambiental** – elementos indispensáveis para a acessibilidade e orientabilidade. Anais do VII Congresso Latino-Americano de Ergonomia, XII Congresso Brasileiro de Ergonomia, I Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral, Recife, 2002.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BORGES, Maria Stela Lemos. **Terra: ponto de partida, ponto de chegada**:

identidade e luta pela terra. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos.** 1.ed. 1979. SP: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**”. Petrópolis: Ed. Vozes, SP, 1972.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. Ateliê, SP, 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano.** Entrevista concedida a Mozahir Salomão Bruck. Disp.v.1, n.2,2012. Disp. jul. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** Tradução de Mateus S. Soares. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRAGA, Gustavo B.; FIÚZA, Ana Louise C.; ALMEIDA, Paula Cristina R. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. Sociologias, Porto Alegre, ano 19, n. 45, p. 370-396, maio/ago. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** 1988. 20ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.678,** em 21 de março de 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.326,** de 24 de julho de 2006.

BRASIL. **Decreto 4887/2003,** de 20 de novembro de 2003.

BRASIL. **IBGE. Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19,** RJ, 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.353,** de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. **Coleção de Leis do Brasil de 1888,** Rio de Janeiro, RJ, 1888. Disponível em: <https://bit.ly/2TCAT8X>. Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <https://bit.ly/3grAcco>. Acesso em 25 maio 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. **Reconhecimento de direitos territoriais de comunidades quilombolas / 6ª** Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais; coordenação Maria Luiza Grabner. – Brasília: MPF, 2018.

CALDART, R. S. Elementos para a construção do projeto político-pedagógico da educação do campo. In: JESUS, S. M. S. A. de; MOLINA, M. C. (org.) **Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo.** Brasília/DF: Universidade de Brasília. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 5. 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2006.

CANDAU, Vera Maria. *Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica*. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Org). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CANDAU, Vera Maria; RUSSO, Kelly. **Interculturalidade e Educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa**. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

CARDOSO, Marcos Antônio. **Pensar o racismo, pensar a branquitude**. *Roda - Arte e Cultura do Atlântico Negro*, Belo Horizonte, 01 ago. 2006.

CARDOSO, Ciro. *O modo de produção escravista colonial na América*. In: SANTIAGO, Theo (Org.). **América Colonial**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares**. São Paulo: Brasiliense, 1947, p. 28.

CARNEIRO, Edison. **Ladinos e crioulos: Estudos sobre o negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CARPONERO, Maria Cristina; LEITE, Edson. **Inter-relações entre festas populares, políticas públicas, patrimônio imaterial e turismo**. *Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo*, São Paulo, v.7, n. 10, abr/maio/jun. 2010, p.99-113.

CARRIL, L. F. B. **Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto**. *Revista Brasileira de Educação*. v. 22 n. 69 abr.- jun, 2017.

CARVALHO, José Jorge de. (Org.). **O Quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas**. Salvador: EDUBA, 1996.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Quilombolas de Bujaru**, Naea/UFGA, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Apresentação: Os trabalhos da memória**. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.17-33.

CHESNAIS, François. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. *Les Temps Modernes*, 2000.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Negro no Brasil: da senzala à abolição**. São Paulo: Moderna, 1999.

COSTA, Ivan. **“1986 a 2006 – 20 anos de lutas e conquistas em defesa dos direitos dos territórios quilombolas no Maranhão”**. CCN – Maranhão, abril, 2007.

D’ABADIA, Maria Idelma Vieira; OLIVEIRA, Fernando Bueno. *Identidade e Território na Associação Quilombola Urbana do Jardim Cascata - Aparecida de Goiânia - Goiás*. In: **III**

Simpósio Nacional Espaço, Economia e Políticas Públicas - SINEEP, 2015, Anápolis - Goiás. Novos Personagens em Cena: Disputas Territoriais no Campo e na Cidade, 2015.

DARDEL, Eric. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo*, [1972], 1978.

DEMATTEIS G; GOVERNA F., **Ha ancora senso parlare di identità territoriale? Atti dei Convegni Lincei**, 194 – Convegno internazionale: La nuova cultura delle città, Roma, Accademia Nazionale dei Lincei, 2003. p.264-281.

DERRIDA, Jacques. **Le signe et le clin d’oeil. In La voix et le phénomène**. Paris: Presses Universitaires de France. 1967, p. 67-77

DERRIDA, Jacques. **Margins of philosophy**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

DERRIDA, Jacques. **Mémoires for Paul de Man**. New York: Columbia, University Press. 1986.

DINIZ, C. R.; SILVA, I. B. da. **O método dialético e suas possibilidades reflexivas**. Campina Grande, Natal: UEPB/UFRN – EDUEP, 23p., 2008.

DISCHINGER, Marta. **The Non-Careful Sight. In Blindness and the Multi-Sensorial City**.DEVLIEGER, Patrick; RENDERS, Frank; FROYEN, Hubert; WILDIERS, Kristel. Antwerp – Apeldoorn. Garant, 2006.

EINSTEIN, Albert. **A Teoria da Relatividade Especial e Geral**. São Paulo: Atlas, [1ª ed.1915],1991.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar com la tierra: Nuevas lecturas sobre desarrollo, território y diferencia**. Medellín: Ediciones UNAULA, 2015.

EUGENIO, Benedito Gonçalves, MATOS, Wesley Santos de. **Comunidades quilombolas: elementos conceituais para sua compreensão**, PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial** In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. (Org.) BUAINAIN, Antonio Márcio. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. In: **Campesinato e Território em disputas**. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2008c.

FERNANDES, Marcio Luis. **Ilha de Guaratiba: um lugar descortinado por seus moradores desaguando no Rio olímpico**, 2015.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Ensaio de uma metodologia efêmera: ou sobre as várias maneiras de se sentir e inventar o cotidiano escolar. In: OLIVEIRA, Inês A Educação no Quilombo e os Saberes do Quilombo na Escola 173 Barbosa; ALVES, Nilda. (Org.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP e A, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Ed. Positiva; 2009.

FIAMENGUE, Elis Cristina; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Os desafios da emergência no Brasil de um rural “esquecido”: as comunidades quilombolas. Retratos de Assentamentos**, v. 17, n.1, 2014.

FLÁVIO, Luiz Carlos. **A geografia e os “territórios de memória”** (As Representações de Memória do Território). Rev. Faz Ciência, [S. l.], v. 15, n. 21, p. 123-142, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do conhecimento**. Biblioteca de Ciências Sociais. Paris: Gallimard, 1969.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 36. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michael. **Ditos e escritos**, vol. III – estética: literatura e pintura, música e cinema. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FREITAS, Décio. **O escravismo brasileiro**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FUINI, Lucas Labigalini. **O território está em crise: viva os territórios**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.38, v.2, p.128-133, ago./dez. 2016.

GOMES, Jaíra Maria Alcobaça; NASCIMENTO, José Edilson do Nascimento; FÉ, Elisângela Guimarães Moura. **Terra e Territorialidade nas Comunidades Quilombolas do Território dos Cocais (PI)**. Paraná, 2017.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (Org.) **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: Uma história do Campesinato Negro no Brasil**. Coleção Agenda Brasileira, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. **“Uma tradição rebelde: Notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818)”**. Afro-Ásia. Salvador: CEAO, UFBA, n. 17, 1996.

GOMES, Lilian C. B. **O direito quilombola e a democracia no Brasil**. Brasília, Revista de Informação Legislativa. Ano 50 Número 199 jul./set. 2013.

GONDAR, Jô; DODEBEI, V. (Org.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contracapa Liv./Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade do Estado RJ, 2005.

GONDAR, Jô. **Cinco proposições sobre memória social**. Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social. Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19 – 40, 2016. Disponível em: Acesso em 10 de jul., 2016.

GOTTMANN J. **The significance of territory**. Charlottesville, Univ. Press of Virginia, 1973.

GRIEBELER, N. P.; PRUSKI, F. F.; SILVA, J. M. A. Controle da erosão em estradas não pavimentadas. p. 166-215. In: PRUSKY, F. F. Conservação de solo e água: Práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica. 2. ed. Viçosa: Editora UFV, 2009.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Negro e camponês: cultura política e identidade no meio rural brasileiro**. São Paulo, São Paulo em Perspectiva, 1992.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Terra de pretos, terra de mulheres. Terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Brasília: Fund. Cultural Palmares, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à Multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 29: 11–24, 2003. p.11-24.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da (des)territorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 1. ed. 1950. São Paulo: Biblioteca Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Morfologia Social**. 1. ed. 1938. Edições 70, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **Os Quadros Sociais da Memória**. As Obras do Ano Sociológico, Paris, F. Alcan, 1. ed. 1925 - 1990.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEIDRICH, A.L.; CARVALHO, O. A.de. Territorialidade de exclusão e inclusão social: relações da sociedade com o espaço em situações de pobreza e de construção de vida

econômica e de consciência. In: **Anais 8º Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Santiago: Associação de Geógrafos de América Latina, 2001.

HEIDRICH, A. L. **Vínculos Territoriais**-discussão teórico-metodológica para o estudo das territorialidades locais. GEOGRAPHIA (UFF), V.19, P. 29, 2017.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. IBGE Cidades/Siconfi/STN 2020.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Regularização Território Quilombola. Perguntas e Respostas** - Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ, 2017.

JUNIOR, Antônio Thomaz. **Por uma Geografia do trabalho**. In: Revista Pegada. v. 3, n. 01, São Paulo: UNESP – Presidente Prudente, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LE BERRE, M. **Territoires**. In: Bailly, A.; Ferras, R.; Pumain, D. Encyclopédie de Géographie. Paris: Economica. 1992. p. 601-622.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. In: Etnográfica, v. IV, n. 2, 2000, p. 333-354.

LEITE, Ilka Boaventura. **Terra, território e territorialidade: três dimensões necessárias ao entendimento da cidadania do negro no Brasil**. Seminário América 500 anos de dominação. Florianópolis, UFSC, 1990.

LEITE, Ilka Boaventura. **O legado do testamento: a Comunidade de Casca em perícia**. Florianópolis: NUER/UFSC, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia – Contribución a la teoría de las representaciones**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LIMA, Vivian Ingridy de Carvalho; NASCIMENTO, Washington Santos. **Raízes, frutos e tramas: pertencimentos, relações étnicas e saberes na comunidade quilombola do Baixão (Vitória da Conquista – BA)** / Vivian Ingridy de Carvalho Lima, Jequié - Bahia, 2018.

LOBSIEN, M. **Estudos experimentais sobre o desenvolvimento da memória em escolares**. Jornal de Psicologia e Fisiologia dos Órgãos dos Sentidos, 34-76, 1902.

LOPES, Helena Theodoro; SIQUEIRA, José Jorge e NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Negro e Cultura Negra no Brasil**, Rio de Janeiro, 1987.

LOWENTHAL, David. **Como Conhecemos o Passado**. Projeto História (17). SP: EDUC, 1998.

LUFT, Pedro. **Mini-dicionário Luft**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1995.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Revolução Russa**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.

MACHADO, Leandro. **Frente Negra**: a história do movimento que apoiava o integralismo e foi pioneiro do ativismo negro no país. BBC Brasil, 2020.

MARX, K. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Vol. 1. (Livro 4 de O Capital). São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Boitempo: São Paulo, 2012.

MILLER, George A. **O mágico número sete, mais ou menos dois**: Alguns limites em nossa capacidade de processamento de informações. *Psychological Review*, 63, 81-97, 1956.

MODANESE, I. A. Z. **O Anti-Édipo**: o capitalismo, a esquizofrenia e o território na perspectiva das máquinas desejantes. In: Marcos Aurélio Saquet; Edson Belo Clemente de Souza. (Org.). *Leituras dos conceitos de território e de processos espaciais*. 1ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MORAES, Antônio C. R. **Território e história no Brasil**. SP: Hucitec, 2002.

MORAES, Antônio C. R. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo, Hucitec, 1996.

MORAES, Antônio C. R. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MOURA, Clóvis (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Ed. UFAL, 2001, p.378.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na Senzala, Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MOURA, Clóvis. **Quilombos, Resistência ao Escravismo**, São Paulo, Ed. Ática, [1987], 1993.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: Quilombos, insurreições e guerrilhas**. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. Ed. Atica, 1988.

MOREIRA, Ruy. **Contribuições da Geografia na construção de um projeto para o Brasil**. Palestra: III Seminário da pós-graduação em Geografia da UFJF. 27/10/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5Vlb9f_yMP4>, acesso em 13/11/2014.

MUNANGA, Kabengele. **“Origem e histórico do quilombo na África”**. *Revista USP*, v. 28, 1995.

NETSCHAJEFF, A. **Estudos experimentais sobre o desenvolvimento da memória em escolares.** Jornal de Psicologia e Fisiologia dos Órgãos dos Sentidos, p.322 – 351, 1900.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História:** A problemática dos lugares. In Revista Projeto História, 1993.

NUNES, Pedro Paulo de Lavor. **Crítica dos estudos do território:** para além de antinomias e metáforas / Pedro Paulo de Lavor Nunes; orientadora Ana Rocha dos Santos. – São Cristóvão, SE, 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Território e Migração:** discussão conceitual na Geografia. São Paulo: USP (mimeo), 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo.** 6ed. São Paulo: Contexto, 1996. 128 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.** In: CARLOS, A. F. A. (Org.). Novos caminhos da geografia agrária. São Paulo: contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; e MARQUES, M. I. M. (orgs). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo. Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** 1. ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Edvaldo; MAIA, Meirilane R.; LIMA, Espedito M. A utilização de geotecnologias na revisão dos limites municipais de Vitória da Conquista – BA, e entorno, In: **XXVI Congresso Brasileiro de Cartografia e V Congresso Brasileiro de Geoprocessamento, XXV Expositocarta,** Gramado - RS: SBC, 2014. v. 1. p. 1-12.

OLIVEIRA, F. B.; D'ABADIA, M. I. V. **Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros.** Élisée, Rev. Geo. UEG – Anápolis, v.4, n.2, p.257-275, jul. /dez. 2015.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. **Currículos praticados:** entre a regulação e a emancipação. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

OLIVEIRA, M. J. G. **Hierarquização para orientar a manutenção de rodovias não pavimentadas.** São Carlos, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2005.

PANTA, Rômulo Luiz Silva; MOREIRA, Ivan Targino. **O processo de monopolização do território pelo capital nos assentamentos rurais da reforma agrária em Sapé – PB.** Rev. NERA, Presidente Prudente v. 21, n. 44, pp. 90-115 Set.-Dez./2018.

PASSINI, R., DUPRÉ, A.; LANGLOIS, C. **Spatial mobility of the visually handicapped active person: A descriptive study.** Journal of Visual Impairment and Blindness, 80, 904-907. 1986.

PAULA, M. V. de. **Kalunga: mito do isolamento diante da mobilidade espacial.** 2003. 200f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, 2003.

PEREGALLI, Enrique. **Escravidão no Brasil.** São Paulo: Global, 2001.

PEREZ, Lea Freitas. **Antropologia das efervescências coletivas.** In: PASSOS, Mauro. A festa na vida. Petrópolis: Vozes, 2002.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, v.2, n.3, p.1-15, [1989], 1992.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POSNER, M. T. **Cognição.** Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. Dalla nostalgia del território al desiderio di paesaggio – elementi per una teoria del paesaggio, tradução de Marcos Aurelio Saquet, Editora Alinea, 2005, p.24.

RAMOS, Arthur. **A aculturação negra no Brasil.** São Paulo: Companhia Nacional, 1942.

RATZEL, Friedrich. **As leis do crescimento espacial dos estados.** In: MORAES, A. C. **Ratzel**, São Paulo: Ática, 1990, p.175-192.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem: (antropogeografia). In: **Ratzel.** (Org.) MORAES, A. C. São Paulo: Ática, 1990, p.73-74.

RICOEUR, Paul. **El tiempo relatado.** In: UNESCO. El correo de la UNESCO, año XLIV, Paris: Organización de las Naciones Unidas para Educación, la Ciencia y la Cultura, 1991.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli.** Paris: Éditions du Seuil, 2000.

RIOS, Aurélio Virgílio Veiga. **Quilombos: Raízes, conceitos e perspectivas,** Boletim Informativo NUER, Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas / Fundação Cultural Palmares - v. 1, n. L 2 ed, Florianópolis: UFSC, 1997, p.66.

RISÉRIO, Antônio. **A utopia brasileira e os movimentos negros.** São Paulo: Editora 34. 2012.

ROCHA, Altamar Amaral; FERRAZ, Ana Emília de Quadros. Atlas Geográfico de Vitória da Conquista – BA, In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2005, p.12569-12570.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 5ed. São Paulo: Nacional, 1977.

ROUSSO, H. **A memória não é mais o que era**. In: Ferreira, M.; Amado, J. (coord.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. Coimbra, Ed. Annablume. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 4. ed. 1996.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço - técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

SANTOS, Milton. **O Retorno do Território**. In: OSAL, Ano VI, n.16, p.251-261, enero-abril, 2005.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2014.

SANTOS, T. R.; SILVA, P. H. C.; GERMANI, G. I. As Metamorfoses da Questão Quilombola na Bahia. In: **Congresso Internacional da Alas**, 28, 2011, Recife – PE. Anais do XXVIII Congresso Internacional da Alas, UFPE, Recife-PE, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p.128.

SAQUET, Marcos Aurélio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério (Org) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre, 2003/2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território: Outras Expressões**, São Paulo, 2013.

SAQUET, Marco Aurélio. **Proposições para estudos territoriais**. Revista Geographia, UERJ, Ano VIII, n.15, RJ, 2006, p.83.

SAVOIA, Raffaello; MORETTI, Franco. **Il Grande rifiuto**. Nigrizia, feb. 1992.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli e CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A atualização do conceito de quilombo**: identidade e território nas definições teóricas. In: Ambiente e Sociedade. Nº10. Campinas, S.P., 2002.

SCHMIDT, João Pedro. **“Raízes do comunitarismo**: concepções sobre a comunidade no pensamento ocidental”. Comunidade e comunitarismo: temas em debate. Curitiba: Multideia, 2013.

SILVA, de Plácido. 27ed., **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: FORENSE, 2006.

SILVA, Helenice Rodrigues. **Rememoração, comemoração: as utilizações sociais da memória**, Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 425-438, 2002.

SILVA, Simone Rezende da. NASCIMENTO, Lisangela Kati do. **Negros e territórios quilombolas no Brasil**. IN: Cadernos CEDEM, UNESP. V.3, N. 1 (2012).

SILVEIRA, Carolina Stolf; DISCHINGER, Marta. Referenciais para orientação e mobilidade de pessoas com deficiência visual no transporte público e coletivo, p. 205-216. In: **Anais do VI Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído & VII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral**, v.2 n.7. São Paulo: Blucher, 2016.

SCHWARTZ, Stuart. **“Mocambos, quilombos e Palmares**: a resistência escrava no Brasil colonial. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, v. 17, 1987, pp. 61-88.

SOJA, E. **Postmodern Geographies**. London: Verso, 1989.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de et al. (org.): Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da Divergência (e da Confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: (Org.). SAQUET, M. A.; SPÓSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Romilda Assunção. **Territorialidade e Dinâmica Cultural no Quilombo do Boqueirão**. Vitória da Conquista-BA, Artigo: ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer, Goiânia, vol.6, N.10, 2010.

SPOSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 53-68.

SKOW, Bradford. *Objective Becoming*, Oxford University Press Reino Unido, 2015.

SKOW, Bradford. *Once Upon a Spacetime*, New York University, EUA, 2005.

THOMPSON, Edward. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade.** Vol. I 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos,** Campinas, São Paulo, Unicamp, 2001.

THOMPSON, Paul. **A Voz do passado.** História oral. 2.ed. RJ: Paz e Terra, 1998.

TORNAY, María Laura; VEGA, Natalia. **Entre la memoria y la história:** deslindes conceptuales y cuestiones metodológicas. In: Memoria e História del passado reciente. Problemas didáticos y disciplinares. Luciano Alonso- Adriana Falchini (editores), Universidade Nacional del Litoral, 2009.

TRECCANI, Girolamo Domenico; ANDRADE, Lúcia Mendonça Morato de. **Terras de Quilombos.** Pub: Raimundo Laranjeira (org.) São Paulo, 2000.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação.** Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006

VELOSO, C. Aristóteles. **Da Lembrança e da Rememoração.** De Memória et Reminiscentia. Cadernos de História e Filosofia da ciência, Série 3, v. 12, n. especial, jan.-dez. 2002.

VIEIRA, Cleber Santos; MALANGA, Suzane Jardim. Apresentação. In: **Quilombos, Resistência ao Escravismo.** (Org.) MOURA, Clóvis, São Paulo, Ed. Ática, 1987.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, p. 18, 1996.

WERNER, H. **Psicologia Comparada do Desenvolvimento Mental.** Nova York: International Universities Press, 1948.

WHITACKER, Guilherme Magon. **Território e poder: apropriação, uso e controle de recursos naturais e a irreformabilidade do modo de produção capitalista.** Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de octubre de 2015.

APÊNDICE
APÊNDICE A



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
UESB - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA – PPGeo



PESQUISA: QUILOMBO BOQUEIRÃO, O PASSADO PRESENTE E O PRESENTE PASSADO: TERRITÓRIO DE MEMÓRIAS

Pesquisador: Marcos Paulo Alves Monção

Professor Orientador(a): Prof.^a Dra. Miriam Clea Coelho Almeida

Questionário aplicado no Território Quilombola do Boqueirão, em Vitória Conquista-BA, com Membro Responsável pela Família n^o: ____

Perfil da Família

1. Idade e sexo	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
2. Estado civil	<input type="checkbox"/> Casado(a) <input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Divorciado(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a)
3. Quantos membros residem na casa?	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> mais de 5 membros
4. Grau de escolaridade	<input type="checkbox"/> Alfabetizado <input type="checkbox"/> Não alfabetizado <input type="checkbox"/> Ensino Superior completo <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Possui Pós graduação <input type="checkbox"/> Ensino Médio completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto
5. Número de filhos	1 filho <input type="checkbox"/> 2 filhos <input type="checkbox"/> 3 filhos <input type="checkbox"/> 4 filhos <input type="checkbox"/> 5 filhos <input type="checkbox"/> mais de 5 filhos <input type="checkbox"/>
6. Como você se auto define em relação a cor ou raça?	<input type="checkbox"/> Branca(o) <input type="checkbox"/> Preta(o) <input type="checkbox"/> Amarela(o) <input type="checkbox"/> Parda(o) <input type="checkbox"/> Indígena
7. Onde você nasceu? E de onde vieram seus avós e seus pais?	Você: cidade/estado _____ Pais: cidade/estado _____ Avós: cidade/estado _____
8. Em que atividade os seus pais e avós trabalham ou trabalhavam?	<input type="checkbox"/> Não exercem atividade <input type="checkbox"/> Não exerceram atividade Pais: _____ Avós: _____
9. Onde, atualmente, residem seus filhos?	<input type="checkbox"/> No quilombo <input type="checkbox"/> Em José Gonçalves <input type="checkbox"/> Na cidade de Vitória da Conquista <input type="checkbox"/> Outro estado <input type="checkbox"/> Outro município _____
10. Quantos membros possuem trabalho remunerado na família?	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> mais de 5 membros
11. Seus filhos estudam?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Onde? <input type="checkbox"/> Escola municipal CEMM <input type="checkbox"/> Colégio Estadual em José Gonçalves <input type="checkbox"/> Outros: _____
12. Qual a atividade ou trabalho remunerado que desenvolve atualmente?	<input type="checkbox"/> trabalham na roça <input type="checkbox"/> pesca <input type="checkbox"/> artesanato <input type="checkbox"/> extrativismo <input type="checkbox"/> desempregado <input type="checkbox"/> Outro _____
13. Qual(is) a(s) principal(is) fonte(s) de renda da família?	<input type="checkbox"/> agricultura familiar <input type="checkbox"/> trabalho na roça <input type="checkbox"/> empregado c/ carteira assinada <input type="checkbox"/> empregado s/ carteira assinada <input type="checkbox"/> atividade artesanal <input type="checkbox"/> Outros (Qual ?) _____ <input type="checkbox"/> Programa do Governo (Qual ?) _____
14. Qual o valor da renda média da família por mês? (Incluindo todos os membros)	<input type="checkbox"/> Menos de 1 salário mínimo <input type="checkbox"/> 1 salário mínimo a 2 salários mínimos <input type="checkbox"/> Mais de 2 salários mínimos a 3 salários mínimos <input type="checkbox"/> Mais de 3 salários mínimos a 4 salários mínimos <input type="checkbox"/> Mais de 4 salários mínimos a 5 salários mínimos <input type="checkbox"/> Acima de 5 salários mínimos
15. Algum membro da família já passou por alguma situação de preconceito?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NUNCA <input type="checkbox"/> VÁRIAS VEZES

16. Como se formou a comunidade do Boqueirão?	
17. Você participou de algum movimento de luta pelo reconhecimento da comunidade quilombola?	() SIM () NUNCA Se Sim, relate como foi: _____
18. Quais foram as primeiras famílias a se formar no território?	
19. Quais as principais dificuldades enfrentadas?	
20. Você gosta de morar neste território?	() SIM () NÃO Porquê? : _____
21. Alguém da família faz parte da organização de agricultura familiar (cooperativa, associação, ou outro grupo informal)?	() SIM () NÃO Qual(is) ? _____
22. Caso seja Sim, qual a importância da sua participação nestes grupos?	
23. Qual o material predominante no piso do seu domicílio?	() terra batida () carpete () madeira aparelhada () cimento () cerâmica, lajota ou pedra () madeira aproveitada () outro material
24. Qual é o material predominante na construção das paredes externas do seu domicílio?	() Alvenaria/tijolo, bloco com revestimento () Alvenaria/tijolo sem revestimento () Palha () Taipa revestida () Taipa não-revestida () Madeira aparelhada () Madeira aproveitada () Outro material. Qual? _____
25. Quais as 3 maiores despesas para a família no mês? (Classificar 1,2,3)	() Energia elétrica () Água e esgoto, () Gás, carvão e lenha () Alimentação, higiene e limpeza () Transporte () Aluguel () Medicamentos de uso regular
26. De que forma foi adquirido o terreno onde moram? Em que ano?	() Tomou posse (posseiro) () Por meio de doação () Herdeiro () Por meio de compra () Por meio de regularização fundiária via INCRA. () Por meio do parcelamento dos lotes quando do reconhecimento do território quilombola / ANO: _____
27. Possui documento de propriedade do terreno?	() SIM () NÃO
28. Como a família realiza deslocamentos para outros lugares? Têm dificuldade de acesso a transporte?	() Com transporte próprio () Com transporte público () Usam o transporte escolar () Usam linha de ônibus ou vans () Usam motos () A cavalo () A pé Têm dificuldade de acesso a transporte () Sim () Não
Sobre Infraestrutura e Saneamento Básico do Território Quilombola do Boqueirão em Vitória da Conquista -BA.	
29. Qual é a forma de abastecimento de água em sua casa?	() Rede geral de distribuição () Poço ou nascente () Cisterna () Carro pipa () Outra forma, Qual? _____
30. A água é tratada?	() SIM () NÃO

	() Apenas canalizada
31.Como você classifica a forma atual de acesso a água em sua casa?	() Ruim () Bom () Ótimo Caso seja considerado ruim, o que você acredita que pode ser feito para melhorar?
32.No território existe sistema público de esgotamento sanitário?	() SIM () NÃO
33.No seu domicílio existe banheiro/ sanitário?	() SIM () NÃO
34.De que forma é feito o escoamento do banheiro ou sanitário?	() Rede coletora de esgoto ou pluvial(chuvas) () Vala a céu aberto () Fossa séptica () Direto para um rio, lago, açude () Fossa rudimentar () Outra forma
35.De que forma o lixo é descartado o lixo da sua casa?	() É coletado pelos moradores () É coletado por empresa contratada pela prefeitura () É jogado em rio, lago ou mar () É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua) () É queimado ou enterrado na propriedade () Tem outro destino. Qual? _____
36.Na comunidade tem Posto de Saúde? Caso seja sim, como você avalia o serviço?	() SIM () NÃO () Ruim () Bom () Ótimo
37.Como é feito o acompanhamento regular de saúde?	() Vai ao Posto de Saúde de José Gonçalves () Vai ao Posto de Saúde em Vitória da Conquista () A equipe de médicos e enfermeiros vem até a comunidade () Outras formas
38.Qual é a forma de iluminação utilizada no seu domicílio?	() Elétrica com medidor próprio () Elétrica sem medidor () Elétrica com medidor comunitário () Óleo, querosene ou gás () Vela () Outra forma. Qual? _____
39.A família foi contemplada Por algum Programas de Governo? Qual(is)? () SIM () NÃO	() Programa Água para Todos () FUNASA- Programa de Saneamento Básico () Habitação Rural () Programa Luz Para Todos () Tarifa Social
40.A família foi contemplada por Programas de Governo? Qual(is)? (Pergunta deve ser feita a Associação de Moradores ou Associação Agrícola)	() SIM () NÃO Se, Sim quais? () Programa Água para Todos (Preconiza o fornecimento de água de qualidade para o público beneficiado, para consumo humano, atividades produtivas, inclusive criação de animais e instalação de equipamentos: cisternas, sistemas simplificados de produção, pequenas barragens e kits de irrigação). () FUNASA- Programa de Saneamento Básico (Preconiza meios de intervenções, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte, incluindo a construção de banheiro com instalações de reservatório domiciliar de água; vaso sanitário; taque de lavar roupa; lavatório; pia de cozinha; ligação à rede de distribuição de água, ligação da rede coletora de esgoto; entre outras). () Habitação Rural (Concede subsídios com recursos do Orçamento Geral da União a (pessoa física), agricultor familiar ou trabalhador rural, organizados por uma Entidade Organizadora, para a aquisição de material de construção, para a construção, conclusão ou reforma/ampliação da unidade habitacional em área rural. () Programa Luz Para Todos (O objetivo é levar energia elétrica à parcela da população do meio rural que não possui acesso a esse serviço público.) () Tarifa Social (Oferece acesso a desconto na conta de luz é necessário que a família esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais e que possua renda familiar por pessoa de até meio salário mínimo. O desconto varia entre 10 e 65% de acordo com a faixa de consumo. () Programa Bolsa Família () Outros: _____
Sobre Inclusão Produtiva da Família do Território Quilombola do Boqueirão em Vitória da Conquista -BA.	
41.Qual dos programas de governo de apoio aos quilombos o Sr.(a) conhece?	() Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola (ATER) () PRONAF, () Programas de Cisternas, () Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional, () Programa Aquisição de Alimentos – PAA () Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola (ATER) () Selo Quilombos do Brasil

	<input type="checkbox"/> Programa Brasil Local – Economia Solidária <input type="checkbox"/> Não conheço <input type="checkbox"/> Outros: _____
42. Possui linha de crédito para o custeio de atividade agrícola?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO (Se Não), Porque? _____ (Se Sim), tem conseguido pagar esta linha de crédito? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO (Se Não), Porque? _____
43. A família está credenciada no DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Se não, quais as dificuldades encontradas? _____
44. A família está inserida no Programa de Cisternas? <small>(Programa que contribui para o acesso à fonte de água potável localizadas na zona rural do Semiárido Brasileiro).</small>	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Se (Não), quais as dificuldades encontradas? _____
45. A família está inserida em Projetos voltados para Segurança Alimentar e Nutricional? <small>(Programa de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. O programa volta-se a produção, comercialização e consumo).</small>	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Se (Não), quais as dificuldades encontradas? _____
46. As famílias do Boqueirão estão inseridas em Programas de Aquisição de Alimentos – PAA? <small>(O Programa tem a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos).</small>	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Se (Não), quais as dificuldades encontradas? _____
47. A família (produtora rural) adquiriu o Selo Quilombos do Brasil, <small>(Programa que credencia, fortalece e qualifica os produtos de origem quilombola?)</small>	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Se (Não), quais as dificuldades encontradas? _____
48. A família está inserida no Programa Brasil Local – Economia Solidária? <small>(Projeto voltado para a geração de trabalho e renda por meio da economia solidária).</small>	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Se (Não), quais as dificuldades encontradas? _____
49. A família participa do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola (ATER)? <small>(Programa de incentivo de assistência técnica continuada e individualizada aos agricultores).</small>	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Se (Não), quais as dificuldades encontradas? _____
50. Quais as técnicas de trabalho usadas na agricultura?	<input type="checkbox"/> plantio de diversos produtos (policultura) <input type="checkbox"/> mão-de-obra própria, sem uso de máquinas <input type="checkbox"/> mão-de-obra própria, com uso de máquinas <input type="checkbox"/> Usa técnicas de correção do solo (adubação) <input type="checkbox"/> Não usa técnicas de correção do solo (adubação) <input type="checkbox"/> Limpeza da área para plantio com uso de queimadas
51. O que é produzido na propriedade atualmente?	
52. Tem excedente de produção para comercialização?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Onde comercializa? _____
53. Tem apoio ou auxílio da Associação Agrícola ou secretaria da Prefeitura para este comércio?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO De que forma? _____
54. Cria algum animal para comercialização ou consumo?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Se (SIM), Qual(is)? _____
Direitos e Cidadania dos Membros do Território Quilombola do Boqueirão em Vitória da Conquista -BA.	
55. A família está inserida no Programa Bolsa Família – PBF?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Caso não, por quê? _____

56.A família é atendida pelo Programa Saúde da Família – PSF?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> O atendimento é suficiente, chega de forma satisfatória. <input type="checkbox"/> O atendimento é insuficiente, chega de forma precária. Caso não, por quê ? _____
57.A família é atendida pelo Programa Saúde Bucal – PSB/Brasil Sorridente?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> O atendimento é suficiente, chega de forma satisfatória. <input type="checkbox"/> O atendimento é insuficiente, chega de forma precária. Caso não, Por que ? _____
58.A família é atendida pelo Programa Telecentros.BR (Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades tradicionais por 30 horas semanais).	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> O atendimento é suficiente, chega de forma satisfatória. <input type="checkbox"/> O atendimento é insuficiente, chega de forma precária. Caso não, por quê ? _____
59.A família é atendida pelo Programa Rádios Comunitárias?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO foi contemplada <input type="checkbox"/> O serviço é suficiente, chega de forma satisfatória. <input type="checkbox"/> O serviço é insuficiente, chega de forma precária. Caso não, por quê ? _____
60.Quais os maiores problemas já vividos aqui?	
61.Quais as principais dificuldades em permanecer no território quilombola hoje?	
62.Você gostaria de mudar para a cidade?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Caso Sim, por quê ? _____
63.Você sente orgulho por ter descendência quilombola?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Justifique _____
64.Quais as práticas sociais/culturais que ainda sobrevivem no quilombo Boqueirão?	<input type="checkbox"/> Folia de Reis <input type="checkbox"/> Danças <input type="checkbox"/> Cantigas de roda <input type="checkbox"/> Roda de histórias <input type="checkbox"/> Receitas de Comidas herdadas <input type="checkbox"/> Artesanato <input type="checkbox"/> Outras : _____ <input type="checkbox"/> As práticas sociais/culturais estão diminuindo
65.Em sua opinião, as práticas sociais ajudam na resistência e preservação da memória da comunidade?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Justifique _____
66.Por que a comunidade mantém ainda as práticas culturais?	
67.Quem participa das práticas sociais/culturais?	<input type="checkbox"/> os idosos <input type="checkbox"/> os adultos <input type="checkbox"/> os jovens <input type="checkbox"/> as crianças
68.Gostaria que seus filhos permanecessem no quilombo?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Caso Sim, por quê ? _____
69.Em sua opinião, o que faz com que as pessoas se mantenham ligadas ao território do Boqueirão?	
70.Quais os vínculos que ligam a comunidade a este território?	
71.Quais as perspectivas de futuro que você acredita para os membros desta comunidade?	

APÊNDICE B



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
UESB - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA – PPGEO**



**PESQUISA: QUILOMBO BOQUEIRÃO, O PASSADO PRESENTE E O
PRESENTE PASSADO: TERRITÓRIO DE MEMÓRIAS**

Pesquisador: Marcos Paulo Alves Monção

Professor Orientador(a): Prof.^a Dra. Miriam Cléa Coelho Almeida

**Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Representante da Associação e/ou Líder
Comunitário do Território Quilombola do Boqueirão em Vitória da Conquista-BA
Sobre o Acesso à Terra pelos Membros do Território Quilombola do Boqueirão em
Vitória da Conquista-BA**

1. Como foi construída a trajetória histórica da comunidade e qual a origem do nome Boqueirão?
 2. Quem foram os primeiros moradores? E porque vieram para este espaço?
 3. Quais foram as primeiras famílias se formarem? (mais antigas)
 4. Quantas famílias temos no território hoje?
 5. Quantas casas existem hoje?
 6. Como aconteceu o processo de reconhecimento da identidade ou Certificação da Comunidade pela Fundação Palmares?
 7. Em que ano ocorreu o reconhecimento? Quanto tempo demorou?
 8. Qual a orientação da (FCP) para reconhecimento e regularização do território?
 9. Que mudanças foram observadas na comunidade após o reconhecimento?
 10. Existe um processo administrativo junto ao INCRA para regularização das terras?
 11. Como aconteceu o processo administrativo de regularização fundiária junto a Superintendência Regional do INCRA?
 12. Como está a movimentação do processo?
 13. Quanto tempo se passou da certificação até atual movimentação do processo?
 13. Existem dificuldades ou entraves nesta movimentação?
 14. Existe um advogado representando a comunidade neste processo?
 15. Quais documentos foram solicitados para regularização das terras?
 16. Qual o tamanho do território?
 17. Quais os marcos geográficos delimitadores do território?
 18. Existe concordância ou divergências entre a comunidade e o INCRA quanto ao tamanho e limites do território em discussão?
 19. A comunidade sente-se contemplada com a forma de regularização e demarcação de terras estabelecidas no processo administrativo?
 20. Quais mudanças para as famílias acontecerão após a titulação das terras?
 22. Quais mudanças no território após a titulação das terras?
 23. Quais as principais necessidades da comunidade hoje?
 24. O que pode ser feito para melhorar a vida das pessoas que vivem na comunidade?
 25. Percebe modificações das formas de trabalho na agricultura do tempo dos avós para os dias de hoje?
 26. A Comunidade Quilombola foi contemplada por Programas de Governo? Qual(is)?
() SIM () NÃO
- Se, Sim quais?
- () Programa Água para Todos (Preconiza o fornecimento de água de qualidade para o público beneficiado, para consumo humano, atividades produtivas, inclusive criação de animais e instalação de equipamentos: cisternas, sistemas simplificados de produção, pequenas barragens e kits de irrigação).
- () FUNASA- Programa de Saneamento Básico (Preconiza meios de intervenções, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte, incluindo a construção de banheiro com instalações de reservatório domiciliar de água; vaso sanitário; taque de lavar roupa; lavatório; pia de cozinha; ligação à rede de distribuição de água, ligação da rede coletora de esgoto; entre outras).
- () Habitação Rural (Concede subsídios com recursos do Orçamento Geral da União a (pessoa física), agricultor familiar ou trabalhador rural, organizados por uma Entidade Organizadora, para a aquisição de material de construção, para a construção, conclusão ou reforma/ampliação da unidade habitacional em área rural.
- () Programa Luz Para Todos (O objetivo é levar energia elétrica à parcela da população do meio rural que não possui acesso a esse serviço público.)
- () Tarifa Social (Oferece acesso a desconto na conta de luz é necessário que a família esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais e que possua renda familiar por pessoa de até meio salário mínimo. O desconto varia entre 10 e 65% de acordo com a faixa de consumo.
- () Programa Bolsa Família
- () Outros: _____

APÊNDICE C



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
UESB - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA – PPGeo**



**PESQUISA: QUILOMBO BOQUEIRÃO, O PASSADO PRESENTE E O
PRESENTE PASSADO: TERRITÓRIO DE MEMÓRIAS.**

Pesquisador: Marcos Paulo Alves Monção

Professor Orientador(a): Prof.^a Dra. Miriam Cléa Coelho Almeida

**Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Representante da Coordenação
Municipal de Igualdade Racial -PMVC**

**Sobre Direitos e Cidadania dos Membros do Território Quilombola do Boqueirão
em Vitória da Conquista-BA**

1. Qual o papel da Coordenação Municipal Igualdade Racial no processo de Reconhecimento e Regularização dos territórios quilombolas do município de Vitória da Conquista?
2. Quais os trâmites legais para reconhecimento e regularização oficial destes territórios? E quais documentos necessários?
3. No geral, como é o panorama dos quilombos locais? Quais territórios quilombolas já identificados no município até o momento?
4. Em que fase do processo de regularização se encontram?
5. Qual o tempo médio de tramitação para reconhecimento e regularização?
6. Existe um advogado constituído, representando cada comunidade nestes processos?
7. Existem dificuldades ou entraves nesta movimentação processual? Quais?
8. No caso de territórios que já venceram todas as etapas, que mudanças foram observadas nestas comunidades após o reconhecimento?
9. Quais os critérios usados pelo INCRA para estabelecer os marcos geográficos delimitadores do território?
10. A comunidade sente-se contemplada com a forma de regularização e demarcação de terras, estabelecidas no processo?
11. Quais mudanças para comunidade acontecerão após a titulação das terras?
12. Quais as principais necessidades destas comunidades hoje?
13. O que pode ser feito para melhorar a vida das pessoas que vivem na comunidade?

APÊNDICE D



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
UESB - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA – PPGeo**



**PESQUISA: QUILOMBO BOQUEIRÃO, O PASSADO PRESENTE E O
PRESENTE PASSADO: TERRITÓRIO DE MEMÓRIAS**

Pesquisador: Marcos Paulo Alves Monção

Professor Orientador(a): Prof.^a Dra. Miriam Cléa Coelho Almeida

**Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Representante da Secretaria
Agricultura e Desenvolvimento Rural - PMVC**

**Sobre Inclusão Produtiva da Família no Território Quilombola do Boqueirão em
Vitória da Conquista-BA**

1. Como a Secretaria atende as demandas agrícolas dos territórios quilombolas pertencentes ao município?
2. Quais os programas rurais desenvolvidos atualmente nestes territórios?
3. Os recursos são suficientes? Qual o montante de investimento dos últimos cinco anos?
4. O território quilombola do Boqueirão é atendido por quais programas rurais?
5. Quais os resultados obtidos nos programas de apoio ou incentivo rural?
6. Quais as dificuldades identificadas no território quilombola do Boqueirão quanto ao desenvolvimento da agricultura?
7. Que medidas de apoio foram tomadas para sanar as dificuldades encontradas?
8. Existe algum programa de assistência técnica para subsidiar os produtores? Como funciona?
9. Existe algum programa de financiamento agrícola para as famílias? Como funciona?
10. Existem projetos de investimentos nesse território para os próximos anos? Quais?
11. A Secretaria tem acompanhado o processo de reconhecimento e titulação deste território quilombola? Como se encontra o processo atualmente?

APÊNDICE E



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
UESB - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA – PPGeo**



**PESQUISA: QUILOMBO BOQUEIRÃO, O PASSADO PRESENTE E O
PRESENTE PASSADO: TERRITÓRIO DE MEMÓRIAS.**

Pesquisador: Marcos Paulo Alves Monção

Professor Orientador(a): Prof.^a Dra. Miriam Cléa Coelho Almeida

**Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Representante da Secretaria
Desenvolvimento Social - PMVC**

**Sobre Direitos e Cidadania dos Membros do Território Quilombola do Boqueirão
Vitória da Conquista-BA**

1. Existem programas de atendimento social para os territórios quilombolas ligados ao município?
2. Quais as principais demandas sociais apresentadas por estes territórios?
3. Como a Secretaria municipal atende as demandas sociais referentes aos territórios quilombolas?
4. Quais os programas sociais desenvolvidos atualmente?
5. Os programas abarcam todas as famílias da Comunidade do Boqueirão?
6. Os recursos são suficientes? Qual o montante de investimento dos últimos cinco anos?
7. Quais os resultados obtidos com os programas de apoio neste território?
8. Quais os problemas sociais identificados no território quilombola do Boqueirão atualmente?
9. Que medidas foram ou estão sendo tomadas para sanar os problemas sociais encontrados?
10. Existem projetos na esfera municipal que objetive a melhorias das condições de vida deste território para os próximos anos?
11. A Secretaria tem acompanhado o processo de reconhecimento e titulação deste território quilombola? Como se encontra o processo atualmente?

APÊNDICE F



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
UESB - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA – PPGEO**



PESQUISA: QUILOMBO BOQUEIRÃO, O PASSADO PRESENTE E O PRESENTE PASSADO: TERRITÓRIO DE MEMÓRIAS.

Pesquisador: Marcos Paulo Alves Monção

Professor Orientador(a): Prof.^a Dra. Miriam Clea Coelho Almeida

Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Representante da Secretaria Estadual e/ou Secretaria Municipal de Educação - PMVC

Sobre Direitos e Cidadania dos Membros do Território Quilombola do Boqueirão em Vitória da Conquista-BA

1. No território do Boqueirão ou em povoado próximo, existem escolas com proposta pedagógica que contemple a cultura quilombola? Se SIM, quais as propostas desenvolvidas ou orientadas pela Secretaria Municipal de Educação?

2. O território quilombola do Boqueirão é atendido pelo Programa Procampo - Saberes da Terra? (O Programa visa desenvolver políticas públicas de Educação do Campo e de Juventude que oportunizem a jovens agricultores (as) familiares, com idade entre 18 a 29 anos, excluídos do sistema formal de ensino, a elevação de escolaridade em Ensino fundamental com qualificação profissional inicial, respeitadas as características e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica e produtivas dos povos do campo).

3. Nos últimos anos os profissionais de educação de território quilombola do Boqueirão participaram de formação continuada que vise a valorização dos preceitos étnicos-raciais desses grupos?

4. A escola municipal que atende ao território do Boqueirão participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE? Como acontece o atendimento? (Visa atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula).

5. A Secretaria municipal e/ou Colégio de Ensino Médio local aderiu à o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec para alunos da comunidade Boqueirão?

6. A família é atendida pelo Programa Telecentros.BR?

(Programa de apoio à Inclusão Digital nas comunidades tradicionais por 30 horas semanais).

ANEXOS
ANEXO A

Certidão de Auto Reconhecimento do Território Quilombola do Boqueirão. Brasília DF, 2005.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

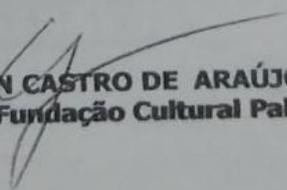
CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Boqueirão**, localizada no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 003, Registro n.º 226, f. 32, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Anísia Maria de Souza CPF/MF nº 998.046.205-10
José Vitório dos Santos CPF/MF nº 091.817.498-80
Alcides José de Oliveira CPF/MF nº 172.380.805-91
Inocência Maria de Jesus CPF/MF nº 865.388.375-49
Pedro de Oliveira Silva CPF/MF nº 556.569.595-68

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extrai. Brasília, DF, **19 de maio** de 2005.

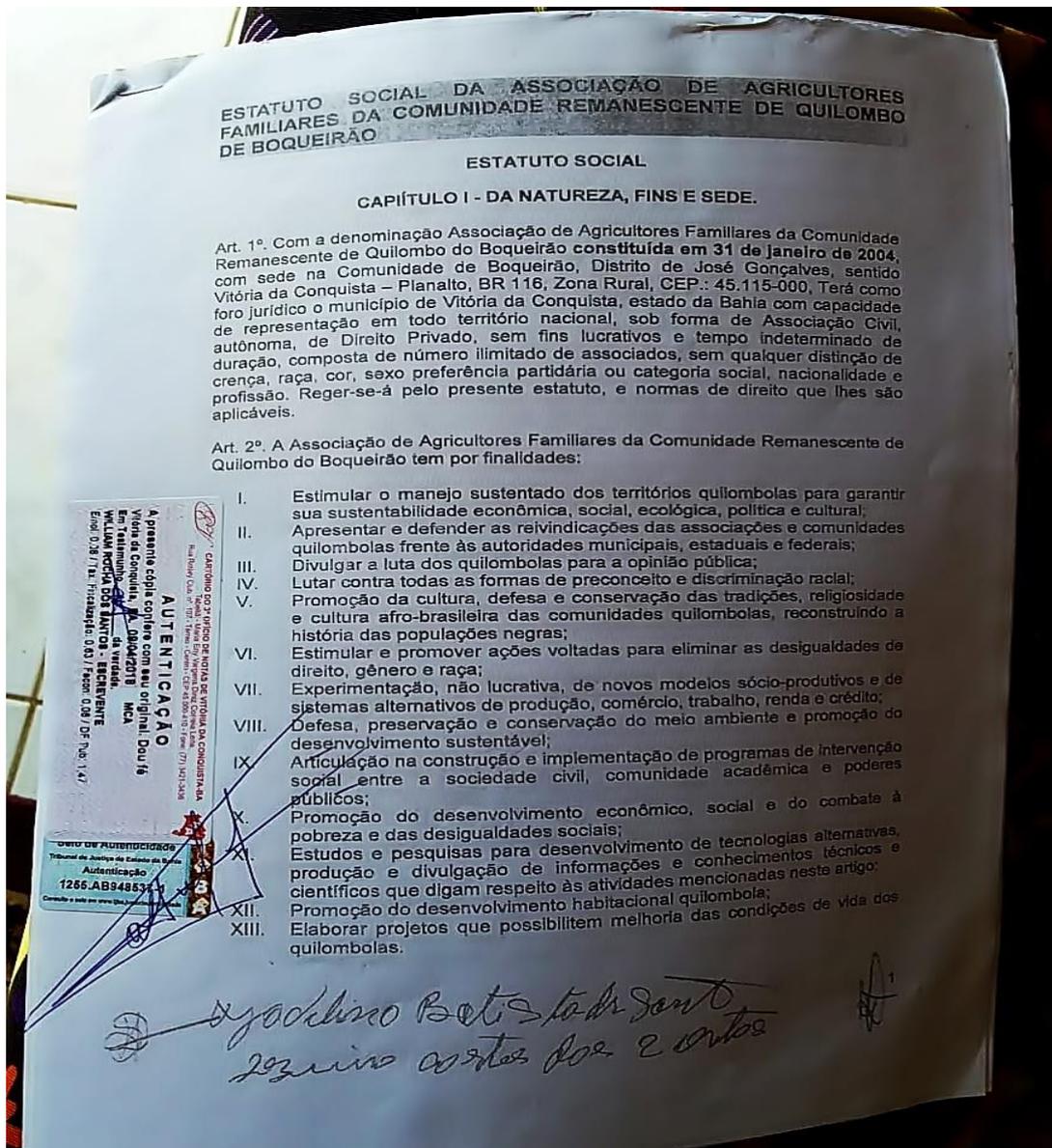
O referido é verdade e dou fé


UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.

ANEXO B

Estatuto da Associação de Agricultores Familiares do Território do Boqueirão, Vitória da Conquista, 2022.



Fonte: MONÇÃO, M.P.A. Trabalho de campo realizado em abril de 2022.